INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Prática do Serviço Social com a Comunidade LGBTI+ Em Portugal

Maria Helena Loureiro Cachopo

Doutoramento em Serviço Social

Orientadora: Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha, Professora Auxiliar no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2024

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Prática do Serviço Social com a Comunidade LGBTI+ Em Portugal

Maria Helena Loureiro Cachopo

Doutoramento em Serviço Social

Orientadora: Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha, Professora Auxiliar, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2024

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Prática do Serviço Social com a Comunidade LGBTI+ Em Portugal

Maria Helena Loureiro Cachopo
Doutoramento em Serviço Social
Orientadora: Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha, Professora Auxiliar, no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Júri:

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, professor Catedrático no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (Presidente do Júri).

Doutor Nelson Alves Ramalho, professor Auxiliar na Universidade Lusófona.

Doutora Sara Cristina Dias de Melo, professora Auxiliar no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Doutora Elsa Rocha de Sousa Justino, professora Auxiliar no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa.

novembro, 2024

iscte INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	**A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL COM A COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL** **SOCIAL WORK PRACTICE WITH THE LGBTI+ COMMUNITY IN PORTUGAL**	Autora Maria Helena Loureiro Cachopo

iscte INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	**A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL COM A COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL** **SOCIAL WORK PRACTICE WITH THE LGBTI+ COMMUNITY IN PORTUGAL**	Autora Maria Helena Loureiro Cachopo

Dedicatória

Bené e Graça
meus pais (in memorium), que me ensinaram que todas as pessoas são dignas de direitos e cidadania.

*Ao **Tomaz**.*
Vencemos!
We are the champions, my boy.

"Blues Pra Bia"
Eu fiz este blues pra Bia
Mas Bia não vem me ouvir
Não vou censurar a bela
É da natureza dela
Viver solta por aí.
Que no coração de Bia
Meninos não têm lugar
Porém nada me amofina
Até posso virar menina
Pra ela me namorar
(Chico Buarque de Holanda)
Para todas as Bias que já encontrei ao longo da vida.

Agradecimentos

A Deus! Pelo dia, pela noite, pela saúde e pela vida, sempre guiando meu caminho, para cada luz que apaga, acendem duas, obrigada meu pai!

Às pessoas mais importantes e incríveis da minha vida, Ronaldo e Leonardo, cada pedaço de mim, minha vida e meu suporte, me deram forças até quando ninguém acreditava, meu maior "eu amo vocês"!

À minha neta Olivia, você chegou para acender meu coração e me mostrar que ainda posso amar sem limites. Ao nené ou a nené, que está vindo, venhas ser feliz!

À Liliane, sem você não havia nenhuma das etapas anteriores, obrigada filha. À Renée, minha filha, me destes a inspiração e a força para terminar esse estudo (a Maria). À Diva, meu orgulho, meu suporte e a força que sempre precisei para continuar, és meu melhor pedaço, te amo e obrigada por teres me trazido a Laura, enchendo meu coração de amor!

À Marina, minha filha de coração, que com seus abraços apertados nos momentos de angústia e choro, me mostra o verdadeiro amor, és muito importante para mim!

À minha família, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, na torcida por mim, cada um(uma) de vocês, me fortaleceu e ajudou a terminar esse trabalho. Às crianças da família, nova geração que chega trazendo esperança para um mundo cheio de desigualdades, tomara que o Gustavo, a Vivi, a Laura, a Júlia, o Caio, a Bella, as Olívias e a Heloísa e a Eva, experimentem a paz, o amor, a tolerância e a fraternidade como direitos para todas as pessoas! Ao Lael, deixaste vazio teu espaço no quarto, na cadeira da universidade, no banco da igreja, mas não deixaste vazio o espaço que ocupas dentro de nossos corações – Descansa em paz meu menino!

Às amigas, Alane, Risomar, Socorro, Kélvia, Josilene, Regina e Nelsonita (*in memorian*), Waldete, Aline e Janine, Nívia, Tatiana, pessoas que compuseram diferentes fazes da minha vida, ficando marcadas pelo companheirismo e apoio. Rutineli, começamos juntas o olhar para pessoas LGBTI+, parceira de lutas e debates. À Zezé, sempre polindo minhas ideias e me mostrando que sou capaz, amiga fiel!

Ao Instituto Politécnico de Beja, Prof Adelaide Malainho, que me acolheu em seu gabinete e me permitiu boas conversas e excelentes risadas, prof. Ana Fernandes que desde o início teve a sensibilidade de entender minhas angústias e inseguranças, nunca me deixou vir abaixo, és de uma sensibilidade única, Miguel Bento, José Baião,

Manuela, Antónia, parceiros(as) de ideias, disciplinas e almoços descontraídos, me acolheram com muita coletividade e equipa, diretora Inês Faria, Professores, professoras de outros cursos Diogo, José Pedro, Helena, recursos humanos e equipe, Maria da Luz, Seu Palminha, David, muito obrigada pelo acolhimento e ajuda nas horas de sufoco. Um agradecimento especial à Flor (Bela) do meu jardim, entre um "vais gastar meu nome de tanto que me chamas" e uma aula de ginástica, o colo e o amor de irmã que precisava, te amo! Às Professoras Bárbara e Céu, amigas que dão ideias, carinhos e almoços prazerosos.

Às Assistentes Sociais entrevistadas, que trazem para a tese a esperança de dias melhores para as pessoas que necessitam de direitos e igualdade, vocês fazem parte da mudança.

Ao Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, em especial aos professores e professoras, que disponibilizaram conhecimentos para a construção da tese. Professor Jorge Ferreira, contributos importantes e qualificados e a Professora Maria João Pena sempre carinhosa e atenciosa, conceitos muito importantes para os momentos de aflição que a construção da tese traz, o meu grande, obrigada!

À minha orientadora, Professora Helena Belchior Rocha, que conseguiu ultrapassar a esfera da orientação, me trazendo, várias vezes de caminhos perdidos, sempre pontuando o que precisava melhorar e limpando o terreno bagunçado, a senhora é realmente uma orientadora que soma a parceria, a construção e o conhecimento com momentos de afeto e carinho, sem a senhora não teria conseguido, muito obrigada pela jornada!

A todos, todas, todes, todes, todxs, tod@s, Abel, Lucas, Emanuel, Paulo Torres, Rafael Pimentel, Maria Eduarda, Joice, Keli, Regiane, que se vestem e se trasvestem, lutam e resistem em cada momento do ativismo, individual e ou coletivo por uma sociedade mais humana, justa e igual, é importante não perderem a esperança!

Resumo

O presente trabalho de investigação sobre: "A prática do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ em Portugal/", realizado junto de instituições com intervenção de assistentes sociais e centradas no objeto de estudo, com o objetivo de analisar a prática do Serviço Social com a Comunidade LGBTI+ em Portugal. A pesquisa foi estruturada em três eixos: i) evolução e conquistas sociais no processo de democratização e politização da realidade portuguesa; ii) suporte social, serviços sociais, suas práticas e finalidades; iii) mecanismo institucional e de rede de atuação na promoção dos direitos sociais.

A investigação foi orientada numa matriz de estudo qualitativo, de natureza indutiva, tendo como objeto de estudo a prática do assistente social em contexto institucional. Na pesquisa empírica realizamos como técnicas de recolha de dados a entrevista semiestruturada, aplicada aos assistentes sociais em funções em instituições que trabalham com as pessoas da comunidade LGBTI+.

Como resultado da investigação sistematizamos alguns princípios e indicadores que suportam a intervenção do assistente social junto da comunidade LGBTI+ na promoção do seu bem-estar social e na garantia dos direitos sociais. Deixando em reflexão alguns elementos sobre os processos de construção de identidades, transformação de pensamentos, desconstrução de preconceitos e aceitação das diferenças.

Palavras-chave: Prática Profissional, Serviço Social, LGBTI+, Direitos Sociais.

Abstract

The present research work on "Social Work Practice with the LGBTI+ Community in Portugal" was carried out in institutions where social workers intervene and which are centered on the study object, with the aim of analyzing Social Work practice with the LGBTI+ Community in Portugal. The study was structured around three main axes: (i) the evolution and social achievements in the process of democratization and politicization of Portuguese society; (ii) social support, social services, their practices and purposes; and (iii) institutional mechanisms and network-based action in the promotion of social rights.

The investigation followed a qualitative research framework, inductive in nature, focusing on the practice of social workers in institutional contexts. In the empirical phase, data collection relied on semi-structured interviews conducted with social workers employed in institutions that work with members of the LGBTI+ community.

As a result of the research, we systematized a set of principles and indicators that support social workers' intervention with the LGBTI+ community in promoting their social well-being and ensuring their social rights. We also offer reflections on identity construction processes, transformations in ways of thinking, the deconstruction of prejudice, and the acceptance of differences.

Keywords: Professional Practice, Social Work, LGBTI+, Social Rights.

Índice

Agradecimento ……...……ii
Resumo...……....v
Abstract ……...…… ……...…...vii
Índice de quadros …….....xi
Índice de gráficos …….…….xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas ……xv
Declaração ……..xvii
Introdução ……..……1

CAPÍTULO 1 METODOLOGIA DA PESQUISA ……..……7
1.1 Método científico ……..…....10
1.2 Campo empírico …….....…15
1.3 Universo e amostra …….…….....19
1.4 Técnica de recolha, tratamento e análise dos dados ……..…….....22
1.4.1 Análise documental …….23
1.4.2 Técnica de recolha de dados ……24
1.5 Tratamento dos dados recolhidos ……...…….27
1.6 Princípios éticos na pesquisa …….……..36

CAPÍTULO 2 MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DA COMUNIDADE LGBTI+ ……...…39
2.1 Novos atores sociais entram em cena na redemocratização de Portugal ……39
2.2 Protagonismo da população da comunidade LGBTI+ ……...…43
2.3 Longas lutas para o reconhecimento da identidade LGBTI+ ……...…..46
2.4 Uma história renitente: discriminação e preconceitos ……...….51
2.5 Diferenças sexuais e desigualdades sociopolíticas ……...…..54
2.6 Afirmação da comunidade LGBTI+ em Portugal ……..……56

CAPÍTULO 3 ESTADO MÍNIMO E DIREITOS SOCIAIS DA COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL ……61
3.1 Estado mínimo e refilantropização da pobreza em Portugal …….……...…..61
3.2 Leis e regulamentos das políticas de caráter neoliberal em Portugal …….....….66
3.3 Políticas sociais específicas da comunidade LGBTI+ em Portugal ……..……70
3.4 Famílias homoafetivas na marcha dos direitos sociais da comunidade LGBTI+ …….....73

CAPÍTULO 4 SERVIÇO SOCIAL, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL……..……77
4.1 Intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ nas Organizações Não Governamentais …….…….....….....77
4.1.1 Instituição A que atua junto da Comunidade LGBTI+ ……...……82
4.1.2 Instituição B que atua Junto da Comunidade LGBTI+ …….....85
4.2 Demandas da comunidade LGBTI+ ao Serviço Social em Portugal …….86
4.3 Agenda de erradicação da discriminação e violência à comunidade LGBTI+ …….....93
4.4 Organizações Não Governamentais e políticas focadas em seus interesses institucionais ……96
4.5 Estado mínimo e impactos nas ações sociais à comunidade LGBTI+ …….....97

CAPÍTULO 5 PRÁTICA PROFISSIONAL, FORMAÇÃO E DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL COM A COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL: ENTRE PERMANÊNCIAS ESTRUTURAIS E EXIGÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO……..…….101
5.1 A prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+: mediações entre tradição e emergência de novas identidades ……..…….....……101
5.2 Intervenção social com a população LGBTI+: entre a resposta à emergência, à reprodução de práticas assistencialistas e a construção de processos emancipatórios.....107
5.3 Políticas sociais e respostas institucionais à comunidade LGBTI+: entre avanços normativos, mediações institucionais e limites na efetivação dos direitos …….....…..…111
5.4 Formação em Serviço Social e construção de competências para a intervenção com a comunidade LGBTI+: entre lacunas estruturais, desfasamentos paradigmáticos e exigências de reconfiguração profissional …….…….....115
5.5 Conhecimento teórico-prático à intervenção com a comunidade LGBTI+ …….....120
5.6 Trabalho em rede e intervenção multiprofissional: articulações necessárias, limites institucionais e potencialidades na intervenção com a comunidade LGBTI+ …….....129
5.7 Desafios, limites institucionais e rotatividade na prática profissional: implicações para a qualidade da intervenção com a comunidade LGBTI+ …….....…...132
5.8 Equipa multiprofissional na retaguarda à violência e abandono de pessoas da comunidade LGBTI+ …….....……....135
Conclusão …….……139
Referências Bibliográficas ……..……..161
Websites pesquisados …….…….177
Anexos e Apêndices ……..……179

Índice de Quadros

Quadro 1 - Associações e Espaços institucionais que atuam com a comunidade LGBTI+ em Lisboa ……17/18

Quadro 2 - Matriz de codificação dos tipos de demandas/categorias presentes no contexto da prática profissional do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+ ……29/30

Quadro 3 - Evolução dos direitos LGBTI+ ……..…..39/40

Quadro 4 - Evolução das conquistas de direitos da comunidade LGBTI+ em Portugal e implicações para a intervenção do Serviço Social ……104

Quadro 5 - Assistentes sociais e a prática profissional ……..…..…105/106

Quadro 6 – Assistentes sociais e a prática profissional com a comunidade LGBTI+: perceções, práticas e limitações ……...110

Quadro 7 – Integração das temáticas LGBTI+ na formação em Serviço Social em Lisboa: análise das unidades curriculares e lacunas identificadas ……114

Quadro 8 – Evolução da formação em Serviço Social em Portugal e desafios face a intervenção com a comunidade LGBTI+ ……115

Quadro 9 – Marcos da formação em Serviço Social em Portugal ……116

Quadro 10 – Universidades e unidades curriculares dos cursos de licenciatura em Serviço Social em Lisboa ……..….123

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Denúncias registradas no sistema *on line* do observatório da discriminação, anos 2020/2022 …….88

Gráfico 2 – Número de vítimas, tipo de crimes e locais dos crimes, anos 2020/2022 …….89

Gráfico 3 – Cidades que mais discriminam, anos 2020/2022 ……91

Gráfico 4 – Locais de agressões, anos 2020/2022 ……...92

Lista de Abreviaturas e Siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APSS – Associação dos Profissionais de Serviço Social

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

COVID-19 – Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

ENCP – Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual

ILGA – Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexo e outras identidades

ONG – Organização Não Governamental

OIEC – Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais

PAIOEC – Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais

PMA – Procriação Medicamente Assistida

Declaração

Declaro que este trabalho é integralmente da minha autoria, estando devidamente referenciadas as fontes e obras consultadas, bem como identificadas de modo claro as citações dessas obras. Não contém, por isso, qualquer tipo de plágio quer de textos publicados, qualquer que seja o meio dessa publicação, incluindo meios eletrónicos, quer de trabalhos académicos.

Data: 29 de novembro de 2024

Assinado por: **Maria Helena Loureiro Cachopo**
Num. de Identificação: 32978495

Assinatura:



Introdução

Esta pesquisa sobre a Prática do assistente social com a Comunidade LGBTI+ em Portugal visa produzir conhecimento sobre a intervenção dos assistentes sociais, junto da comunidade LGBTI+, valorizando a identidade cultural das minorias organizadas na pós-modernidade (Hall, 2005). As pessoas LGBTI+ tem acompanhado processos de transformações, a partir do momento em que as instituições que regulavam a sociedade industrial foram metamorfoseadas pelas novas tecnologias de produção, de comunicação e linguagem, promovendo a crise dos padrões sociais, institucionais e culturais que impactaram a subjetividade dos sujeitos vistos mediante categoriais analíticas como classe sociais vulneráveis.

São categorias aglutinadoras dos sujeitos sociais abrem-se para uma complexidade derivada da necessidade de esclarecer alguns aspetos físicos, sexuais e comportamentais, com ênfase em "(...) marcadores sociais-classes, raças, etnias, género, identidade, geração e sexualidade" (Assis, 2019, p.11), passando a interpretar os fenômenos sociais sob a lógica cultural da subjetivação, que interferem na vida cotidiana das pessoas, principalmente de grupos sociais, até então, identificados de desviantes ou até mesmo de perversidade. Na atualidade os grupos configurados na LGBTI+, constituem-se num coletivo (associações) ou em agrupamentos sociais que ganham destaque, em face das lutas empreendidas para reconhecimento de suas identidades sociais, culturais e de cidadania, outrora inviabilizadas ou mesmo reprimidas.

Procuramos através da pesquisa apresentada, interpretar a intervenção na identidade específica que se adota, tomando como referência a prática do assistente social, sendo uma profissão cujos fundamentos são os direitos humanos nomeadamente a dignidade humana e a justiça social. Também como garantia dos direitos das populações estigmatizadas, marginalizadas e vulnerabilizadas, na sociedade e em suas dinâmicas sociais, dedicando-se ao desenvolvimento de uma intervenção humanista e integradora desta população, com o objetivo de reduzir a desigualdade social e fortalecer a participação e o empoderamento destes grupos minoritários na sociedade contemporânea, procurando "(...) conciliar o objetivismo com o subjetivismo, o empirismo com o teoricismo" (Schenato, 2011, p. 32), no diálogo entre o eu e a sociedade.

A "identidade (…) preenche o espaço entre o 'interior' e o 'exterior', entre o mundo pessoal e o mundo público" (Hall, 2005, p. 1), contribuindo para idealizar e acelerar o aparecimento de atores comuns que se veem como especialistas da temática sobre o ser humano e que elevam ao nível do protagonismo teorias situadas entre os prós e os contras, na defesa de argumentos sobre a aceitação da orientação sexual, da expressão e da identidade de género e das características sexuais, tanto na individualidade como na coletividade.

A crítica aos padrões estabelecidos pelos conceitos de famílias monoparentais, as quais são interpeladas por movimentos dinâmicos intrínsecos à identificação da sexualidade na vida cotidiana em sociedade (Ramalho, 2019), torna-se um método de autoridade afirmativa, criado a partir dos moldes societários das denominadas famílias perfeitas, constituídas por pai (hétero) e mãe (hétero), que se unem e geram filhos héteros (Cascais, 2006).

Nesse sentido, qualquer crítica ao padrão de família passa a constituir-se como um elemento importante na prática dos assistentes sociais, que apelam à inovação e à transformação dos seus referenciais teóricos e quadros metodológicos, de modo a assimilar novos conceitos que reconheçam a família alargada, quando esta já não responde ao modelo de família monogâmica/patriarcal, "(…) definida como possuindo particularidades ou potencialidades únicas: para além de «célula social irredutível», de «primeiro grupo natural»" (Bastos, 1997, p. 155). O autor entende, ainda, que há um "«elo profundo e indestrutível que prende o passado ao presente», fonte de renovação e germe da regeneração do presente num futuro engrandecido" (idem).

Indo ao encontro desse pensamento, Fraser (2012) reflete na formalização familiar, que realça transformações societárias e que impulsionam a sociedade para algum tipo de banalização, quando rompem com as normas morais universais em seus conceitos de famílias parentais. Toma-se, assim, uma realidade efetiva, com fatos sociais que possibilitam a criação de novos paradigmas de interpretação da sociedade ocidental e que evoluem em termos da compreensão, das diferenciações entre identidades culturais e valores societários (ver glossário, Anexo1).

Essa reflexão, leva a uma abertura quanto ao entendimento de diferentes visões de sociedade, orientadas por reivindicações dos próprios sujeitos sociais, em suas lutas cotidianas que a tem feito avançar em relação à construção igualitária e diversificada da sociedade (Assis, 2019), pelo menos em termos da constituição de identidades

autônomas e com garantias de direitos sociais específicos, mesmo quando não se consegue romper com a tradicionalidade da cultura patriarcal, na masculinidade empoderada e enraizada em gerações conservadoras, que criam espaços incapazes de revelar esses novos sujeitos sociais.

Na pesquisa apresentada, procura-se apreender esses novos determinantes da vida social a fim de contribuir para uma intervenção do assistente social capaz de favorecer processos de mitigação dos sujeitos sociais em suas identidades específicas, e que passam por sofrimentos movidos por preconceitos e práticas de discriminação. O Serviço Social, como área das ciências sociais e humanas intervém junto a grupos e comunidades vulneráveis, no combate aos preconceitos, colocando-se numa ação de reparação de direitos e na intervenção da autoafirmação dos sujeitos da comunidade LGBTI+, já que são pessoas constituídas por "categorias sociais múltiplas, interdependentes e mutuamente constitutivas" (Bowleg, 2013, p. 58).

O Serviço Social deve proporcionar e garantir uma ação humanizadora, mediante as adjacentes ideias e opiniões acerca de comportamentos sociais preestabelecidos pela sociedade que continua patriarcal e conservadora, frontalmente oposta a práticas e atitudes relacionadas à "habitus e as tomadas de posição (escolhas) que os agentes realizam nos diferentes campos" (Bourdieu, 1996, p. 23), sob efeitos dos preconceitos que incitam ódio e proporcionam violência com "graves consequências físicas, psicológicas e emocionais" (Oliveira, 2004, p. 18).

Um dos temas a aprofundar no Serviço Social é o conceito de "cisheteronormatividade" (CIG, 2022, p. 11), que emerge num quadro de novos paradigmas societais, com base na crítica de uma sociedade construída sob uma organização sexual de género linear, que extrapola os marcadores de sexualidade e ao mesmo tempo, traz experiências no revés da aceitação da população LGBTI+.

A tese sobre a prática do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+, estrutura-se em cinco capítulos, assim distribuídos: no primeiro capítulo, trata-se da construção metodológica sobre a prática do Serviço Social com à comunidade LGBTI+. Para isso, delimitou-se como campo empírico central, as instituições que têm intervenção junto à comunidade LGBTI+, cujo universo e a amostra foram selecionadas a partir do levantamento de associações que têm suas práticas voltadas para esse público-alvo.

Os dados obtidos foram analisados e interpretados à luz do quadro teórico selecionado no processo de construção do estado da arte sobre o fenômeno investigado. Levou-se em consideração a postura ética de preservação das

informações sob confidencialidade e anonimização, mostrando o caminho percorrido para a construção dos argumentos que dão sustentação àa tese, sobre a necessidade da revisão dos paradigmas que estabelecem uma visão conservadora quanto aos sujeitos-utentes da prática do Serviço Social, devido a emersão de identidades múltiplas que surgiram na transição da sociedade moderna à pós-modernidade.

O segundo capítulo trata das políticas voltadas à sociedade LGBTI+ em Portugal, seus constructos históricos no reconhecimento da igualdade de género e sexo, por meio da rutura do Estado ditador, indo ao encontro da democratização da sociedade. A expressão sexual é uma opção de género frente à discriminação e ou exclusão de cidadania efetiva na igualdade de direito e ou fato enquanto conquista da população LGBTI+.

No terceiro capítulo realiza-se uma análise histórica do movimento LGBTI+, suas lutas, símbolos e representações no processo de reconhecimento no diferencial de género, identidades, expressão e orientação sexual, a fim de se entender o debate estabelecido e o que determina a garantia de direitos de género e sexo e seus efeitos em termos jurídicos e políticos-sociais, como condição de bem-estar social desses sujeitos. Nesse capítulo, o sexo é entendido para além do sentido biológico, na trajetória sócio histórica sobre homossexual e heterossexual, por meio da compressão do envolver histórico da própria sexualidade e dos direitos e conquistas da população LGBTI+ na contemporaneidade.

A partir do quarto capítulo desenvolve-se a apresentação dos resultados da pesquisa, relacionando as categorias teóricas sobre o debate das temáticas do estado, no momento em que novos sujeito entram no cenário político, devido a crise do salazarismo, ao mesmo tempo com ênfase no processo de democratização e de abertura da sociedade portuguesa em que cria-se condições para a estruturação do estado de bem estar social, sob curto espaço de tempo, com políticas universalizantes, para logo institucionaliza-se o neoliberalismo, isto é, o que caracteriza-se pelo estado mínimo. Neste capítulo aborda-se ainda a questão dos direitos e da cidadania, perpassando pela integralidade do sistema de proteção social, tanto em nível nacional, quanto internacional, bem como, as respostas governamentais e não governamentais sob intervenções das instituições e ou associações que acolhem situações de vulnerabilidades da população LGBTI+ em Portugal.

No capítulo quinto discute-se o Serviço Social, para destacar a intervenção social, sob uma perspetiva contraditória, em termos da atuação, entre o carácter

assistencialista e os novos condicionamentos ofertados pelo reconhecimento social da identidade das pessoas da comunidade LGBTI+. Introduz-se uma discussão sobre a processos de formação em Serviço Social e a necessidade de repensar seus pressupostos teóricos, técnicas e instrumentos a fim de atualizar os instrumentais para entender as transformações da sociedade capitalista.

Conclui-se esse capítulo com os desafios à intervenção profissional, suas estratégias de ação junto às pessoas da comunidade LGBTI+, sociedade de género não normativo, quais recursos teóricos-metodológicos, técnicos-operativos e encaminhamentos ético-políticos estão sendo empregados na garantia de direitos à cidadania e, ao mesmo tempo, as respostas relacionadas às práticas efetivas, sob a emergência e a contemporaneidade da identidade LGBTI+ na pós-modernidade.

Nas conclusões sintetiza-se os resultados da pesquisa e relaciona-se as temáticas trabalhadas com os dados recolhidos em documentos e entrevistas analisados, inferindo sobre os limites dos constrangimentos, e possibilidades de pesquisas futurais, portanto pontos que nos pareceram fulcrais, ao sustentar que a intervenção do Serviço Social com as pessoas da comunidade LGBTI+ são realizadas por parâmetros teórico-metodológicos da sociedade moderna, o que nos leva concluir a necessidade de revisão do arsenal de categorias teóricas-metodológicas com aportes ao debate na pós-modernidade, uma discussão centrada na emergência de novas identidades, como sujeitos de direitos, as quais foram historicamente negadas pela sociedade e seus valores e normas heteronormativas.

Por fim a apresentação das referências bibliográficas e os anexos que suportam a metodologia, análise e construção da pesquisa.

CAPÍTULO 1

Metodologia da pesquisa

A metodologia da pesquisa, seguiu um percurso teórico-metodológico traçado a partir de uma sequência lógica, estruturada com base nos objetivos (geral e específicos) definidos como caminho necessário ao tratamento desta problemática.

Para conhecer ou reconhecer as necessidades das pessoas da comunidade LGBTI+, particularmente observadas em documentos oficiais e, ao mesmo tempo, nos depoimentos recolhidos na pesquisa de campo, teve-se que definir, as temáticas que seriam abordadas a fim de compreender a prática profissional de assistentes sociais no contexto de processo de discriminação, homofobia, violência à expressão de género (física e subjetiva), abuso sexual, abandono, *bullying,* exploração, dentre outras, caracterizadas em face dos problemas vivenciados por essas pessoas, como se pode identificar, tanto na teoria quanto na prática profissional. Para isso, teve-se como norte da pesquisa a seguinte questão de partida: "Como se caracterizam e com que fundamentos técnico-científicos se realizam as práticas profissionais do Serviço Social com pessoas LGBTI+ em Portugal, atendendo às políticas vigentes, aos dispositivos institucionais e às condições reais de intervenção?" Que deu lugar aos seguintes objetivos:

Objetivo geral: Analisar as práticas institucionais do assistente social na intervenção junto de pessoas LGBTI+ em Portugal. Como objetivos específicos; (1) Descrever o contexto institucional e a rede de atenção dirigida à população LGBTI+; (2) Identificar instrumentos, procedimentos e critérios utilizados pelas/os assistentes sociais; (3) Compreender perceções profissionais sobre desafios, barreiras e possibilidades de intervenção; (4) Relacionar os dados empíricos com o enquadramento teórico e a legislação vigente.

Os objetivos foram pensados de modo que pudessem abranger os fenómenos relativos à prática de assistentes sociais, enquanto profissão, no sentido de se estabelecer mediações capazes de capturar o entendimento da conquista de direitos da população da comunidade LGBTI+ e, portanto, da necessidade de uma prática profissional para a garantia de direitos a essa identidade específica.

Nesse sentido, procurou-se extrair as categorias de análise a partir da apreensão dos autores estudados, mas também daquelas que surgiram da prática profissional de

assistentes sociais entrevistados portanto, da própria realidade posta pela capacidade do pensamento em proceder a reflexão sobre os fenómenos e os sentidos a partir de um movimento que se põe e se opõe, devido ao confronto entre teoria e realidade objetiva, a fim de entender os nexos de passagens do abstrato ao concreto, no processo de sistematização do real em suas múltiplas determinações.

A análise não foi conduzida como uma coisa em si, mas como explicitação do processo real, isto é, do movimento dos sujeitos na história de suas ações, mobilizações, lutas, conquistas e reveses, em um mundo de disputas de espaços na construção de direitos de acesso a condições de vida digna, muitas vezes postergados em face dos valores sociais da própria história da humanidade, de concentração de riqueza e discriminação, opressão e exploração, de modo consciente ou não; daí nasce a necessidade de acerca-se de métodos e técnicas capazes de favorecer a explicação dos fenómenos desse evolver histórico-social.

Após a pesquisa exploratória considerou-se importante definir o campo empírico e, com isso, a seleção das instituições que possuem ou possuíram em seus quadros assistentes sociais. Para isso, foi feita uma entrevista exploratória em uma das instituições que atua junto à população da comunidade LGBTI+. O seu contributo nesta entrevista foi essencial, em termos de informações para se estabelecer um caminho metodológico para a eleição das demais instituições e serviços específicos voltados à comunidade LGBTI+.

Assim, ressalta-se que os dados para a realização da pesquisa exploratória foram obtidos por meio eletrônico-informacional, nesse primeiro momento, sob recursos e contatos telefónicos, videoconferência e e-mails (Figueiredo, Figueiredo, s/d), a fim de estabelecer as relações necessárias para propiciar as primeiras aproximações com o campo e, criar relações necessárias a recolha dos dados e informações, para a construção de conhecimento sobre o objeto da tese, ou seja, dados e informações sobre as instituições, assim como ao acesso a documentos e às profissionais do Serviço Social, indagá-las sobre o cotidiano de suas práticas profissionais.

Num segundo momento, e com base nas informações já recolhidas, estabeleceu-se contacto com outras instituições para obter dados sobre o atendimento que prestam à comunidade LGBTI+. Estes contactos foram realizados com o devido cuidado relativamente ao sigilo, procurando compreender de que forma estas entidades atuam como estruturas de retaguarda no apoio à comunidade LGBTI+. Verificou-se que todas estas instituições se localizam em Lisboa. Embora não integrassem profissionais

de Serviço Social nos seus quadros, foram inicialmente incluídas, como apresentado no quadro 1, de modo a identificar o conjunto mais amplo de instituições que prestam serviços à comunidade LGBTI+. No entanto, acabaram excluídas por não cumprirem os critérios definidos para a amostra da investigação.

Todo procedimento adotado, visou garantir a confiabilidade e transparência relativamente aos elementos que compõem a pesquisa sobre a prática do Serviço Social junto da comunidade LGBTI+ em Portugal.

A entrevista exploratória constituiu, assim, um recurso fundamental para compreender o lócus da pesquisa, a cidade de Lisboa, onde se concentram informações e serviços relevantes para a comunidade LGBTI+. Este processo permitiu identificar as instituições que efetivamente incluíam profissionais de Serviço Social nos seus quadros. Tratou-se, portanto, de um esforço de diligência para assegurar a participação dos sujeitos adequados, capazes de responder às questões sobre a intervenção profissional do Serviço Social, especialmente alinhadas com o interesse da investigadora em compreender essa prática junto da comunidade LGBTI+.

Este momento corresponde ao que Goldenberg (2004, p. 72) descreve como a fase da "paquera", um período em que se procura conhecer melhor o objeto de estudo, identificar quem já escreveu ou se interessou por ele, e explorar as formas mais adequadas de aproximação.

Para tal, foi essencial o diálogo com profissionais do Serviço Social e com áreas de gestão das instituições responsáveis por autorizar a participação das assistentes sociais nas entrevistas e a divulgação de informações sobre a sua prática profissional com pessoas da comunidade LGBTI+.

Esta etapa revelou-se decisiva, pois o critério inicial consistia em conhecer os serviços existentes e selecionar as instituições que oferecessem atendimentos diretamente enquadrados na prática do Serviço Social. Apesar da existência de serviços variados, incluindo apoio psicológico, social, jurídico e informativo destinados a pessoas LGBTI+, observou-se uma baixa presença de profissionais de Serviço Social nessas estruturas.

A identificação reduzida na inserção do Serviço Social nas instituições, limitou o número de participantes da pesquisa. Contudo, em vez de constituir um obstáculo, evidenciou a necessidade de problematizar a quase ausência de assistentes sociais num campo com elevado potencial de intervenção, considerando os relatos de situações de

violência, discriminação e exploração enfrentadas pela comunidade LGBTI+. Tal constatação reforça a importância da recolha de dados, que demonstra que existe, de forma latente, um espaço claro de atuação para o Serviço Social enquanto profissão comprometida com a garantia de direitos.

Com base nas relações estabelecidas ao longo deste processo, foi possível reunir o material necessário, documentos institucionais e entrevistas semiestruturadas, que permitiu aprofundar o conhecimento sobre o agir profissional e fundamentar a construção da tese sobre a prática do Serviço Social junto da comunidade LGBTI+.

1.1 Método científico

Adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza indutiva pela sua adequação à compreensão de significados, processos e contextos em uma perspetiva dialética, para analisar tensões entre políticas públicas, dispositivos institucionais e práticas concretas. Esta opção permite captar contradições e descoincidências entre o prescrito e o praticado e oferece maior profundidade interpretativa do que alternativas exclusivamente quantitativas ou mistas quando o foco recai sobre sentidos, experiências e processos de trabalho.

A abordagem qualitativa favoreceu as discussões sobre temáticas como o estado e as políticas públicas, e os movimentos sociais que estão na base das conquistas de direitos das pessoas da comunidade LGBTI+. Com base nesse instrumental analítico, se dedicou a recolha de documentos e posteriormente aos contatos diretos com as pessoas que seriam entrevistadas, a fim de identificar e compreender questões objetivas e subjetivas, como perceções, pontos de vistas, desejos ou comportamentos, recorrendo ao meio informático, visto que o período da pesquisa coincidiu com as orientações das autoridades de saúde, para que não houvesse contatos presenciais, o que restringiu as observações em campo, conversas informais, entrevistas presenciais, grupos focais etc.

Esta recolha foi realizada com base em entrevistas semiestruturadas a cinco (5) assistentes sociais, de duas instituições com intervenção com pessoas LGBTI+. As entrevistas foram realizadas por plataforma digital, com duração média de duas horas e trinta minutos, gravadas e transcritas com o respetivo consentimento informado. A pesquisadora, em interlocução com as profissionais, realizou um diálogo que favoreceu a interpretação da realidade social, de forma hegemonicamente descritiva, onde a história ganhou papel relevante para a captura das informações no guião de

entrevistas (Anexo 7), evidenciando-se as questões trabalhadas com os profissionais, a fim de conhecer seus processos e procedimentos do agir profissional em Serviço Social.

Reconhecem-se as limitações da dimensão amostral, foco territorial e possível viés institucional, assumindo-se a ausência de saturação empírica como limitação e agenda para estudos futuros. Assim, mesmo com as restrições, os resultados foram analisados, fundamentalmente, com base na interpretação sistemática, ordenada por inferências que não poderiam ser analisadas sob o prisma do paradigma restrito, mas por uma visão holista que entende a realidade a partir de um movimento dinâmico.

Esse procedimento, segundo Chizzotti (1991, p. 82) justifica que "a descrição minudente, cuidadosa e atilada é muito importante; uma vez que deve captar o universo das perceções, das emoções e das interpretações dos informantes em seu contexto", como caminho necessário que se buscou para encontrar os nexos e mediações que nos levaram à interpretação das habilidades, dimensões teórico-metodológicos e técnico-operativas, no diálogo com os profissionais do Serviço Social, no exercício da prática institucional com a comunidade LGBTI+.

Bauer & Gaskell (2012) afirmam que essas etapas são significativas e rigorosas e devem ser enfrentadas desde o início da investigação. Neste sentido, teve-se como eixo analisar as questões de ordem objetivas e subjetivas ou simbólicas, tomando por base a perspetiva dos próprios participantes, como ponto de apoio ao exercício de reflexão sobre a prática dos assistentes sociais com pessoas da comunidade LGBTI+, cuja interpretação procurou entender a razão do como e o porque das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, tendo em vista as determinações das novas identidades, as quais se encontram no movimento de transição, provocadas por ruturas nas instituições e práticas sociais que marcaram a sociedade moderna em crise.

A sistematização de três fontes (teoria, documentos e depoimentos dos profissionais) possibilitou a seleção de extratos de trechos e testemunhos relevantes, para estabelecer as categorias que sugiram tanto na bibliografia analisada, quanto nos depoimentos dos profissionais, para dar sentido ao agir profissional. A combinação dessas técnicas possibilitou estruturar os procedimentos como propõem Kvale e Brinkmann (2015), visando enriquecer a base de dados e, consequentemente, a análise e, por consequência, a validação da interpretação dos dados recolhidos.

A pesquisa sobre a prática do assistente social junto à comunidade LGBTI+ visou compreender as transformações sociais historicamente determinadas, provocadas por

movimentos concretos de mutação da realidade contemporânea (Gil, 2008; Iamamoto, 2011; Zizek, 2000) ao confrontar a história em seus momentos de negação e ideação, para a constituição de uma identidade real negada e afirmada, na medida em que foi se traduzindo em momentos de afirmação e constituição enquanto sujeitos de direitos e de liberdade, não como algo causal ou mesmo acidental, mas uma identidade forjada nas lutas das pessoas, as quais podem e precisam ser recuperadas do ponto de vista do movimento social, que exige serviços socioassistenciais e garantia de direitos humanos e sociais, nesse trajeto de constituição de uma identidade sócio histórico, ou seja, os determinantes para a construção da tese, visto que se buscou capturar os elementos representativos dos problemas que compõem os dados teóricos e empíricos que constituem o fio condutor da tese (Zanette, 2017).

Inicialmente, ainda que de modo preliminar, procurou-se uma teoria que possibilitasse elencar as categorias heurísticas e de autores que pudessem favorecer as bases teórico-epistemológicas e, para se pensar o exercício da prática dos profissionais dos Serviço Social, e, para isso, foi fundamental apreender a reforma da legislação portuguesa, isto é, as categorias que possibilitassem a compreensão sobre a realidade das instituições que atendem à comunidade LGBTI+. Houve como perspetiva fundamentar os argumentos sobre a problemática do objeto de estudo (a prática do Serviço Social com a comunidade LGBTI+), construindo processos de reflexão, na busca da pesquisa bibliografia e documental, que pensasse a cientificidade "como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinónimo de modelos e normas a serem seguidos" (Minayo, 2008, p. 12). Isto é, os fundamentos traçam a interpretação sobre os dados relativos ao objeto da pesquisa, portanto, a construção do marco referencial com suas categorias abstratas e concretas, além da definição dos instrumentos de coleta de dados, dos espaços profissionais e do público-alvo, ou seja, os profissionais do Serviço Social (Minayo, 2008).

Neste ambiente de mutação geral e particular inscreveram -se movimentos específicos, constituídos sob contradições e afirmações de novas trajetórias, sujeitos e identidades, onde se procurou pensar a prática do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+. Portanto, um momento de imersão investigativa junto aos movimentos concretos de mutação societal para apanhar os nexos constitutivos dessa identidade particular, com intuito de dar sentido à própria profissão, na encruzilhada das transformações sociais, particularmente, quando houve a necessidade de se compreender os significados, perceções e experiências dos profissionais de Serviço

Social frente às pessoas da comunidade LGBTI+ no cotidiano das instituições de atendimento.

Na sociedade contemporânea, de transição à pós-modernidade, têm-se colocado novos desafios aos profissionais que operam com as várias identidades sociais principalmente na passagem da sociedade moderna e suas constantes inovações. As mudanças societais, quando observadas na aparência fenoménica, seja em relação às subjetividades que passam a se expressar sob experiências e vivências reais, mesmo que (in)conscientes, geram questionamentos essenciais e fulcrais, sob os "diversos momentos históricos e diferentes ramos da ciência, conjunto de crenças, visões de mundo e de formas de trabalhar" (Minayo, 2008, p. 17), que são processos de deslegitimação para a construção de novas práticas socioinstitucionais.

A fase exploratória também permitiu adquirir informações sobre o cotidiano das instituições, quais os espaços onde se desenvolvem as ações profissionais, clarificando diretrizes e normas que serviram para a construção de uma abordagem sobre o Serviço Social e seu campo de actuação. Momento esclarecedor, justamente em relação às respostas obtidas sobre as questões levantadas, quanto à disponibilização dos instrumentos técnicos-operativos utilizados no exercício da prática institucional e, finalmente, sobre as abordagens técnicas manuseadas na relação direta com as pessoas em atendimento.

Suportamos o processo de pesquisa nas orientações de Minayo (2008), quando esta autora afirma que a recolha de determinados elementos é fundamental para o aprofundamento de ideias que inspiraram o conhecimento exploratório e dinâmico, principalmente, quando se trata de um campo de conflitos e contradições relativas à própria natureza humana. Nesse cariz, procurou-se entender o movimento real das lutas e conquistas relativas à comunidade LGBTI+ e à intervenção dos assistentes sociais (Vilelas, 2009).

Esta orientação também está apoiada em Yin (1994), Gangnon (2010) e Thomas (2011), que indicam como lócus da pesquisa aquele onde se desenvolvem processos essenciais, e concentram as instituições que forjaram e forjam a existência de ações de políticas públicas e direito de cidadania às pessoas da comunidade LGBTI+.

As conexões entre o passado e o presente possibilitaram entender os distintos movimentos sócio históricos validados pelas categorias analíticas definidas, as quais puderam servir de norte na condução de uma linha de pensamento, que possibilitou momentos de sínteses sobre as determinações que constituem, na contemporaneidade,

o espaço institucional aberto às novas identidades surgidas com a crise dos paradigmas da modernidade, uma "(…) realidade histórica de seu devir, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia, elaboração de uma norma" (Bruyne *et al*, 1991, p. 16).

Posteriormente, cruzamos o referencial teórico com os dados recolhidos, sobre a prática profissional no ambiente institucional e nas representações do grupo específico, caracterizado na prática profissional do Serviço Social, o que potencializou o entendimento sobre as metamorfoses da vida sócio histórica nos interregnos dos espaços de trabalho (Marconi & Lakatos, 2007).

Compreendemos que essas contradições da sociedade humana que ocorrem em meio a metamorfoses das práticas sociais, muitas vezes são antagônicas ou mesmo negadas, mas que passam a ser elementos constituintes de novas identidades em face do reconhecimento de seus grupos sociais, como a realidade da comunidade LGBTI+.

Para entender a perspetiva da prática do assistente social junto à comunidade LGBTI+, em sua identidade coletiva, foi necessário articular um campo de conhecimentos, com categorias inacabadas, tendo em vista se tratar do conhecimento/reconhecimento desta identidade, como uma realidade recente e pouco estudada, que vem se constituindo em meio aos movimentos e de legitimação no campo da política pública e, portanto, objeto de intervenção do Serviço Social.

Para Ramalho (2021, p.124), essa é uma problemática onde os investimentos científicos são escassos, pois “a investigação científica tem evidenciado que grande parte dos profissionais tem pouco ou nenhum conhecimento sobre as questões da diversidade de género”. Esse autor observa que há um revés no compromisso estabelecido enquanto profissional na divisão sociotécnica da garantia de direitos sociais via serviços socioassistenciais (Faleiros, 2007; Iamamoto, 2011; Netto, 2010; Yazbek, 2009).

Para além da falta de investimento na cientificidade, sobre a comunidade LGBTI+, enquanto identidade portadora de direitos específicos “(…) a experiência profissional nestes campos é muito limitada” (Ramalho, 2021, p.124), e as práticas exercidas guardam relações estreitas com valores consolidados no tradicionalismo, portanto, nesse trilho seus instrumentais teórico-metodológicos são desenvolvidos sob a égide da dimensão da ciência moderna, mas surfando em ondas conservadoras.

1.2 Campo empírico

A etapa inicial para a construção da tese sobre a prática profissional de assistentes sociais junto à população da comunidade LGBTI+ ateve-se em definir o seu universo, seguindo a amostra das instituições que possuem o Serviço Social em seu quadro de serviços sócio assistenciais. A pesquisa se refere somente a Portugal, especificamente ao território de Lisboa, devido a questões logísticas e porque concentra as instituições que trabalham temas relacionados à comunidade LGBTI+, o que propiciou a junção dos elementos que constituem os problemas, sob os quais os profissionais de Serviço Social se debruçam (Gangnon, 2010; Yin, 1994; Thomas, 2011).

Nesse sentido e por consequência, levou à própria restrição do campo empírico, uma vez que seria contraproducente recorrer as diferentes regiões do país, se a base da recolha de informação sobre as instituições que se localizam, nesta cidade, seguem o Guia de Recursos e Serviços – Associações e Movimentos da Sociedade Civil LGBTI+ (CIG, 2020), uma referência central para o desenvolvimento das questões relacionadas à população da comunidade LGBTI+ em Portugal.

No Guia de Recursos e Serviços – Associações e Movimentos da Sociedade Civil LGBTI+ encontram-se listadas 14 (quatorze) associações e ou espaços institucionais que tem atuação distribuídos por todas as regiões de Portugal. No referido Guia concentram-se informações e dados relativos a todas às demais regiões de Portugal e, por essa razão, não foi necessário o deslocamento da pesquisadora para a recolha de informações sobre a temática abordada.

Esse fato também restringiu a análise da prática do assistente social ao território de Lisboa visto que aí também estão assistentes sociais que tem ações práticas com a população da comunidade LGBTI+, uma realidade fática que possibilitou selecionar, inclusive, apenas esse território para a pesquisa empírica, tendo em vista que a pesquisa visou à compreensão da prática profissional dos assistentes sociais e não as características específicas da população da comunidade LGBTI+, portanto, o próprio objeto de estudo possibilitou a delimitação do universo da pesquisa, de forma duplamente justificada, já que está calcada na localização das instituições que concentram as informações sobre as ações voltadas à a comunidade LGBTI+.

A escolha das instituições, nesse momento, se baseou no tipo de serviços oferecidos e que tivessem em seus quadros funcionais, profissionais de Serviço Social, como dito anteriormente. Por essa, razão buscou-se informações institucionais

relativas à missão de "Integração Social e Combate a Violência e a Discriminação da População Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo – LGBTI+ em Portugal. As instituições que possuem, em suas missões, apoio a vítimas de violência, bullying, expulsão de casa e expressão de género, especialmente, lésbicas, gays e bissexuais, além de associações com serviços distintos e que prestam assistência especializada a homens e rapazes sobreviventes à violência e abuso sexual.

A baixa inserção de profissionais do Serviço Social, mostra-se como um campo da prática profissional ainda em construção, pois a apropriação da política pública voltada à comunidade LGBTI+, não é reconhecida integralmente, em termos profissionais, nesse campo de intervenção. Isso leva-nos à pensar que se trata de um novo campo paradigmático, que exige uma revisão dos apanágios teóricos-epistemológicos e técnicos-institucionais da profissão em Serviço Social, pois como pressupõe Amaro (2008), são os campos paradigmáticos do Serviço Social, que tratam de uma categorização das teorias em presença, e trazem em termos práticos, o que se chama de paradigma vigente associado ao conservadorismo, e outros paradigmas, segundo essa autora, como paradigma das estruturas, o paradigma de correlação de forças e o paradigma crítico, este último, embora já traga o debate sobre a pós-modernidade, ainda em construção, não traz uma reflexão clara sobre as novas demandas das identidades emersas da crise da sociedade moderna, a fim de atingiram o patamar da perceção de Nogueira e Mioto, quando afirmam:

> (…) o Serviço Social adquire um novo estatuto a partir da posição do novo paradigma. É justamente através dessa apropriação que as ações profissionais encontram um novo espaço para a discussão. (…) construir essa nova posição do Serviço Social impõe colocá-lo no âmbito da discussão interdisciplinar (Nogueira e Mioto, 2006, p.9).

Assim, diante desses procedimentos a recolha de dados restringiu-se aos dados das instituições A e B que empregam assistentes sociais, especificando as ações desenvolvidas por essas instituições, nas práticas profissionais. O que reduziu o campo empírico, buscando estabelecer nexos, conexões e mediações que possibilitassem construir um fio condutor dos elementos explicativos, capazes de favorecer a construção dos pressupostos e argumentos relativos à tese sobre a prática profissional do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+.

Destaca-se, no quadro 1, o total de 14 (quatorze) instituições (à data) que têm ações a nível nacional, embora suas sedes estejam instaladas em Lisboa. As

instituições estão codificadas de modo a atender o critério da não identificação, portanto, elas passaram a ser nominadas pelas letras do alfabeto português, em acordo com a orientação normativa do Comitê de Ética.

QUADRO 1- ASSOCIAÇÕES E ESPAÇOS INSTITUCIONAIS QUE ATUAM COM A COMUNIDADE LGBTI+ EM LISBOA

Instituição	**Localização**	**Linha de Atuação**	**Demandas à profissão de assistentes socais**
Instituição A	Lisboa	Atuação na área da violência sexual, especificamente contra homens e rapazes, centrada em direitos humanos, trauma e violência sexual.	Ação de proteção física e subjetiva.
Instituição B	Lisboa	Tem por base tratar de traumas decorrentes da sexualidade LGBTI+.	Ação psicossocial direcionada à identidade LGBTI+
Instituição C	Localização: Nacional, com sede em Lisboa	Apoio de familiares a pessoas da comunidade LGBTI+.	Apoiar com suporte ao enfrentamento das diferentes formas de violência, aceitação e opressão a pessoas da comunidade LGBTI+
Instituição D	Lisboa	Protagonizar ações de inserção e, por consequência, no combate ao isolamento, destacando-se nas diferentes identidades da população da comunidade LGBTI+	Promoção de ações de formação quando aos direitos sociais e humanos na garantia de diretos de cidadania.
Instituição E	Lisboa	Inclusão de pessoas não binárias em termos de gênero e orientação sexual, visando a reafirmação de identidade e questionamento das normas sociais.	Promoção de ações para o reconhecimento desta identidade social.
Instituição F	Lisboa	Ultrapassar os dogmas religiosos quanto à questão da orientação sexual e de gênero.	Mobilizar a sociedade quando a aceitação de pessoas com identidades LGBTI+
Instituição G	Lisboa	Atua na autodeterminação das identidades e corpos, enfatizando direitos na contra face da discriminação, expressões de género; destaca a liberdade de género para todas as pessoas.	Promoção de ações de formação em respeito aos direitos das identidades da população LGBTI+.

Instituição	Localização	Linha de Atuação	Demandas à profissão de assistentes socais
Instituição H	Lisboa	Atua na defesa da diversidade de género, sexo, género, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, idade, instrução, situação económica, condição social, estado de saúde ou orientação sexual.	Promoção de ações de interseccionalidade para o combate ao racismo e misoginia, e todas as formas de não-discriminação.
Instituição I	Localização: Nacional, sede em Lisboa	Aborda questões de género e sexualidade sob questão fundada na subjetividade.	Atuação na promoção de três áreas essenciais: formação, serviços clínicos e investigação.
Instituição J	Localização: Nacional, com sede em Lisboa	Ação de combate às formas de discriminação quando a identidade homossexual.	Ações de combate e prevenção da discriminação da homossexualidade.
Instituição K	Lisboa	Promoção da integração social da população LGBTI+ e das suas famílias, para a melhoria da qualidade de vida; contra a discriminação e pela igualdade de género.	Promover ações de combate a discriminação por gênero, vista o direito à igualdade de direitos sociais e humanos.
Instituição L	Lisboa	Promoção de intervenção em apoio a situações de violência doméstica/familiar, acompanhamento psicológico a pessoas da comunidade LGBTI, com prioridade à juventude vítima de violência por razão da sua orientação sexual na família, na escola e em casais do mesmo sexo, em apoio à situação de vulnerabilidade/crise.	Ação de promoção, atenção e garantia de retaguarda à população da comunidade LGBTI+ e familiares.
Instituição M	Localização: Cobertura Nacional, com sede em Lisboa	Ação voltada a questões relacionadas a transsexualidade	Promoção de ações voltadas a garantia de direitos a essa população específica.
Instituição N	Lisboa	Ações e formação e entretenimento relacionados à população LGBTI+.	Promoção de ações destinadas a compreensão e valorização das identidades LGBTI+

Fonte: Elaborado a partir de dados recolhidos no Observatório da Discriminação (2023).

O Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+ (2020), da ILGA Portugal, foi a base de recolha de dados sobre as demandas para a prática profissional de assistentes sociais, pois, como dito anteriormente, a cidade de Lisboa aglutina as denúncias por violências e violações de direitos contra pessoas vinculadas à comunidade LGBTI+ e que demandam ações voltadas ao combate da discriminação, sobre as quais assistentes sociais têm por função atendê-las.

Na análise dos princípios, diretrizes, normas, missão das instituições percebeu-se, como anteriormente já dito, que das 14 instituições elencadas, apenas duas dispunham de atendimento de profissionais de Serviço Social, portanto, a maioria destas, ou seja, 12 (doze) instituições listadas não possuíam os critérios necessários para integrarem o *corpus* da pesquisa, que é a prática do Serviço Social junto a comunidade LGBTI+, haja vista não disporem, em seus quadros técnicos, profissionais da área de conhecimento de interesse para a recolha de dados e análise.

1.3 Universo e Amostra

Face à falta ou baixa inserção do Serviço Social no campo dos direitos socioassistenciais, voltados à comunidade LGBTI+ optou-se por uma amostragem intencional (*purposive sampling*) que tem como perspetiva tratar de questões relativas a exploração de experiências específicas (Patton, 2015). Contém o carácter não probabilístico, visto que a identificação de todos respondentes, se trata de informações de carácter subjetivo, o objetivo das entrevistas visou trazer à luz da conceção destes profissionais, particularmente, as ações da prática com comunidade LGBTI+. Essa questão em si tornou-se básica para a escolha da amostra e foi considerada como a mais adequada, pois como reflete Stevenson (1981), ao se tratar das questões de ordem subjetiva das pessoas entrevistadas, a variabilidade das respostas não é estabelecida com precisão, pois se trata de dados obtidos com base na própria individualidade dos informantes, conceções, valores etc.

No caso da pesquisa sobre a prática profissional dos assistentes sociais, teve-se o cuidado de contactar a totalidade dos profissionais e, nesse sentido Costa Neto (1977) valida o carácter do pesquisador ter conhecimento do público inquirido sob essa modalidade de amostra, em face da representatividade da mesma, por esse motivo refletem a totalidade da população, não havendo óbices para a utilização desse método

de recolha de dados, pois ela é apoiada na representatividade total das assistentes sociais entrevistadas.

Em conformidade com Ramalho (2021) quando pensa que o fato de se constituir como um novo campo de trabalho, portanto, ser recente e ao mesmo tempo inovador, seja pela falta de uma formação capaz de entender essa identidade específica e com características díspares, o que impõe a necessidade e o esforço na apreensão deste fenómeno em termos teóricos e práticos, com técnicas e instrumentais capazes de analisar os determinantes da sociedade moderna em crise, quando das teorias sociais centralmente constituídas sob instituições moldadas no contexto da hegemonia da cultura heteronormativa e esta exigir uma compreensão não binária, pautada pela interdisciplinaridade para o conhecimento, ou seja, "um comprometimento ético para o assunto que se busca estudar" (Menezes, 2018, p. 189).

Nesse contexto ao Serviço Social cabe uma postura ético-política de entendê-los como "sujeitos de diretos, pois, no seio da categoria profissional, – ao menos teoricamente – o status de "pioneiro" em se posicionar em relação à luta a favor dos direitos da população LGBTI+" (Menezes, 2018, p. 190).

Esse momento de decisão foi importante quanto à obtenção de dados, daí a opção por elementos deliberadamente intencionais, tendo em vista a característica das informações necessárias e as especificidades que as mesmas exigiam, em termos do conhecimento da prática dos profissionais do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+ em Portugal.

Isto já revelou a baixa representatividade e o pouco reconhecimento da própria ação profissional dos assistentes sociais nesses espaços, portanto, um campo profissional ainda por ser afirmado em termos do reconhecimento das capacidades e habilidades, o que leva ao exíguo campo da ação profissional do Serviço Social, que levanta a urgência em se discutir a fragilidade da intervenção com a OIEC (Ramalho, 2021).

As instituições que possuem assistentes sociais em seus quadros, com intervenção com as pessoas da comunidade LGBTI+ foram anonimizadas, com o propósito de sigilo e pelo compromisso ético em preservar suas identidades, por isso receberam a denominação alfabética A e B. Essas instituições listadas, possuem ações e práticas de intervenção voltadas à proteção ou a promoção de pessoas com orientação, identidades e expressões sexuais, e encontram-se no comando único das determinações que compõem a política antidiscriminação atrelada à ação social em

Lisboa (onde se encontra o Observatório da Discriminação), lócus da concentração de dados sobre a comunidade LGBTI+ em Portugal.

Na Associação A houve contato com duas assistentes sociais, denominadas de 1 e 2, na Associação B foram feitas contatos com três assistentes sociais, denominadas de 3, 4 e 5, perfazendo um total de 5 (cinco) profissionais, isto é, se atingindo cem por cento dos profissionais que atuam com demandas da comunidade LGBTI+ em Lisboa, portanto, o esgotamento da possibilidade de mais entrevistas.

As instituições selecionadas tratam exclusivamente das violações de direitos relativos às diferentes situações de violência (física e mental). Nestas instituições os profissionais têm atribuições sociais relativas aos serviços sócio assistenciais, visando combater às práticas relativas às queixas das pessoas vinculadas à comunidade LGBTI+ e ofertar ações voltadas a esse público específico da prática profissional.

Nesse território é que se pautam as discussões sobre a administração pública com responsabilidades e compromissos voltados à ação individual e coletiva nos distritos (Cardoso, 2012, 97), "criando campos de tensão e por vezes de contradição" em torno da temática abordada na tese.

Vencida essa etapa, foram preparados os meios de coleta de dados, na medida em que já havia as negociações prévias com livre adesão das instituições em termos do acesso ao material e documentos que pudessem nos colocar em contato com as problemáticas, ações, programas e projetos relacionados à política de combate à homofobia e garantias de direitos sociais.

Em paralelo a recolha documental, foi realizado um levantamento da legislação, programas e projetos que visassem atender as demandas sociais nacionais das populações portuguesas, assim como, a bibliografia mais específica sobre a temática LGBTI+, isto é, a preparação necessária à pesquisa.

As instituições mostraram dispor dos serviços que "(...) interrelacionam com o contexto do qual fazem parte*"* (Bogdan & Biklen, 1994, p. 16), o que nos levou a inquirir as assistentes sociais sobre suas ações interventivas junto às pessoas da comunidade LGBTI+, a fim de se estabelecer os parâmetros para construir eixos analíticos centrais, capazes de possibilitar à problematização quanto aos objetivos traçados, na promoção, no amparo ou, até mesmo, na mitigação dos efeitos relativos às demandas que a comunidade LGBTI+ busca nessas instituições.

Ao entender que o próprio campo de pesquisa era restrito, procurou-se nesse primeiro levantamento, com base em informações existentes, construir uma

sistematização com a caracterização das ações, programas e projetos, em face do acesso aos interesses da pesquisadora. Desta forma, será mostrada a construção de ações referenciadas para a população LGBTI+, ao se tratar dos resultados da pesquisa, ou seja, a recolha de dados foi obtida por meio de análise documental e entrevista às assistentes sociais que exercem suas ações profissionais nas instituições voltadas ao atendimento à comunidade LGBTI+, também anonimadas, a fim de resguardar a não identificação das mesmas, em face das normas éticas e deontológicas.

1.4 Técnica de recolha, tratamento e análise dos dados

Nessa fase, a obtenção de conhecimentos se deu a partir de mensagens obtidas sob o ponto da recolha e tratamento dos dados que partem de uma conceção e vista do emissor, valorizando informações e depoimentos, em que se pode aprofundar os contactos sobre as intenções, motivações e interesses demonstrados, tanto na fala quanto na gestualidade, como apontam Franco (2008) e Bardin (1997, p. 59), ao sugerirem ser esses elementos importantes para o momento da "compreensão espontânea", e que possibilitam ao recetor (no caso específico, a pesquisadora) perceber o comportamento, particularmente quando se confronta com os dados obtidos via documentação manuseada, além dos depoimentos dos profissionais do Serviço Social, em que se pressupõe conteúdo de interesse institucionais. É importante procurar nas entrelinhas a "vigilância crítica" das interferências e dos significados, portanto, o momento de recolha de dados é importante para o próprio processo posterior, que exige decodificação dos dados obtidos.

Para conhecer a intervenção do Serviço Social a partir da natureza institucional, constituídos por ONG, IPSS e Associações que organizam, estruturaram e realizam os acompanhamentos das demandas da comunidade LGBTI+ foram levantadas questões, em que se pudesse tratar das habilidades técnicas e instrumentos de trabalho dos assistentes sociais, cotejando com a base dos dados obtidos e incluídos no PAIOEC, na ENIND e na CIG, (que facultam informações e legislações sobre essa população atendida).

As informações foram recolhidas junto a várias organizações e grupos de interesses (Cf. quadro 1), cuja atuação se centra "não só na autoaceitação, na construção de comunidade, no reconhecimento identitário ou na denúncia de situações

de homofobia, mas também na pedagogia anti-homofóbica e, sobretudo, na exigência da igualdade de direitos" (Vale de Almeida, 2010, p. 46; Ramalho, 2019, p. 304).

Nesse percurso verificou-se uma dupla necessidade: em primeiro plano a conceção desses sujeitos sociais (individuais e coletivos) e, em segundo, as dimensões de identidades culturais das práticas sociais no ativismo LGBTI+, com conceitos de homofobia nas dimensões societárias, institucional e comunitária que passaram a compor um quadro analítico para consolidar e perspetivar o futuro da ação governativa, tendo em vista o desenvolvimento e "(...) a realização de uma igualdade substantiva e transformativa, garantindo simultaneamente a adaptabilidade necessária à realidade portuguesa e sua evolução até 2030" (ENIND, 2018, p.1).

Por essas razões, a apreensão da legislação e das diretrizes governamentais passaram a compor o corpo da tese sobre o contexto das políticas públicas em Portugal, sob uma sequência lógica, observada a partir de ações, programas e projetos capazes de mostrar, em nível nacional, as atribuições e intervenções do Serviço Social junto ao público LGBTI+.

Com isso, pode-se entender as demandas postas à profissão na atualidade, "dentro dos marcos dos projetos sociopolíticos" (Iamamoto, 2021, p. 149), na relação direta com os direitos sociais de sujeitos que acedem os serviços e retaguardas organizacionais.

No desenvolvimento desses procedimentos Zanette (2017) aponta a necessidade de fundamentação da investigação, a fim de possibilitar a identificação de variáveis, com vista a análise dos dados selecionados, com base na aceção teórica e no material obtido por questionamentos feitos aos profissionais do Serviço Social.

Esses dados foram determinantes para a fase da análise e interpretação, o que facilitou compreender os dados representativos das intervenções, sua natureza e objetivos, como fio condutor dos componentes empíricos, os quais seguiram uma sequência lógica em termos de orientações pautadas pelas lutas, conquistas e leis que passaram a ser incorporadas na formulação de direitos sociais à comunidade LGBTI+.

1.4.1 Análise documental

A fase da recolha de dados possibilitou levantar dados importantes para a análise e tratamento do material empírico e documental, quando se procurou entendê-los à luz da teoria, cuja interpretação da realidade passou a ser reconstruída em termos processuais, sob a perceção das mutações e transformações relativas ao movimento

de conquistas que ocorreram, a partir de marcadores sociais caracterizados pelos efeitos da legislação pertinente a esses sujeitos sociais, muitas vezes invisibilizados ou mesmo negados enquanto cidadãos de direitos sociais.

A compreensão da realidade, no caso da metodologia aplicada nessa tese, obedeceu aos critérios de aproximação, observação e distanciamento (Minayo, 2008), como momentos necessários de idas e voltas para delinear os mecanismos que compõem os instrumentos da investigação, das pessoas entrevistadas, dos meios jurídicos de garantia dos direitos sociais e de cidadania, sob um referencial estruturado.

Segundo Bardin (2016) a recolha documental corresponde a um procedimento metodológico em que se busca dados complementares a fim de revelar verificar, confrontar e, muitas vezes, reforçar dados recolhidos em outras fontes. Assim, a técnica da análise documental, possibilitou a contextualização dos depoimentos obtidos com as entrevistas, seja nos aspetos institucionais, quando das conjunturas recentes em termos da afirmação de direitos da população LGBTI+.

Os relatórios institucionais, a legislação e o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAIOEC) e dos documentos internos das instituições foram relevantes para o desenvolvimento da investigação sobre a população LGBTI+.

As instituições pesquisadas, foram doravante nominadas por ordem alfabética (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M e N), mas como dito anteriormente, apenas duas instituições (A e B) foram aprofundadas em termos da recolha de dados, uma vez que correspondiam ao critério definido.

1.4.2 Técnica de recolha de dados

Com base nesses direcionamentos, passamos à elaboração de um instrumento de recolha dos dados sobre o trabalho dos profissionais de Serviço Social, e construiu-se o Guião de Entrevista (Anexo 7) com questões que levassem a inferir um conjunto de possibilidades quanto à intervenção dos profissionais, cujos desafios, em termos teóricos tem mostrado deslocamentos em relação às ações e posições sobre a garantia de direitos às pessoas da comunidade LGBTI+, que vão ao encontro das ações de combate aos fenômenos de discriminação, violência física e psicológica que compõem a homofobia

Nesse sentido, as entrevistas foram cercadas de cuidados para que houvesse um momento relacional capaz de permitir a aproximação da pesquisadora com as profissionais entrevistadas, no sentido de possibilitar e, ao mesmo tempo, obter respostas quanto ao agir profissional, seus instrumentais e técnicas de atendimento. A postura epistemológica adotada seguiu direcionamentos como:

a) quem são os sujeitos que demandam ações concretas da ação do Serviço Social e qual o perfil social dos que são atendidos;

b) que dimensão alcançam as leis de proteção e a intervenção do Serviço Social;

c) essas profissionais conseguem resolver ou mitigar os problemas dos utentes que buscam os serviços socioassistenciais e;

d) o que está em jogo nesse contexto de demandas e ofertas dos serviços.

Esse caminho epistemológico, buscava a própria compreensão das ações realizadas no âmbito da prática profissional, na medida em que uma entrevista, consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas (…) dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações sobre a outra. No caso do investigador qualitativo, a entrevista surge como um formato próprio" (Morgan, 1988 & Burges, 1984, p. 132).

O guião para as entrevistas semiestruradas (Anexo 7) foi construído assegurando coerência teórica, pertinência metodológica, eticidade e alinhamento direto com as categorias de análise definidas, sempre visando a obtenção de dados importantes como: instrumentos/processos; rede/encaminhamentos; ética/anonimato; competências/formação; políticas *versus* práticas; e, constrangimentos contextuais. Portanto, questões visaram entender as especificidades da intervenção profissional do Serviço Social, trazendo à luz a compreensão da prática profissional, a perceção da experiência adquirida nessa prática profissional, e o tempo de atuação com as pessoas da comunidade LGBTI+. Estas questões foram estruturadas de modo a traduzir o próprio domínio da intervenção social em suas variáveis interseccionais (Assis, 2019).

A opção por entrevistas semiestruturadas, parte do princípio da não rigidez em termos das regras para as respostas às questões levantadas. A flexibilidade nas respostas dos profissionais foi considerada sob o ponto de vista de um procedimento orientado por Bravo (1998), quando coloca a necessidade de muitas vezes, de adaptar-se a entrevista segundo a lógica de compreensão do entrevistado, proporcionando aspetos positivos e favorecendo a seleção e a categorização em relação às ações práticas dos profissionais da assistência social, em face de suas experiências. Também

possibilitou potencializar o aprofundamento das questões identificadas no contexto da leitura bibliográfica, ou introduzir novas questões que sugiram no ato da entrevista (Maroy, 1995).

Assim, as questões foram pensadas na perspetiva de favorecer a perceção e o entendimento sobre o trabalho individual ou coletivo do Serviço Social e, também, na possibilidade de trazerem elementos essenciais à compreensão sobre constituição da identidade coletiva da comunidade LGBTI+ (Ramalho, 2021, Menezes 2018). Essa perspetiva balizou-se em uma racionalidade construída por passos sistemáticos e necessários ao entendimento do movimento social LGBTI+ português, suas lutas sociais, histórico de organização e representações desse grupo específico (Cascais, 2006), que impulsionaram a formação das políticas sociais na diversidade, como elementos essenciais à compreensão das demandas da comunidade LGBTI+, e no desenvolvimento da intervenção social em múltiplas vertentes, designadamente na educação, justiça, proteção a crianças e jovens, autarquias, segurança social, habitação, emprego e formação.

As entrevistas, enquanto abordagem de investigação, proporcionaram elementos que repercutiram como um espelho nas questões levantadas sobre os problemas e especificidades que envolvem as intervenções de profissionais do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+, configurando um conjunto de inserções necessárias à reflexão sobre as respostas sociais disponíveis nas instituições. Nesse sentido, a pesquisa trouxe o que pressupõe Duarte (2004, p. 215), quando afirma:

> (…) se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelece no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

Os dados que surgiram pós entrevistas foram confrontados com as estatísticas dos órgãos que estruturam a política de atenção nacional à comunidade LGBTI+. A entrevista, portanto, se constituiu como técnica necessária à compreensão da narrativa que compõe o entendimento pessoal e o processamento de ideias sobre as construções de identidades desses profissionais entrevistados (Bastos & Santos, 2013; Morgan & Burgues, 1984) em face das especificidades fundantes no trabalho cotidiano e nas

informações, contribuições e recomendações que surgem no desenvolvimento de suas práticas profissionais.

As entrevistas foram realizadas sob confinamento por causa dos cuidados relacionados ao vírus da COVID 19, portanto, quando não se podia manter contados presenciais, por videoconferências, gravadas e posteriormente transcritas, para facilitar o cotejamento e confronto com a documentação obtida, e a relação com os instrumentos e técnicas utilizadas para a intervenção social, enfatizando o agir profissional em suas diferentes dimensões, relatadas pelas profissionais, sobre suas atividades, como reuniões, temáticas trabalhadas, encaminhamentos realizados, protocolos, informações sobre problemas registrados nos prontuários e nos relatórios, em suas diferentes formas de informação.

Para além desses procedimentos, no decorrer das entrevistas, buscou-se coerência na relação de troca entre as pessoas envolvidas, isto é, pesquisador(a) e pesquisado(a), o que Goldenberg, (2004) sugere ser importante para estabelecer o alinhamento de ideias e de colaboração em uma condição de respeito e confiabilidade, evitando, assim, divergências e problemas que possam inviabilizar a obtenção dos dados, pois há maneiras de atenuar a complexidade que uma entrevista possa dimensionar, por isso,

> é preciso apontar algumas limitações e dificuldades, como, por exemplo, o constrangimento que pode causar ao pesquisado o fato de ter suas informações gravadas ou anotadas pelo pesquisador. Esta é uma "negociação" que deve ser feita desde logo, para minimizar o problema (Goldenberg, 2004, p. 56).

Um cuidado que possibilitou o conforto e a tranquilidade em relação as entrevistadas, em responderem às questões formuladas, que viessem ao encontro do trabalho exercido nas instituições e mais alusivas à ideia da prática profissional para demandas da comunidade LGBTI+.

1.5 Tratamento dos dados recolhidos

O tratamento dos dados recolhidos foi realizado sob a compreensão de Bardin (2016, p 15) quando afirma que os instrumentos metodológicos exigem “(…) constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' [...] extremamente diversificados”, a fim de se chegar às inferências em termos da hermenêutica e, para isso, é preciso a organização, codificação e interpretação dos dados recolhidos. Para tal, foi necessária

a elaboração de critérios que permitissem a construção de uma sistematização das categorias identificadas (ver categorias), o que nos conduziu à análise da teoria sobre a temática, bem como dos documentos e dos depoimentos das assistentes sociais.

Com base nesses procedimentos chegou-se a construir uma matriz de análise de conteúdo, como propõe Bardin (2016), para a operacionalização e, desta forma, realizou-se os seguintes passos no processo de análise e interpretação dos dados recolhidos:

(i) Pré-análise: leitura flutuante das transcrições e documentos; definição do corpus (5 entrevistas e dos documentos institucionais e instrumentos legais).

Nesse sentido, a pré-análise possibilitou criar um conjunto de referências, que subsidiaram o planeamento da pesquisa de campo e, desta forma, a definição dos eixos temáticos, os quais foram corroborados pela teoria, direcionados aos problemas e demandas da comunidade LGBTI+. Essa análise e procedimentos passaram a definir o próprio *corpus* da tese e, portanto, a amostragem intencional em termos do campo e dos critérios como representatividade e pertinência.

(ii) Exploração do material: selecionando frases e períodos relativos à prática profissional, obtendo unidades de contexto com base nas respostas dos profissionais entrevistados.

O passo da exploração do material caracterizou-se pela unidade de registro, destacando-se fases relativas à prática profissional, isto é a unidade de contexto, enquanto respostas do segmento, sob a codificação, quando se recortou o material, como a territorialização em termos da recolha dos dados, as unidades de registro como a definição dos sujeitos da pesquisa, as temáticas abordadas junto aos profissionais, seus processos de inserção na prática profissional com a categoria específica das pessoas da comunidade LGBTI+, inclusive, pela baixa inserção de profissionais na área de recolha de dados.

(iii) Categorização: estas foram identificadas com base na literatura, mas também por meio de procedimentos éticos (anonimato); instrumentos; rede e serviços socioassistenciais, encaminhamentos; formação/competências; políticas sociais na relação com a prática/intervenção profissional), quando se chegou a temas emergentes como: rotatividade e baixa densidade de profissionais nas instituições que empregam assistentes sociais e ainda barreiras institucionais).

Neste contexto optou-se em abordar todos os profissionais, enumerando as dificuldades e demandas relatadas e, desta forma, elencar a categorização combinando

as leituras teóricas, com normas éticas e deontológicas, encaminhamentos, formação associadas à competência e habilidade profissional na implementação das ações, as quais mostram-se impactadas pela própria rotatividade e as barreiras institucionais. Foram passos que possibilitaram as inferências quanto ao movimento concreto da intervenção profissional, apoiadas nas teorias referenciadas na formação, triangulado os documentos e a experiência dos profissionais.

(iv) Tratamento e inferência: com base nos passos anteriores fez-se uma triangulação com base nos documentos, quadro teórico e nas entrevistas, agregando-se os achados da pesquisa por categorias, as quais foram sintetizadas por excertos considerados representativos, como podem ser vistos na matriz abaixo.

Com isso, o passo da análise e interpretação foi capaz de percecionar as inferências sob os critérios metodológicos indicados enquanto movimento necessário à compreensão dos dados recolhidos, portanto, "uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia) com os critérios previamente definidos". (Bardin, 1977, p. 117).

Neste campo, se procurou, na fidelidade da pesquisa, a definição de categorias teórico-analíticas que conseguissem indicar as particularidades das transformações sociais e que estão na imanência nos dados que se constitui pela subjetividade e que podem ser obtidos sob a pesquisa qualitativa **(**Bogdan & Biklen (1994**)**; Chizzotti (1991**)**; Denzin e Lincoln (2006**);** Lüdke & André, 1986), sob a sistematização dos dados ordenados no âmbito da matriz de codificação tratadas e operacionalizadas, como se observa no quadro 2.

QUADRO 2- MATRIZ DE CODIFICAÇÃO DOS TIPOS DE DEMANDAS/CATEGORIAS PRESENTES NO CONTEXTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À COMUNIDADE LGBTI+

Categoria	**Subcategoria**	**Definição Operacional**	**Unidade de registo (código)**	**Participantes**
Instrumento/ Processos	Encaminhamentos em rede	Referências a articulação com serviços/parceiros externos.	Articulação com entidades parceiras).	2, 4, 5
Ética/ Anonimato	Salvaguardas de confidencialidade	Menções a consentimento, sigilo, anonimização das informações.	"Pedido de sigilo do/a utente…".	1, 4

Categoria	Subcategoria	Definição Operacional	Unidade de registo (código)	Participantes
Formação/ Competências	Necessidades formativas LGBTI+	Declarações de lacunas/necessidade de capacitação; Formação generalista; rotatividade.	"Baixos conhecimentos/competências…" / Inexperiência profissional	2, 4, 5
Políticas / Práticas Sociais	Descoincidências	Divergência entre normas e possibilidades reais	"Falta de recursos impede…"	1, 2, 4 e 5
Problemas/ Queixas	Abandono *Bullying* Discriminação (escola, lar, saúde, trabalho), Violência física (doméstica, policial, sexual, subjetiva)	Orientação/ Campanha de divulgação e de trabalho comunitário, nas escolas, locais de trabalho etc. Encaminhamento às instituições jurídicas	Ausência ou incipientes unidades de retaguarda. Acesso à familia e locais de trabalho.	1, 2, 3, 4 e 5

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo (2021 –2024).

Essa matriz visou articular um conjunto de dados obtidos por diferentes bases de recolha, os quais exigiram análise a fim de interpretar, em termos dos conteúdos emersos os discursos das assistentes sociais, com base em conhecimentos aportados da formação profissional e das experiências práticas relativas à receção e acolhimento dos utentes em seu agir profissional, mas também da análise documental e literatura analisada.

O que Martins (2019, p. 88) entende a partir do que considera "dois olhares para o Serviço Social", na medida em que a identificação dessas categorias no âmbito da prática profissional, exige buscar meios e estratégias para que se possa superar construtos sociais criados no âmbito de uma sociedade conservadora, visando prescrever ações sociais contra processos de preconceitos, homofobia dentre outros, como aqueles descritos por atitudes "antigays" e "antilésbicas" e, com isso, empoderar os sujeitos que vivenciam na prática os processos que limitam direitos de cidadania.

Os preconceitos levam a perda de direitos e ao império dos medos, devido a posturas irracionais discriminatórias em relação às relações homoafetivas que geram

insegurança e abusos, e vão desde ações verbais a atos de violência, originados por sentimentos constituídos por subjetividades heterossexuais.

A profissão de Serviço Social ao ter por fundamento a garantia de direitos, não pode ficar inerte frente a esses tipos de constrangimentos, tensões e violência àqueles cuja identidade sócio afetiva é colocada sob ameaças, inclusive, à vida. Nesse contexto, o Serviço Social enquanto profissão precisa agir e, para isso, é necessário reconfigurar seus horizontes teórico-epistemológicos, para promover, proteger e empoderar os vulnerabilizados, na garantia de direitos aos sujeitos com necessidades sociais.

Assim, a construção da tese inscreve-se no âmbito da crítica necessária e urgente, na perspetiva de repensar a ação/intervenção dos(as) assistentes sociais junto a pessoas/sujeitos individuais e coletivos, em situação de marginalização e/ou vulnerabilidades sociais como apontam Faleiros (2011); Iamamoto (2012); Netto (2007); Payne (2002).

As identidades sociais historicamente negadas ou oprimidas passaram por intensos conflitos até serem visibilizadas em face da crise da sociedade moderna, cuja hegemonia era pautada prioritariamente em duas classes sociais fundamentais, gays e lésbicas, embora outras tantas identidades estivessem imersas, e eram vistas enquanto práticas transgressivas e proibidas. Essas identidades configuradas sob o viés da sociológica clássica da anormalidade, eram vinculadas às classes sociais antagônicas da burguesia/capitalista e do proletariado/operariado, embora outras identidades existissem subsumidas a essa estrutura social (Fontana *et al* 2020).

A homofobia, por exemplo, na perspetiva do conservadorismo, ainda hoje é apresentada como forma de psicopatologia individual, que supostamente levava a um processo psicopatológico de subalternização coletiva, na medida que representa a manutenção da cisnormatividade (Duarte, 2023, Gato, 2022, Menezes, 2018, Ramalho, 2019, Vasconcelos, 2011), manifestada pela angústia de ver ameaçada a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual, resquícios de uma sociedade dominada por conceitos fechados e que se pressupunham a-históricos.

Estas experiências eram vivenciadas através de vários gestos homofóbicos, destinados direta e indiretamente à homossexuais, a exemplo de chacotas, expressões de nojo (cuspidas, gestos obscenos), agressões verbais (xingamentos, desqualificação) ou através de violências físicas, os chamados *bullyings* contemporâneos.

Nesse contexto, foi possível vislumbrar a possibilidade de realizar cruzamentos eficazes para construção de um quadro sobre as categorias referentes às demandas de grupos selecionados e da própria assimilação de profissionais, no campo da prática profissional de assistentes sociais em Portugal.

A análise de conteúdo favoreceu a compreensão sobre os significados dos discursos, para além dos critérios de objetividade das palavras, o que possibilitou a inferência em termos da interpretação desta, em conexão com o referencial teórico, o qual foi cotejado com os dados que emergiram das falas das assistentes sociais.

O entendimento dos depoimentos das assistentes sociais, suas maneiras de examinar a problemática, a linguagem utilizada nos contextos específicos da prática profissional, nos possibilitou entender as dinâmicas das intervenções no âmbito profissional, as normas e códigos sociais implicados nesse agir profissional, ajudando a detalhar os processos de trabalho realizado.

A articulação entre a análise documental e as entrevistas, associados à leitura teórica, isto é, distintos procedimentos metodológicos, foram processados à luz da abordagem qualitativa, como dito anteriormente, tendo em vista que se buscava a compreensão sobre a prática profissional de assistentes sociais com a comunidade LGBTI+, uma realidade ainda pouco pesquisada.

O tratamento dos dados exigiu conceções, tendo em vista se tratar de uma prática profissional, com pouca análise das experiências de terreno, portanto, uma prática em construção, cuja interpretação das questões obtidas na recolha dos dados trazem elementos que colocam a necessidade de imersão de cunho subjetivo e cultural, visto ser a emergência de um terreno novo para os profissionais abordados. Seus depoimentos trazem um contributo, sobre a necessidade de uma formação profissional aberta a essas novas demandas vinculadas a identidades específicas, particularmente, em relação à justiça e ética, as quais são eivadas de suas visões de mundo, de significados e de vivências com os indivíduos utentes.

Estas características da pesquisa não coadunavam, efetivamente, com análise de dados estatísticos, mas ao contrário, exigiam, essencialmente, a captura da realidade a partir da reflexão obtida dos profissionais, sobre o agir profissional nesse movimento de investigação. Nesse sentido, focou-se nos próprios depoimentos dos profissionais, particularmente, nas suas formas de agir e nos conteúdos de suas abordagens e encaminhamentos realizados com as pessoas da comunidade LGBTI+.

A interpretação sobre as questões levantadas no guião da entrevista e, ao mesmo tempo, a exploração, em termos da reflexão, sobre as experiências vivenciadas por essas profissionais juntos à comunidade LGBTI+, foram processadas e confrontadas com as leis e informações obtidas em documentos das instituições, que gerem os recursos relativos ao tratamento das problemáticas relacionadas às demandas desses utentes, suas motivações, emoções, potencialidade e possibilidades de resolução de seus problemas.

A leitura da realidade priorizou o ponto de vista das assistentes sociais, para dar sentido as suas conceções sobre os códigos sociais emitidos, a partir de suas falas, sua "intuição, exploração e subjetivismo" (Minayo, 2008, p. 22), portanto, o dito em seus discursos e depoimentos sobre a prática profissional, cujos dados e impressões se fizeram de modo descontraído, apesar de obtidos por meio da tecnologia informacional da rede mundial de internet, sob a forma de videoconferência na plataforma Zoom, se pôde visualizar expressões das assistentes sociais entrevistadas, cuja confiabilidade parecia expressar um ponto de vista próprio, caracterizando o "(...) facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista" (Briggs, 2011, p. 46).

A análise dos dados obtidos sob diferentes perspetivas e dimensões, confrontando teoria e inquirição da prática tendo em vista extrair e ao mesmo tempo apreender questões e desafios postos à profissão, no decorrer de uma trajetória sociotécnica que vai do conservadorismo à renovação, a fim de acompanhar o movimento geral da sociedade, do autoritarismo à democratização; da construção do estado de bem estar social ao desmonte dos direitos, com o retrocesso dado pelo neoliberalismo e pela redução do estado, ou seja, esse estado se transformando em mínimo em termos de direitos e máximo ao mercado como móvel da regulação social.

Entre estes movimentos estruturais e conjuntarias assenta-se as lutas em busca de transformação e de manutenção sob uma dialética em que as instituições sociais passam por mudanças e reconfiguração, para atender os sujeitos sociais em ascensão e/ou em crise. Neste interregno investiu-se na reflexão visando decifrar códigos axiológicos que se mostram nos protocolos institucionais.

Nesta tese compreende-se a intervenção do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+, como uma ação concreta de garantia de direitos aos sujeitos individuais e coletivos com características próprias e direitos difusos, emerso na crise da modernidade, portanto, em um momento de transição à pós-modernidade, quando

suas lutas passam a ter reconhecimento social, gerando direitos sociais específicos. Hall (2006) entende que esses sujeitos (individuais e coletivos) atravessaram a crise do operariado enquanto sujeito único e que explodiu e levou à superfície identidades diversas e múltiplas.

As novas identidades reivindicam atenção em termos de ações sociais voltadas à sua promoção social, em face de necessidades básicas e especiais, ou seja, sujeitos sociais que precisam ser tratados via direitos sociais e de cidadania, sob as possibilidades e orientações garantidoras de condições humano-sociais, com abertura para um novo campo de ação e intervenção institucional aos profissionais do Serviço Social.

Desta forma, o Serviço Social enquanto profissão precisa estar vigilante e ter cuidado, particularmente, porque precisa rever seus conceitos para redefinir normas, códigos e orientações profissionais, em um repensar sobre as práticas sociais, reinventando a intervenção, diante da sociedade contemporânea (Fontana *et al* 2020), na medida em que são profissionais e, ao mesmo tempo, indivíduos que compõem essa mesma sociedade, com papéis relativos a uma dimensão prática social, que tem por pressupostos teórico-práticos proporcionar bem estar aos necessitados de acolhimentos, em suas dores e violações de direitos, portanto, atender as demandas relacionadas a assuntos de foro heteronormativo ou homo(a)normal.

A legislação nacional portuguesa, nesse sentido, concebe-se, no intervalo das lutas sociais dessa comunidade, mesmo em face das "políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista" (Harvey, 2011, p. 16) direitos, os quais precisam ser rececionados ao entendimento da realidade social da comunidade LGBTI+, nos espaços institucionais do Serviço Social, onde "cada vida pode ser vista como sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, expressão da história pessoal e social, representatividade de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre a liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais" (Goldenberg, 2004, p. 36).

Essa legislação traça objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos no Plano de Ação e Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e

Expressão de Género e Características Sexuais-PAIOEC (2022)[1], que faz parte da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (Meta 2018-2030). Nesta legislação encontram-se as diretrizes que preveem o ordenamento jurídico, para o trabalho em rede, de acordo com os níveis de proteção, promoção social, ao estabelecer metas para o estado providência (Amaro & Branco, 2011).

Nestes termos, a própria posição que a profissão ocupa na sociedade contemporânea prescinde de reestruturação de seus arcabouços institucionais a fim de incorporar as novas legislações referentes aos direitos dos sujeitos sociais no contexto de crise e transição, como apontam Nogueira & Mioto (2006). Trata-se, de trazer para o âmbito da prática profissional os conceitos e legislações que dão abertura para o exercício profissional nas Instituições Particulares de Solidariedade Social-IPSS e das Organizações Não Governamentais-ONG, que apresentam procedimentos padrões, alicerçados nas normas legislativas nacionais, e que para o governo, se encontram aptas ao funcionamento da política pública voltada ao novo sujeito social LGBTI+ e suas demandas específicas.

Por isso que a tese busca apreender os parâmetros científicos/institucionais, enquanto requisitos à compreensão de nexos das mediações quanto aos parâmetros necessários às intervenções sociais. Um olhar que captura os elementos objetivos e subjetivos a fim de operar no interior das relações sociais.

Nessa dialética entre o dito e o não dito tornam-se possível visualizar e, ao mesmo tempo, refletir sobre o reconhecimento das identidades emergentes na comunidade LGBTI+ (Zizek, 2000), e o que o Serviço Social precisa apreender em suas dinâmicas institucionais e multiculturais no contexto da legislação portuguesa, que possam proporcionar ações sociais capazes de enfrentar as necessidades e as vulnerabilidades, garantindo serviços socioassistenciais em rede, como condições de bem-estar social.

O Serviço Social é uma profissão de carácter interventivo e, por essa razão, busca captar, em suas lentes de análise, as situações sociais que provêm da comunidade LGBTI+, particularmente no que se refere às demandas imperativas aos determinantes da sociedade em transição, tendo em vista poder mediatizar sua intervenção para além da crise dos padrões que estruturaram as organizações sociais na sociedade moderna

[1] Aprovado pelo Governo no arcabouço da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual (ENIND), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio.

(Guerra et al, 2023). Por isso, sua prática junto à comunidade LGBTI+ deve trazer o movimento constitutivo e a crítica essencial ao padrão sociotécnico, operado sob os parâmetros da sociedade regida pela compreensão da família monogâmica e heterocêntrica.

Desta forma, podemos contribuir para que o Serviço Social se aproprie das novas configurações socioeconômicas, culturais e as diversidades, como um desafio imposto pela sociedade contemporânea à profissão, devido a "necessidade de os assistentes sociais estarem qualificados profissionalmente para intervir com pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros e Intersexos" (Ramalho, 2021, p. 122). Isso exige que profissionais (assistentes sociais) se centrarem na análise das demandas colocadas por esses novos sujeitos de direitos e, portanto, voltando-se aos problemas sociais específicos, antes escamoteados e ou vistos como personalidades desviantes ou mesmo doentias (Fontana, *et al,* 2020; Mott, 2003; Rodrigues, & Toschi, 2019).

Para se apropriar dessas novas determinações da vida social contemporânea e pensar sobre os pressupostos teóricos e práticas passa-se a descrever os caminhos e os (des)caminhos que surgiram no decorrer da pesquisa que visam dar sustentação aos argumentos da tese sobre a prática do Serviço Social junto à Comunidade LGBTI+, como se procura mostrar nos itens seguintes.

1.6 Princípios Éticos na Pesquisa

A ética no conhecimento que aborda o debate sobre a Comunidade LGBTI+, que para Ramalho (2019) desponta como uma das discussões mais pontuais no espaço da média, nem sempre positiva, mas que consegue provocar olhares da sociedade e, principalmente, de profissionais assistentes sociais, isto porque os impasses postos no contexto da diversidade apresentam, como pano de fundo, o que seria a realidade da garantia de direitos em detrimento às questões homofóbicas, tornando-se abordagens necessárias à compreensão sobre o tema.

A aceitação dos valores sociais em construção são o ponto de partida que a pesquisa solicita quando da necessidade de salvaguardar as questões éticas de cunho investigativo, garantindo o anonimato e a identidade das pessoas entrevistadas.

O dever de confidencialidade não é absoluto e, pode ser ultrapassado pelo dever de proteção face ao dano. "Em determinados contextos de investigação, pode acontecer que sejam identificadas ameaças graves e credíveis à segurança de

indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou vítimas de crimes públicos ou semipúblicos" (ISCTE, 2016, p.6).

A todo o momento a pesquisa seguiu os ditames do Comité de Ética do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Anexos 3, 4 e 5), levando em consideração os princípios éticos e a regulamentação que propõe o Comité por meio de seu Despacho 086/2016.

Por isso que a qualidade da investigação se tornou num ponto fulcral no processo de pesquisa, como a livre participação das entrevistadas e o consentimento em participar (Anexo 2), contribuiu à veracidade das respostas.

O rigor da investigação sugere que sejam estabelecidos parâmetros de recolha e armazenamento de dados de forma segura, pois para além do crescimento de resultados na cientificidade e seu uso por diferentes autores e pesquisadores, a supervalorização e ou subestimação dos dados coletados podem criar a necessidade de controle e sistematização dos experimentos, prevenindo futuros impactos causados nas pessoas e sociedade geral (Sarmento, 2005). Nesse sentido a postura da ética na pesquisa deve pautar-se em consideração sobre as condições sócias humanas das pessoas.

No decorrer desta investigação, na fase de recolha de dados, foram entrevistadas assistentes sociais, envolvidas nas instituições analisadas, capazes de dar consentimento informado. Esses dados pessoais não sensíveis, recolhidos e processados, trazem dados caraterizadores do grupo entrevistado, como idade, sexo, formação, anos de serviço e dados estatísticos secundários caracterizadores dos territórios analisados, assegurando o anonimato e a proteção dos dados recolhidos nesta investigação.

CAPÍTULO 2

Movimentos sociais na trajetória de constituição da identidade da comunidade LGBTI+

2.1 Novos atores sociais entram em cena na redemocratização de Portugal

A construção de um movimento de destituição ditatorial se concretizou em 25 de abril de 1974, data conhecida como marco da queda do despotismo e do Estado português em um regime democrático. Santos (1984), aponta que as transformações emersas das lutas dos movimentos sociais produziram a rutura autocrática.

A Revolução dos Cravos, em 25 de abril, sem dúvida, repercutiu de modo amplo e profundo na história portuguesa e europeia e contribuiu para o fortalecimento e manifestação de movimentos sociais associados às classes populares.

No decorrer da democratização da sociedade portuguesa no Pós-Revolução se buscou instaurar um governo democrático/popular que implementasse direitos civis e sociais, "direitos e deveres em função de uma série de variáveis tais como a idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal etc." (Benevides, 1998, p. 4). O foco era o combate ao poder dos monopólios. Com a redemocratização houve o compromisso em melhorar a qualidade de vida, seja dos trabalhadores, seja da população portuguesa em geral.

QUADRO 3- EVOLUÇÃO DOS DIREITOS LGBTI+

Data	Direitos Reconhecidos
1982	A homossexualidade é permitida no nosso país
1999	Foi declarado que homossexuais e bissexuais poderiam ingressar nas forças armadas.
2001	Os casais homossexuais viram os seus direitos perante uma união de facto reconhecidos
2003	A homossexualidade é protegida pela lei do código do trabalho
2004	A orientação sexual é incluída no artigo 13º do princípio da igualdade na Constituição portuguesa.
2007	É criada uma lei no código penal que protege os homossexuais da discriminação e ofensas à integridade física.
2009	Foi introduzido o tema da homossexualidade na educação sexual escolar.

Data	Direitos Reconhecidos
2010	Foi promulgada a lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, considerado um grande passo para a aceitação da homossexualidade em Portugal.
2011	É criada a Rede sobre Trabalho Sexual, com profissionais do sexo, projetos que intervém com estes/as profissionais e investigadores/as. Esta rede defende os direitos das/os trabalhadoras/es do sexo e promove a ideia de que "trabalho sexual é trabalho", sendo ativa na articulação das suas opiniões para a mídia.
2013	17 de maio de 2013: aprovada a lei da condução, para que homossexuais possam co adotar os filhos adotivos ou biológicos dos parceiros.
2015	6 de fevereiro de 2015: Parlamento reprova projetos de lei do Bloco de Esquerda e do PS para alargar a Procriação Medicamente Assistida (PMA) a todas as mulheres, eliminando restrições em função do estado civil e orientação sexual.
2015	18 de dezembro de 2015: aprovada a adoção por casais homossexuais.
2016	25 de janeiro de 2016: Cavaco Silva veta lei de adoção por casais homossexuais e a alteração à lei do aborto.
2018	7 de agosto de 2018: a Lei no 38/2018, de 7 de agosto, estabelece o direito e proíbe qualquer discriminação em função do exercício do direito à identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais.
2021	Novembro de 2021: parlamento aprova fim da discriminação da orientação sexual da doação de sangue. A Assembleia da República aprova por unanimidade a proibição da discriminação na doação de sangue em função da orientação sexual. A atualização da Norma no 009/2016 reforça os princípios da não-discriminação durante a triagem clínica.
2023	21 de abril de 2023: Os projetos de lei para a criminalização das práticas de conversão sexual foram aprovados na Assembleia da República. Para além deste projeto de lei foram aprovados outros relacionados com a proteção e livre desenvolvimento da orientação sexual, identidade ou expressão de género de uma pessoa ou das transições para afirmar a identidade ou expressão de género autodeterminada de alguém.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do Observatório da Discriminação LGBTI+ Portugal – Mentalidades, direitos, 2023.

Para Santos (1984) foi nesse cenário de profundo antagonismo político/social, que as mobilizações sociais foram ganhando forças, compreendendo a realidade social antidemocrática. Eram movimentos sociais organizativos, que contavam com as esquerdas, e sob representações das alas progressistas da igreja, intelectuais e o operariado, formaram uma grande e intensa aliança, que lutavam pela rutura da repressão e da crise estabelecida ao longo de 1969, foram movimentos de resistência,

que favoreceram a construção de novos espaços públicos, sob princípios e tradições populares e democráticas.

Nesse especto, a constitucionalidade e a universalização de direitos incorporados ao Estado Providência (Amaro, 2006), vinham ao encontro da linha de intervenção de políticas sociais, cujo ordenamento jurídico reintroduziu a cidadania e os direitos sociais, contextualizando os modos operantes subscritos na ordem jurídico-política da Constituição portuguesa. Embora essencial ao processo de reconstrução democrática, os movimentos e as pressões sociais provocadas pelos grupos organizados "conseguiram uma construção apenas irregular, feita de avanços e recuos" (Fraser, 1997 & Honneth, 2003 *cited* Lima 2014, p. 3).

A composição da classe trabalhadora, nessa época, era complexa e multifacetada (Yazbek 2006), constituindo-se basicamente pelo operariado urbano oriundo da zona industrial de Lisboa, aliada a essa classe, havia uma pequena parcela da burguesia assalariada, que estava dispersa entre as grandes e médias cidades (Santos, 1984), compunha essa classe trabalhadora, também, trabalhadores rurais alentejanos, constituindo, assim um movimento popular de base democrática, que visava e ansiava os mesmos objetivos.

Essa organização heterogénea popular, conseguiu coligar vários setores de centros urbanos e das municipalidades (Bento, 2017), atingindo a amplitude capital/municípios, nas mais diversas áreas da vida social e suas especificidades, culminando com a "administração local, habitação urbana, gestão das empresas, educação, cultura e os novos modos de vida, reforma agrária, relações de dominação e subordinação nos campos etc." (Santos, 1984, p. 509).

Com o fortalecimento do processo de sociedade organizada e participativa, a gestão democrática cidade/campo resultou em passos importantes para a construção de um sistema de proteção social voltado a toda população, com regime não contributivo e inclusivo para as pessoas em pobreza extrema (Silva, 2011; Montaño 2021).

Para Rodrigues (2010), a proteção social era fundada nos valores e princípios da universalização dos direitos sociais, com o discurso assumido na redemocratização acentuou e reafirmou a necessidade de construção de uma cidadania com eixos na focalização, dada a composição ou emergência de novos sujeitos sociais na cena política, que reivindicavam direitos específicos, tendo em vista que os direitos

universais eram abstratos e não atingiam essas novas identidades sociais, como a da comunidade LGBTI+.

A nova configuração das classes sociais, com o surgimento de sujeitos individuais e coletivos até então invisibilizados, passou a exigir a reestruturação das instituições em processo de transição do autoritarismo, para o regime democrático, sob um contexto de contradições, é "o "novo sujeito" que designa um sujeito criado a partir da prática, política e social (Sader, 2001, p. 148). Consolidando novos direitos sociais que, ainda, não alcançaram um patamar hegemônico.

As características multicausais e de pluralidade das expressões sociais, passam a fazer parte do sistema de proteção social, que precisam rececionar esses novos sujeitos em suas identidades híbridas (Hall, 2016), visto a necessidade de absorção da composição diversa dos grupos sociais nas políticas públicas, particularmente no que se refere aos aspetos diferenciados, para firmar os *"*tipos de atuação assistencial, recuperadora, reparadora ou preventiva" (Cardim, 2009, 170).

Embora os direitos sociais e econômicos tenham gerado uma "(...) cidadania social e económica, que é a nova dimensão da cidadania aberta ao campo do trabalho e do mercado" (Rodrigues, 2010, p. 191), essas cidadanias, ainda precisam ser incorporadas de modo efetivo para que haja inclusão de novos atores sociais, novas identidades, construindo ações, programas e projetos, e também instrumentos e técnicas de atendimento a esses novos sujeitos.

A reestruturação do Estado de Providência, sob a conjuntura do neoliberalismo, e a conceção de estado mínimo social, tem gerado distanciamento da formulação e interceção direta do Estado nas ações sociais, as quais passam a ser estruturadas, principalmente, sob relação entre público e privado, via parcerias com instituições da sociedade civil, como se verifica no ENIND (2018).

Embora o Estado seja o provedor das necessidades sociais, vem ao longo do tempo, repassando a responsabilidade das ações sociais, para instituições do setor privado ou para organizações não governamentais (Amaro & Branco, 2011), procurando pactuar as ações de acesso às políticas sociais sob a forma de parcerias, na intenção de diminuir a pobreza.

As ações sociais de que se fala, por exemplo, são aquelas voltadas a vulnerabilidades socioeconômicas que incluem: habitação, saneamento básico, estruturas escolares e saúde pública, que afetam os trabalhadores, os pobres e a sociedade em geral. Sob os preceitos da solidariedade e da igualdade, definidas por

valores e princípios do Estado Providência (Amaro, 2005), essas ações encontram-se condensadas em promessas e discursos do estado para compensar as práticas institucionais incapazes de gerar e colocar na ordem do dia, pautas relacionadas às lutas sociais.

Para Behring (2018), essa incapacidade de interlocução estado/sociedade, para as políticas sociais, deve-se ao subjacente cuidado da esfera política da governabilidade que prevê acordos e matrizes ideológicas lideradas por quem as propõem e quem as executa, ou seja, sob o discurso do estado mínimo e máximo para a liberdade do mercado.

Tal pensamento reforça os condicionantes à estrutura regulamentar que favorece a sustentação do plano de inclusão, principalmente dos novos sujeitos sociais, das migrações entre outros que tornam essenciais os padrões da ação social voltados às carências sociais em Portugal. A exemplo da citação seguinte "elevado nível de desemprego, o racionamento, a escassez de alimentos e de combustíveis, os baixos salários, os elevados preços dos bens essenciais, tornavam ainda mais frágil a situação social e de saúde dos mais desprotegidos" (Gato, 2013, p. 4).

Esses problemas sociais de ordem complexa necessitam de concretude em termos das ações sociais do Estado Providência reestruturado, a fim de alinhar preceitos da efetividade, eficácia e eficiência ao processo de reorganização político-administrativo das instituições, na promoção de direitos sociais e na construção da cidadania em sinergia com os novos grupos e suas identidades sociais, na sociedade civil, buscando atender às demandas dos novos protagonistas, que tem possibilitado a geração de novos fundamentos à legislação anti pobreza.

2.2 Protagonismo da população da comunidade LGBTI+

Até recentemente a problemática social da comunidade LGBTI+, era invisibilizada, ou mesmo negada, e suas práticas eram sujeitas a repressão, inclusive, com a pena de morte de seus praticantes, mesmo em ambientes privados, em casos de denúncias, fenómeno que ainda ocorre por meio da proibição de expressões em espaços públicos. No entanto, a afirmação dessa identidade social vem ganhando espaço na sociedade, face ao protagonismo desses sujeitos, os quais exigem serviços socioassistenciais, já que devido às suas orientações, identidades, expressões e características sexuais, têm dificuldades ao acesso de direitos, como se constatou no processo de pesquisa,

mostrando a relevância de se tratar desta problemática do ponto de vista da garantia de direitos, em termos humanitários e civilizacionais.

A criação do termo homossexualidade é atribuído à Karoly Maria Benkert[2], que entendia, no século XIX, precisamente no ano de 1869, essa identidade como uma realidade humana, ou seja, o entendimento de que pessoas do mesmo sexo se sentem atraídas sexualmente ou por algum tipo de impulso sexual (Fry & Edward, 1997, Rodrigues, 2012).

> Nessa linha de pensamento Vidal (1985, p. 58) mostra que o homossexual é uma "(…) condição humana de um ser pessoal que, ao nível da sexualidade, se caracteriza pela peculiaridade de sentir-se constitutivamente instalado na forma de expressão exclusiva com um parceiro do mesmo sexo".

Para Mott (2003), o século XIX foi importante para a perceção da homossexualidade retratada a partir de estilos estéticos (Vitorianismo) e religiosos (Cristianismo), por filósofos importantes[3], mas também trouxe, as avessas, a aceitação homossexual evidenciada em diferentes contextos, como reflexo do momento histórico a que se referem.

Assim, o século XIX se tornou um marco para o desenvolvimento dos movimentos sociais que lutaram pelos direitos homossexuais (Conde 2004; Farias, 2010; Menezes, 2018). Isso se deu particularmente na Europa, por meio da pressão a organizações sociais que exigiam um posicionamento do poder estatal, visando criar legislações específicas que viessem atender suas necessidades e reconhecimento em termos dos direitos civis.

Ao longo da história, a questão das relações sexuais permeiam nas mais diferentes épocas e culturas sociais, já que o contato sexual ou atração afetivo-sexual, no relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, nem sempre foi considerado indesejável, perigoso, anormal ou doentio, já que "o sexo aparece como algo que é natural, ligado à biologia, e ao prazer carnal, podendo ser ou não um meio para a procriação, ou em outros casos, mecanismo de experiências diversas e ou contratuais, como formas de afeto, que definem a própria "substância" das relações dos sujeitos

---

[2] Pesquisas revelam que era de origem húngara, médico, jornalista, escritor, poeta e ativista dos direitos humanos.

[3] Walt Whitman (1855- 891-2), John Addington *Symonds (1840-1893),* e Henry Havelock Ellis (1859-1939). Que com suas ideias, permitiram um importante contributo no avanço ao respeito e reconhecimento da igualdade entre homossexuais.

(remete à estabilidade no compromisso)" (Santos, 2018, p. 52), essas relações constroem as intencionalidades nas relações homoeróticas (Costa, 1992; França, 2006; Menezes, 2018).

No entanto, o movimento em defesa dos direitos homossexuais é datado entre os anos de 1950 e 1980, o qual teve como pano de fundo a "Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que configurou o ponto de referência na luta contra a discriminação LGBTI+, inicialmente em relação à orientação sexual, só depois houve lutas pelo respeito à identidade de gênero, de travestis e os/as transexuais (Menezes, 2018, p. 129). Esse movimento mostra-se como alternativa de socialização dos homossexuais, portanto, direitos que se encontram pautados em regras e modos de relacionamentos, como escolhas humanas que, na visão de Green (1999), contribuiu para a criação de redes de interlocução que fortalecessem o movimento homossexual, já na década de 70.

Nesse período, a ordem social vigente em Portugal dos anos de 1970 não era favorável às diversidades e muito menos à sexualidade, a população em situação empobrecida[4] enxergava com perversidade atos sexuais que visassem o prazer, principalmente entre pessoas do mesmo sexo, associando à promiscuidade, o que Assis (2019) avalia como processos (anti)civilizatórios, com marcadores sociais que habilitavam a sociedade moralmente constituída a negarem as pessoas da comunidade LGBTI+. Para aquela sociedade existia somente o homem/mulher, uma ideologia de preservação da família nuclear e da reprodução/procriação (Figueiró, 1996, Farias & Maia, 2007; Farias, 2010).

A emergência dos movimentos de conscientização da população LGBTI+, levou à gênese das reivindicações importantes no combate à homofobia, com movimentos

[4] De acordo com o Censo de 1970, quase 30 por cento dos portugueses estavam mal alojados e 21 mil famílias residiam em bairros de lata no distrito de Lisboa. Na sua maioria, estes lares não tinham água canalizada, eletricidade ou instalações sanitárias. Na década de 1960, o frigorífico não era acessível à maioria dos cidadãos portugueses. Do mesmo modo, apenas um quarto da população assistia regularmente às emissões de televisão. No início da década de 1970, Portugal era também um país com uma elevada taxa de analfabetismo (20 por cento entre os homens e 31 por cento entre as mulheres), que se agravava nas zonas rurais. Eram pouquíssimos os portugueses que frequentavam o ensino secundário (2,8 por cento) e ainda menos os que acediam ao ensino superior (1,6 por cento). Fonte: https://50anos25abril.pt/historia/unidos-venceremos/portugal-social-1968-1974/.

organizados tentando driblar o preconceito, nada velado da sociedade, imbuída dos conceitos hegemônicos cristãos, os quais tinham o carácter cultural da sociedade heterossexual, desconstruindo vidas, segregando e fragmentando pessoas em prol de modelos e generalizações acerca da trajetória da sociedade histórico-cultural (Baumann, 1998; Castells, 1999 a,b).

As relações sociais eram reduzidas a formas de conduta, valores e práticas, que tornavam a comunidade LGBTI+ clandestina e marginalizada, culpada por vivenciar práticas afetivas, sexuais e comportamentais diferentes da heteronormatividade (Borrelho, 2010; Oliveira, 2013).

2.3 Longas lutas para o reconhecimento da identidade LGBTI+

A identidade de pessoas da comunidade LGBTI+ surge das lutas históricas de negação a padrões homonormativos, com seus sistemas de crenças específicas que equacionam diferenças físicas e culturais, como 'bondade' e 'maldade', características da espécie humana. Tais comportamentos e crenças são consequência de histórias de lutas e conquistas em face de processos de opressão particulares (Gaines e Reed, 1995; Nunan, 2003, p. 59). Um,

> (…) projeto conservador não teria força se não refletisse justamente parte do senso comum (caracterizado pela sua heterogeneidade e contradição interna), isto é, se o conservadorismo não estivesse também contido em parcela do pensamento de base do conjunto da sociedade (Ferreira, 2018, p.16).

Nesse sentido, a individualização torna-se uma condição importante para impor opiniões contra posturas radicais e extremistas de cunho discriminatórios. Para Gato (2022) estas não dependem da ontogenia e nem do tempo histórico de cada pessoa, mas do heterossexismo e principalmente dos valores na relação horizontal ou na diferenciação sobre quem nasce homem ou mulher, quem detém o poder, da valorização de superioridade do homem sobre a mulher ou sobre outro homem ou ainda sobre a identidade e a expressão de género, ou mesmo sobre a orientação e características sexuais, ou finalmente, sobre a subjugação de outrem, definindo-se em dimensões epistemológicas, sexuais, políticas e sociais em uma época de imprevisibilidade.

São debates que encontram enraizamentos nos valores e discursos morais em prol da família tradicional, dividindo e, ao mesmo tempo, influenciando a sociedade

quando determinam posturas arriscadas, que sustentam o crescimento de extrema-direita retrógrada rumo ao controle e a intimidação dos diversos coletivos. É um debate sobre o processo de aceitação da igualdade de gênero, nada fácil, para quem enfrenta o preconceito cotidiano das massas sociais, não traz orgulho individual, e nem demonstra empoderamento, já que enfrenta conflitos de ordem pessoal em função dos processos de discriminação e coletivo em face dos transtornos relacionados a problemas da vida social, como a obtenção de trabalho, por exemplo.

No entanto, há desgaste físico e emocional para os interlocutores envolvidos nessa batalha e seus pares. Suas famílias não raro os abandonam, os expulsam de casa. Talvez esse se constitua o maior sofrimento e desafio a ser enfrentado em nível pessoal, pois esse abandono constitui sofrimento, podendo ceifar suas forças, coragens e estima, levando-os, por vezes, a desistirem, esmorecerem, se deixando vencer e sozinhos acabam por sucumbir à prostituição, aos crimes como meio de sobrevivência.

Ser LGBTI+ é sentir-se na obrigação de portar um rótulo, exigindo direitos ao respeito e à resistência; é acordar e ter pela frente incansáveis lutas por espaços em lugares públicos, onde possam ser eles mesmos; e não estarem expostos a olhares de ódio, línguas ferinas e métodos de agressão, que lhes marcam, não só o corpo, mas também a subjetividade. Isso lhes impõem travar batalhas cotidianas, procurando forças internas para viverem felizes em suas orientações sexuais, em suas identidades; expressão de gênero e, por fim, em suas características sexuais.

No campo do desejo afetivo e sexual sob orientação sexual é possível encontrar, com frequência, lésbicas, gays e bissexuais não assumidos, porém este contexto é raramente encontrado nas questões que equivalem à identidade de gênero. As travestis e os/as transexuais dificilmente se resumiriam a atitudes e comportamentos cerceadores de sua personalidade e identidade, o “armário” não se apresenta como uma saída para abafar, omitir, esconder ou negar sua identidade de gênero enquanto sujeito afetivo e sexual.

A validação do agir comportamental dos homens, na contemporaneidade, embora venha sofrendo transformações sociais, pela pressão da igualdade de sexo e género, ainda reproduz ações e atuações que foram construídas na historicidade dos dominados e dominantes, quando especificidades e forças conservadoras heterossexuais são antagónicas e paralelas.

Para manter essa hegemonia de poder estrutural destroem a reputação feminina, da mesma forma que o fazem em relação à comunidade LGBTI+, esses últimos, principalmente, são as maiores vítimas do H masculino, que operam manobras de lutas em espaços sociais em sua maioria heterossexuais ou conservadores, quando insistem em romper com prerrogativas de igualdade, para manterem a ideologia do mundo hétero, que destrói a motivação da libertação das mulheres e LGBTI+, sucumbindo o campo do ser-o-mundo ou os "(…) múltiplos lugares de fala" (Assis, 2019, p. 44) das diversidades e insterseccionalidades.

À multiplicidade de géneros recaem olhares, opiniões, que chamam atenção ao perigo que essas pessoas "desvirtuantes" podem se tornar para a sociedade, principalmente quando pensam na influência sobre as crianças, jovens e adultos. Na realidade, são ideias e juízos de valor para justificar a rejeição em relações sociais e a convivência com as pessoas da comunidade LGBTI+.

O preconceito sobre a OIEC, enquanto objeto de justificativa, não obstante as tentativas de explicação, deriva de ideologias culturais exteriorizadas em instituições e sociedades, sendo a homofobia parte de posturas e maneiras de ser e agir nas ações privadas e coletivas derivadas dessa mesma ideologia.

Essas configurações de *identidades desviantes* precisavam ser tratadas como tal, sob o entendimento de que há métodos para a cura de suas expressões e comportamentos. "O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie" (Foucault, 1998, p. 44). Assim, os métodos de cura agiriam sobre as mazelas das condutas desviantes tal como observa Souza (2019, p 7).

> (...) Nessa época, começam vários estudos com o objetivo de curar a homossexualidade, até então chamada homossexualismo por ser considerada uma doença. Entre os tratamentos estavam a lobotomia, castração, sexo forçado, aplicação de hormônios, choques e drogas que geravam enjoo; tratamentos que eram ministrados nos homossexuais enquanto assistiam filmes eróticos com conteúdo *gay.*

Nesse sentido, os preceitos para a cura dos desvios de personalidades não partiam somente da regulamentação de leis e protocolos, mas de um conjunto multiprofissional que deliberava a construção histórica da sociedade e das instituições.

Assim, observa-se discussões sobre as identidades e sexualidades que permanentemente são classificadas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade e pecado, comportamentos ameaçadores da conjuntura heteronormativa.

Esse conceito de heteronormatividade, funciona como uma categoria que atua na sociedade e busca "construção, legitimação e hierarquização de determinados tipos de corpos, identidades, expressões, comportamentos, estilos de vida, relações e poder" (Bota, 2017, p. 6).

A estrutura de formação da luta da comunidade LGBTI+, como um processo de edificação nas conquistas é considerada uma aquisição *(in)*derrubável ou (*in)*demolível, no sentido desse coletivo se consolidar de modo sólido, sob um complexo cultural nas experiências mostradas em textos literários, mas também no cotidiano da sociedade, seja pela repressão, violência dentre outras situações, mas é certo que se tratam de pessoas que buscam um lugar na cena sociopolítica e cultural da sociedade, lutam contra a negação a homofobia socialmente constituída, conseguindo união, colocam em pauta, a pouca visibilidade de seu movimento, relacionada com a "invisibilidade, interseccional ou subinclusão" (Assis, 2019, p. 21).

Segundo Gato (2022, p 10*)* "minorias sexuais e de género"[5] continuam a vivenciar tempos difíceis e carregados de preconceitos em relação as suas especificidades e, embora para autores como Souza (2019), a perseguição, a xenofobia, a homofobia entre outras manifestações tenham abrandado "com o passar dos anos, essa visão retrógrada de penalizar as pessoas por sua orientação sexual vem diminuindo e o número de pessoas falando abertamente sobre o assunto que vem crescendo" (Souza, 2019, p. 7).

Ramalho (2022) identifica essa discussão e reflete sobre essa questão, analisando que o envolvimento de pessoas no espaço comunitário, na formação e na informação são elementos precípuos no comando do enfrentamento aos preconceitos e, para isso, deve-se promover a,

> (…) afirmação das minorias de género e sexuais em diferentes contextos profissionais (como reuniões de trabalho ou conferências, por exemplo), assim como na educação social, cívica e política por via do desenvolvimento de programas de sensibilização e formação, o mais descentralizado possível em termos geográficos, e que abranjam tanto instituições públicas como privadas,

[5] Ver o autor Ramalho (2022, p 10) questiona os conceitos por achar controversos e por sinalizar uma situação de desequilíbrio de poder social, isto é, as pessoas LGBTI+ são efetivamente mais estigmatizadas devido às suas características sexuais, identidades sexuais e de género e, por essa via, não pertencem à norma (maioritária) cisgénero e heterossexual (doravante designada por "cisheterossexual").

com o objetivo de dotar a população de maiores conhecimentos em matéria de género e sexualidade (2021, p. 128).

A cultura estigmatizadora sobre a comunidade LGBTI+, quando se encontra diluída na visão da sociedade contemporânea, lança sobre a existência dessas pessoas, preconceitos velados, principalmente quando se vê a ótica da complexidade familiar e comunitária, que tornam a discussão sobre temas relacionados ao sexo e género indigesta ou que sequer valha a pena ser debatido. Menezes (2018, p. 204) traduz essa consideração em um pequeno fragmento, "os preconceitos manifestos e os preconceitos sutis".

A decisão de "saída do armário" (Albertini et al, 2019, p. 9), ou estar "fora da caixa" (Menezes, 2018) significa (para alguns) a necessidade de escolher um lado, segundo os autores selecionados para essa análise; as categorias que se juntam na estrutura do lugar de origem, dos valores, do pertencimento e da sociedade estão sob uma dinâmica plural e em constante movimento. É uma dinâmica internalizada nos diversos núcleos societários, familiares, educacionais, religiosos, trabalhistas e nos espaços de lazer (Cascais, 2006), construindo saberes populares como das cores diferenciadas para meninos e meninas (Paoletti, 2012).

A "autodescoberta" da pessoa LGBTI+ (Figueira, 2020 p 38) não passa somente pela OIEC de cada pessoa, mas depende de um conjunto de preceitos que vão além da regulação de leis e protocolos, na medida em que estão sedimentadas nas relações sociais e familiares, envolvendo regras culturais refletidas na repressão sexual que acompanha as formações do ser.

No momento de assumir sua OIEC, as pessoas da comunidade LGBTI+ se deparam com medos, reações e negações. Menezes (2018, p. 37), caracteriza esse receio com o momento da negação em que muitos se deparam nessa situação e se autodiscriminam, "ao identificar essa cruel realidade, percebe-se que uma das estratégias de "proteção" contra esses tipos de violência adotadas por sujeitos LGB é justamente o "não sair das caixas" e permanecer nos "armários".

Se aceitar, depende do conjunto das "insterseccionalidades (…) como ferramentas teórico-metodológicas possíveis para entender as múltiplas opressões" (Assis, 2019, p. 18) e no cotidiano LGBTI+ "ninguém pode se considerar dentro ou fora dele de maneira total e constante" (Orne, 2011); (Sedgwick, 2007, *cited* Albertini *et al* 2019), já que na vida real, o bloqueio sobre assuntos relacionados à sexualidade e ao ativismo da orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais

deveriam estar configuradas na pauta qualificada dos debates nas escolas, nas universidades e na sociedade. Essa questão torna-se uma crítica presente na leitura de Ramalho (2021, p. 125), que justifica seu argumento referindo "a forma como as escolas de serviço social estão, na verdade, a preparar os alunos para prestarem serviços competentes".

Enquanto esse debate não se expandir para o campo das cientificidades das profissões (ciência, método e pesquisa), enquanto inovação e oportunidade de mudar o paradigma sobre a compreensão da realidade, os *fóri* de discussão continuarão limitados a espaços sociais de LGBTI+, com práticas assistencialistas e pontuais.

2.4 Uma história renitente: discriminação e preconceitos

A discriminação e o preconceito contra gays, lésbicas e outras pessoas homossexuais (hoje denominadas LGBTI+) incomoda por sua culturalidade estereotipada, e são constantemente acusados de exibirem comportamentos não usuais ou excêntricos, principalmente quando se apresentarem com naturalidade.

Roughgarden (2004) compreende esse julgamento como parte do desconhecimento sobre o público em questão, exigindo explicação para o comportamento gay "afeminado", para a lésbica "homenzinho". Para o autor esses argumentos (estereótipos) reforçam os preconceitos que se encontram camuflados nas pessoas, por serem incapazes de aceitar a veracidade dos direitos de manifestação pessoal dos sujeitos díspares da heteronormatividade, assim, agridem, humilham, segregam e marginalizam (Cascais, 2006; Menezes 2018, 2019; Ramalho, 2015, 2019, 2021; Ramalho e Menezes, 2022).

É um caminho trilhado por definições cristãs, religiosas e moralistas, que impõem as regras de comportamentos da sociedade em decisão coletiva, que responsabilizam e enquadram indivíduos e grupos na pluralização de seus atos e ações, definindo que comportamentos atípicos, anormais são considerados "libertinagem" (Foucault, 2004b, 1987, 1998, 2007,2013, 2015).

Esse preconceito se materializa em diferentes formas de discriminação, em uma realidade objetiva para amplos segmentos de homens e mulheres. Almeida (2003, p 4) exemplifica esse preconceito na forma clara da constituição familiar, quando se reflete "nas famílias portuguesas; independentemente de serem ou não activas, são as mulheres que asseguram o grosso das tarefas domésticas e de criação dos filhos". Essa

afirmação mostra as diferenças que configuram a realidade sobre o jeito de ser e de viver das pessoas, que se significam uma arena fértil e dá espaço para a manifestação de múltiplas modalidades de opressões[6].

Com isso a família nuclear, nessa vertente estrutural e patriarcal, conjuga-se com a modernidade, passando a ser o espaço organizacional que embala os sonhos de seres humanos heterossexuais, patriarcais e machistas, onde o papel da mulher se acomoda no modelo procriadora (Freyre, 2002), configurando férteis espaços de manifestação sobre dilemas e lutas pela sexualidade. Como se observa na formulação de Scott (1989), ao construir sua conceção sobre gênero. Para a autora,

> o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais". (Scott, 1989, p. 7).

A discriminação e a intolerância sobre gênero, raças, classes sociais, identidades, etnias compõem as "insterseccionalidades" que estão sob a ótica das "consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação" (Assis, 2019, p. 20). É uma ótica viciosa que retrata a própria contextualização e a compreensão do debate "sobre individualização e conjugalidade" (Aboim, 2006, p. 802) dos preconceitos que estão constituídos a partir de valores morais e sociais hegemônicos que, por se encontrarem enraizados na sociedade heterossexual gesta a noção de cidadania heteronormativa (Mesquita *et al*, 2001). Para autores como Ramalho (2015) e Menezes (2018), a ideia de uma igualdade universal é abstrata, na medida em que essa igualdade, se apresenta organizada em uma sociedade desigual.

Desta forma, as identidades culturais e sociais na pós-modernidade foram se constituindo a partir das lutas sociais das chamadas "minorias sexuais e de género" (Gato, 2022, p. 10*).* Isso porque a sociedade heterossexista criou um sistema anti separatista, um modelo de sociedade em que pessoas homossexuais são invisibilizadas e como isso estão fora da condição social, seus credos, valores, costumes, *habitus* e *locus* não se encaixam na sociedade heteronormativa (Menezes, 2018; Vasconcelos,

[6] Um exemplo dessa multiplicidade de opressão, está expressa no observatório da discriminação da ILGA.

2004), por essa razão ficam caracterizados em sistemas de discriminações (Herek, 2004).

Em suma, tanto o heterossexismo, como a homofobia são conceitos que surgem enraizados em determinadas conceções a saber: (1) padrões normativos de comportamento que distinguem "normal" e "desviante"; (2) forma como estes padrões atuam na objetificação e vitimização das minorias sociais e dos grupos marginalizados (Bota, 2017, p. 8).

Nesse espaço social as reações homofóbicas e transfóbicas, que permeiam os lugares históricos sociais, apresentam-se sob formas de reivindicações, em complexos movimentos das sociedades contra as pessoas da comunidade LGBTI+s, por isso atacam o "sujeito político complexo, marcado por uma contínua atualização de si mesmo – enquanto formas políticas de apresentar-se – no que concerne ao "enquadramento" próprio dos sujeitos a que se relaciona" (Oliveira, 2017, p. 324). Nesse espaço social as reivindicações das pessoas LGBTI+ dão voz ao indispensável avanço institucional e legislativo de seus direitos.

O preconceito contra LGBTI+ se apresenta nas "formas abertas e ativas", evidenciadas nos comportamentos e nas ações "negativas que envolvem rejeição a determinados indivíduos ou grupos sociais". Neste caso à diversidade sexual e de gênero mostra o preconceito de modo sutil, caracterizado por um "discurso camuflado, velado que encobre os reais sentimentos, crenças e perceções sobre determinados indivíduos e/ou grupos sociais, porém tais discursos objetivam perpetrar as desigualdades sociais entre os sujeitos" (Menezes, 2018, p. 204).

Nessa rede de ideais societárias tem origem o pensamento homofóbico, quando valores cristãos instituem o espaço institucional da família tradicional, (a)normalizadora da sexualidade humana (Matos, 2020).

Nessa empreitada heteronormativa se unem na sociedade excludente, alas conservadoras da política e da igreja, no barulho do discurso tradicional, dando conceção para o patriarcado ou heteronatividade da sociedade e da família (Aboim, 2006), "como um sistema ideológico que nega, denigre e estigmatiza qualquer forma não heterossexual" (Gato *et al*, 2011, p. 142). Esse é o espaço no qual o sexo tem como finalidade precípua a procriação, e, portanto, sair dessa esfera de pensamento violenta as propostas e o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, os quais os movimentos LGBTI+ e feministas teimam em discordar.

2.5 Diferenças sexuais e desigualdades sociopolíticas

A desigualdade pressupõe espectros valorativos de inferioridade e superioridade, que pressupõem uma escala positiva ou negativa, e, portanto, uma subalternidade que estabelece quem nasceu para mandar e quem nasceu para obedecer; quem nasceu para ser respeitado e quem nasceu só para respeitar (Benevides, 1998 p. 11), sinalizando a situação de desequilíbrio no poder social da sociedade em transformação. Nessa dimensão excludente, pessoas LGBTI+ estão efetivamente estigmatizadas, já que suas características sexuais, identidades e expressão de género habitam a sociedade heteronormativa, e essa sociedade, se utiliza de canalizadores excludentes do não pertencimento ou não reconhecimento para comporem a sociedade normal.

Trata-se de uma sociedade homofóbica/contemporânea composta por modos de sociedades antigas, que limita a liberdade de escolha das identidades ou de grupos em seus habitus sociais, as quais são consideradas "minorias sexuais e de género" (Ramalho, 2022, p. 10). Para esse autor existe uma norma (maioritária) cisgénero e heterossexual (doravante designada por "cisheterossexual"), que determina o desequilíbrio das identidades como proposta de igualdade de género.

Atualmente as transformações globais no neoliberalismo, que medeiam a fundamentação de Estado (Behring, 2018), para formas eficazes de opressão contra os segmentos sociais vulneráveis ou minorias socias, vem tentando propostas de igualdade de género, que possibilitem avançar em diferentes conjunturas de lutas históricas, como das mulheres, de LGBTI+, que possam combater a homofobia estrutural e aprofundem nas diversas expressões das desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais, seja nos países centrais, seja nos países periféricos.

Nesse sentido, embora existam diferentes épocas históricas de combate as diferenças sociais, é na modernidade que se pode identificar o aprofundamento das discussões sobre essas questões. Castells (1999, p. 27) afirma que esse é um processo longo e minucioso, enquanto projeto de identidade e que só acontece quando os "atores sociais (…) constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e ao fazê-lo de buscar a transformação de toda a sociedade", procurando, assim, construir autonomia ao individuo na identidade do eu, e não do nós, em determinações relacionadas como modo de ser de cada pessoa, enxergando as particularidades e desconstruindo o diferencial heterogéneo da personalidade que compõe os níveis biológicos, psicológicos e sociais de cada individuo.

O PAIOEC, se constitui como campo constitucional capaz de responder às exigências de interesses multilaterais da sociedade LGBTI+, no entanto mesmo conduzindo uma proposta de retaguarda e de antidiscriminação conflitua com as proposta de Estado para efetivação da politica de interesses LGBTI+, que se encontra conduzida por organismos Não Governamentais, os quais não empregam profissionais do Serviço Social ou quando os empregam dá-se de modo exíguo, ou seja, atuam sobre as protoformas anti-homofóbicas, não se colocando na perspetivas dos direitos universais, mas somente de modo focal e paliativo, que possam " atender aos interesses (…) do grande capital e sem mudanças estruturais" (Behring, 2018, p. 61), sob um pacto entre estado e capital.

Essa dicotomia sociopolítica serve como crítica à invisibilidade da assistência social em defesa das diferenças sofridas pelos sujeitos LGBTI+, assim, é a própria profissão do Serviço Social que precisa enfrentar essa realidade, a fim de atender seus pressupostos teóricos e ético-profissionais, e, desta forma, abrir espaço e se contrapor à

> (…) difusão das teorias eugênicas e da degenerescência (a partir da intersecção das lógicas da perversão da sexualidade com o racismo biológico) pelo campo da psiquiatria e criminologia nos séculos XIX e XX, hoje se encontram presentes de forma dissimulada ou escancarada na mídia, por meio de uma profusão de artigos falando da sexualidade e alimentando, inclusive, o discurso dogmático das igrejas neopentecostais e outras versões fundamentalistas religiosas (Zimerman, 2020, p. 84).

O Serviço Social reconhece no devir das relações da atualidade, para as relações género, vozes críticas sobre a defesa e o valor ético profissional como compromisso para o enfrentamento das particularidades e das especificidades LGBTI+, no entanto, esse compromisso social "esbarra" na formação profissional, que na perspetiva de Ramalho (2021) se configura em produzir cidadãos profissionais conscientes, críticos e tecnicamente habilitados, nas mais diversas áreas, preparados para transformar a realidade e desenvolver o país, em uma construção de sociedade mais justa, democrática, plural e sustentável, embora as questões das novas identidades desenvolvidas no contexto da globalização e das críticas à sociedade moderna, ainda encontro pouco precisam ser melhor apropriadas pela profissão do Serviço Social.

Para além do pensamento de Ramalho (2021), subentende-se que é uma produção de saber que extrapola ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura, assistência,

inovação tecnológica, social, em políticas públicas, já que envolve a historicidade da abertura para o novo, como campo de mediação que ilumina o caminho teórico-metodológico dos processos de negação e contradição nas conjunturas e fenómenos sociais que operam como mecanismos de reparação da humanidade violada e na garantia de seus direitos.

Esses atores sociais que vem compor o Serviço Social, das universidades públicas, gratuitas, universidades privadas, laicas e socialmente referenciadas, se apresentam com discurso esvaziado da atmosfera LGBTI+, desconhecem a "diversidade sexual e de gênero sendo (…) possível constatar a grande ausência de conhecimentos básicos desses profissionais com questões que dizem respeito aos seus próprios princípios e normativas de sua própria categoria profissional" (Menezes, 2018, p. 263).

2.6 Afirmação da comunidade LGBTI+ em Portugal

A visibilidade da comunidade LGBTI+ é observada no século XX, ao ganhar forças quando busca romper com o espaço imposto pela violência, punição e exposição à vergonha, da segregação e do isolamento forçado, fronteiras perigosas criadas para aqueles que ousassem ultrapassar os limites da liberdade e da expressão marcadores da "harmonia do movimento heteronormativo" (França, 2006).

Os movimentos sociais LGBTI+, principalmente, as suas caminhadas constituem *fóri* poucos expressivos para o interesse da sociedade heterossexual já que tratam da "questão homossexual" (Cascais, 2006, p. 113). Além disso a grande maioria das pessoas heterossexuais e simpatizantes que acompanham o processo de luta e engajamento pelos direitos homossexuais requerem, a todo o instante, justificar a participação nesse movimento.

Cascais (2006, p. 113) pensa que "a luta dos homossexuais aparece assim como essencialmente desmobilizadora, ultraminoritária e sem repercussão nem proveito para lutas mais alargadas de valor social e político geral, uma ilusão pequeno-burguesa e/ou esquerdista".

Para Castells (2000), ao traçar uma análise sobre a formatação desse tipo de luta, reforça a busca da resistência como um fato que constrói novas identidades coletivas, embora com significados, em sua ampla participação. A comunidade LGBTI+ tem caminhado sem arranhar o cristal da ordem burguesa, embora seja uma expressão que surge na década de 80, como vertente social que reflete sobre movimentos sexuais e de género (Santos, 2018, p.5), essa comunidade ainda sofre significativas violações.

A preocupação se centra na discussão desigual sobre a diversidade entre os sexos masculinos e femininos, posteriormente, e que ultrapassam a discussão primária, refutando a primazia da heterossexualidade como status societário da normalidade. Que trazem a significação do sentido em haver a diferenciação nos hábitos particulares de consumo de sexo.

São movimentos que procuram driblar o preconceito, nada velado, imbuído de conceitos hegemônicos cristãos, com carácter cultural, que desconstroem vidas, segregam e fragmentam pessoas em prol de modelos e generalizações acerca da trajetória da sociedade histórico-cultural (Baumann, 1998; Castells, 1999a).

Assim, o reconhecimento das lutas por direitos à comunidade LGBTI+, na realidade portuguesa, surge a partir das primeiras manifestações de um movimento homossexual embrionário, fruto da iniciativa de pessoas individuais, que se identificavam decididamente com a(s) esquerda(s), mas dissociadas das organizações partidárias e sindicais, em cujo interior as identidades e as reivindicações dos homossexuais não encontram qualquer recetividade nem, consequentemente, possibilidade de expressão (Cascais, 2006, p.112).

Buscam, LGBTI+, combater às diversas formas de discriminação, que se iniciam na autodiscrminação pela "autodescoberta" (Figueira, 2020 p 38) até a LGBTIfobia, internalizada nos diversos núcleos societários, familiares, educacionais, religiosos, trabalhistas e nos espaços de lazer (Cascais, 2006), construindo saberes populares em retóricas de quem veste azul é menino e rosa é menina (Paoletti, 2012).

A comunidade LGBTI+, enquanto identidade coletiva, se inscreve na dinâmica global das transformações oriundas da crise das instituições, que forjaram padrões culturais hierarquizados com bases centradas na heteronormatividade, em que seus valores e comportamentos castravam práticas sociais e sexuais destoantes daqueles orientados para a reprodução de *status quo,* mostrando como mantenedores da hierarquização, cujos comandos sociais e familiares são estabelecidos para a consolidação da estrutura social sustentada na heteronormatividade.

No auge da ditadura, na sociedade "perfeita" de Salazar, não cabia pessoas LGBTI+, por se apresentarem como perigo à moralidade e aos costumes, apontando muitas violações, lembrando que "embora a comunidade já tivesse principiado a constituir-se há muito, não existe movimento associativo gay, lésbico, bissexual ou transgénero organizado em Portugal antes da Revolução de 25" (Cascais, 2006, p. 111).

Assim, os movimentos de sujeitos organizados com identidades diversas buscam transpor o preconceito e o pré-conceito hegemônico cristão, alimentados por anos de intolerância, buscando avançar nas discussões. Mott (200, p. 8) avalia que "se comprovarem que há uma raiz genética, estará claro que a homossexualidade está nos próprios desígnios do Criador".

Essas crenças, estão presentes nos pensamentos rudimentares da negação homossexual na contemporaneidade e que trazem complexidade no que diz respeito à diversidade sexual e identidade de gênero, enquanto parte da cultura hegemônica, que mostra espaços restritos à comunidade LGBTI+. Defrontar "tal debate significa trazer à cena pública a discussão acerca de elementos como aceitação e valorização de diferenças, diversidade sexual e de gênero, desigualdade de poder e intolerância à diferença" (Menezes, 2018, p. 20).

Desta forma a multiplicidade de sujeitos e identidades que compõem a comunidade LGBTI+ mostra-se no processo de mutação societal, a produzir uma identidade que expressa, mesmo em espaços restritos, a diversidade sexual existente no interior da sociedade humana.

Os sujeitos caraterizados por suas práticas afetivas, sexuais e comportamentais são diferentes da heteronormatividade (Borrelho, 2010; Oliveira, 2013), tornando suas formas de conduta, valores em práticas clandestinas e marginalizadas.

Essa determinação coletiva responsabiliza e enquadra indivíduos e grupos na pluralização de seus atos e ações, com consequências estruturais e dinâmicas na interação entre dois ou mais eixos da subordinação para: "transgredir e desvelar discursos marginalizadores, homogeneizantes e docilizadores, carregados de preconceitos, ainda se configura como um desafio para incluir, respeitar e compreender as nuances das mudanças sociais" (Donida & Pottimeier, 2019, p. 207). É a cultura da segregação e da fragmentação das pessoas, que são forjadas por modelos e generalizações na sociedade histórico-cultural (Baumann, 1998; Castells, 1999a).

Cascais (2006, p. 111*)* analisa que o movimento organizado LGBTI+ ou *"*o associativismo apenas surgirá entre nós num momento em que o próprio estágio gay e lésbico do movimento tenha atravessado uma longa evolução nos contextos norte-americano e norte-europeu de origem e, por isso, desprovido da dimensão autorreflexiva que ele foi adquirindo nestes". É o momento de decisão de "saída do armário" (Albertini et al, 2019, p. 9) ou necessidade de escolher um lado, essa decisão

está relacionada às categorias que juntam a conjuntura, lugar origem, valores e a sociedade, em uma dinâmica plural e em constante movimento.

Na contemporaneidade globalizada buscar espaço no cotidiano hetero-societário representa um desafio à luta de classes, na medida em que o movimento LGBTI+ coloca-se no contexto de identidades transbordadas da própria classe trabalhadora, na construção de uma sociedade mais igualitária em que os direitos de gênero, de identidade compraz-se a todo o instante com as minorias e direitos violados.

Nessa linha, ocorrem limites das lutas LGBTI+ que ao longo de décadas vêm alçando patamares de visibilidade por meio de seu ativismo, ao pregar a igualdade, sua aceitação e associativismo. Um contexto contra as formas de vulnerabilidades e politização da sexualidade.

Embora os movimentos LGBTI+ façam parte do presente e tenham alcançado legitimidade, enquanto organização, suas reivindicações são vistas pelos brilhos e cores de suas diferenças, na trajetória de um cotidiano antigo, onde a sociedade foi constituída por núcleos familiares, locais de trabalho, bares ou até as ruas (Albertini *et al* 2019; Orne, 2011; Sedgwick, 2007). Ruturas vitais influenciadas por ideologias da superioridade masculina, o que não se restringe a comunidade dos LGBTI+.

As lutas e os movimentos sociais da comunidade LGBTI+, enquanto sujeito coletivo, têm alargado o campo das identidades, ao se configurarem por meio de afirmações democráticas na cena cultural contemporânea ou como "estratégias culturais que fazem diferença e deslocam as disposições do poder" (Almeida, 2003, p.11).

Essas lutas têm gerado processos de proliferação de novas posições inscritas na globalização, que projetam identidades múltiplas, na medida em que tensionam velhas identidades constitutivas na sociedade moderna (Hall, 1992), as quais vêm quebrando barreiras no transbordamento e deslocamentos de valores heteronormativos, como valores únicos de uma sociedade em crise.

Nesse contexto observa-se movimentos de carácter moderados que levam em conta a diversidade e a promoção de processos libertadores sexuais da vida e do cotidiano nos "movimentos alternativos" (Oliveira, 2017, p. 325). A união de fato entre pessoas do mesmo sexo é "encarada ora como estádio prévio, ora como modelo alternativo ao casamento, avança assim no país e os modos de entrada na conjugalidade diversificam-se" (Almeida, 2003, p. 3).

CAPÍTULO 3

Estado mínimo e direitos sociais da comunidade LGBTI+ em Portugal

3.1 Estado mínimo e refilantropização da pobreza em Portugal

As políticas sociais estatais buscam conciliar reivindicações dos diferentes sujeitos, nos novos movimentos sociais e com a garantia de bem-estar, sob a obrigatoriedade de intervenção social (Montaño 2002), no entanto, mesmo com a redemocratização do país, a conjuntura internacional estava passando pela desconstrução do estado de bem estar ou estado providência, o que repercutia em termos globais, com impactos na redução das políticas sociais, uma vez que a perspetiva neoliberal trazia, como consequências nas condições de vida dos trabalhadores, ações de focadas, ora em iniciativas privadas ora em organizações da sociedade civil organizada (Simionatto & Luza, 2011).

Com o neoliberalismo e a reforma do estado, a sociedade civil se torna vulnerável na medida em que a regulação pública passa a retirar do Estado a condição imprescindível de promoção das ações sociais e transfere essa competência para as instituições Não Governamentais ou as IPSS (Campos, 2013), muitas vezes, consideradas como:

> empresa cidadã atua nos espaços do mercado e do Estado, propondo-se colaborar com este no que se refere à implementação de políticas e programas sociais. Reconhece a incapacidade atual do Estado em enfrentar sozinho os problemas sociais, mas entende que a responsabilidade pela Gestão de Políticas e Programas de erradicação da pobreza é, sem dúvida, sua competência (do Estado) (Montaño, 2002, p. 152).

Nesse debate sobre as políticas sociais, no âmbito da sociedade, tende ao resgate do carácter societário das classes politicas-económicas que se encontram sob forte interesse do empresariado (Simionatto & Luza, 2011), a fim de elevar o carácter lucrativo do chamado terceiro setor. Ao incluírem a missão de "ajudar" os mais desamparados, proporcionam condições de subsistência, e se mostram como um *"*sector dotado duma multiplicidade de valências que abarcam várias áreas, obtendo um cada vez maior reconhecimento no contexto atual da nossa sociedade" (Campos, 2013, p. 4).

A intervenção político-partidária (Estado/IPSS), nessa linha de pensamento, aponta para a necessidade de repensar o Estado Providência, como forma simplificada de intervenção, a fim de estar em sinergia, na medida em que a "evolução dos sistemas vem demonstrar que é preciso, como já foi referido, superar a dicotomia público/privado e compreender melhor as relações que entre estas duas esferas se estabelecem (Amaro, 2005, p. 12).

Nesse contexto, tem ocorrido, de um lado, a precarização dos serviços ofertados para fazer frente aos problemas sociais como a situação de baixos salários, desemprego, marginalidade, violência etc., pois há, de um lado, uma efetiva redução do Estado Providência; de outro lado, vê-se um processo de concentração e centralização de capital e de renda da burguesia, vinculada ao processo de financeirização (Souza, 2015). Assim, os agravos sociais que atingem a população, fazem crescer bolsões de miséria, as disparidades sociais.

Há, com isso, falsa neutralidade na desproteção do Estado, particularmente quando se trata de políticas pensadas para as minorias (Fontana *et al*, 2020). Esses elementos são importantes quando se observa a formulação de políticas sociais, com a influência da globalização na formulação de direitos, que se faz sentir por meio da pressão prática do capital (Esping-Andersen, 2000), principalmente quando visa a competitividade nacional e internacional, para a complexa relação entre produtividade, emprego, fisco e solidariedade. Para Rodrigues (2010, p. 202), é uma realidade negativa quando,

> (…) os países mais avançados da Europa, sobretudo em França, iam surgindo mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais, em Portugal, o Estado apresentava uma fraqueza política e financeira que comprometeu os mecanismos de acção social e tornou o país, actualmente, um dos mais atrasados da Europa a este nível.

Nesse contexto o setor de serviços mostra-se incapaz de absorver os milhões de trabalhadores desempregados, resultando na última década, em um crescimento do desemprego de longa duração, da miséria, da marginalidade e da violência, inclusive com a entrada de pessoas cada vez mais jovens nos problemas sociais. É um processo marcado pela subproletarização aumentada, que vem a se refletir nas famílias, principalmente com provedores familiares presentes na expansão do trabalho parcial, temporário, itinerante, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado (Eid, 2004).

Nota-se que as políticas sociais ocorrem de forma fragmentada e setorializada (Amaro, 2005), descaracterizando e fragmentando a questão social em todas as esferas, como observa Behring (1998), quando aponta que a ordem social no neoliberalismo se manifesta no decorrer da crise estatal, dimensionada no Estado mínimo, para algumas mazelas no modelo de desconstrução.

O desempenho burocrático do Estado permite atitudes e ações focalizadas e implementadas na relação entre o público e o privado, ou como refere Habermas (1984, *cited* De Siqueira, 2011, p. 7) "o Estado social produz políticas públicas voltadas aos afetados negativamente pelo funcionamento do mercado".

Para Offe (1991), são políticas mediatizadas por meio de mecanismos de uma democracia permissiva, centralizada no capital, que causam a despotencialização dos aparatos do Estado Providência (2005), enquanto há a descentralização da oferta de serviços socioassistenciais (Montaño, 1999). Para isto, (...) tem-se "uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia" (Netto 1995, p. 77).

As ações não governamentais, quando instrumentalizadas por meio da filantropização de setores e serviços, ora produzidos e monopolizados, sem a intervenção direta do Estado, "da carga financeira, os efeitos sobre o emprego, incentivos, compensações, preços e impostos, problemas de distribuição regionais, etc." (Offe, 1984b, p.188), ficam sob a proteção no controle efetivo ou mesmo, no desenvolvimento de ações que venham ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições.

Amaro (2005, p. 11) ao citar Esping-Andersen (2000, pp. 81-82), faz referência à perspetiva sobre "o ciclo de vida, o equilíbrio entre transferências de rendimentos e serviços e os princípios condutores da justiça social e da igualdade" na instrumentalização da ação social que produz meios e serviços dirigidos ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições.

Ao reconhecer o fortalecimento da descentralização dos serviços, o Estado elabora movimentos expressivos que distinguem tendências e opiniões sobre o estado de direito e seus principais significados no alcance das políticas públicas (Souza, 2003, 2005), particularmente quando destaca o processo de reforma social (Silva, 2011), entendida como demandas sociais, para os sujeitos de direitos, especialmente a população LGBTI+ (Andrade & Saleiro, 2020).

Bento (2017) considera que os direitos são direcionamentos locais e territoriais, em uma dinâmica que atende determinados requisitos necessários ao reconhecimento das identidades emersas no processo de globalização na sociedade, já que "A maioria das pessoas com gênero e sexualidade dissidentes não participam do processo de criação das Leis e não conseguem incluir suas especificidades na medida de suas diferenças" (Andrade & Saleiro 2020, p. 105).

A análise de Offe (1984) nessa temática, traduz a necessidade de repensar o Estado democrático, sua organização e seu desdobramento, plural e singular sobre a questão social, sempre buscando reconhecer a importância que a emergência das ações traz como reflexo do contexto de pluralização, instauradora de processos decisórios, aos sujeitos demandantes de ações sociais pautadas em agendas políticas nas diversidades (Andrade & Saleiro, 2020).

Enquanto se pensa o Estado de proteção social, há o redesenho das estruturas clientelistas e paternalistas que controlam da ação desse mesmo Estado, que Amaro define como "dimensão da protecção dualizada baseada em transferências monetárias, privilegia os núcleos centrais da força de trabalho e atribui uma protecção incipiente aos trabalhadores irregulares ou da economia informal" (2005, p. 7), produzindo efeitos na ordem social hegemonizada, principalmente pela dinâmica do capital financeiro, onde a desestruturalização de programas, projetos e ações sociais de combate às vulnerabilidades, mostram a realidade das políticas sociais "(...) mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas" (Silva, 2006, p. 17).

O estado mínimo se conecta com as ações de políticas sociais, que *(des)*assumem o exercício do poder institucional de carácter universalizante (Rodrigues, 2010), para pautar agendas de ações fragmentadas, caritativas, voluntaristas, portanto, despotencializadoras dos movimentos reais da sociedade contemporânea (Montaño, 1999), nesse estado mínimo, emergem multiplicidades de identidades (Assis, 2019), quando "regista-se alguma indefinição entre o papel dos actores públicos e privados, o incumprimento das expectativas sociais criadas (…) e uma tendência para o clientelismo" (Amaro, 2005, p. 7).

A expansão da possibilidade de construção e reconstrução de reformas de programas e projetos sociais na linha da intervenção, em particular, na diversidade, traz o terceiro setor para o foco da discussão (Montaño, 1999), como construção de novos espaços públicos de execução da política de ação social, e componente de

autoridade não estatal, vão assumindo a possibilidade de universalizar direitos, possibilitando a cidadania (Campos 2013; Silva, 2006; Montaño 1999). Atuam em defesa de um modelo de sistema de proteção social na arena da igualdade, no acesso à seguridade social, mas com estrutura organizada na sociedade civil, ou como refere Campos (2013, p. 4) ao citar Salvatore (2003, p. 27),

> Consiste no conjunto de actividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objetivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal.

Para Montaño (2001), a compreensão dessa nova realidade em forma de promoção social sob a ótica democrática, favorece a atuação nas demandas sociais, no âmbito das exigências em estruturas flexíveis e ágeis, que buscam implementar, por meio de normas e protocolos específicos, o trato nas diversidades e complexidades orgânicas presentes nas sociedades. As intervenções dessas organizações não governamentais, são instrumentalizadas por meios de filantropização de setores e serviços, ora produzidos e monopolizados, sem a intervenção direta do Estado, no entanto tendo o controle desse mesmo Estado.

O sujeito (na verdade, o "ator") aqui concebido são os indivíduos ou pequenos grupos reunidos por "identidades" particulares, que, no âmbito da sociedade civil, ou "terceiro setor" (não no espaço do Estado, nem do mercado), devem agir, em parceria, visando às mudanças das situações singulares. Neste caso, seus projetos e ações sociais orientam-se na potenciação dos indivíduos "autoajuda, empoderamento, empreendedorismo, automotivação, capacitação e tocou na ajuda ao próximo solidariedade, responsabilidade social empresarial, parcerias, filantropia". (Montaño, 2015, p. 29).

São os mecanismos alternativos delineados pelas ONG´s para o enfrentamento da questão social em seus espaços públicos de ação social, que possuem a configuração de responsabilidade das empresas sob a ótica da filantropia, que Simionatto e Luza (2011, p. 217) apontam como,

> o empresariamento e a refilantropização que passaram a delinear as formas de enfrentamento da questão social com políticas de privatização, terceirização, parcerias público-privado e fundações, práticas entranhadas na atual conjuntura, nas diferentes esferas de governo, especialmente no espectro

> municipal, (…) essa contrarreforma caracteriza-se pela eliminação ou redução das conquistas das classes subalternas, perspectiva inerente ao neoliberalismo e às condições postas pelo capitalismo na atualidade.

Neste contexto cabe ao Estado analisar o estabelecimento e a elaboração de diretrizes para viabilização de programas e projetos sociais (Silva, 2011), sob a coordenação, o monitoramento e avaliação de uma rede hierarquizada de serviços que visem atender as demandas de diferentes identidades (Hall, 2005) e territorialidades (Bento, 2017), e que venham reforçar o desafio na estruturação e ou reestruturação do atendimento e viabilização dos serviços públicos para a população (Rodrigues, 2010; Campos, 2013), quando se observa o forte processo de precarização desses meios de promoção e proteção social das pessoas, principalmente das ditas minorias sociais (Saleiro, 2013; Saleiro 2022; Menezes, 2018; Vasconcelos 2022, Ramalho, 2022; Saleiro e Ramalho, 2022).

3.2 Leis e regulamentos das políticas de carácter neoliberal em Portugal

As políticas sociais estatais, sob a perspetiva neoliberal passam a ser focalizadas na universalização dos direitos sociais, organizadas pelo estado providência são reestruturadas em face da reforma do estado, com privatização de empresas públicas. Em paralelo às privatizações, populações e, particularmente, as mais vulnerabilizadas, passam a demandar mais ações sociais, no entanto as políticas sociais que chegam à população, vem de movimentos de descentralização das ações públicas e são direcionadas, em grande medida às iniciativas privadas e nas organizações da sociedade civil organizada (Simionatto & Luza, 2011).

Embora essas políticas busquem conciliar reivindicações dos diferentes sujeitos, nos novos movimentos sociais e com a garantia de bem-estar, sob a obrigatoriedade de intervenção social (Montaño, 2002), estão longe dos espaços de garantias de direitos, tornando a sociedade civil vulnerável, sem capacidade de acesso as condições imprescindíveis de promoção das ações sociais (Campos, 2013).

A intervenção político-partidária (Estado/IPSS), nessa linha de pensamento, aponta para a necessidade de repensar o Estado Providência, como forma simplificada de intervenção, a fim de estar em sinergia, na medida em que a "evolução dos sistemas vem demonstrar que é preciso, como já foi referido, superar a dicotomia

público/privado e compreender melhor as relações que entre estas duas esferas se estabelecem (Amaro, 2005, p 12).

Nesse contexto, tem ocorrido, de um lado, a precarização dos serviços ofertados para fazer frente aos problemas sociais como a situação de baixos salários, desemprego, marginalidade, violência etc., pois há uma efetiva redução do Estado Providência; de outro lado, vê-se um processo de concentração e centralização de capital e de renda da burguesia, vinculada ao processo de financeirização (Souza, 2015). Assim, os agravos sociais que atingem a população, fazem crescer bolsões de miséria, as disparidades sociais.

Há, com isso, falsa neutralidade na desproteção do Estado, particularmente quando se trata de políticas pensadas para as minorias (Fontana *et al*, 2020). Esses elementos são importantes quando se observa a formulação de políticas sociais, com a influência da globalização na formulação de direitos, que se faz sentir por meio da pressão prática do capital (Esping-Andersen, 2000), principalmente quando visa a competitividade nacional e internacional, para a complexa relação entre produtividade, emprego, fisco e solidariedade. Para Rodrigues (2010, p. 202), é uma realidade negativa quando

> (…) os países mais avançados da Europa, sobretudo em França, iam surgindo mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais, em Portugal, o Estado apresentava uma fraqueza política e financeira que comprometeu os mecanismos de ação social e tornou o país, atualmente, um dos mais atrasados da Europa a este nível.

É quando o setor de serviços se mostra incapaz de absorver os milhões de trabalhadores desempregados, resultando na última década, em um crescimento do desemprego de longa duração, da miséria, da marginalidade e da violência, inclusive com a entrada de pessoas cada vez mais jovens nos problemas sociais[7]. É um processo marcado pela subproletarização aumentada, que vem a se refletir nas famílias, principalmente com provedores familiares presentes na expansão do trabalho parcial, temporário, itinerante, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado (Eid, 2004).

[7] https://on.eapn.pt/wp-content/uploads/Em-Foco-7-_-Pobreza-entre-jovens.pdf

Nota-se que as políticas sociais ocorrem de forma fragmentada e setoriais (Amaro, 2005), descaracterizando e fragmentando a questão social em todas as esferas, como observa Behring (1998), quando aponta que a ordem social no neoliberalismo se manifesta no decorrer da crise estatal, dimensionada no Estado mínimo, para algumas mazelas no modelo de desconstrução.

O desempenho burocrático do Estado permite atitudes e ações focalizadas e implementadas na relação entre o público e o privado, ou como refere Habermas (1984, *cited* De Siqueira, 2011, p 7), "o Estado social produz políticas públicas voltadas aos afetados negativamente pelo funcionamento do mercado".

Para Offe (1991), são políticas mediatizadas por meio de mecanismos de uma democracia permissiva, centralizada no capital, que causam a despotencialização dos aparatos do Estado Providência (2005), enquanto há a descentralização da oferta de serviços socioassistenciais (Montaño, 1999). Para isto, (...) tem-se "uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia" (Netto 1995, p 77).

As ações não governamentais, quando instrumentalizadas por meio da filantropização de setores e serviços, produzidos e monopolizados, sem a intervenção direta do Estado, "da carga financeira, os efeitos sobre o emprego, incentivos, compensações, preços e impostos, problemas de distribuição regionais, etc." (Offe, 1984b, p.188), ficam sob a proteção no controle efetivo ou mesmo, no desenvolvimento de ações que venham ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições que por vezes cobram os serviços subsidiados pelo estado.

Amaro (2005, p11) ao citar Esping-Andersen (2000, p. 81-82), faz referência à perspetiva sobre "o ciclo de vida, o equilíbrio entre transferências de rendimentos e serviços e os princípios condutores da justiça social e da igualdade" na instrumentalização da ação social que produz meios e serviços dirigidos ao encontro de demandas sociais de vulnerabilidades, destacadas pelas próprias instituições.

A análise de Offe (1984a) nessa temática, traduz a necessidade de repensar o Estado democrático, sua organização e seu desdobramento, plural e singular sobre a questão social, sempre buscando reconhecer a importância que a emergência das ações traz como reflexo do contexto de pluralização, instauradora de processos

decisórios, aos sujeitos demandantes de ações sociais pautadas em agendas políticas nas diversidades (Andrade & Saleiro, 2020).

Enquanto se pensa o Estado de proteção social, há o redesenho das estruturas clientelistas e paternalistas que controlam da ação desse mesmo Estado, que Amaro define como "dimensão da proteção dualizada baseada em transferências monetárias, privilegia os núcleos centrais da força de trabalho e atribui uma proteção incipiente aos trabalhadores irregulares ou da economia informal" (2005, p. 7), produzindo efeitos na ordem social hegemonizada, principalmente pela dinâmica do capital financeiro, onde a desestruturalização de programas, projetos e ações sociais de combate às vulnerabilidades, mostram a realidade das políticas sociais "(...) mediante programas e ações fragmentadas, eventuais, portanto, descontínuas" (Silva, 2006, p 17).

Ao estado mínimo se conectam as ações de políticas sociais, *(des*)assumem o exercício do poder institucional de carácter universalizante (Rodrigues, 2010), para pautar agendas de ações fragmentadas, caritativas, voluntaristas, portanto, despotencializadoras dos movimentos reais da sociedade contemporânea (Montaño, 1999), em que emergem uma multiplicidade de identidades (Assis, 2019), nesse movimento "regista-se alguma indefinição entre o papel dos atores públicos e privados, o incumprimento das expectativas sociais criadas(…) e uma tendência para o clientelismo" (Amaro, 2005, p 7).

A expansão da possibilidade de construção e reconstrução de reformas de programas e projetos sociais na linha da intervenção, em particular, na diversidade, traz o terceiro setor para o foco da discussão (Montaño, 1999), como construção de novos espaços públicos de execução da política de ação social, e componente de autoridade não estatal, vão assumindo a possibilidade de universalizar direitos, possibilitando a cidadania (Campos 2013), (Silva, 2006) Montaño (1999). Atuam em defesa de um modelo de sistema de proteção social na arena da igualdade, no acesso à seguridade social, mas com estrutura organizada na sociedade civil, ou como refere Campos (2013, p 4) ao citar Salvatore (2003, p 27).

Consiste no conjunto de atividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objetivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal.

3.3 Políticas sociais específicas da comunidade LGBTI+ em Portugal

A Lei n.º 38/2018 publicada em Diário da República em 7 de agosto, em seu 1º capítulo, trata do arcabouço sobre o *"*direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa". No 2º capítulo, parágrafo I, da mesma lei, está estabelecido que todos e todas são livres para viverem iguais e com dignidade, ficando proibido a discriminação, seja direta e ou indireta sobre qualquer individuo.

No entanto, como está regulamentado na política pública do Estado Português, em seus 2º capítulo, parágrafo II, estão estabelecidos a transferências de delegação e competências do Estado para as instituições Não Governamentais, que ficam responsáveis em cumprir e promover no âmbito das suas competências, as condições necessárias para o exercício efetivo do direito de cidadania para questões de identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa.

Com isso fica claro a determinação das instituições privadas como esferas competentes viabilizar, por meio da institucionalização da política, o cumprimento das ações, programas e projetos sociais pensados a LGBTI+. São não governamentais pautadas pela regulamentação da lei que promoverem, no âmbito das suas competências, as condições necessárias para o exercício efetivo do direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e do direito à proteção das características sexuais de cada pessoa (Diário da República, 1.ª série N.º 151 – 7 de agosto de 2018).

É nesse movimento constitucional que se encontra o conjunto das diretrizes que vem orientar a garantia de direitos sociais, sob princípios das tradições democráticas e populares em um compromisso entre as parceiras Estado e a Sociedade Civil Organizada, na resposta social à "nova questão social" que tende a ser externalizada na ordem social de transferência de responsabilidade do Estado à sociedade civil, sob efeito imediato e individual (Montaño, 2004, p. 2).

Essas diretrizes constituintes conduzem às perspetivas da descentralização dos serviços socioassistenciais, visando a aproximação dos sujeitos de direitos ao espaço territorial, como princípio da inclusão social. O lugar onde vivem torna-se referência para a intervenção junto aos diferentes sujeitos e suas identidades, que podem ser de

género e sexuais (Figueira, 2020), em forma híbrida social. A ideia, de descentralização ou transferências de competências desses serviços socioassistenciais e dos recursos financeiros necessários aos encaminhamentos dessas ações propostas, é proporcionar a adequação das novas perspetivas de Estado mínimo, na perspetiva de dualidade quando "há aqui uns certos críticos da autonomia do poder local, inquietos com um certo crescimento do poder local. Não sei se sentem assustados pela força da ideia da descentralização do Estado" (Lopes, 2017, p. 260).

A crítica que Lopes (2017) faz sobre a descentralização está relacionada com o controle das organizações sociais pela sociedade civil, que estão na intervenção e na execução direta das políticas públicas, o que poderia gerar um processo de empoderamento da sociedade local devido sua capacidade de criar pacto entre os entes federados e os sujeitos inseridos nas ações sociais, em seus princípios republicanos. No entanto, avalia-se que o único cuidado com as transferências de competências organizacionais está relacionada à heterogeneidade da sociedade e nos interesses que esbarram nas identidades, valores, estilos, classes sociais, poder económico e inferências de cada indivíduo dessa sociedade, e como ele(ela) toma como democracia, a sua própria construção coletiva e sociopolítica.

O jogo político que se estabelece nas disputas no interior das sociedades organizadas, luta pelo acesso a fatias dos recursos geridos pelo Estado, e vão criando uma esfera social que deve ser levada em consideração, em parte e em um todo, já que falamos de uma formulação de bens e serviços gerados na dinâmica do Estado, mas diluído na relação com as classes sociais e seus grupos mais empoderados, que Menezes (2018, p. 127), reforça afirmando que "a garantia do exercício da cidadania, principalmente das pessoas vítimas de violência e discriminação em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero, é um dever do poder público e de todas as instâncias governamentais".

Montaño, (2021), avalia que esse processo de gestão societária, está associado, também, e em grande parte, da elevação dos índices de pobreza e miséria, com cortes nos recursos públicos das estatais e fortalecimento das instituições Não Governamentais, quando essas (Não Governamentais), avançam no processo de garantias de direitos sociais, sob a perspetiva de redução do Estado, constituindo agravo para a redução da pobreza, ou na perspetiva de Yazbek (2006, p. 63), "a pobreza (…) constitui-se de um conjunto heterogêneo, cuja unidade buscamos encontrar na renda limitada, na exclusão e na subalternidade".

Para Netto (1995, p. 77), a "(…) liberdade econômica só é possível sobre o mercado livre (isto é, sem mecanismos extraeconómicos de regulação), que funda a liberdade civil e política", enquanto uma abstração social, pois o mercado, no contexto do neoliberalismo, é quem legitima e determina o espaço de intervenção estatal, concebendo às estruturas extremas de gestão do Estado máximo para o capital e o Estado mínimo à população (Eid, 2004).

É o controle social das instituições Não Governamentais, que carregam a responsabilidade de executores da política social (Netto, 1995). Na política social para LGBTI+, se tem conseguido criar mecanismos de contenção da violência, embora haja um panorama exaustivo de experimentação no cotidiano dessas pessoas que lutam pelo reconhecimento de seus direitos (Zimerman, 2020), a exemplo de ações voltadas a erradicação dos "elevados índices de violência urbana (…) principalmente contra a comunidade LGBTI+" (Zimerman, 2020, p. 81).

As Organizações Não Governamentais que agem nas demandas da comunidade LGBTI+ tem procurado pautar as ações de políticas públicas de modo interseccionais (Assis, 2019; Crenshaw, 1991), na medida em que suas queixas abrangem um conjunto de problemas que não podem ser vistos sob um único prisma, como a comunidade LGBTI+ traz sua especificidade no bojo das necessidades, sofrem diversas formas de opressão, até mesmo pela forma como as políticas são formuladas no OIEC, principalmente, quando as garantias de direitos são prerrogativas dessas políticas e não estão sendo garantidas (Fontana *et al*, 2020).

As políticas sociais precisam agir como resposta, não apenas sobre fatos relacionados à repressão ou mesmo discriminação, mas no conjunto de suas necessidades sociais que extrapolam os problemas das pessoas da comunidade LGBTI+ portuguesa, que se encontra vulnerabilizada, sob a trajetória do desmonte das instituições promotoras das políticas sociais, "identificadas nas várias fragilidades no seu modelo de democracia representativa" (Lopes, 2017, p. 6). Não se constitui tarefa impossível e Amaro (2005, p. 11), aponta como proposta possível que "é preciso ter em conta que a tendência para o desemprego e para a fragmentação das políticas públicas não é irreversível e que as mudanças do sistema de bem-estar são difíceis, mas não impossíveis"

Como reestruturação do Estado de Providência atuando, na redução dos recursos para fazer frente as mazelas sociais em sua mais ampla configuração. Diferentemente do que prega o Estado Providência sob a visão dos mínimos sociais que tem reduzido

as prerrogativas e anseios societários da comunidade LGBTI+, mesmo que haja a sua inclusão, existem necessidades históricas a serem proporcionadas.

Indo ao encontro do debate, Benevides (1998), aponta outro caminho que aborda a necessidade de se estabelecer um intenso debate acerca de ações que possam combater as desigualdades, a concentração de riquezas, aumento da pobreza dentre outras problemáticas, é o pressuposto jurídico-institucional, que seja capaz de garantir direitos com prioridades para os direitos sociais, a igualdade e expressão de gênero, a cidadania das minorias emergentes nas transformações societais do século XXI.

É quando Zimerman (2020, p. 10, cita Prado e Machado 2008, p. 83), sugerindo que a transversalidade entre a democratização e a modernização, podem somar como fortes indícios de reconhecimento das pessoas LGBTI+, pela sociedade heteronormativa, principalmente, quando se referem "a expansão dos processos de modernização, temos visto uma considerável ampliação dos princípios democráticos no que diz respeito à sexualidade e as diferenças sexuais, mais especificamente aos comportamentos sexuais não heterossexualmente orientados" (2008, p 83).

3.4 Famílias homoafetivas na marcha dos direitos sociais da comunidade LGBTI+

As lutas sociais da comunidade LGBTI+ tem obtido conquistas que podem ser visualizadas sob o arcabouço de leis diferenciadas, principalmente quando voltadas às minorias, que se constituem a partir dos movimentos de conscientização na promoção e proteção dos direitos sociais (Ramalho, 2021), particularmente quando se trata da população homossexual.

A religiosidade, com seu arcabouço informal em face à legislação, mas que servem inspirações e de referência para a sociedade normativa, a qual se ampara em dogmas e regras religiosas para constituir a moralidade social, continua sendo a variável que melhor prediz a atitude da população acerca dos direitos sexuais e reprodutivos.

Quanto maior a proximidade e a identificação com a religião particularmente com aquelas que, como o catolicismo, defendem uma conceção tradicional, tanto maior é a resistência aos direitos sexuais e reprodutivos. São valores e princípios societários que perduram por séculos incrustados no conjunto de regras e ensinamentos simbólicos, do que representam valores para os cristãos, principalmente quando se

trata de organizações familiares (Aboim &Vasconcelos, 2016; Aboim & Wall, 2002), já que para o cristianismo,

> Não é lícito conceder uma bênção a relacionamentos, ou mesmo a casais estáveis, que impliquem uma prática sexual fora do casamento (ou seja, fora da união indissolúvel de um homem e uma mulher aberta, por si só, à transmissão da vida), como é o caso das uniões entre pessoas do mesmo sexo (Congregação para a doutrina da Fé)[8]

Ainda que estejamos em evolução na sociedade pós-moderna, os dogmas cristãos buscam obstaculizar, perseguindo outras formas de organizações familiares, que não sejam as mononucleares, particularmente, as LGBTI+. A persistência em valorizar a moralidade e as crenças propagadas pelas comunidades cristãs castram o pensamento acerca do casamento entre pessoas do mesmo sexo, sob o argumento de que a liberdade e a igualdade não "podem desprezar a importância da religiosidade cristã nas sociedades ocidentais" (Matos, 2020, p. 20).

Assim, afirmar direitos se constitui um importante movimento de quebra de processos de discriminação à comunidade LGBTI+[9].

A luta desses sujeitos constrói e fortalece elementos que contribuem para a criação de uma sociedade mais inclusiva. A perspetiva da legislação que permite o casamento homossexual se efetiva, embora se situe em uma sociedade distorcida, radical e preconceituosa, que ainda perpetua discursos homofóbicos, destruindo e transformando pessoas em anómalos. Nesse contexto Foucault (2004a, p. 119) sinaliza ser,

> necessário lutar para dar espaço aos estilos de vida homossexual, às escolhas de vida em que as relações sexuais com pessoas do mesmo sexo sejam importantes. Não basta tolerar dentro de um modo de vida mais geral a possibilidade de fazer amor com alguém do mesmo sexo, a título de componente ou de suplemento.

---

[8]https://www.nsctotal.com.br/noticias/vaticano-proibe-bencao-ao-casamento-gay-e-diz-que-homossexualidade-e-pecado. acessado em: 16/03/2021.

[9] Ver o texto da Lei aprovada na Assembleia da República em 11 de fevereiro de 2010 (Diário da República II Série A - Número 042 de 1 de março de 2010), promulgada pelo Presidente da República em 17 de maio de 2010. A lei entra em vigor no dia 5 de junho de 2010.

O relacionamento entre pessoas do mesmo sexo deve ser encarado com naturalidade, já que as escolhas ou opções das pessoas são possibilidades reais (Matos, 2020), prescritas nos direitos de cidadania e idealizadas nos direitos humanos. No entanto, a influência da religião acaba se manifestando em posicionamentos de legisladores e juízes, pois para muitos deles, sem que necessariamente exista pressão externa da hierarquia eclesial, que apoiam as crenças religiosas de modo a continuar sendo uma dimensão central no momento de tomar decisões sobre a regulação jurídica da sexualidade.

Por isso que o fortalecimento do cotidiano das famílias homoafetivas deve se constituir em forma de debates que deem conta do combate aos efeitos severos das atitudes sexistas, machistas, misóginas, racistas, transfóbicas, lesbofóbicas e homofóbicas que se somam na lista de sinônimos de marginalização presentes nas sociedades do ódio.

Lima (2014) completa essa análise, referindo que ao longo de séculos, as discussões sobre direitos LGBTI+ vem se consolidando e construindo debates cada vez mais importantes para a aceitação desse "sujeito ocidental moderno" (Matos, 2020, p. 20). Estes movimentos de transformações societais encontram suas representações em característica jurídicas/legislativas, e algumas vezes na religiosidade. Os ritos empregados para essas características são desiguais e, em comparação as outras demandas sociais, são vistos como dogmas religiosos, que acompanham o pensamento patriarcal e não renunciam ao "processo de produção e reprodução social, que aliena e mantém as pessoas na particularidade" (Ferreira, 2018, p. 23)".

A forma como religião e moral costumam fundir-se e influenciar historicamente os valores sociais, a Igreja latino-americana tornam-se barreiras às reformas jurídicas que necessitam nas sociedades pluralistas (Matos, 2020, p. 21; Vaggione, 2008, p. 15, tradução nossa). Para Matos (2020) se aproxima do saber especializado sobre dogmas e costumes, para permitir reflexões sobre a diferenciação entre a tradição patriarcal e religiosa, quando as duas veneram a sociedade heterossexual. O autor aponta o declínio ao senso comum do conhecimento sobre as famílias monoparentais, que desprezam a evolução e visibilidade que a sociedade cristã e religiosa ocidental vem alcançando, em temas sociais transversais nas diversidades, por isso que acabam se construindo frente aos tabus e preconceitos que cercam o tema.

Nessa perspetiva o desafio da família homoafetiva é mostrar, para a sociedade, que não existe um modelo único de família e que essa família não se mantém sozinha no poder político da hierarquia [católica], no âmbito jurídico e no social, pois há a construção de uma matriz cultural, que se sustenta no catolicismo, com poder de influenciar nas construções morais e legais da população em geral, e que contribuem no debate sobre a comunidade LGBTI+. É notável o número de organizações não-governamentais, conhecidas como pró-vida e pró-família, formadas por cidadãos identificados com a doutrina católica, que se mobilizam em defesa de legislações restritivas sobre gênero e sexualidade principalmente em Lisboa.

CAPÍTULO 4

Serviço Social, Organizações Não Governamentais e direitos da comunidade LGBTI+ em Portugal

4.1 Intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ nas Organizações Não Governamentais

Para entender a prática do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+ torna-se imprescindível conhecer as instituições que possuem ações junto à essa comunidade, qual seu percurso histórico, que demandas e encaminhamentos estão relacionados aos serviços socioassistenciais oferecidos e quais suas perspetivas para a garantia de direitos das pessoas LGBTI+.

Essas organizações Não Governamentais com ações LGBTI+, já tratadas no capítulo anterior, são caracterizadas por atuarem sob formas pactuadas com o Estado, nos atendimentos as necessidades e vulnerabilidades sociais.

Para De Siqueira (2011, p. 7) trata-se de uma ação relativa ao "Estado capitalista que pode ser entendido como uma relação entre a forma institucional do poder público e a acumulação capitalista", na paridade de ação/atuação nos serviços. Neste sentido, encontram-se sobre o comando dos serviços, intervindo na garantia dos direitos, particularmente, nas determinações económicas, sociais e políticas.

A análise dessas Organizações Não Governamentais mostra que se trata de um fenómeno mundial, que vem atuando no interstício da relação entre Estado e mercado (Fernandes 2005), (Filho, 2002), (Montaño & Duriguetto, 2010). São instituições que reforçam as relações sociais estabelecidas entre a natureza social e o Estado (Fernandes 2005), pois representam um sistema de intervenção social na perspetiva do Estado mínimo, ou seja, da desresponsabilização da ação direta do Estado, que às delega os encargos sociais dos direitos das populações vulneráveis e necessitadas.

Fernandes (2005), continua sua análise referindo que independente da nomenclatura que elas utilizam, essas instituições têm predominado na execução de ações de políticas públicas voltadas à caridade, e Campos (2013) completa essa análise entendendo que as ONG's atuam sob as formas mais diversas, sejam associações, fundações, grupos organizados de autoajuda, movimentos sociais e empresas de solidariedade civil, portanto, quaisquer que seja a nomenclatura estão

relacionadas às demandas sociais. Outro autor para a análise das ONG's, Albuquerque (2006, p 65) avalia a ação das instituições sob a ótica que, apresentam-se,

> com carácter privado embora gerenciem ações que anteriormente, eram de responsabilidade direta do Estado, são responsáveis por administrar as próprias atividades, não distribuindo lucros aos seus proprietários ou administradores e possuem um elevado grau de participação dos cidadãos ou de voluntários, isto é, podem ser livremente constituídas por qualquer grupo de pessoas, sendo a atividade da entidade livremente decidida por seus membros (Albuquerque, 2006, p. 65).

Portanto, essas ONGs se apresentam como uma conceção ideológica para justificar o *(des)*engajamento do Estado nas ações de políticas sociais (Montaño, 2001). Nesses locais ocorrem assimetrias sociais das políticas, decorrentes dos efeitos do endividamento público e, em consequência, o Estado poupa os gastos necessários ao enfrentamento do crescimento da pobreza, decorrentes das próprias mutações das forças produtivas humanas e materiais (França Filho, 2002).

Para Behring (1998), que analisa esse fenómeno social mostra que as ONG fazem parte do capitalismo neoliberal. Elas manifestam a crise estatal, quando dimensionam a aplicação de recursos. Nessa conceção o Estado mínimo desempenha ações focalizadas, as quais passam a ser implementadas sob a relação entre o público e o privado (Bento, 2017), mediatizadas por processos de parcerias e redução dos gastos com ações de promoção e proteção social insuficientes. A escassez de recursos leva a problemas estruturais em que funcionam sob as decisões governamentais de salvaguardar às instituições económico-financeiras, malsucedidas, gerando a precarização dos serviços públicos (Silva, 2011).

Já os serviços socioassistenciais, voltados aos cidadãos necessitados, nessa parceria público/privado, têm atuação focalizada, que França (2006, p.8) entende como *"*diversos discursos e estratégias políticas, que passam por constantes reacomodações, de acordo com o cenário social apresentado*"*.

Em Santos (2008), o importante não é reduzir a função intervencionista das Organizações Não Governamentais, taxando de precarizadas, mas chamar atenção para o perigo de desconhecer o papel que essas instituições desempenham nas suas responsabilidades, pois os equívocos provocados pela má interpretação de sua atuação, na viabilização das políticas sociais, podem repercutir diretamente na população atendida.

Há de destacar, que as lutas da sociedade civil para substituir ou compensar o papel do Estado no desenvolvimento e ampliação das conquistas históricas dos trabalhadores e na garantia de seus direitos, visa as vulnerabilidades, como a fome, a seca, a violência, dentre outras situações ligadas à escassez de recursos. Por isso algumas instituições conseguem levar os governantes a investirem em estratégias de combate à pobreza[10] em suas instalações, criando a ideia das parcerias como forma "económica," indispensável ao combate da desigualdade social. Quando Estado se alia e transversaliza com essas outras retaguardas, põe a responsabilidades total resultado positivo e no final (implicitamente) caem no equívoco de responsabilizarem a sociedade civil por suas fragilidades.

Nesse cenário vão evoluindo iniciativas privadas que representam a totalidade de retaguardas, como na causa LGBTI+, que todas as associações estão na alicerçagem de ONG ou IPSS, com ações de responsabilidade social em prol de campanhas de solidariedade, quando agem na transferência de funções, sob a égide governamental (Montaño 2002). E a multiplicação dessas organizações tem mostrado uma inflexão em termos da atuação direta do Estado, pois cada vez mais são estas instituições que assumem as ações sociais, sendo responsáveis pelas políticas sociais (Santos, 2008). Que Montaño (2002, p. 240) classifica como o espelho do Estado, refletindo a imagem de proteção para todos, uma visão que serve para

> (…) escamotear a veracidade deste processo que exige um duplo caminho: por um lado, o da indução a uma imagem mistificada de construção e ampliação da cidadania e democracia, porém retirando as reais condições para sua efetiva concretização; por outro, o da indução a uma ideologia imagem de transferência de atividades, de uma esfera estatal satanizada (considerada naturalmente como burocrática, ineficiente, desfinanciada, corrupta) para um

[10] ENCP foi devidamente articulada com as restantes estratégias, planos e programas existentes cujo domínios de atuação se intersetam como sejam a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual», o Plano Nacional de Implementação para o Pacto das Migrações, a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025, a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022, o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 - «Portugal contra o Racismo», a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024, o Plano Nacional para a Juventude 2018-2021 e o Programa de Valorização do Interior (Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29).

santificado "setor" supostamente mais ágil, eficiente, democrático e popular (o de uma "sociedade civil" transmutada em terceiro setor)

A ação social como forma de enfrentar a pobreza em suas mais diversas expressões (desemprego, subemprego, precarização do trabalho, violência urbana e outras formas de violação de direitos) assume, agora, novos contornos (Yazbek, 2012), visto que ressurgem formas de proteção e promoção sob vieses do assistencialismo[11] e do clientelismo[12], traços marcantes do Estado mínimo na relação entre funcionalidade e sociedade civil (Brown, 2007; Fernandes, 2005; Montaño, 2002; Rodrigues, 2010). Trata-se de uma sincronia com a "ofensiva conservadora de uma burguesia que predica o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado Máximo para o capital" (Netto, 1999 *cited* César, 2008, p. 168).

As instituições que prestam serviços e atendimentos às pessoas da comunidade LGBTI+ em Portugal não são diferentes, pois surgem no contexto do combate à discriminação e à violência contra essas pessoas, situações participadas por meio do Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+[13], e tornam-se importantes instrumentos contra situações de homofobia, lesbofóbica, transfóbica, bifóbica[14] dentre outras situações vividas na luta de género e identidade sexual.

Como organizações que atendem à comunidade LGBTI+, suas práticas interventivas são reduzidas, quando se leva em consideração as demandas explicitadas no Observatório da Discriminação, se verifica o número de denúncias de violações.

---

[11] A prestação de serviços ou a distribuição de benefícios, com pouca ou nenhuma fiscalização, era fortemente marcada por práticas clientelistas, por doutrinação religiosa e por ações assistencialistas, patrocinadas por políticos locais ou por esposas de governadores e de prefeitos. (Menezes, 2014, p. 165, citando Sposati, 2009; Veiga *et al*., 2014).

[12] Draibe (2006, p. 16) citando Ferrera (Ferrera, 1996, 1997, 1999) y Rhodes (Rhodes,1997) que especificam traços distintivos de modelo mediterrâneo: alta fragmentação corporativa do sistema de seguridade social, internamente polarizado e bastante generoso com grupos privilegiados (funcionários públicos, por exemplo); reduzida presença do Estado e conflitua com ação de atores e instituições; forte influência da igreja católica; persistência do clientelismo e de "máquinas de clientelismo" na distribuição seletiva das transferências monetárias; um sistema universalista (não corporativista) de saúde; gestão burocrática pouco eficiente, burocratizada e politizada.

[13] É uma plataforma disponível em formato *online* desde 2013 que tem como objetivo receber denúncias de situações de discriminação e/ou violência em função da orientação sexual, identidade e expressão de género ou características sexuais ocorridas em território português.

[14] Disponível https://denunciar-a-discriminacao/observatorio-da-discriminacao.

Isso é evidenciado quando se verifica a existência de, somente, duas instituições que possuem competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas capazes de oferecer atendimento e acompanhamento ao público LGBTI+, como proposta de intervenção em termos dos serviços socioassistenciais não apenas as pessoas com identidades LGBTI+, mas também com suas famílias ou mesmo com a comunidade e a sociedade, em geral, para que a homofobia seja tratada como uma expressão da questão social e portanto objeto de intervenção profissional.

As ONG têm ações voltadas à violação de direitos para quem reside em outras regiões do país, portanto, fora de Lisboa. O que nos leva a refletir sobre a própria eficácia dos serviços, uma vez que na própria cidade de Lisboa, as instituições de retaguarda são reduzidas em relação à demanda. Assim, caracteriza-se que a população da comunidade LGBTI+ não goza das prerrogativas que preconizam, que todos, sem exceção, têm direito ao acesso, sem prejuízo de sua condição ou territorialidade, e que possam acessar os serviços sob princípios fundamentais de um estado, segundo as observações da assistente social entrevistada (assistente social 2 Instituição A).

> *Identificamos e analisamos os problemas e as necessidades de apoio social das pessoas LGBTI+, elaborando o respetivo diagnóstico social(...)*
>
> *Fazemos o trabalho de informação, aconselhamento e encaminhamento para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas, na rede parceira (...)*
>
> *Envolvemos e orientamos as pessoas utentes, suas famílias e grupos no autoconhecimento e procura dos recursos adequados às suas necessidades (..)*
>
> *Asseguramos a continuidade dos apoios, em articulação com a rede parceira de Lisboa(...) Apoiamos no contacto deslocado: acompanhamos as pessoas aos diversos serviços sociais (quando necessário) (...)*
>
> *Providenciamos formação e momentos de sensibilização com outras entidades de prestação de apoio social, no sentido de as apoiar no melhoramento das boas práticas no acompanhamento de pessoas LGBTI+(...)*
>
> *Articulamos com os restantes serviços da Associação para melhor garantir a qualidade, humanização e afirmação na prestação de apoio(...) Definimos, elaboramos, executamos e avaliamos programas e projetos de*

intervenção comunitária na área social, junto a pessoas da comunidade LGBTI+.

Aqui, a profissional mostra o conjunto de procedimentos que são executados para garantir direitos sociais em diferentes dimensões, ou seja, ela demonstra como o profissional intervém para responder as essas demandas sociais colocadas pelas pessoas da comunidade LGBTI+, na condição de sujeitos de direitos.

Assim, entende-se que é preciso reestruturar espaços institucionais de responsabilidade direta do estado, para operarem principalmente sobre os efeitos da restrição de direitos e cerceamentos de liberdades sociais e individuais, a fim de canalizar soluções corretivas da desinformação e desalinho político, historicamente associadas ao Estado de bem-estar social, afirma Amaro (2005).

As ações realizadas pela assistente social citada acima, dão a perceber como a prática profissional é executada a partir de parâmetros com pressupostos técnicos-operativos, orientadores de estratégias para que haja procedimentos técnicos capazes de fazer valer os direitos sociais dos utentes. Para isso a competência técnica e a autonomia profissional são capazes de estabelecer padrões de rotinas da intervenção profissional, a fim de promover ações de bem-estar e o respeito à identidade LGBTI+, no convívio social.

Para isso, é necessário que o Serviço Social seja inserido como profissional capaz de realizar ações para assegurar direitos sociais em sintonia com as demandas postas na realidade da instituição em que está inserido. A autonomia no exercício de seu trabalho para que a intervenção profissional ocorra de modo a reverter a situação de injustiças, violação de direitos, que originou a busca pelo trabalho do Assistente Social, sobretudo, desvelando como essas intervenções profissionais, nos diversos espaços sócio ocupacionais e coletivos, podem gerar impactos nas pessoas desassistidas de direitos sociais.

4.1.1 Instituição A que atua junto da Comunidade LGBTI+[15]

O arcabouço jurídico da Instituição 1 mostra que esta é uma entidade particular de solidariedade social, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de janeiro, atualizada a cada decreto institucional publicado. Carrega como missão, atuar no

fortalecimento das diretrizes legais para o acompanhamento e aplicação das ações institucionais, estabelecidas para agirem nas diretrizes legislativas e que dão substrato a suas funções de promoção e proteção à comunidade LGBTI+.

Em 2017 passou por "alteração dos Estatutos da Associação", e adota um novo protocolo de identidade, reformulando seu estatuto para incorporar novas categorias e grupos sociais, como as nomenclaturas de "transgénero" para "trans" e introdução do termo "intersexo", como forma de inclusão identitária e societária. Reformulando seu arcabouço jurídico e institucional, a fim de garantir a ampliação de seu compromisso em relação ao respeito à diversidade e pluralidade identitária, procurando a equidade dos direitos sociais.

Inicialmente foi constituída para atuar como espaço de debate e de representação social, inaugurando uma nova fase nas lutas sobre OIEC em Portugal, sempre visando o combate ao preconceito e a criminalização homofóbica. Possui personalidade jurídica como uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

Sua constituição possibilitou encampar lutas individuais e coletivas da comunidade LGBTI+. Isto porque se colocou como espaço de vanguarda em termos de mobilização e participação, propondo ações de resistência, que acabaram potencializando as ações de enfrentamento aos problemas de pessoas da comunidade LGBTI+ e de suas famílias, com necessidades de intervenção qualificada. Encontra-se no patamar das entidades sem fins lucrativos e que é acionada devido ao reconhecimento, legitimidade e representatividade em termos das lutas coletivas sobre a OIEC.

Trata-se de uma instituição que desenvolve ações preferencialmente demandadas pela comunidade LGBTI+, o que certifica seu papel de referência nas lutas por igualdade e a não discriminação de gênero, orientação e sexualidade. Sua intervenção tem garantido o estreito relacionamento com espaços de retaguarda, com ações

importantes em níveis nacional[16] e internacionais[17], devido seu compromisso com a inviolabilidade dos direitos LGBTI+. relacionamento com espaços de retaguarda, com ações importantes em níveis nacional[18] e internacionais[19], devido seu compromisso com a inviolabilidade dos direitos LGBTI+.

Assim, a instituição A tem se firmado na construção e no fortalecimento de ações de interlocução e, ao mesmo tempo, de apresentação de propostas que reforçam as demandas sociais e de configuração de direitos sociais e individuais à comunidade LGBTI+. Possui capacidade de atendimento à comunidade LGBTI+ e tem um corpo profissional interdisciplinar, visando à complexidade que envolve as demandas desses utentes, sujeitos de direitos. Inclusive o Serviço Social, certificando sua eletividade para essa pesquisa.

---

[16] A nível europeu, foi a primeira organização portuguesa a integrar a Plataforma para os Direitos Fundamentais da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais, para além de ser membro na Advocacy Network da ILGA-Europe e de ser membro fundador da Network of European LGBT Families Association (NELFA)" é reconhecida como Federação Internacional Agregadora de ONG e de entidades sociais reunidas, que buscam legitimidade na atuação em nível local e global. Acedido em 01/07/2021. 26 Disponivel em "é membro da International Lesbian and Gay Association, da Transgender Europe (TGEU), da Organisation Intersex International Europe (OII-Europe), da InterPride, da European Pride Organisers Association (EPOA) e é correspondente do Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT)". Acedido em 01/07/2021.

[17] A nível internacional, é membro da International Lesbian and Gay Association, da Transgender Europe (TGEU), da Organisation Intersex International Europe (OII-Europe), da InterPride, da European Pride Organisers Association (EPOA) e é correspondente do Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT).

[18] A nível europeu, foi a primeira organização portuguesa a integrar a Plataforma para os Direitos Fundamentais da Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais, para além de ser membro na Advocacy Network da ILGA-Europe e de ser membro fundador da Network of European LGBT Families Association (NELFA)" é reconhecida como Federação Internacional Agregadora de ONG e de entidades sociais reunidas, que buscam legitimidade na atuação em nível local e global. Acedido em 01/07/2021. 26 Disponivel em "é membro da International Lesbian and Gay Association, da Transgender Europe (TGEU), da Organisation Intersex International Europe (OII-Europe), da InterPride, da European Pride Organisers Association (EPOA) e é correspondente do Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT)". Acedido em 01/07/2021.

[19] A nível internacional, é membro da International Lesbian and Gay Association, da Transgender Europe (TGEU), da Organisation Intersex International Europe (OII-Europe), da InterPride, da European Pride Organisers Association (EPOA) e é correspondente do Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT).

O reconhecimento social da instituição A tem legitimado suas ações e, neste sentido, é constantemente consultada para fins de orientação quanto a situações que envolvam violações de direitos a pessoas da comunidade LGBTI+ e ao longo de décadas vem apresentando, em seu currículo, pioneirismo em representatividades no campo dos direitos humanos e da cidadania. Que procura estar sempre em consonância com as demandas da comunidade LGBTI+, buscando traduzi-las em ações necessidades (primárias e específicas), na multiculturalidade das inovações e na construção de identidades no espaço da crise societal da sociedade moderna.

Tem como fonte de recursos, doações de voluntariados em solidariedade social, de pessoas associadas e simpatizantes das causas da comunidade LGBTI+, doações por heranças, atividades socioculturais e produtos que gerem renda, publicações e edições de livros e revistas sobre as causas LGBTI+. Nesse movimento de busca de recursos, para manutenção dos serviços ofertados, a instituição procura se manter independente nas questões de cunho político/partidário, ideológico e religioso, pois pressupõe que sua independência, acerca desses assuntos, ajuda na multiplicação de suas ideias e ideais, na representação de seus pares, e na garantia do funcionamento da informação como ferramenta de combate à violência.

Realça-se que, embora haja uma prerrogativa em termos do reconhecimento da comunidade LGBTI+, no quadro de Serviço Social intervindo nos problemas desses utentes, é um novo campo para a profissional, e, desta forma, o mesmo encontra-se em constituição.

4.1.2 Instituição B que atua Junto da Comunidade LGBTI+

A Instituição B também se constitui como uma IPSS, que iniciou suas atividades em 1998. A exemplo da Instituição 1, apresenta uma equipe multiprofissional, na qual se encontra profissional de Serviço Social, tornando-a eletiva para a pesquisa.

Em sua estrutura de atendimento possui uma unidade de retaguarda, isto é, uma Casa de Acolhimento com capacidade máxima para o atendimento de 4 pessoas. Essa casa serve de abrigo para quem esteja em situação de vulnerabilidade social, portanto, trata-se de uma instituição de passagem temporária e não é exclusiva para pessoas da comunidade LGBTI+. Mostrando que o serviço não está voltado somente OIEC.

A instituição B, portanto, não tem uma ação integrada e articulada à política pública de seguridade social e às demais políticas sociais, visando a intervenção sob forma de proteção social básica e benefícios sociais aos utentes para assegurar

serviços específicos à comunidade LGBTI+. Seus projetos têm parceria com a com municípios e com outros parceiros, como Fundações, todos com projetos vinculados às questões de género. Para a eficácia da informação, atua em várias frentes de comunicação, seja de rádio ou *on line*, buscando difundir informações sobre os direitos humanos, não só de LGBTI+, mas também de minorias étnicas e raciais.

Outro fator importante sobre essa instituição, se deve ao fato de, no período da pesquisa, mostrar uma rotatividade importante de assistentes sociais. Na pesquisa exploratória houve a entrevista com uma profissional, e depois no retorno da pesquisa, já havia outras duas assistentes sociais.

Ao analisar as instituições A e B, percebe-se que o campo específico do Serviço Social se encontra em formação, uma vez que nas duas instituições há uma rotatividade do profissional, uma característica de um campo ainda não consolidado. Nessa trajetória de inserção da profissão nas ações das instituição A e B, cabe entender que as atividades profissionais dos assistentes sociais requerem espaços de construção, isto é, de planejamento institucional, como um setor, uma divisão, departamento ou outra estrutura, sob a ótica de uma ação contínua, para que não haja quebra, em termos do estabelecimento de estratégias nas intervenções sobre as demandas sociais, sejam elas emergenciais ou de carácter complexo, relativas proteção social quando há violação de direitos ou mesmo de promoção social voltadas a garantia de bem estar, tendo em vista que os utentes (da comunidade LGBTI+), vivem situações que demandam a intervenção profissional em face de históricos de discriminação, desigualdades entre outros, que originam ausências e precariedade em termos dos direitos ao emprego, saúde, educação, moradia, transporte, renda, entre outras formas de expressão da questão social.

4.2 Demandas da comunidade LGBTI+ ao Serviço Social em Portugal

As duas instituições que têm em seus quadros de profissionais de Serviço Social, para intervenção, com serviços especializados visando o atendimento de pessoas da comunidade LGBTI+, vítimas de violência e todos os tipos de vulnerabilidades sociais, são subvencionadas pelo Estado, através da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Com base nos dados dessa Comissão é possível se verificar, em

termos de números, os processos de discriminação e a violência às pessoas LGBTI+, afetando suas formas de vida em todas as circunstâncias que os cercam.

São dados constantes no Observatório da Discriminação[20] que apontam para a área geográfica de Lisboa, como a região de Portugal demandam em relação às denúncias sobre violações aos direitos da comunidade LGBTI+. As denúncias quanto as violações de direitos são encaminhadas a esse Observatório, por meio de preenchimento *on line*, mostrando o resultado os tipos de violência, discriminação e os lugares e espaços em que essas situações e crimes de violações de direto acontecem.

No site do observatório, há um espaço para preenchimento de denúncias sobre processos de violência, discriminação e demais situações de opressão e exploração, desta forma, qualquer pessoa que tiver interesse em saber o tipo de situação relacionada à comunidade LGBTI+, o acesso ao formulário de denúncia é em total confidencialidade e anonimato[21]. Funcionando como uma ferramenta importante, ao contribuir para a informação, educação e formação da sociedade.

Para além de servir como mecanismo de denúncia para violações de direitos, no Observatório consta a base de dados sobre quais situações são tratadas no âmbito da prática dos profissionais de Serviço Social, nas instituições acolhidas, visto que os dados divulgados no último relatório do Observatório da Discriminação referentes aos anos de 2020-2022[22], serviram como suporte para conhecer a realidade das denuncias recebidas.

Como forma de ilustração, as informações colhidas foram representadas sob a forma de gráficos, constando os tipos de denúncias e os números relativos à cada situação informada. Essa dinâmica permitiu o espelho sobre as violações e as maiores queixas LGBTI+. Os dados estatísticos apresentados a seguir permitem contextualizar empiricamente as situações de discriminação e violência referidas pelas assistentes sociais, reforçando a centralidade da intervenção em contextos de emergência, os dados datam de 2022.

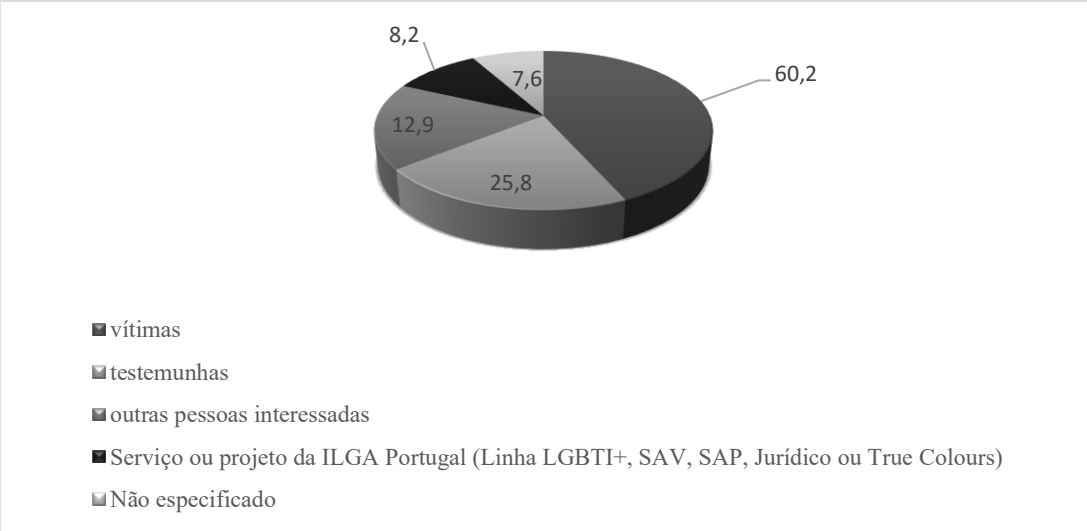
---

[20] Documentation and Advocacy Fund da ILGA-Europe nasceu o Observatório da Discriminação em função da Orientação Sexual e Identidade de Género.

[21] Na sequência do projeto internacional "*Documentation of homophobic and transphobic violence*" foi apoiado pelo *Documentation and Advocacy Fund*, nasceu o Observatório da Discriminação em função da Orientação Sexual, Identidade e expressão de Género e características sexuais (OIEC).

Na análise inicial dos dados levantados, percebe-se que a cada ano o número de crimes aumentam, mostrando que essa ferramenta tem sido difundido e por isso mais conhecida, ou em outra análise as pessoas estão mais empoderadas para denunciarem, seja qual for a resposta, pode-se pensar que a adoção desse instrumento, para a informação sob sistema *on line* e anonimato, têm gerado efeitos necessários ao enfrentamento e ao combate sobre as formas de violência, discriminação relacionadas à homofobia, transfobia e outras situações de negação de direitos, como se observa no gráfico 1.

GRÁFICO 1- DENÚNCIAS REGISTADAS NO SISTEMA *ON LINE* DO OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO (ANO DE 2020/2022)



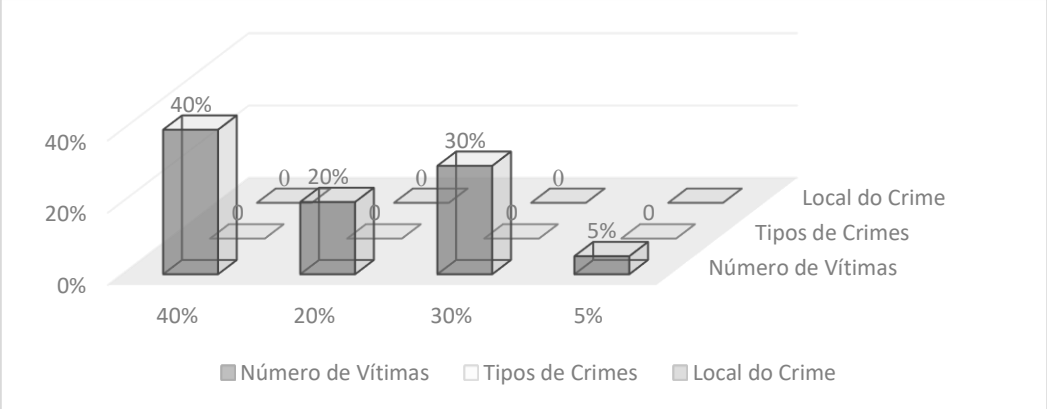
Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Anual do Observatório da Discriminação (2020/2022).

Ressalta-se que, embora o relatório aponte avanços em termo das denúncias ainda assim, continuam as violações de direitos, o que mostra a necessidade de uma ação continuada à difusão dos serviços de proteção e promoção, quanto de repressão à violação de direito às pessoas da comunidade LGBTI+. Há certa incongruência na legislação, operacionalização e os resultados esperados, já que "Portugal cai mais duas posições no ranking dos direitos das pessoas LGBTI+ na Europa, e que posiciona Portugal em 7º lugar no ranking". Esse fato se dá por não haver um "Plano Governamental de Ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais desde final de 2021", embora haja esforços para a implementação das leis que determinem a legalidade das ações, principalmente no meio legislativo.

No ano 2022 foram registadas um total de 469 denúncias no Observatório da Discriminação e, sob forma de questionários confidenciais e anónimos, mostram os principais tipos de crimes, que vão desde preconceitos, discriminações, formas de violências, sempre em função da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, reais ou presumidas, das vítimas[23]. Esses dados apontam para a localização dos crimes que ocorrem em território nacional, sendo a discriminação mais recorrente.

No gráfico 2, sobre o tipo de denúncia extraída do Observatório, fica claro que os insultos, ameaças verbais ou escrita foram de 45.58%, portanto, estas são as denúncias mais recorrentes, seguida de violência sexual 33,3%, enquanto descritos como outras formas totalizam 9.94%, situação em que as pessoas não especificam o tipo de situação sofrida; o *bullying* ocorre em 8.70% dos casos registados, cujo percentual é o mesmo da tentativa ou agressão física, que corresponde a 8.70%. Dado importante se verifica, quando surgem registos sobre a discriminação no acesso a bens e serviços, que somam 8,6%, enquanto a discriminação no trabalho corresponde a 7,1%; já a discriminação em relação à saúde é de 6,6%; a violência doméstica 2,2%; assim como a discriminação na educação que não seja o *bullying* é de 1,8%; o mesmo percentual relativo ao dano à propriedade 1.8% e violência no namoro 1,8%.

GRÁFICO 2 - NÚMERO DE VÍTIMAS, TIPO DE CRIMES E LOCAIS DO CRIME, (ANO DE 2020/2022)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Anual do Observatório da Discriminação (2020/2022).

[23] 2º Inquérito LGBTI+ da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, os principais resultados deste estudo podem ser consultados em https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-results (consultado a 15-09-2021).

Essas diferentes formas de violências e discriminações mostram que a sociedade, mesmo quando os jovens afirmarem haver apoio de pessoas da comunidade (parentes, vizinhos entre outros), a aceitação ainda se constitui um problema a ser enfrentado, para que a comunidade LGBTI+ tenha seus direitos respeitados.

Portanto, esse fato exige ação das autoridades públicas na formulação e execução de políticas sociais a fim de garantir os direitos de cidadania. Nesse espaço, o Serviço Social pode contribuir com sua expertise profissional, requisitos necessários ao combate à discriminação e demais violações de direitos, na medida em que a estruturação da ação social na esfera da política social pode intervir naquilo que for sensível às ações preventivas, sejam em termos de preconceitos nas convivências familiares, socialização, acolhimento social, inserção em diferentes espaços da vida social (prioritariamente, trabalho).

Nesse espaço, o Serviço Social enquanto profissão que forma profissionais com habilidades e competências técnicas para desenvolver potencialidades individuais e coletivas, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de populações em situação de vulnerabilidade social, para favorecer um diferencial em termos da garantia de direitos.

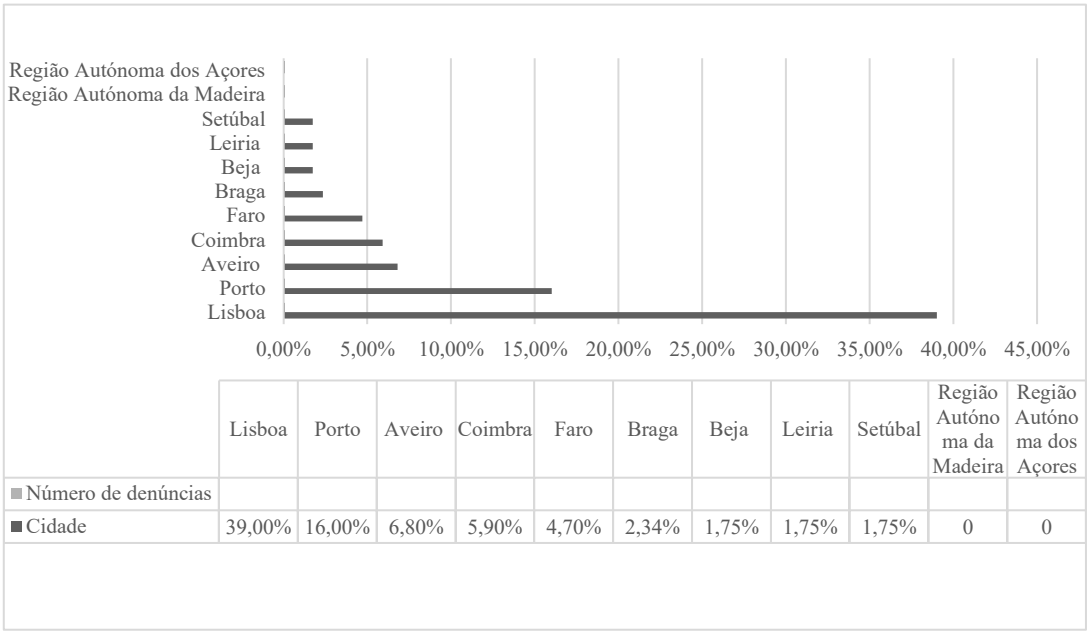
O profissional de Serviço Social, com seu arsenal técnico-operativo, é capaz de realizar ações de proteção social, a partir da mobilização de recursos institucionais da rede de serviços socioassistenciais, de prevenção, proteção e promoção social; garantia de atendimento à saúde, previdência e demais políticas públicas que assegurem o acesso aos direitos sociais.

No Observatório da Discriminação, com sede na cidade de Lisboa mostra-se em primeiro lugar em termos do registo do número de denúncias com percentual de (39%), seguida pelo Porto (16,9%), Aveiro (6,8%), Coimbra (5,9%), Faro (4,7%), Braga (2,34%), Beja, Leiria e Setúbal (todas com 1,75%), Santarém (1,17%), para uma população de dez milhões quatrocentos e quatro mil, no ano de 2022. Esses percentuais dizem respeito aos dados apurados no Observatório para esse mesmo ano. Daí a iniciativa de escolher Lisboa como território de pesquisa.

No Relatório de 2023, a Região Autónoma da Madeira registou três situações, não sendo registada nenhuma denúncia de qualquer situação na Região Autónoma dos Açores. Mais uma vez, foram expressivas as denúncias relativas a situações ocorridas

em formato *online* (7,6%), o que vem reforçar a facilidade da denúncia e a preferência pelo anonimato.

GRÁFICO 3- CIDADES QUE MAIS DISCRIMINAM (ANO DE 2020/2022)



	Lisboa	Porto	Aveiro	Coimbra	Faro	Braga	Beja	Leiria	Setúbal	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores
Número de denúncias											
Cidade	39,00%	16,00%	6,80%	5,90%	4,70%	2,34%	1,75%	1,75%	1,75%	0	0

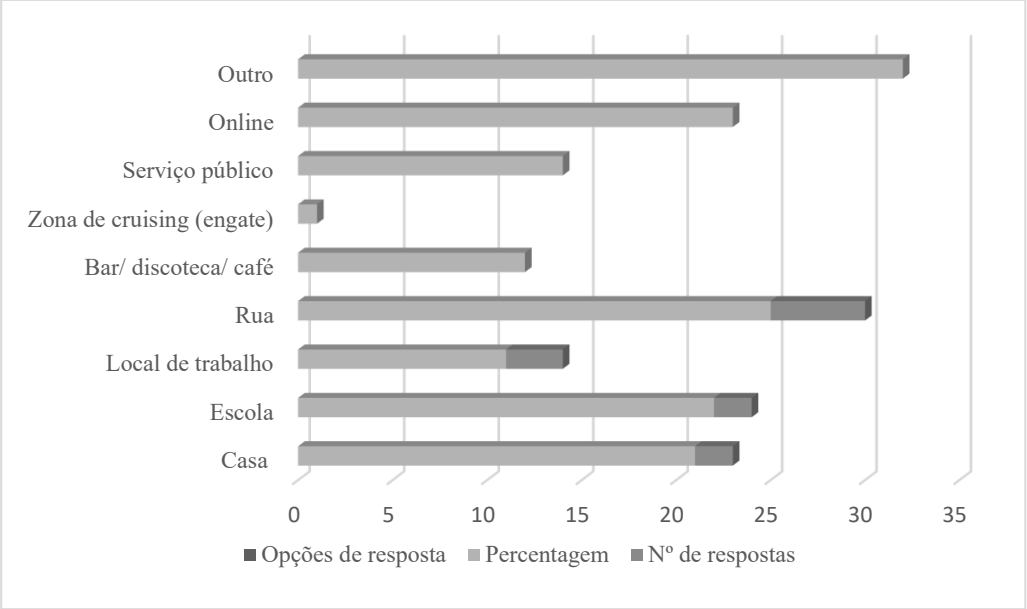
Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Anual do Observatório da Discriminação (2020/2022).

A relação do número de denúncias, com as diferentes zonas do país, levou ao estabelecimento do lócus territorial de Lisboa, para a recolha de dados, na medida em que é no Observatório da Discriminação que são registadas as situações de violação de direitos a pessoas da comunidade LGBTI+ que ocorrem em todo o país. Além de que as instituições 1 e 2 que abrem o campo de trabalho para os Assistentes Socais se situarem nessa cidade, como se descreveu anteriormente.

Em relação às categorias; tipos de crimes e locais de crimes, (a Discriminação), os dados do gráfico 4 mostram que acontecem em contexto social comunitário, assim como, em locais de trabalho, já os Abusos acontecem em contextos específicos ou lócus societários, com relação aos Ataques, esses não foram especificados.

Os locais como, na própria casa, rua, locais de trabalho, escola explicitam a necessidade de uma intervenção social votada especificamente para as pessoas da comunidade LGBTI+, mas também às suas famílias e campanhas para que possam sensibilizar os cidadãos portugueses, nos demais espaços onde os fatos de violação de direitos acontecem.

GRÁFICO 4- LOCAIS DE AGRESSÕES (ANO DE 2020/2022).



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Anual do Observatório da Discriminação (2020/2022).

Outro dado importante, no relatório de 2020-2022, diz respeito aos jovens de 15 anos aos 17 anos (28%), que informaram esconderem sua sexualidade na escola. Esses jovens referem que contam com algum tipo de apoio de pessoas que os defendem e os protegem. Os depoimentos dos jovens mostram que a sociedade portuguesa tem avançado no reconhecimento da comunidade LGBTI+, em que pese os reduzidos serviços de apoio, em caso de direitos violados, como se verificou, quando se buscou conhecer as instituições que atuam e a oferta de serviços socioassistenciais.

Também a partir do Relatório Anual do Observatório da Discriminação (2020/2022), os tipos de denuncias sobre violência foram registados, sendo os Insultos ou Ameaças verbais ou escritas, com percentual de 45.58% os mais recorrentes, seguidos de Outras 9.94%, não especificados, os *Bullying* 8.70%, a tentativa ou agressão física 8.70%, a discriminação no acesso a bens e serviços 8,6%, violência doméstica 2,2%, discriminação na saúde 6,6%, discriminação no trabalho 7,1%, discriminação na educação que não *bullying* 1,8%, dano a propriedade 1.8%, violência sexual 33,3%, violência no namoro 1,8%. A grande surpresa é com relação ao abuso policial 2,7%, o que nos remete a pensar, no pequeno número de denuncias, se não existe violência policial contra LGBTI+ ou se é subnotificado.

Nos gráficos (1, 2, 3 e 4) apresentados é possível verificar a importância que as ações de políticas públicas têm, no sentido de coibir os excessos cometidos sob

forma de violência física, mental e social contra a comunidade LGBTI+. Os dados apresentados nos gráficos dão transparência aos riscos e necessidades sociais e há necessidade de se construir políticas públicas e serviços socioassistenciais, visando o encaminhamento das ações sociais, que possam vir a erradicar as formas de cerceamento da cidadania das pessoas com identidades LGBTI+.

Embora se trate da análise de um país com instrumentos jurídicos de apoio e proteção social, no que tange a comunidade LGBTI+, os dados coletados expõem as fragilidades no enfrentamento das dificuldades e debilidades das políticas públicas voltadas à comunidade LGBTI+, mostrando, sobretudo, onde falham as ações do Estado.

A leitura dos dados confirma que a intervenção do Serviço Social com a população LGBTI+ se desenvolve num contexto marcado por níveis de violência e discriminação, o que ajuda a compreender a centralidade das respostas emergenciais identificadas nos discursos das profissionais.

Por isso, é fundamental que os mecanismos de regulamentação e gerenciamento das ações e prestações de serviços, executados por instituições Não Governamentais em parcerias com o Estado, sejam capazes de produzir efeitos benéficos para a erradicação das todas as formas de violências e discriminação. Um dos efeitos é dar visibilidade a ações e instituições que atuam na garantia de direitos a pessoas da comunidade LGBTI+ e, inclusive, ampliando estruturas de serviços, a fim de façam parte de um programa específico nas agendas governamentais, onde seus serviços ofertados sejam difundidos para o conjunto da sociedade.

Nos gráficos (1, 2, 3, 4), onde constam os números de ocorrências sobre discriminação e demais situações registadas na documentação dessas instituições percebe-se desafios que essas instituições enfrentam para minimizar os danos causados pela descriminalização, preconceitos e violências contra orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais dos LGBTI+, que ocorrem em todas as esferas da sociedade (Ramalho, 2021).

4.3 Agenda de erradicação da discriminação e violência à comunidade LGBTI+

A falta de conhecimento associada à impunidade dos que praticam a discriminação e as violências homofóbicas exigem atenção, pois durante a pesquisa um dos fatores

visíveis sobre a questão da homofobia, diz respeito à escassa participação da sociedade nas discussões que envolvem a comunidade LGBTI+, levando-nos a perceber a necessidade de se criar campanhas públicas voltada ao entendimento sobre os direitos e cidadania LGBTI+. Um dos elementos nessa abordagem, deve passar pela compreensão desse fenômeno social[24], uma vez que o debate não pode se restringir às instituições de apoio aos sujeitos que sofrem violências e discriminações.

Enquanto isso não acontece, ocorrem processos de segregação que impõem e homogeneízam o conceito de masculino e feminino na esfera da sociedade, permanecendo à cargo das interpretações caracterizadas aos diferentes sujeitos sociais (negros ou negras, índios ou índias, mulheres, migrantes, LGBTI+, entre outras). Desta forma as insterseccionalidades tornam-se uma retórica subjetiva de qual é o papel que cada grupo societário pode ou deve desempenhar na sociedade, em busca da sua mínima *(*des)importância (Gato, 2022).

Nos diferentes lugares sociais, o cotidiano desses sujeitos é avaliado conforme a perceção da sociedade em que habita ou transita, gerando "mapas de segurança"[25], pelos quais alguém se mostra/oculta, embora a "armadilha da visibilidade" permaneça em razão da própria ambiguidade do armário: quem está dentro é ameaçado pelo fragrante e quem está fora, pela violência (Manson, 2002 *cited* Albertini *et al* 2019, p 9).

As identidades consideradas transgressoras são colocadas sob o prisma da segregação em uma sociedade erigida sob padrões heteronormativos. Menezes (2018, p. 37) pensa que "ao identificar essa cruel realidade, percebe-se que uma das estratégias de "proteção" contra esses tipos de violência adotadas é justamente "não sair das caixas" e permanecer nos "armários", na realidade humana que torna ilusório o esforço ao direito à liberdade.

Desse forma, há a necessidade de se criar narrativas para agradar familiares e amigos, principalmente na fase da adolescência, apresentando-se como a pessoa que não é, mecanismo de defesa que, por vezes, se faz necessário (Albertini *et al*, 2019). Esse mecanismo é utilizado para se esconder e se autoafirmar, a fim de evitar situações constrangedoras e sofrimentos, "mescla o desejo e o temor de falar" (Albertini *et al*, 2019, p. 9).

---

[24] Os crimes de ódio. Muito debatidos ao longo do trabalho.
[25] Detalhados no observatório da discriminação.

Nesse sentido o que pode servir como explicação e abrandamento da necessidade de explicações de apropriação de vozes, também se reveste de culpas ao ser vista como falha de alguém ou alguma coisa, transpondo os mecanismos de desconforto para LGBTI+ e família. O determinismo de uma sociedade que concorda com a ideia pré-estabelecida da ordem social, influenciando as regras e modos de relacionamentos como escolhas humanas.

Por estarem instituídas nas relações e nas humanidades, qualquer movimento de liberdade de escolha é ilusório, o que reforça o conceito de sociedade heterossexual, que coíbe envolvimentos de pessoas do mesmo sexo, como define Chauí (1984, p. 9 *cited* Farias, 2010, p. 105): um "conjunto de interdições, permissões, normas, valores e regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade".

Esse conceito de sociedade normatizada (heterossexual) sinaliza a situação de desequilíbrio que exerce o poder social sobre destacado grupo social, como as pessoas da comunidade LGBTI+, que são efetivamente estigmatizadas devido às suas características sexuais, identidades sexuais e de género e, por essa via, não pertencem à norma (majoritária), cisgénero e heterossexual (doravante designada por "cisheterossexual).

A "invisibilidade, interseccional ou subinclusão" (Assis, 2019, p 21) das "pessoas de género não normativo" (Ramalho, 2022, p 18), culturalmente encontra-se diluída na visão que a sociedade lança sobre principalmente ao movimento pós-moderno LGBTI+, visto como assunto complexo, ou que sequer valha a pena ser debatido, provoca reações e inquietações.

Para quebrar o paradigma da invisibilidade, é necessário estimular a erradicação todas as formas de opressão, discriminação e exploração, por dentro de campanhas na Sociedade Civil e no Estado, enquanto promotores de políticas, desenvolvendo programas e ações de capacitação técnica, principalmente aos profissionais que atum no campo da garantia de direito LGBTI+, pois esses profissionais serão a ferramenta de atuação nos espaços sociais, sejam escolas, comunidade.

Nesse percurso, a própria profissionalização das ações voltadas a pessoas da comunidade LGBTI+ precisa ser elevada a condição de prioridade para que haja intervenções adequadas ao atendimento em relação aos tipos de demandas, a fim de garantir a inclusão social na vida social, de modo abrangente de cidadãos de direitos.

Essa afirmação ganha sentido quando se pensa na referência à prática profissional dos operadores das ações junto às pessoas da comunidade LGBTI+, pois quando ocorrem "os assassinatos não se trata de crimes comuns, resultado de assaltos ou balas perdidas, são crimes de ódio voluntários, e a condição homossexual da vítima, determina o *modus operandis* do agressor" (Mott, 2000, p.100).

Assim, apesar de Portugal ser considerado um país em que há leis de proteção social e promoção junto à comunidade LGBTI+, como referido anteriormente, verifica-se que muito ainda precisa avançar em termos de ações sociais e retaguardas na atenção à comunidade LGBTI+. Amaro (2005) avalia que as transformações societais que levaram a emergência dessa nova identidade social, a esfera pública precisa criar uma agenda prática, relacionadas às mutações correntes na sociedade, especialmente projetadas para os contextos sociais sócio diversos.

4.4 Organizações Não Governamentais e políticas focadas em seus interesses institucionais

Na pesquisa exploratória identificamos o total de 100% das Instituições localizadas em Lisboa e que tratam das causas LGBTI+ já tratado na metodologia. São Não Governamentais ou IPSS, que não estão sob a tutela do Estado, mas que assumem o papel de gestoras das políticas sociais para dentro do conjunto da sociedade (Campos, 2003; Campos, 2013; Montaño, 2009, 2001, 2014, 2021; Santos, 2008), algumas dessas organizações, estão sob forte influência ideológico-cristã, outras encontram-se na linha de grupos de ajuda para LGBTI+, inclusive como associações de pais e amigos dos LGBTI+.

As organizações não governamentais apresentam em suas missões institucionais o papel de serem "LGBTI+ friends", sem uma definição direta sobre o que estabelecem para o comando das ações sociais, ou na construção de direitos para as pessoas de identidade e género não normativos. Nesse universo refletido na tese, são poucas as que empregam o Serviço Social.

No entanto a elaboração e a gestão das políticas sociais, exigem capacidades técnicas, (conhecimento científico e experiência profissional), para profissionais de Serviço Social que são constantemente demandados à buscarem habilidades e saberes acumulados, fatores necessários a uma atuação complexa na questão social, principalmente no que se refere à pauta LGBTI+.

Buscando esclarecer que política social assiste as ações sociais dentro do contexto do capitalismo contemporâneo, as assistente sociais entrevistadas explicam que suas intervenções no campo das garantias de direitos e cidadania, ancoram-se principalmente, nas políticas sociais projetadas pelo Estado de bem-estar e executadas pelas instituições de solidariedade social, enquanto instancias projetadas para atuarem nas camadas da população vulnerável, por meio de ações e ampliações institucionais (Montaño, 2014, 2021). Essas assistentes sociais inferem:

> *A Instituição foi fundada (...) para uma melhor integração social LGBTI (assistente social, instituição1)*
>
> *Não existe um protocolo, as demandas são mais espontâneas, são várias questões sociais presentes (assistente social, instituição2)*
>
> *A instituição tem 27 anos (...) existe pouco espaço para conciliar atendimentos, só temos uma sala (assistente social, instituição 4)*
>
> *Não existe espaço físico adequado para situações apresentadas (assistente social, instituição5).*

Nesse sentido pauta-se a história da política social, que no enfrentamento da questão social, está submetida aos governos sob os ditames do capital, mas ao mesmo tempo legitima e justifica o papel de seguradoras das ações estaduais por meio do voluntariado (Montaño, 2015). É nessa complexa relação que são ultrapassados os fórum de entidades estritamente governamentais para abarcar a sociedades civil, e que Gramsci (1978, p. 436) denomina de "Estado Integral ou Ampliação do Estado", cabendo ao Serviço Social assumir as demandas institucionais nessas esferas, mediante cargas horárias acumulativas, desenvolvendo dupla jornada (Gestão e Técnico), subcontratações que expõem profissionais ao desemprego e por isso, a facilidade da rotatividade de profissionais recém-licenciadas e jovens profissionais sem experiencias no Serviço Social, tornarem-se presas fáceis aos desmandos de gestores absolutistas.

4.5 Estado mínimo e impactos nas ações sociais à comunidade LGBTI+

As políticas governamentais são regulamentadas via orçamento público e, por essa razão, dependem da própria conjugação de forças que compõem o arco de alianças, se mais democráticos, tendem absorver as demandas sociais e, com isso,

disponibilizar somas mais vultosas para o atendimento dos grupos sociais e classes subalternizadas; se conservadoras e reacionários agem de modo a restringir o orçamento para esse tipo de ação (Santos, 2008).

O estado português busca adotar uma agenda única e independente de transformação social, quando procura manter as ações governamentais sob o arcabouço do Estado, isso porquê, há a garantia que setores socioassistenciais sob o comando das ações no Estado, tenham a liberdade de perceber a política pública como garantia de direitos (Amaro, 2005; Campos, 2003; Campos, 2013; Montaño, 2015), principalmente nas lutas sociais das diversidades e das identidades coletivas, como a comunidade LGBTI+, que construem possibilidades de serem incluídas no orçamento público, de uma dada sociedade, onde os conceitos de sexo e género se confundem desde a tenra idade, com características que se mostram sob um determinado *status* sexual (Bota, 2017; Herek, 2004; Rios, 2009).

Neste espectro, as leis e regulamentos resultam de uma compreensão social comunicada e repassada, seja por meio familiar, comportamental, ou dos saberes sociais em instituições primárias (estudos, lazer e religiões, entre outros), cuja reprodução é marcada por posições e limites em termos de comportamentos, mas também da capacidade de penetração nos interstícios do Estado e fazer valer sua condição de sujeito político, concebido a partir de uma identidade existente no interior do tecido social.

Na construção da pesquisa, pudemos compreender o cenário das leis de regulamentação das ações sociais voltadas à comunidade LGBTI+. No plano legal embora a Lei que regulamente as ações do programa específico de combate a violência e a discriminação (PAIOEC), seja do Estado Português, a execução dessa legislação cabe às Instituições e Associações não Governamentais que acabam por fragilizar as ações continuadas, como referem as entrevistadas:

> *O Estado cobra o que ele não dá, se o Serviço Social estivesse na dinâmica do atendimento na esfera do Estado estaria mais fácil, mas acho que não seria tão desafiante e por não ser tão desafiantes se calhar as coisas não corriam tão bem (assistente social 2)*
>
> *O trabalho no Estado está mais condicionado, existe uma listinha, se inclui aqui, não se inclui, enquanto nas ONG é mais compreensível, mais criativo, imersível na vida da pessoa, o trabalho do Serviço Social nas ONG é um*

avanço o Serviço Social e para a criação de novas metodologias e formas de ver o Serviço Social. Não tem Informação sobre recursos (assistente social 4) Nas ONG, as vezes estamos condicionados por não termos respostas, não existe financiamento para apostarmos em novas respostas, mesmo tendo proximidade com as pessoas, trabalhando em várias esferas, mas ficamos condicionados em termos de respostas (assistente social 5).

As organizações onde existem o trabalho de assistentes sociais, atuam na transferência de responsabilidade do Estado mínimo em processo de descentralização dos serviços socioassistenciais, e seus recursos não são capazes de fazer frente às demandas sociais, embora possibilite envolver parte do coletivo local nos assuntos sociais, suas ações demonstram fragilidades (Montaño, 2004). Nesse sentido, há a ênfase na participação real da sociedade civil, que dá origem ao novo, e que possibilita ruturas da ordem social vigente ao oposto da participação formal.

> O neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. É o que já caracterizamos como a passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas – particularmente no âmbito estatal – para as lógicas da sociedade civil e do mercado (Montaño, 2004, p. 2).

É a participação do poder local que vai envolvendo diversos atores sociais, delegando, a elas (Organizações Não Governamentais), o papel de tuteladores das ações sociais e retirando de cena o próprio Estado e seu poder central de hierarquia constitutiva (Montaño, 2021; Santos, 2008). Com seus inúmeros problemas que vão desde os constitucionais até os constituintes, sobretudo, por estarem sobrevivendo sem recursos definidos e contínuos, essas Organizações Não Governamentais são avalizadas, por assumirem funções anteriormente de responsabilidade do Estado, ponto nodal de configuração de redução da garantia de direitos sociais (Santos, 2008).

As ações passam a ser focados em situações específicas e de interesse das ONG, consideradas como terceiro setor, espaço em que a população não consegue a continuidade dos serviços, pois suas ações são ofertadas por demandas estabelecidas em projetos específicos.

Essa passagem do comando das ações socais às Organizações Não Governamentais não decorre da necessária descentralização dos serviços socais das grandes cidades, mas ao contrário, trata-se da desresponsabilização em relação à execução direta dos serviços socioassistenciais, (Santos 2008), a fim de transpor a

redução da destinação dos recursos públicos no enfrentamento das problemáticas sociais, pois se atribui a responsabilidade pública das respostas às sequelas da "questão social" às organizações da sociedade civil, porém retira seu controle da gestão estatal e do direito público, transferindo-o para o direito privado. As possibilidades de controle democrático e de pressão política diminuem significativamente com este movimento. (Montaño, 2004, p. 52).

Nesse redimensionamento de cenário ocorre as responsabilidades de gerenciamento e governabilidade, que a expansão da democracia participativa aponta, onde se verifica avanços políticos e sociais, mas contraditoriamente, dilemas em relação à ação social que constituem como impasses à consolidação de direitos sociais e cidadania.

É a complexidade das políticas sociais, culturais e econômicas surgem no contexto globalizado e de exploração, que demonstram íntima relação com as características históricas da realidade mundial (Held, 1999), quando foram enraizadas ao processo de dominação capitalista/patriarcal, principalmente, na questão da configuração da família patriarcal, como coloca Saffioti (1976), ao entender que a complexidade para decifrar as relações de poder imbricadas da exploração heterossexual, trazem como consequência a penúria para as sociedades das minorias sexuais, através das condições necessárias aos meios de sobrevivência na sociedade heteronormativa.

CAPÍTULO 5

Prática profissional, formação e desafios do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ em Portugal: entre permanências estruturais e exigências de transformação.

5.1 A prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+: mediações entre tradição e emergência de novas identidades

A análise da prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ em Portugal exige, antes de mais, o reconhecimento de que se trata de um campo de intervenção ainda em processo de constituição, cuja consolidação ocorre simultaneamente à emergência das próprias demandas sociais que lhe dão origem. Não se está, portanto, perante um domínio tradicional da intervenção social, mas diante de uma realidade que se constrói no cruzamento entre transformações societais, afirmação de identidades e ampliação do campo dos direitos sociais (Assis, 2019; Fraser, 2012).

Neste sentido, a prática profissional não pode ser compreendida apenas como aplicação de instrumentos previamente definidos, mas como um processo dinâmico de mediação entre sujeitos, instituições e contextos históricos concretos. Como refere a autora ao longo da tese, a intervenção do Serviço Social continua, em muitos casos, ancorada em referenciais teórico-metodológicos construídos sob a égide da modernidade, o que limita a sua capacidade de apreensão das novas expressões da questão social associadas à diversidade sexual e de género (Iamamoto, 2011; Netto, 2010).

É precisamente neste ponto que os dados empíricos assumem centralidade. Os discursos das assistentes sociais permitem perceber que a prática profissional com a comunidade LGBTI+ não decorre de um campo previamente estruturado, mas vai sendo construída no contacto direto com as situações concretas.

> *Nós não tivemos preparação específica para trabalhar com pessoas LGBTI+, fomos aprendendo com os casos. (assistente social 1)*

Este excerto não deve ser lido como uma mera constatação individual, mas como expressão de uma condição estrutural da profissão. A ausência de preparação

específica aponta para uma lacuna que não é apenas formativa, mas também paradigmática, na medida em que evidencia que a diversidade sexual e de género não foi historicamente incorporada como dimensão estruturante da intervenção social (Ramalho, 2021).

Outro depoimento reforça esta ideia:

> *Não existe propriamente um modelo de intervenção definido, vamos construindo a prática conforme a realidade que encontramos. (assistente social 3)*

Aqui, a noção de "construção da prática" ganha especial relevância. A intervenção deixa de ser entendida como execução de procedimentos previamente definidos e passa a assumir um carácter processual, onde o saber profissional se constrói na relação com a realidade. Este dado empírico permite problematizar a ideia de que o Serviço Social opera sempre com instrumentos consolidados. Pelo contrário, neste campo específico, a prática revela-se como espaço de produção de conhecimento, ainda que muitas vezes não sistematizado (Iamamoto, 2011).

A análise destes discursos, articulada com o referencial teórico, permite identificar a existência de um descompasso entre a formação académica e as exigências da prática profissional. Como sublinha Ramalho (2021), a investigação científica tem evidenciado que grande parte dos profissionais possui pouco ou nenhum conhecimento estruturado sobre as questões da diversidade de género, o que se reflete diretamente na intervenção.

Este descompasso manifesta-se também na forma como os profissionais percecionam as suas próprias limitações:

> *Sentimos muitas vezes que não temos ferramentas suficientes para lidar com certas situações. (assistente social 2)*

A noção de "falta de ferramentas" remete para a insuficiência de instrumentos técnico-operativos adequados, mas também para a ausência de referenciais analíticos que permitam compreender a complexidade das situações vividas pela população LGBTI+ (Faleiros, 2007). Neste sentido, a prática profissional não é apenas limitada por fatores institucionais, mas também por um enquadramento teórico que não acompanha plenamente as transformações sociais.

Ao mesmo tempo, importa reconhecer que esta prática se desenvolve num contexto marcado por situações de elevada vulnerabilidade social, onde a

discriminação, a violência e a exclusão continuam a produzir efeitos concretos na vida dos sujeitos.

> *Recebemos muitos casos de pessoas que foram rejeitadas pela família, que não têm apoio, que chegam aqui sem nada. (assistente social 4)*

Este excerto evidencia que a intervenção do Serviço Social não ocorre num vazio, mas em contextos onde a identidade LGBTI+ se articula com processos de exclusão social, precariedade económica e fragilização de vínculos sociais (Yazbek, 2009). Assim, a prática profissional não pode ser reduzida à dimensão identitária, devendo ser compreendida na interseção entre identidade, desigualdade e acesso a direitos.

> *As instituições nem sempre estão preparadas para estas questões, e isso acaba por dificultar o nosso trabalho. (assistente social 5)*

Este depoimento introduz uma dimensão essencial: a prática profissional não depende apenas do conhecimento individual do assistente social, mas também das condições institucionais em que se desenvolve. A falta de preparação institucional revela que a questão LGBTI+ ainda não foi plenamente integrada nas políticas e práticas organizacionais (Fraser, 2012).

A articulação entre os discursos das assistentes sociais e o referencial teórico permite identificar três dimensões centrais:

- Prática profissional em construção (Iamamoto, 2011), a intervenção não está consolidada, sendo produzida no próprio exercício profissional;

- Insuficiência teórico-metodológica, ausência de referenciais adequados à diversidade sexual e de género (Ramalho, 2021);

- Descompasso entre formação, instituições e realidade social (Yazbek, 2009), a prática exige competências que não foram plenamente desenvolvidas na formação nem institucionalizadas nas organizações.

Estas dimensões revelam que o Serviço Social se encontra num momento de transição paradigmática. A comunidade LGBTI+ não surge apenas como um novo público de intervenção, mas como um elemento que desafia os próprios fundamentos da profissão, exigindo uma reconfiguração dos seus instrumentos, categorias e práticas.

Para contextualizar a emergência das demandas que hoje interpelam a prática profissional do Serviço Social, importa apresentar as principais conquistas de direitos da comunidade LGBTI+ em Portugal, uma vez que estas constituem o enquadramento histórico e político da intervenção.

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS DE DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL E IMPLICAÇÕES PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Período	**Marco Legal/Politico**	**Conteúdo Principal**	**Implicações para o Serviço Social**
Pós-1974 (democratização)	Constituição da República Portuguesa	Consolidação dos direitos fundamentais e igualdade jurídica	Emergência de novos sujeitos sociais e necessidade de intervenção em direitos humanos
Anos 2000	Reconhecimento de uniões de facto e casamento entre pessoas do mesmo sexo	Ampliação dos direitos civis e familiares	Necessidade de reconfiguração das abordagens familiares no Serviço Social
2010–2020	Leis sobre identidade de género e não discriminação	Reconhecimento da autodeterminação de género e proteção contra discriminação	Integração da diversidade de género na prática profissional
Atualidade	Estratégias nacionais (ex.: ENIND – CIG)	Políticas públicas de combate à discriminação	Reforço do papel do Serviço Social como mediador entre direitos formais e sua efetivação

Fonte: Elaborado pela autora

A sistematização apresentada no quadro 4 permite compreender que, embora os avanços legais sejam significativos, a efetivação desses direitos no quotidiano permanece limitada, o que reforça a centralidade da intervenção do Serviço Social enquanto mediação entre o reconhecimento formal e a concretização dos direitos.

De forma a contextualizar o perfil das participantes no estudo, apresenta-se o quadro seguinte (quadro 5), que sistematiza as principais características sociodemográficas e profissionais das assistentes sociais entrevistadas, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito da sua prática profissional.

QUADRO 5 –ASSISTENTES SOCIAIS E A PRÁTICA PROFISSIONAL

Entrevistada	**Género**	**Tempo de Formação**	**Tempo de Trabalho no Serviço Social**	**Tempo de Trabalho na Instituição**	**Atividades desenvolve na Instituição**
Assistente Social 1 Instituição A	Feminino Entre 20 - 27 anos	3 anos	6 meses	6 meses	Perceber a pessoa Ajudar a pessoa a recentrar o problema Esquematizar a área social, o que ela precisa o que quer É muito engraçado e gosta de ouvir o que as pessoas gostariam se não tivessem restrições da realidade e o momento presente que está em uma coisa e outra.
Assistente Social 2 Instituição A	Mulher Cis Entre 20 – 27 anos	4 anos	1 ano	I ano	Identificamos e analisamos os problemas e as necessidades de apoio social das pessoas LGBTI+, elaborando o respetivo diagnóstico social; Fazemos o trabalho de informação, aconselhamento e encaminhamento para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas, na rede parceira; Envolvemos e orientamos as pessoas utentes, suas famílias e grupos no autoconhecimento e procura dos recursos adequados às suas necessidades; Asseguramos a continuidade dos Apoios, em articulação com a rede parceira de Lisboa; Apoiamos no contacto deslocado: acompanhamos as pessoas aos diversos serviços sociais (quando necessário);

Entrevistada	Género	Tempo de Formação	Tempo de Trabalho no Serviço Social	Tempo de Trabalho na Instituição	Atividades desenvolve na Instituição
					Providenciamos formação e momentos de sensibilização com outras entidades de prestação de apoio social, no sentido de as apoiar no melhoramento das boas práticas no acompanhamento de pessoas LGBTI+; Articulamos com os restantes serviços da Associação para melhor garantir a qualidade, humanização e afirmação na prestação de apoio; Definimos, elaboramos, executamos e avaliamos programas e projetos de intervenção comunitária na área social.
Assistente Social 4 Instituição B	Feminino Entre 20 – 27 Anos	5 anos	2 anos	9 meses	Coordenação da equipa, atendimentos, articulação com entidades, desenvolvimento de Planos de autonomização, redução de danos, literacia na saúde, ativação de direitos.
Assistente Social 5 Instituição B	Feminino 20-27 Anos	1 ano	6 meses	6 meses	Diagnóstico social, atendimento social, sinalização, articulação, encaminhamentos sociais e de saúde, empregabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 5 traz informações sobre a prática profissional, como assevera Ramalho (2021, p. 123), ao afirmar que as "… pesquisas empíricas evidenciam que os assistentes sociais continuam a apresentar baixos conhecimentos e competências para intervir com populações com identidades de género e /ou orientações sexuais diversas".

Menezes (2018, p. 38) corrobora com essa mesma visão, ao fazer a pergunta: "como um profissional de Serviço Social (…) vai trabalhar com as demandas da diversidade se nós nem as conhecemos e falamos sobre o assunto?" Assim, mostra-se que a dimensão prática do Serviço Social está desatualizada para o atendimento à

comunidade LGBTI+. Enquanto a análise de Rocha *et al*. (2013, p. 318) aponta que a intervenção dos assistentes sociais está para além da assistência.

Ao mesmo tempo, a análise da caracterização das participantes permite observar que se trata de profissionais maioritariamente jovens, com percursos formativos recentes e experiência profissional ainda em fase inicial. Este dado revela-se relevante para a interpretação dos resultados, na medida em que pode influenciar a forma como percecionam e desenvolvem a intervenção com a comunidade LGBTI+, nomeadamente no que respeita à construção da prática e à identificação de lacunas formativas.

Essas entrevistas, enquanto abordagem de investigação, proporcionaram elementos que repercutiram como um espelho das questões levantadas sobre os problemas e especificidades em termos das intervenções dos profissionais de Serviço Social junto à comunidade LGBTI+, configurando um conjunto de inserções necessárias à reflexão sobre a população interessada na resposta social.

5.2 Intervenção social com a população LGBTI+: entre a resposta à emergência, à reprodução de práticas assistencialistas e a construção de processos emancipatórios

A intervenção social junto à população LGBTI+ apresenta-se como um campo marcado por tensões estruturais, onde coexistem práticas orientadas para a resposta imediata às necessidades e tentativas de construção de abordagens mais críticas e emancipatórias. Esta dualidade reflete não apenas as condições objetivas de trabalho, mas também os limites históricos da própria profissão (Iamamoto, 2011; Yazbek, 2009).

Os dados empíricos evidenciam que uma parte significativa da intervenção desenvolvida pelas assistentes sociais se centra na resposta a situações em emergência social, muitas vezes associadas a processos de exclusão familiar, precariedade habitacional e violência.

> *Recebemos muitos jovens que foram expulsos de casa por causa da sua orientação sexual, chegam aqui sem qualquer apoio. (assistente social 2)*

Este excerto evidencia que a identidade LGBTI+ continua a ser um fator de rutura com as redes primárias de suporte, nomeadamente a família, o que reforça a vulnerabilidade social dos sujeitos (Assis, 2019).

Há muitos casos de violência, tanto física como psicológica, e o nosso primeiro papel é garantir segurança. (assistente social 5)

A centralidade da proteção imediata revela que o Serviço Social atua frequentemente em situações de crise, onde a urgência se sobrepõe à construção de processos de longo prazo (Faleiros, 2007).

Acabamos por trabalhar muito na emergência, porque os casos são muito urgentes e complexos. (assistente social 3)

Esta predominância da lógica da emergência traduz a persistência de práticas assistencialistas, historicamente presentes no Serviço Social (Yazbek, 2009). Embora estas práticas sejam fundamentais para responder a situações críticas e emergenciais, a sua centralidade na prática cotidiana pode limitar a promoção da autonomia dos sujeitos.

Tentamos trabalhar também a autonomia, mas nem sempre conseguimos. (assistente social 4)

Este depoimento mostra a tensão entre o que as profissionais reconhecem como necessário e o que conseguem na prática realizar, devido as limitações institucionais e estruturais.

Se ficarmos só na ajuda imediata, não conseguimos mudar a situação das pessoas. (assistentes social 1)

Há certa consciência crítica presente na prática profissional que aponta para a necessidade de superação do assistencialismo e a construção de intervenções qualificadas e emancipatórias (Iamamoto, 2011).

Muitas pessoas chegam aqui com medo de serem julgadas, e o nosso trabalho também passa por garantir um espaço seguro. (assistente social 2)

Aqui emerge uma dimensão fundamental da intervenção: o reconhecimento pessoal, o Serviço Social não atua apenas na satisfação de necessidades materiais, mas também na construção de espaços éticos de validação e inclusão social (Fraser, 2012).

Esta análise permite identificar, tensão entre assistencialismo e emancipação (Yazbek, 2009; Iamamoto, 2011); centralidade da resposta à emergência (Faleiros, 2007); necessidade de intervenção orientada para autonomia e reconhecimento (Fraser, 2012).

Para além das dimensões já identificadas, importa ainda aprofundar a compreensão da intervenção social com a população LGBTI+ a partir da sua inscrição no quadro mais amplo da questão social contemporânea. Por isso, a análise não pode

limitar-se à descrição das práticas, devendo considerar os determinantes estruturais que produzem e reproduzem as situações de vulnerabilidade observadas. Tal como nos diz Iamamoto (2011), a intervenção do Serviço Social deve ser compreendida como mediação das expressões da questão social, o que implica reconhecer que as situações atendidas não são isoladas, mas resultam de processos históricos e sociais mais amplos.

No caso específico da comunidade LGBTI+, estes processos assumem particular complexidade, na medida em que a vulnerabilidade não decorre apenas de fatores económicos, mas também de mecanismos de discriminação simbólica, cultural e institucional. Assim, a exclusão vivida por LGBTI+ não pode ser analisada apenas na dimensão material, devendo ser compreendida na articulação entre desigualdade social e negação de reconhecimento (Fraser, 2012).

Esta articulação torna-se presente quando se analisam os discursos das assistentes sociais, que evidenciam a sobreposição de diferentes formas de vulnerabilidade:

> *Não é só a questão da orientação sexual, muitas vezes são pessoas que já vinham de contextos difíceis, e depois isso agrava tudo. (assistente social 3)*

Este excerto permite compreender que a intervenção com a população LGBTI+ exige uma leitura interseccional das situações, onde identidade, classe social, trajetória de vida e acesso a recursos se entrecruzam, produzindo formas específicas de exclusão. Tal perspetiva reforça a necessidade de uma intervenção que vá além da categorização dos sujeitos, permitindo apreender a complexidade das suas experiências.

Por outro lado, importa considerar que a centralidade da resposta à emergência, identificada anteriormente, não é apenas uma limitação da prática profissional, mas também uma expressão das condições em que o Serviço Social se insere. Como refere Yazbek (2009), a intervenção social tende a ser capturada por uma lógica de gestão da pobreza e das urgências sociais, o que limita a sua capacidade de atuar sobre as causas estruturais das desigualdades.

Esta realidade é confirmada pelos dados recolhidos:

> *Muitas vezes estamos a apagar fogos, não conseguimos trabalhar de forma mais estruturada. (assistente social 5)*

A expressão "apagar fogos" traduz a natureza reativa da intervenção, que se organiza em função das situações de crise, dificultando a construção de estratégias preventivas e de promoção da autonomia. Neste contexto, o Serviço Social corre o

risco de se limitar a uma função de contenção das consequências da exclusão, sem conseguir intervir de forma transformadora.

No entanto, a análise dos discursos mostra, também, a existência de um posicionamento crítico por parte das assistentes sociais, que reconhecem os limites da intervenção e apontam para a necessidade de mudança.

> *Sabemos que precisamos de fazer mais do que responder às urgências, mas nem sempre conseguimos sair desse ciclo. (assistente social 1)*

Este excerto evidencia uma consciência profissional que ultrapassa a dimensão técnica da intervenção, aproximando-se de uma leitura crítica da realidade social. Tal consciência constitui um elemento importante para a transformação da prática, na medida em que permite problematizar os limites existentes e identificar caminhos possíveis de mudança.

No quadro 6 apresenta-se uma sistematização das perceções, práticas e limitações das profissionais:

QUADRO 6 – ASSISTENTES SOCIAIS E A PRÁTICA PROFISSIONAL COM A COMUNIDADE LGBTI+: PERCEÇÕES, PRÁTICAS E LIMITAÇÕES

Dimensão de análise	**Evidência empírica (discursos das AS)**	**Caracterização da prática**	**Limitações identificadas**	**Categoria associada**
Construção da prática	"Fomos aprendendo com os casos" (AS1)	Prática baseada na experiência	Ausência de modelos estruturados	Prática em construção
Falta de preparação	"Não tivemos formação específica" (AS2)	Intervenção com base empírica	Lacuna formativa	Lacuna formativa estrutural
Centralidade da emergência	"Trabalhamos muito na urgência" (AS3)	Resposta a situações críticas	Falta de intervenção preventiva	Assistencialismo
Limitação de recursos	"Não conseguimos fazer mais" (AS4)	Intervenção condicionada	Escassez institucional	Limitações estruturais
Reconhecimento e acolhimento	"Garantir um espaço seguro" (AS2)	Intervenção relacional	Falta de preparação específica	Reconhecimento
Consciência crítica	"Só a ajuda imediata não chega" (AS1)	Reflexão sobre prática	Falta de condições para mudança	Emancipação

Fonte: Elaborado pela autora

Neste sentido, a intervenção social com a população LGBTI+ deve ser pensada não apenas como resposta a necessidades, mas como processo de construção de cidadania, onde o reconhecimento, a participação e o acesso a direitos assumem um papel central. Tal abordagem implica uma reconfiguração do próprio papel do assistente social, que deixa de ser apenas gestor de casos para assumir uma função mais ampla de mediação social e política.

O que permite reforçar a compreensão da categoria central, tensão entre assistencialismo e emancipação, evidenciando que esta não resulta apenas de opções profissionais, mas de condicionantes estruturais que moldam a intervenção. Ao mesmo tempo, revela que a prática profissional contém em si elementos de resistência e potencial de transformação, expressos na consciência crítica dos profissionais. Assim, a intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ deve ser entendida como um campo em disputa, onde coexistem práticas reprodutivas e possibilidades emancipadoras.

De forma a sistematizar as perceções das assistentes sociais e as características da intervenção profissional identificadas, apresenta-se tabela seguinte, que sintetiza as principais dimensões empíricas emergentes da análise."

A análise do quadro permite, também, perceber que a prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ se encontra marcada por uma forte dimensão empírica, limitada por constrangimentos estruturais, mas simultaneamente atravessada por uma consciência crítica que aponta para a necessidade de transformação da intervenção.

5.3 Políticas sociais e respostas institucionais à comunidade LGBTI+: entre avanços normativos, mediações institucionais e limites na efetivação dos direitos

A análise das políticas sociais dirigidas à comunidade LGBTI+ em Portugal não pode ser dissociada do processo histórico de democratização e da progressiva afirmação dos direitos sociais e civis no país. Como discutido nos capítulos anteriores da tese, particularmente na articulação entre os movimentos sociais e a construção de políticas públicas, a emergência da população LGBTI+ enquanto sujeito de direitos constitui um marco relevante na reconfiguração do Estado social e das suas responsabilidades na promoção da igualdade e no combate à discriminação (Assis, 2019; Fraser, 2012).

Neste percurso, a atuação de entidades como a CIG assume particular relevância, nomeadamente através da definição de estratégias nacionais de combate à discriminação e promoção da igualdade, como a ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação. No entanto, apesar destes avanços no plano normativo, a literatura tem vindo a sublinhar que a existência de enquadramentos legais não garante, por si só, a efetivação dos direitos no plano social (Bourdieu, 1996; Faleiros, 2007).

Contudo, a análise da prática profissional denuncia que estes avanços no plano normativo não se traduzem de forma linear na realidade concreta das instituições e dos serviços sociais. Pelo contrário, emerge um cenário marcado por tensões entre o reconhecimento formal de direitos e a sua efetiva concretização no quotidiano (Iamamoto, 2011).

Também os discursos das assistentes sociais são elucidativos neste ponto:

> *Existem leis e políticas, mas na prática muitas pessoas continuam sem acesso a direitos básicos. (assistente social 4)*

Este depoimento mostra uma questão central, a existência de um hiato entre o plano jurídico-formal e o plano da efetivação. Tal como sublinha Yazbek (2009), a política social pode assumir um caráter contraditório, na medida em que reconhece direitos ao nível formal, mas não assegura as condições materiais necessárias à sua concretização.

Outro excerto reforça esta leitura:

> *O Estado reconhece direitos, mas não cria sempre as condições para que esses direitos sejam efetivos. (assistente social 2)*

Aqui, a crítica desloca-se do plano da existência das políticas para o plano da sua operacionalização. Esta distinção é fundamental, pois permite compreender que a intervenção do Serviço Social se desenvolve precisamente nesse espaço intermédio, onde os direitos existem formalmente, mas carecem de mediação institucional para se tornarem efetivos (Faleiros, 2007; Iamamoto, 2011).

Neste contexto, as instituições não governamentais assumem um papel central enquanto mediadoras entre o Estado e os sujeitos. No entanto, os dados indicam que essa mediação ocorre frequentemente em condições de fragilidade, nomeadamente devido à insuficiência de recursos, à ausência de respostas estruturadas e à limitada especialização das equipas.

Muitas vezes somos nós, nas instituições, que tentamos resolver situações que deviam ter resposta mais estruturada. (assistente social 5)

Este depoimento revela uma sobrecarga das instituições de intervenção direta, que acabam por assumir responsabilidades que deveriam ser asseguradas por políticas públicas mais robustas e articuladas. Esta realidade pode ser interpretada à luz das transformações do Estado social, particularmente no contexto de políticas de retração estatal e reforço da lógica de subsidiariedade (Fraser, 2012).

Uma dimensão particularmente relevante que emerge da análise é a centralidade das organizações não governamentais (ONG's) na resposta às demandas da população LGBTI+.

Grande parte das respostas vem das associações, porque o Estado não chega a tudo. (assistente social 3)

As ONG's acabam por ser fundamentais, porque têm uma intervenção mais direta e especializada. (assistente social 1)

Estes discursos evidenciam um processo de deslocamento das respostas sociais para o terceiro setor, que assume um papel determinante na garantia de apoio à população LGBTI+. Tal como referem Iamamoto (2011) e Netto (2010), este fenómeno inscreve-se num contexto mais amplo de reconfiguração das políticas sociais, onde se verifica uma transferência de responsabilidades do Estado para entidades da sociedade civil.

Esta dinâmica levanta questões críticas sobre a sustentabilidade das respostas e sobre a equidade no acesso aos serviços. Quando a garantia de direitos depende, em larga medida, da atuação de organizações não governamentais, corre-se o risco de produzir respostas fragmentadas e desiguais, dependentes da capacidade institucional de cada organização (Yazbek, 2009).

Além disso, a análise empírica dá a conhecer que nem todas as instituições estão igualmente preparadas para lidar com as especificidades da população LGBTI+.

Nem todas as instituições têm sensibilidade ou formação para trabalhar estas questões. (assistente social 2)

Este excerto introduz a dimensão da heterogeneidade institucional, que constitui um fator crítico na análise da intervenção social. A existência de políticas públicas não garante a uniformidade das práticas, sendo a sua implementação fortemente condicionada pela formação dos profissionais, pela cultura organizacional e pelos recursos disponíveis (Ramalho, 2021).

A articulação entre estas dimensões permite compreender que a intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ se desenvolve num campo marcado por múltiplas mediações, entre políticas e práticas, entre Estado e sociedade civil, entre reconhecimento formal e efetivação concreta dos direitos.

Ao mesmo tempo, importa destacar que a existência de políticas específicas representa um avanço significativo, na medida em que contribui para a visibilidade das demandas da população LGBTI+ e para a legitimação da intervenção social neste domínio (Assis, 2019). No entanto, através dos resultados obtidos, esse avanço ainda não se traduziu numa transformação estrutural das respostas institucionais. Aqui identificaram três categorias: Fragilidade na operacionalização das políticas públicas (Yazbek, 2009; Iamamoto, 2011); Centralidade do terceiro setor (Netto, 2010; Fraser, 2012); Desigualdade institucional na capacidade de intervenção (Ramalho, 2021)

Estas categorias mostram que o principal desafio não reside apenas na criação de políticas, mas na sua implementação e articulação com a prática profissional. O Serviço Social surge, assim, como um mediador fundamental neste processo, atuando na interseção entre o reconhecimento jurídico e a realidade social.

A análise da capacidade de resposta institucional remete igualmente para a formação dos profissionais de Serviço Social, sendo pertinente observar como as instituições de ensino superior integram (ou não) estas temáticas nos seus currículos, como veremos mais adiante no Quadro 7.

QUADRO 7 – INTEGRAÇÃO DAS TEMÁTICAS LGBTI+ NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM LISBOA: ANÁLISE DAS UNIDADES CURRICULARES E LACUNAS IDENTIFICADAS

Instituição de Ensino Superior	**Unidade Curricular (UC)**	**Presença da temática LGBTI+**	**Tipo de Abordagem**	**Limitações identificadas**
Universidade A	Política Social / Intervenção Social	Indireta	Abordagem geral de desigualdades	Ausência de conteúdos específicos
Universidade B	Direitos Humanos	Parcial	Referência pontual à diversidade	Tratamento superficial
Universidade C	Serviço Social e Diversidade	Limitada	Enquadramento teórico geral	Falta de aplicação prática
Geral (síntese)	—	Residual	Não sistematizada	Lacuna formativa estrutural

Fonte: Elaborado pela autora

A leitura do quadro permite verificar que a formação em Serviço Social ainda apresenta limitações na incorporação sistemática das temáticas relacionadas com a diversidade sexual e de género, o que contribui para as fragilidades identificadas na prática profissional.

5.4 Formação em Serviço Social e construção de competências para a intervenção com a comunidade LGBTI+: entre lacunas estruturais, desfasamentos paradigmáticos e exigências de reconfiguração profissional

Num movimento de crescimento da profissão em 1989, com a aprovação da licenciatura em Serviço Social, desenvolvendo capacidade de estudos e investimentos em ensino e pesquisa (Carvalho, 2014). O Serviço Social, assim, buscava a profissionalização sob abordagem interventiva, diferenciada do modelo carecente de outrora, assumindo a postura de educador e preventivo, justamente quando se insere no espaço do trabalho social.

Para melhor compreender a evolução da formação em Serviço Social e as suas limitações face às exigências da intervenção contemporânea, apresenta-se a seguir uma síntese da evolução da formação em Portugal.

QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL E DESAFIOS FACE À INTERVENÇÃO COM A COMUNIDADE LGBTI+

Período	Características da Formação	Enfoque Dominante	Limitações face à temática LGBTI+	Implicações para a prática
Formação clássica	Base assistencial e normativa	Pobreza, família tradicional	Invisibilidade da diversidade sexual	Intervenção pouco adaptada
Pós-reforma (anos 90–2000)	Integração de direitos sociais	Exclusão social	Inclusão indireta da diversidade	Preparação insuficiente
Atualidade	Enfoque crítico e direitos humanos	Diversidade social	Falta de sistematização LGBTI+	Dependência da prática empírica
Tendência futura	Necessidade de reconfiguração	Interseccionalidade	Inclusão estruturada	Intervenção mais qualificada

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 8 a análise dos marcos da formação permite verificar que, apesar dos avanços registados, a incorporação sistemática das temáticas relacionadas com a diversidade sexual e de género permanece limitada, o que contribui para as lacunas identificadas na prática profissional.

QUADRO 9 - MARCOS DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

Anos	Instituições Encarregadas	Outras Informações
1935	Instituto de Serviço Social de Lisboa	Formação de assistentes sociais em Portugal
1937	Escola Normal Social de Coimbra	Expansão da formação para outros distritos portugueses.
1939	Regulação da formação em Serviço Social pelo Estado	Decreto-Lei nº. 30135, de 14 de dezembro de 1939.
1956	Ministério de Educação e Cultura	Reformulação curricular e reconhecimento do Serviço Social – curso superior – Decreto-Lei nº. 40678, de 10 de julho de 1956.
1960/61	Ministério de Educação e Cultura	A formação em Serviço Social segue orientações internacionais e funda sua produção nas Ciências Sociais.
1961	Ministério de Educação e Cultura	Abertura para a inserção de homens nos cursos de Serviço Social.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Branco (2009).

É possível ainda verificar pela leitura do Quadro 9, que o processo de constituição do Serviço Social em Portugal, inicialmente como uma profissão vinculada às necessidades de ajuda para pessoas em situação de pobreza, de riscos e vulnerabilidades sociais; período que vai de 1934 até 1956, mas os profissionais não possuíam estatuto de nível superior, abrangidos pela regulamentação via o Decreto-Lei nº. 40678, de 10 de julho de 1956. Por esse Decreto-Lei o Estado português estabelece à profissão ao nível superior.

Entretanto as escolas ou institutos de formação não eram incorporados às universidades portuguesas, fato que ocorreu somente no ano de 1961, inclusive, com a abertura para a formação de profissionais do sexo masculino.

O Serviço Social Português, portanto, foi influenciado desde sua origem, ao *Social Work*, norte americano, particularmente divulgado pelo Movimento Higienista, na Europa (Richmond, 1926), travestido de uma versão que reforçava a psicologização da formação e a adaptação dos indivíduos à sociedade (Delille, 1929

e 1939), ao invés da dimensão sociológica do *Social Work*, norte-americano. Sua inserção estava apoiada no movimento de Reforma Social, com alusões ao Trabalho Social desenvolvido nos «Settlements», por Jane Adams (Bentley, 1960, pp. 24-27).

Esse processo mostra que o Serviço Social busca, em si, desenvolver ações de cunho profissional, na medida em que se criavam regras de atenção, assumindo um carácter pseudo-técnico-instrumental. Suas ações voltam-se a aspetos de orientação quanto ao ajustamento social de um proletariado urbano em formação.

O discurso humanista era considerado como avanço particularmente associado a teorias da modernização tomista/aristotélica, fundante das ciências sociais, carreando o ponto de vista teórico no que se refere à visão de homem e de sociedade adotada na doutrina laica. São ações sociais que "emergiram no final dos anos 1960, como consequência dos movimentos de contestação social que eclodiram na sociedade ocidental e tiveram no maio francês de 1968 um marco emblemático" (Cardoso, 2012, p. 7 cited Netto, 1999; Iamamoto, 1994).

Era uma prática profissional voltada para a institucionalização dos serviços no âmbito do Estado, com vias a regulamentação da relação de exploração e das sequelas da classe social industrial, quando o Estado assume ações de proteção laica, no papel de interventor legitimado e oficializado, para fins de resolução de dilemas sociais das populações vulneráveis. Para Martins (2002), é o Estado laicizado em ações sociais, que deixa evidente a necessidade de qualificação das intervenções, da formação direcionada às técnicas operativas, de fundamentação teórica e da própria cientificidade no agir.

O curso constituiu um novo ensaio do estudo do Serviço Social, apresentando preocupações com a relação teoria-prática e com as experiências do Serviço Social a fim de sistematizar uma linha do Trabalho Social desenvolvido por Mary Richmond (Martins 1995 citando Vasconcelos, 1934, pp. 27-32). Isto porque as condições de vida da população recém-chegada às cidades ou mesmo pessoas desempregadas e a classe trabalhadora, com baixos salários, precisam garantir a sobrevivência sua e de seu grupo familiar.

Nesse período o Serviço Social constituiu-se com base nos métodos Clássico ou Tradicional, forjado na sociedade burguesa, particularmente para intervir sobre as mazelas da realidade e dos problemas sociais, presentes na mendicância, imigração, drogadição dentre outros oriundos da urbanização. Portanto, visava o combate à grave questão de saúde pública, vinculada ao movimento Higienista e Medicina Social

(Martins, 1995; Richmond, 1926), que tinha por responsabilidade, atuar na prevenção e cura das pessoas sujeitas a doenças infectocontagiosas, principalmente a tuberculose que assolava a Europa.

Em Lisboa onde as condições de vida da população eram precárias, originando subnutrição, falta de higiene, mortalidade infantil elevada e índice de morte elevadíssimo. As principais doenças que acometiam as pessoas eram, para além da tuberculose, tifo, peste bubónica, tétano e febre amarela (Gato, 2013; Martins, 2009, Mouro e Carvalho, 1987; Negreiros et al 1999). Nesse cenário de enfermidades eram as entidades religiosas da Misericórdia que atuam, inclusive, foram responsáveis pela construção dos primeiros dispensários para crianças, buscando suprir a carência de serviços públicos e equipamentos urbanos, na cidade (Mouro e Carvalho, 1987; Negreiros et al 1999; Martins, 2009).

Trata-se de uma conceção republicana, que lutava por um serviço público de dimensão social, visando a garantia de direitos sociais e promoção de cidadania, na esfera de um avanço social (Branco, 2009; Martins, 1995; Madeira et al 2002; Mouro e Simões, 2021). Sob esse contexto, organizava-se os serviços de assistência pública, principalmente, os serviços de saúde em face da precariedade dos serviços e demanda reprimida de atendimentos.

Em um determinado momento o Serviço Social passou a ser desenvolvido sob a influência do Estado laico, que controlava a igreja e a sociedade como estratégia de liberalismo (Alcina, 1995). A ideia defendida por grupos de pessoas que eram contra os preceitos religiosos e entendiam os mandamentos cristãos, como castradores dos direitos e fomentadores de exclusões sociais, por serem preconceituosos.

Os formuladores dessas conceções formavam um grupo de pessoas compostos por pensadores, maçons, socialistas e anarquistas, os quais inauguraram ações de solidarismo, visando romper com a subordinação eclesiástica, dando origem a questões relevantes aos direitos fundamentais, como o ensino gratuito obrigatório e a legalização do divórcio, assistência e trabalho (Branco, 2009; Catroga, 1991; Martins, 1995). Não obstante a todo esse movimento de rompimento, o Estado continua reconhecendo a religião católica como oficial do Estado Português (Madeira et al 2002; Mouro e Simões, 2021).

Para Monteiro (1995), o Estado-Novo é, portanto, o período sociopolítico que busca a institucionalização do Serviço Social, tendo em vista o agravamento dos problemas sociais da sociedade portuguesa no contexto de mutações dada pela

sociedade capitalista em expansão. Sob essa realidade houve a necessidade da profissionalização das ações de filantropia, caridade e assistência.

O Serviço Social firma a coesão social em processos de deterioração da vida em face da industrialização e urbanização capitalista, momento em que a assistência filantrópica coordenada pela igreja ou pela caridade tornavam-se

> (...) manifestamente insuficientes face a expressão social das necessidades não asseguradas pelo mercado. Como estratégia de coesão, as políticas sociais exigem novas especializações, adequadas a elaboração e execução de tais medidas, entre as quais se inscreve a institucionalização do Serviço Social nas sociedades industrializadas do ocidente (Monteiro, 1995, p. 44).

Nesse contexto, o profissional desenvolve ações para atender pessoas em situação de necessidade e vulnerabilidade social, firmando-se a partir de fundamentos epistemológicos da profissão, com pressupostos éticos e centrados nos direitos humanos, com vistas à dignidade humana, à justiça social e ao empoderamento, pois desde a sua constituição, o Serviço Social tem por premissa a construção da pessoa, como uns sujeitos de direitos sociais para o bem estar social, em uma interação continua com o seu campo empírico de ação, na relação que estabelece com o sujeito individual e coletivo, com a comunidade, com as instituições/organizações e com a sociedade. Sendo nesta teia de relações e interações que se deve identificar e construir a "epistemologia do Serviço Social" (Ferreira, 2011, p.67, citado por Pena, 2012, p. 79).

Nessa démarche verifica-se que o Serviço Social em Portugal emerge em contexto ditatorial sob estreita aliança entre Estado Novo e a Igreja católica, pilares de sustentação conservador, sob observância de uma conjuntura extremada do nazismo e do fascismo (Martins 2002). Período em que o governo de Salazar se mostrou determinante para a configuração do Serviço Social, como uma profissão marcada pelo papel de anteparo às ameaças da transformação socialista. Assim, sua primeira estratégia era manter a população distanciada das mobilizações sociais de cunho socialista, que rondava a Europa pós-revolução Russa (Gato, 2013; França Filho 2002; Negreiros*, et al* 1999).

A formação de Assistente Sociais se da na convenção cristã, com o pretexto de ser mantida a incondicionalidade dos princípios ideológicos, cultivados no início do século e que vinham ao encontro do controle da sociedade por parte do Estado e seus projetos políticos (Negreiros et al 1999; Martins, 1995; Mouro *et al,* 2001).

Em uma visão de "comensalismo ideológico" que impõe ao Serviço Social, a representação do Estado e a manutenção da ordem estabelecida". A Escola Normal Social de Coimbra é criada sob sistema político-cristão, complexo e contraditório. Essa escola passou a ter responsabilidade na formação somente enfermeiras puericultoras visitadoras da infância, uma figura profissional que vinha ao encontro das visitadoras e, ao mesmo tempo, fazia o papel de profissional de saúde, uma prática de apoio à política materno – infância da junta local. Houve, ainda, nesse momento três iniciativas para a formação do Serviço Social.

Segundo Amaro (2008), apesar dessas transformações a profissão ainda mantem traços do que considerada como paradigma vicente, de uma prática com conceção conservadora, embora se observe, na atualidade, uma formação voltada à contemporaneidade, portanto, havendo inflexão entre teoria e prática.

Ainda referindo o Quadro 9, inspirado em Branco (2009), procura-se mostrar os diferentes momentos de constituição do Serviço Social em Portugal, suas transformações em conjunturas diversa, visando atender demandas de uma sociedade em processo de mudanças e do crescimento das cidades.

A pesquisa, nesse sentido, teve como perspetiva a atualização em termos dos problemas vivenciados no terreno e que precisam ser analisados a luz das novas teorias e, por consequência, novas categoriais socioeconômicas e culturais da sociedade sob a dinâmica da "sociedade digital" e do capitalismo das redes. Essas novas determinações certamente influenciam e impactam o cotidiano e, portanto, o meio científico.

Essas transformações desencadeiam movimentos objetivos e subjetivos para a ação profissional, mediatizadas pelas relações institucionais, as quais precisam se adequar para uma abordagem integral e integrada, que implique em escutar e olhar os utentes sob esses novos contextos imanentes ao evolver da própria sociedade em suas múltiplas determinações, para intervir nessa realidade social e humana no sentido essencial do bem-estar humano.

5.5. Conhecimento teórico-prático à intervenção com a comunidade LGBTI+

Enquanto trabalhador(a) inserido(a) no contexto das políticas sociais, os profissionais do Serviço Social desempenham importante papel no direcionamento das funções que

transformam as demandas socioassistenciais, por serem profissionais que atendem a parcela da população vulneráveis ou em risco social, elevando a política de assistência social ao estatuto de política pública que segundo Netto (1999) torna-se um importante paradoxo social, pois ao mesmo tempo que garante direitos, não arranha o cristal da ordem burguesa. Nessa linha de pensamento, Branco (2009) completa com o propósito que se apropriar nas políticas públicas em retóricas pouco práticas e algo pretensiosas.

As diretrizes que compõem a qualificação e a capacitação de assistentes sociais nas universidades mostraram-se pouco capazes de formar profissionais especialistas, como percebido no tópico anterior. Isso significa um movimento reivindicatório que vai crescendo em paralelo à transformação da questão social, postulando, assim, a necessidade de estruturar o ensino e a pesquisa, justamente para a compensação do método e das metodologias teóricos/práticas voltadas às diversidades e género.

Desta maneira, há a necessidade de uma formação continuada de qualificação e um caminho a ser seguido, sendo necessário disseminar consciências que visem reorganizar o meio institucional (Branco 2009; Faleiros, 2014). A ação profissional visa possibilitar a rutura do pragmatismo e do imediatismo, desencadeando a transformação da prática profissional para uma ação mais adequada, isto é, uma abordagem específica, para quebrar a ação totalizadora e estabelecer diretrizes de uma qualificação e capacitação continuada de recursos humanos capazes de intervirem de modo diferenciado. Nessa perspetiva Granja (2011) afirma, que o saber profissional precisa ser estruturado e objetivado para servir à formação, à construção da disciplina e à reflexão profissional. A complexidade do saber agir e as tensões da construção identitária que consolidam ou fragilizam os processos de legitimação do saber, delimitam campos de autonomia, articulam lógicas e processos, intervindo em jogos de poder e conflitos de interesses.

As ações sociais laicas geraram recursos que, notadamente, traduzem as funções sociais para expandir o assalariamento, criando um proletariado desamparado e necessitado, em postura de desajustamento político, principalmente para categorias que deram origem as discussões sociais sobre diversidades, culturalidades, identidade de género e orientação sexual (Ramalho, 2021). Para o Serviço Social, segundo Monteiro (1995) exigia-se uma ação em acordo com o debate produzido na Assembleia Nacional a fim de aprovar o Decreto-Lei 30.135/39,

> "I – Como uma forma de "acção social" mais humana que a assistência pública e mais eficaz (porque racionalizada) que a esmola, ou seja, uma forma de "caridade metódica", instrumento de uma reforma moral do homem e da sociedade que eliminaria os factores de conflito (sobretudo morais). Subjacente o pensamento católico da época que reservava ao estado um papel supletivo (ou nulo) relativamente às intervenções sociais da iniciativa de sectores e/ou organizações católicas (sobretudo protagonizadas por mulheres) e, simultaneamente, tomava os «atritos» e «perturbações» como problemas eminentemente morais que exigiam uma resposta doutrinária e assistencial, na linha do catolicismo social europeu e/ou por referência ao modelo medico. (Monteiro, 1995, pp.48-49).
>
> II – Como instrumental (ideológico e doutrinário) da restauração moral e educativa da família, principal (ou único) responsável pela reprodução dos padrões morais e materiais dos portugueses, em particular através da valorização e reforço do tradicional papel da mulher e das "elites" (formadas nos institutos), ou seja, como "... vínculo condutor da doutrina do Estado Novo ... Apoia-se esta perspetiva numa conceção conservadora e integrista da "nação", uma sociedade organizada na base da família orientada pela autoridade moral (ou de emanação divina) das hierarquias sociais, católicas, por referencia ao conservadorismo católico nucleado em torno da sua escola e matriz ideológico-cultural do Salazarismo" (Idem).

Pode-se, assim, compreender que o processo de democratização trouxe uma abertura política capaz de favorecer as expressões socioculturais que estavam amordaçadas devidos as ações de repressão e opressão, que impediam a livre manifestação dos diversos atores sociais, incluindo aquelas da comunidade LGBTI+.

Complementando os desafios impostos ao Serviço Social, apresentamos as cinco Instituições de ensino superior em Serviço Social presentes na cidade de Lisboa[26], no Quadro 10[27].

[26] Tomando por base a territorialidade, como campo empírico da pesquisa.

A análise sobre a conjuntura da formação em Serviço Social demonstra a importância de uma formação interdisciplinar, com epistemologia votada à diversidade em nível de 1º ciclo de estudos (preferencialmente).

QUADRO 10 - UNIVERSIDADES E UNIDADES CURRICULARES DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL EM LISBOA

INSTITUIÇÃO	1º ANO	2º ANO	3º ANO
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa	Modernidade e Questão Social Direito da Família e da Criança	Classes Sociais e Estratificação Serviço Social com Crianças, Jovens e Famílias Serviço Social com Adultos e Idosos Sociedade e Políticas Sociais	Direitos Sociais e Mudança Social
Universidade de Lisboa	Cidadania, Ética e Direitos Humanos	Serviço Social com Indivíduos e Famílias	Serviço Social com Crianças e Jovens Serviço Social com Grupos
Universidade Católica Portuguesa	Contextos e Práticas de Serviço Social Serviço Social e Direitos Humanos	Intervenção com Indivíduos e Famílias	Serviço Social: Intervenção com Grupos e Comunidades
Universidade lusófona	Direitos Humanos e Cidadania	Serviço Social e Intervenção em Comunidades	
Universidade Lusíada	Globalização e desigualdades Seminário de introdução aos problemas sociais Observatório da realidade social		Políticas Sociais Sectoriais

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos dados da pesquisa, 2023.

Embora existam as unidades curriculares voltadas aos problemas sociais como parte fundante do processo de construção de cidadania da comunidade LGBTI, na contemporaneidade, como diversidade, sexo e género. A diversidade de identidades imantes à comunidade LGBTI+ não pode se pensada e esgotado no primeiro ciclo de formação, já que não há, em um curso de três anos, capacidade formativa para que

alunas(os) de licenciatura se tornem especialistas em domínio de conhecimento sobre a temática da tese, embora seja importante abordá-lo.

O Serviço Social surgiu com alicerces conservadores e seus profissionais conseguiram avançar e construir elementos que contribuíram para saberes qualificados, para assumir uma postura profissional ao encontro das demandas práticas respaldadas em reflexões científicas (Branco, 2009; Branco & Amaro 2011; Madeira et al 2002; Martins, 1993, 1995, 2002), portanto, essas reflexões científicas importam em disciplinas que geram objetos de estudo, destacando o espírito científico, de inspiração ao conhecimento, casando a teoria com a prática, a ciência e a consciência ética, a pesquisa e a ação, mas, também, em uma continuidade da qualificação, com pós-graduações.

Japiassu (1976, p 58) mostra que "aquele que possui um conhecimento cada vez mais extenso relativo a um domínio cada vez mais restrito", e, complementa-se, é capaz de avançar para novos conhecimentos sobre a realidade social.

É por isso, essencial pensar na necessidade de uma revisão ou mesmo inovação em termos da reformulação teórico-prática dos instrumentais do ensino superior e do exercício da prática profissional, a fim de incorporar as novas dimensões da vida social, no contexto das transformações societais.

A interdisciplinaridade e o trabalho em equipa também se constituem como elementos essenciais para a reflexão em termos acadêmicos e científicos na relação de troca e interpelação da prática profissional dos profissionais que estão no terreno e absorvem às demandas no momento de suas intervenções junto aos utentes e interação com o meio social.

Assim, considera-se importante a inclusão de temas nas disciplinas do Serviço Social, que venham ao encontro das categorias ditas minorias, LGBTI+, sexo, género, etnia, migrações, como dimensões presentes na questão social da atualidade, reforçando a crítica que Ramalho (2021, p. 124) tece sobre a falta de "formação e literatura profissional" nesse tema. Aparecendo aqui um dos fatores para a ausência de debate sobre a comunidade LGBTI+. Uma ação que precisa ser colocada nos espaços de debates sobre OIEC.

Outro fator importante nesse contexto, é que o Serviço Social responde, sob a forma de profissionalização, a pessoas vulneráveis e que se encontram incorporado(a) nas instituições de beneficência e filantropia privada, com a anuência do Estado

(Branco, 2015; Montaño, 2015). Embora, não se configurem como agente de garantias de direitos, pois:

> *não temos respostas diretas, o que torna difícil a capacitação social das pessoas. (AS1).*

Prossegue-se assumindo pressupostos doutrinários e reguladores institucionais com ações mínimas, como mostra Martins (2002, p. 24) "com vista a passagem da esmola a uma caridade organizada, institucional, alargando o dever individual a uma ação coletiva".

Esse novo campo se caracteriza um desafio aos profissionais de Serviço Social e à profissão, para avançar na discussão, inclusive, na proposição de novas práticas institucionais para substanciar a prática profissional dos assistentes sociais no processo de institucionalização da profissão, uma prática interventiva, que não deve se equilibrar no jogo das relações institucionais, sob pena de reproduzir o assistencialismo.

Ao analisar o 1º "Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social", "Direitos Humanos e Serviço Social" , lançado em Lisboa (1999), como parte de um material pedagógico, que visa auxiliar estudantes, e profissionais de Serviço Social, vê-se o direcionamento em relação aos "...conhecimentos básicos que lhes permitam orientar as suas atividades, presentes e futuras, no sentido de uma defesa cada vez mais firme dos Direitos Humanos de todos aqueles com quem e para quem trabalhem" (Manual do Serviço Social, 1999, p. 11). Verifica-se assim, preocupação com a qualidade e a uniformidade de saberes e intervenção, tanto em termos de formação, quanto para a própria prática profissional.

O referido Manual contempla todas as demandas da atualidade, algo que compõe os problemas sociais, como pobreza, migrações, refugiados, sexismo, intolerância religiosa, racial, crianças e jovens, verifica-se, com isso, que as competências vão além da capacidade de abranger as principais temáticas dos direitos humanos.

A preocupação com esses temas, fica expresso no capítulo que trata do Serviço Social e os Direitos Humanos, ao apontar sugestões para a inclusão, inclusive nas escolas de Serviço Social, da discussão e direcionamento sobre a temática dos Direitos Humanos, inclusive, reforça a necessidade da base curricular de estudos e da profissionalização voltados ao tema, como se observa no trecho seguinte.

As escolas de Serviço Social são fortemente encorajadas a encontrar formas criativas de incluir a temática dos Direitos Humanos nos seus currículos. Algumas

podem oferecer cadeiras ou cursos opcionais autónomos, outras podem exigir que os estudantes frequentem cadeiras ou cursos sobre Direitos Humanos, outras ainda podem integrar a temática dos Direitos Humanos em todos os seus curricula básicos.

Essas modalidades não têm de se excluir mutuamente, dado que, para cada uma, existem vantagens e desvantagens. Uma cadeira ou curso autónomo de Direitos Humanos fornece a oportunidade de estudar as questões em profundidade, enquanto aplicáveis ao Serviço Social. Porém, se a disciplina ou curso for opcional, apenas os estudantes que o tenham escolhido serão abrangidos. Incluir a temática em todos os curricula básicos tem a vantagem de abranger todos os estudantes, da mesma forma que uma cadeira ou curso obrigatório; além disso, demonstra a interligação entre os Direitos Humanos e todas as formas e contextos onde se desenvolve o Serviço Social nas suas inúmeras expressões. Colocam-se diversos desafios à integração da questão dos Direitos Humanos em programas já sobrecarregados. Nestas condições toma-se necessário reforçar a dedicação e conhecimentos dos professores (Manual do Serviço Social, 1999, p. 18).

Essa compreensão revigora a análise sobre a necessidade de fortalecer a relação entre a teoria e a prática, como construção do conhecimento para execução, principalmente na formação profissional, "como campo de atuação de operadoras(es) de políticas de direitos humanos e sociais" (Santos, 2021, p. 107), pois a instituição é o lócus decisivo para o desenvolvimento das ações interventivas, principalmente quando avançam nas discussões sobre práticas sociais qualificadas para a diversidade.

No entanto, existe a lacuna, sobre a comunidade LGBTI+ ou a falta deles(as), o que fortalece a crítica ao longo desta tese, justamente em termos de qualificar a discussão sobre os problemas que as pessoas da comunidade LGBTI+ enfrentam na efetivação de seus direitos. Isso fica, explicita em face do reduzido espaço do Serviço Social nas instituições que atendem pessoas da comunidade LGBTI+, fato esse corroborado pela Assistente Social B, da Instituição 1: "é dos poucos serviços em Portugal virado exclusivamente para esta comunidade".

Não, obstante Portugal ser reconhecido como um país "gay-friendly", que desde 1982, justamente por reconhecer direitos à comunidade LGBTI+, fato demonstrado pelo quadro 6, sobre a evolução cronológica desses direitos.

A análise da formação em Serviço Social, no âmbito da intervenção com a comunidade LGBTI+, revelou-se fundamental para compreender os limites identificados na prática profissional e, simultaneamente, para perspetivar os caminhos

possíveis de qualificação da intervenção. Tal como evidenciado nos pontos anteriores, a prática dos assistentes sociais encontra-se profundamente condicionada não apenas pelas políticas públicas e pelas condições institucionais, mas também pelo tipo de conhecimento adquirido ao longo do percurso formativo. Neste sentido, os dados empíricos recolhidos na investigação apontam, de forma consistente, para a existência de lacunas significativas na formação em Serviço Social no que respeita à incorporação das temáticas relacionadas com a diversidade sexual e de género. Os discursos das assistentes sociais são claros neste diagnóstico:

> *Durante a minha formação nunca tive nenhuma unidade curricular que abordasse diretamente a questão LGBTI+. (AS1)*
>
> *Falava-se muito pouco, e quando se falava era de forma muito superficial. (assistente social 3)*

Estes excertos evidenciam que a formação académica não tem acompanhado, de forma consistente, as transformações sociais que colocam a diversidade sexual e de género no centro das dinâmicas contemporâneas. Tal situação revela um desfasamento entre o conhecimento produzido na academia e a realidade enfrentada pelos profissionais no terreno, confirmando a análise de Ramalho (2021), segundo a qual existe um défice significativo de preparação dos profissionais para lidar com estas questões.

Este desfasamento manifesta-se também na forma como os assistentes sociais descrevem o seu processo de aprendizagem profissional:

> *Aprendemos muito mais na prática do que na formação. (assistente social 2)*

A centralidade da aprendizagem empírica, embora relevante, revela-se insuficiente para garantir uma intervenção qualificada. Como sublinha Iamamoto (2011), a prática profissional do Serviço Social exige uma base teórico-metodológica sólida, que permita interpretar a realidade para além da sua dimensão imediata. Quando essa base não é suficientemente desenvolvida, a intervenção tende a apoiar-se em respostas reativas, limitando a capacidade de análise crítica.

Neste contexto, a ausência de formação específica sobre a temática LGBTI+ não constitui apenas uma lacuna curricular, mas revela uma questão mais profunda, relacionada com os próprios fundamentos da formação em Serviço Social. Historicamente, a profissão desenvolveu-se num contexto marcado por normas heteronormativas e por modelos familiares tradicionais, o que influenciou a construção dos seus referenciais teóricos (Bourdieu, 1996; Netto, 2010). Assim, a

diversidade sexual e de género não foi integrada como dimensão estruturante da questão social, mas frequentemente tratada como tema periférico ou invisibilizado.

> *Muitas vezes sentimos que não temos preparação suficiente para lidar com certas situações. (assistente social 4)*

A noção de "falta de preparação" remete não apenas para a ausência de conteúdos, mas para a inexistência de instrumentos analíticos que permitam compreender a complexidade das experiências vividas pela população LGBTI+. Tal como refere Faleiros (2007), a intervenção social exige a articulação entre conhecimento técnico, leitura crítica da realidade e posicionamento ético-político. Quando um destes elementos falha, a intervenção torna-se limitada.

Para além da formação inicial, importa considerar também a dimensão da formação contínua, que surge como elemento fundamental para a atualização dos conhecimentos e competências dos profissionais.

> *Gostaríamos de ter mais formação nesta área, mas nem sempre existem oportunidades. (assistente social 5)*

Este depoimento evidencia que a falha formativa se prolonga para além do percurso académico, refletindo a ausência de políticas institucionais de qualificação profissional nesta área. Tal realidade reforça a ideia de que a intervenção com a comunidade LGBTI+ ainda não foi plenamente reconhecida como campo prioritário de formação no Serviço Social.

A análise empírica permite ainda identificar que esta lacuna formativa tem efeitos diretos na prática profissional, contribuindo para a reprodução de abordagens baseadas no senso comum ou em referenciais normativos implícitos.

> *Às vezes temos receio de não saber abordar certas situações da forma mais correta. (assistente social 2)*

Isto revela uma dimensão importante: a insegurança profissional. A ausência de formação adequada pode gerar dúvidas e receios, que acabam por influenciar a qualidade da intervenção. Neste sentido, a formação não deve ser entendida apenas como aquisição de conhecimento, mas também como processo de construção de segurança profissional e de posicionamento ético.

Por outro lado, importa destacar que a incorporação das temáticas LGBTI+ na formação em Serviço Social não deve limitar-se à inclusão de conteúdos específicos, mas implicar uma reconfiguração mais ampla dos referenciais teóricos da profissão. Tal como argumenta Fraser (2012), a justiça social implica não apenas redistribuição

de recursos, mas também reconhecimento das diferenças. Neste sentido, a formação deve ser capaz de articular estas duas dimensões, preparando os profissionais para intervir em contextos onde desigualdade e discriminação se entrecruzam. Esta necessidade de reconfiguração é particularmente importante num contexto em que a diversidade se afirma como elemento central da sociedade contemporânea. O Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a promoção da justiça social, deve ser capaz de incorporar essa diversidade como parte integrante do seu campo de intervenção, evitando reproduzir modelos normativos que excluem ou invisibilizam determinados sujeitos.

A análise deste ponto permite identificar a lacuna formativa estrutural, articulada com:

- desfasamento entre formação académica e realidade social (Ramalho, 2021)
- insuficiência dos referenciais teóricos tradicionais (Netto, 2010; Bourdieu, 1996)
- dependência da aprendizagem empírica (Iamamoto, 2011)
- ausência de políticas de formação contínua (Faleiros, 2007)

Estas dimensões evidenciam que a qualificação da prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ depende, em larga medida, de uma transformação da formação, que deve ser capaz de responder às exigências de uma sociedade cada vez mais plural e complexa. Tal transformação implica não apenas a inclusão de novos conteúdos, mas a revisão crítica dos pressupostos que orientam a intervenção profissional.

5.6 Trabalho em rede e intervenção multiprofissional: articulações necessárias, limites institucionais e potencialidades na intervenção com a comunidade LGBTI+

A intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+, tal como evidenciado nos pontos anteriores, não pode ser compreendida como uma prática isolada, circunscrita à atuação individual do assistente social. Pelo contrário, trata-se de um campo de intervenção que exige, de forma cada vez mais evidente, a articulação entre diferentes profissionais, saberes e instituições, dada a complexidade das situações atendidas e a multiplicidade de dimensões envolvidas.

Neste sentido, o trabalho em rede e a intervenção multiprofissional emergem como elementos estruturantes da prática profissional, na medida em que permitem uma abordagem mais integrada das necessidades dos sujeitos. As assistentes sociais reconhecem claramente esta dimensão:

> *Trabalhamos muito em articulação com psicólogos, juristas e outras instituições. (assistente social 5)*

Percebe-se que a intervenção com a população LGBTI+ ultrapassa a esfera exclusiva do Serviço Social, exigindo contributos de outras áreas, nomeadamente no que respeita ao apoio psicológico, à mediação jurídica e ao acompanhamento em situações de violência ou discriminação. Tal realidade confirma a ideia de que a questão social contemporânea se apresenta de forma cada vez mais complexa, exigindo respostas interdisciplinares (Iamamoto, 2011).

Outro depoimento reforça a centralidade desta articulação:

> *Sem essa articulação não conseguimos dar resposta às situações, porque são muito complexas. (assistente social 2)*

A complexidade referida pelas profissionais está diretamente relacionada com a sobreposição de problemáticas que caracterizam muitas das situações atendidas, exclusão familiar, vulnerabilidade económica, violência, discriminação, sofrimento psicológico, exigindo uma intervenção que articule diferentes níveis de resposta. Neste sentido, o trabalho em rede não surge como opção, mas como necessidade estruturante da intervenção.

No entanto, apesar do reconhecimento da sua importância, a análise empírica revela que a operacionalização do trabalho em rede nem sempre ocorre de forma estruturada e institucionalizada. Pelo contrário, em muitos casos, essa articulação depende das iniciativas individuais dos profissionais e das relações informais que vão sendo construídas ao longo do tempo.

> *Muitas vezes depende dos contactos que vamos criando, não existe uma rede formal organizada. (assistente social 3)*

Esse depoimento aponta uma fragilidade importante: a ausência de mecanismos institucionais que garantam a continuidade e a eficácia do trabalho em rede. Quando a articulação entre serviços depende de relações informais, a intervenção torna-se vulnerável à rotatividade dos profissionais e à descontinuidade das equipas, comprometendo a qualidade das respostas.

A literatura do Serviço Social tem vindo a sublinhar a importância da articulação interinstitucional como elemento central na intervenção social, particularmente em contextos de elevada complexidade (Faleiros, 2007). No entanto, como evidenciam os resultados, essa articulação nem sempre é acompanhada por estruturas formais que a sustentem.

Outro aspeto que emerge da análise é a diversidade de atores envolvidos na intervenção com a comunidade LGBTI+, incluindo serviços públicos, organizações não governamentais e outras entidades da sociedade civil.

> *Trabalhamos com várias associações, porque muitas vezes são elas que têm respostas mais específicas. (assistente social 1)*

Nesse depoimento, há a presença da centralidade do terceiro setor, já identificada no ponto anterior, evidenciando que as ONG's desempenham um papel fundamental na construção de respostas especializadas. No entanto, esta centralidade também revela uma fragilidade do sistema público, que nem sempre dispõe de respostas adequadas para esta população.

Tal como refere Fraser (2012), a justiça social implica não apenas redistribuição, mas também reconhecimento e participação. Neste sentido, o trabalho em rede pode ser entendido como espaço privilegiado para a construção de respostas mais inclusivas, na medida em que permite integrar diferentes perspetivas e conhecimentos na intervenção.

Contudo, a análise empírica revela que essa potencialidade nem sempre é plenamente concretizada, devido a limitações estruturais.

> *Nem sempre conseguimos articular tudo o que seria necessário, porque faltam recursos e tempo. (assistente social 4)*

Essa fala evidencia que o trabalho em rede, embora desejável, é condicionado por fatores como: a escassez de recursos, a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo. Assim, a articulação entre serviços tende a ocorrer de forma pontual, dificultando a construção de estratégias integradas e sustentadas.

Para além das limitações institucionais, importa considerar também que o trabalho em rede implica desafios ao nível da coordenação entre diferentes saberes e práticas profissionais. Cada área de intervenção possui os seus próprios referenciais, o que pode gerar dificuldades na construção de uma linguagem comum e de estratégias partilhadas.

Neste contexto, o Serviço Social assume um papel particularmente relevante, enquanto mediador entre diferentes atores e níveis de intervenção. A sua posição privilegiada na articulação entre sujeitos, instituições e políticas públicas permite-lhe desempenhar uma função estratégica na construção de respostas integradas.

A análise deste ponto permite identificar como a intervenção em rede e multidisciplinaridade necessita estar articulada com:

- necessidade de articulação interinstitucional (Iamamoto, 2011)
- fragilidade na formalização das redes (Faleiros, 2007)
- centralidade do terceiro setor nas respostas (Fraser, 2012)
- limitações estruturais (tempo, recursos, organização institucional)

Estas dimensões mostram que o trabalho em rede constitui simultaneamente uma potencialidade e um desafio para a intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+. Embora permita uma abordagem mais integrada das situações, a sua eficácia depende da existência de condições institucionais que garantam a sua continuidade e articulação.

5.7 Desafios, limites institucionais e rotatividade na prática profissional: implicações para a qualidade da intervenção com a comunidade LGBTI+

A análise da prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+, desenvolvida ao longo deste capítulo, permite identificar um conjunto de desafios estruturais que condicionam a qualidade e a continuidade da intervenção. Estes desafios não se pautam só à dimensão individual dos profissionais, mas refletem, sobretudo, as condições institucionais, políticas e formativas em que a prática se insere, evidenciando a necessidade de uma leitura crítica e integrada do campo de intervenção.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a complexidade das situações atendidas, que exige dos assistentes sociais uma elevada capacidade de resposta em contextos marcados por múltiplas vulnerabilidades. Tal como evidenciado nos pontos anteriores, a intervenção com a população LGBTI+ ocorre frequentemente em situações onde se cruzam exclusão social, rejeição familiar, violência, precariedade económica e fragilidade emocional (Yazbek, 2009; Iamamoto, 2011).

Os discursos das assistentes sociais elucidam neste ponto:

> *Lidamos com situações muito difíceis, muitas histórias de rejeição, de violência, e isso tem um impacto grande no nosso trabalho. (assistente social 3)*

Esse discurso dá a entender que a prática profissional se desenvolve num contexto de elevada exigência emocional, onde o contacto contínuo com situações de sofrimento social pode gerar desgaste e sobrecarga. Tal como refere Faleiros (2007), a intervenção social implica um envolvimento direto com a realidade dos sujeitos, o que exige não apenas competências técnicas, mas também capacidade de gestão emocional.

Outro testemunho reforça esta dimensão:

> *É um trabalho muito exigente emocionalmente, e nem sempre temos apoio suficiente. (assistente social 4)*

A ausência de mecanismos de suporte institucional aos profissionais constitui, assim, um fator crítico, na medida em que pode comprometer o bem-estar dos assistentes sociais e, consequentemente, a qualidade da intervenção. A literatura tem vindo a sublinhar que a ausência de supervisão e apoio institucional contribui para o desgaste profissional e para a diminuição da eficácia das práticas (Iamamoto, 2011).

Para além da dimensão emocional, a análise dos dados também a perceção da existência de limitações estruturais ao nível dos recursos disponíveis. A escassez de meios materiais e humanos constitui um obstáculo significativo à implementação de intervenções mais consistentes e continuadas.

> *Muitas vezes não conseguimos dar a resposta que gostaríamos porque não temos recursos suficientes. (assistente social 5)*

A escassez de recursos referida, revela que a prática profissional se desenvolve num contexto de restrição, onde a insuficiência de meios financeiros, limita a capacidade de intervenção. Tal realidade está diretamente relacionada com as transformações do Estado social e com a tendência para a redução da intervenção pública e o co-financiamento programado para ações sociais, tema discutido anteriormente (Fraser, 2012; Netto, 2010).

Outro desafio identificado na análise diz respeito à rotatividade dos profissionais, que surge como consequência das condições de trabalho e do desgaste associado à intervenção.

Há muita rotatividade, porque é um trabalho exigente e nem sempre valorizado. (assistente social 2)

A rotatividade profissional constitui um elemento particularmente crítico, na medida em que compromete a continuidade da intervenção e a construção de vínculos com os utentes. No contexto do Serviço Social, a relação profissional assume um papel central, sendo fundamental para o desenvolvimento de processos de acompanhamento social consistentes (Faleiros, 2007).

A instabilidade das equipas dificulta, assim, a consolidação de práticas profissionais e a acumulação de conhecimento no campo da intervenção com a comunidade LGBTI+. Cada mudança na equipe profissional, implica uma quebra na continuidade do acompanhamento, podendo afetar negativamente os processos de inclusão social dos sujeitos atendidos.

Para além destes aspetos, importa considerar também a questão do reconhecimento profissional. Os dados empíricos sugerem que a intervenção com a comunidade LGBTI+ nem sempre é valorizada no contexto institucional, sendo, por vezes, percecionada como uma área marginal ou secundária.

Nem sempre sentimos que este trabalho é valorizado dentro das instituições. (assistente social 1)

Este excerto evidencia a existência de uma hierarquização implícita das áreas de intervenção, que pode contribuir para a invisibilização das necessidades da população LGBTI+ e para a desvalorização do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais neste domínio.

A articulação entre estas dimensões permite compreender que os desafios enfrentados pelos profissionais não são isolados, mas resultam de um conjunto de fatores estruturais que condicionam a prática. A intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ desenvolve-se, assim, no campo contraditório de tensões: entre as exigências crescentes e as condições limitadas.

Neste contexto, torna-se fundamental reconhecer que a superação destes desafios não depende apenas do esforço individual dos profissionais, mas exige mudanças ao nível das políticas públicas, da organização institucional e da formação em Serviço Social.

A análise deste ponto permitiu identificar:

- precariedade das condições de trabalho (Iamamoto, 2011; Netto, 2010)
- desgaste emocional e ausência de suporte institucional (Faleiros, 2007)

- rotatividade profissional e descontinuidade da intervenção (Yazbek, 2009)
- desvalorização institucional da área de intervenção. (Viscarret, 2009)

Percebe-se que a prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ se desenvolve num contexto de fragilidade estrutural, que limita a sua capacidade de resposta e compromete a efetivação dos direitos sociais.

Ao mesmo tempo, importa dizer que a consciência crítica evidenciada nos discursos das assistentes sociais constitui um elemento fundamental para a transformação da prática. A identificação dos limites e desafios permite abrir espaço para a construção de novas estratégias de intervenção, mais ajustadas às exigências da realidade social contemporânea.

5.8 Equipa multiprofissional na retaguarda à violência e abandono de pessoas da comunidade LGBTI+

A elaboração e a gestão de políticas sociais, recomenda a interdisciplinaridade como mecanismo de democratização de saberes, como instrumentos que substanciam as lacunas existentes na caraterização das demandas sociais, exigindo cada vez mais, capacidades técnicas que, por vezes, são solicitadas em meio profissional, oriundo dos espaços formadores educacionais representativos no campo de conhecimento, justamente para poderem construir pensares qualificados que possam propor e estruturar programas sociais, que provoquem a entrada dessa interdisciplinaridade nas discussões genéricas da profissão do Serviço Social, ampliando o espetro da cidadania com o espaço dos direitos sociais (Netto, 2001).

Nesse caminho de extensão do conhecimento existe, também, um grande apelo para que as demandas do Serviço Social estejam sob esse guarda-chuva (da interdisciplinaridade), em uma vertente em que todos os profissionais tenham a capacidade de dividir práticas e contribuir para a intervenção relativa a resolução das novas demandas e problemas sociais, principalmente das diversidades, género e sexualidade,

> Se o Assistente Social quer atuar de forma competente e útil nas situações práticas necessita ter conhecimentos do que é que está a acontecer e porquê, o qual significa que necessita pensar teoricamente. Se não o fizer a intervenção social converte-se numa forma de puzzle desorganizado de experiências, que tem como resultado, uma prática espontânea. (Viscarret, 2009, p. 20).

São novas exigências para o Serviço Social na contemporaneidade, que apontam para a direção de profissionais cada vez mais qualificados, com habilidades e capazes de decifrar as derivações que a expressão social exibe, como reforça Ferreira (2014, p. 198),

> O Serviço Social é uma área de conhecimento interdisciplinar, generalista na sua formação que intervém em diferentes problemas sociais, possibilitando a intervenção em diferentes práticas e desenvolver diferentes abordagens teóricas e metodológicas, numa relação interativa entre conhecimentos teóricos, conhecimentos metodológicos e instrumentais e conhecimentos empíricos.

No entanto, no desenvolver da tese, foram identificadas instituições que desenvolvem atividades com a comunidade LGBTI+ que não possuem o Serviço Social em seu domínio institucional e, pelo menos, uma instituição que atua em retaguarda nacional, com serviços importantes como acolhimento de pessoas em situação de afastamento familiar involuntário, violência doméstica e qualquer tipo de violação de direitos, bastante conhecida, que acaba por representar grande efeito na comunidade LGBTI+, inclusive com uma procura significativa de seus serviços. Essa instituição embora esteja na atuação direta com violações de direitos LGBTI+, na pesquisa exploratória se mostrou como uma das instituições que não possui Serviço Social[28], estando totalmente voltada a trabalhar os problemas psicológicos das pessoas, possuindo em seu quadro técnico psicologia, psicanalise e psiquiatria.

Não só o pensamento cientifico que reivindica a interdisciplinaridade, mas também, as intervenções profissionais na realidade, nas necessidades humanas e suas humanidades também necessitam dessas especialidades profissionais, quando levamos em consideração as diferenças sociais que despontam no campo das políticas sociais da sociedade e que precisam fazer frente aos anseios da população vulnerabilizada que atinge graus de violência aos direitos humanos e sociais em seu lugar de fala (Assis, 2019).

A intervenção profissional junto à comunidade LGBTI+ põe-se sob uma perspetiva crítica na medida em que pressupõe que seu papel seja orientado à leitura dos condicionantes sociais e, em particular, da história de vida das pessoas LGBTI+,

[28] Ficando fora da pesquisa por essa razão. Mas sem o impedimento de conhecemos sua atuação por meio da entrevista da psicóloga que trabalha no atendimento.

a fim de compreender suas necessidades e potencialidades. A capacidade de identificação de suas sequelas em relação aos traumas quanto à situação de violência, preconceitos e discriminação, tornam-se elementos da prática profissional e exige posicionamentos, a fim de dar-lhes respostas, seja na esfera do Estado ou da sociedade civil.

Para que isso aconteça, é necessário o reconhecimento dos espaços da prática em defesa dos direitos para a formulação de ações estratégicas e técnicas adequadas à superação da realidade abordada enquanto prática profissional, com carácter técnico de garantir de recursos institucionais, financeiros, materiais, técnicos com conhecimentos sobre LGBTI+, em garantia e ampliação dos seus direitos e bem-estar social.

Conclusão

O Serviço Social no seu processo histórico tem procurado a rutura com as intervenções pragmáticas e investir em ações afirmativas, que possibilite desenvolver suas atividades profissionais na garantia de direitos em sinergia com as transformações da sociedade. Para isso há a necessidade de atualização constantes de seus pressupostos teórico-prático e técnico-operativos, a fim de dar conta de intervir nas demandas dos novos fenómenos sociais.

Entender a realidade social em sua constante mutação exige esforço de reflexão, a fim de capacitar profissionais do Serviço Social para a valorização e fortalecimento da categoria de profissionais individuais e coletivos, em suas funções específicas enquanto campo de conhecimento e de intervenção social, para contribuírem em reformas sociais e em políticas públicas, que atendam as necessidades dos diferentes segmentos sociais da sociedade.

Ao longo da tese procuramos demonstrar a necessidade de ações de promoção e proteção social a pessoas de género não normativo, que encontram dificuldades de inserção e interação social no decorrer de suas vidas em sociedade (Ramalho, 2022), seja pelo desgaste emocional, que provém de diversos fatores como discriminação, violência física e psicológica, abandono, alijamento, marginalização, seja na construção da vida cotidiana e social ou até a escassez de retaguardas institucionais, compostas de ações e serviços qualificados, com recursos estabelecidos por lei e integradas à rede de atenção.

Com o propósito central de analisar a prática do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+ em Portugal, compreendendo-a no interior das transformações sociais, políticas, culturais e institucionais que caracterizam a sociedade contemporânea, partimos de uma abordagem teórico-metodológica crítica. O estudo procurou apreender como assistentes sociais têm intervindo neste campo específico, quais os referenciais que orientam essa intervenção, quais os seus limites estruturais e quais as potencialidades que se colocam à profissão num contexto marcado pela emergência de novas identidades enquanto sujeitos de direitos.

Desde a introdução, assumiu-se que a problemática da comunidade LGBTI+ não poderia ser compreendida de forma isolada ou circunscrita a uma dimensão identitária restrita. Pelo contrário, a investigação partiu do reconhecimento de que a orientação

sexual, a identidade e expressão de género e as características sexuais se constituem como categorias atravessadas por processos sociais mais amplos, relacionados com desigualdades estruturais, relações de poder, normatividades culturais e dinâmicas institucionais historicamente construídas. Assim, o Serviço Social, enquanto profissão inserida no campo das ciências sociais e humanas, emerge como um ator fundamental na mediação entre direitos formalmente reconhecidos e a sua concretização efetiva na vida cotidiana das pessoas LGBTI+.

Do ponto de vista teórico, a tese ancorou-se em contributos provenientes do Serviço Social crítico, das teorias sociais contemporâneas, dos estudos de género e sexualidade e das abordagens interseccionais, permitindo problematizar tanto as condições sócio históricas de emergência da comunidade LGBTI+ enquanto sujeito coletivo, como os fundamentos epistemológicos que têm orientado a prática profissional dos assistentes sociais. Esta opção revelou-se fundamental para compreender os deslocamentos necessários entre os paradigmas da modernidade, ainda fortemente presentes na profissão, e os desafios colocados pela pós-modernidade, marcada pela fragmentação das identidades, pela pluralidade dos percursos biográficos e pela crise das normatividades sociais tradicionais.

Ao longo dos diferentes capítulos, foi possível evidenciar que a prática do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ se desenvolve num terreno atravessado por contradições profundas. Por um lado, verifica-se um avanço significativo ao nível legislativo e normativo em Portugal, com o reconhecimento formal de direitos fundamentais relacionados com a identidade de género, a orientação sexual e a não discriminação. Por outro lado, persistem práticas sociais, institucionais e profissionais que reproduzem lógicas excludentes, heteronormativas e, em alguns casos, assistencialistas, comprometendo a efetividade desses direitos.

O percurso metodológico adotado permitiu aceder às perceções, experiências e práticas concretas dos assistentes sociais que intervêm junto à comunidade LGBTI+, oferecendo uma leitura situada sobre o quotidiano institucional da intervenção profissional. A opção por uma abordagem qualitativa, de natureza indutiva, revelou-se pertinente para captar não apenas os procedimentos técnicos utilizados, mas também os significados atribuídos pelos profissionais à sua prática, às identidades com que trabalham e aos constrangimentos vivenciados no exercício da intervenção social. Este movimento possibilitou articular teoria e prática, evidenciando a distância,

muitas vezes existente, entre os princípios ético-políticos do Serviço Social e as condições reais de intervenção.

Importa salientar que a análise da prática profissional não se limitou a uma abordagem descritiva, mas procurou situar as intervenções dos assistentes sociais no interior de um contexto político-institucional mais amplo, marcado pelo avanço do neoliberalismo, pela redução do papel do Estado de Providência e pela crescente transferência de responsabilidades para organizações da sociedade civil. Este enquadramento permitiu compreender como a fragilização das políticas sociais, a precarização dos serviços e a baixa inserção de profissionais de Serviço Social no campo LGBTI+ influenciam diretamente a qualidade, a continuidade e o alcance da intervenção.

Neste sentido, a tese evidenciou que a prática do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ não pode ser analisada apenas a partir das competências individuais dos profissionais, mas deve ser compreendida como resultado de um conjunto de determinações estruturais, institucionais e políticas que moldam o exercício da profissão. A intervenção surge, assim, tensionada entre um compromisso ético com a defesa dos direitos humanos e a justiça social e as limitações impostas por contextos institucionais fragilizados, marcados por escassez de recursos, elevada rotatividade profissional e ausência de formação específica.

A análise dos movimentos sociais LGBTI+, desenvolvida nos capítulos iniciais, foi igualmente fundamental para situar o objeto de estudo numa perspetiva histórica e política. A constituição da comunidade LGBTI+ enquanto sujeito coletivo revelou-se indissociável das lutas empreendidas contra a discriminação, a violência e a invisibilidade social, num processo longo e marcado por resistências constantes. Esta trajetória histórica permitiu compreender que as demandas apresentadas atualmente aos assistentes sociais não são fenómenos recentes ou circunstanciais, mas resultam de processos estruturais de exclusão, profundamente enraizados nas normas sociais e institucionais.

Desta forma, a tese sustentou que a prática do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+ deve ser entendida como parte integrante do enfrentamento da chamada "nova questão social", caracterizada pela emergência de identidades múltiplas, pela complexificação das vulnerabilidades sociais e pela necessidade de respostas que ultrapassem modelos tradicionais de intervenção. A leitura crítica destes fenómenos permitiu problematizar a adequação dos referenciais clássicos do Serviço Social face

às transformações contemporâneas e evidenciar a urgência de uma atualização teórico-metodológica da profissão. Também, a investigação desenvolvida não se limitou a analisar práticas isoladas, mas procurou compreender o lugar do Serviço Social no campo da garantia de direitos da comunidade LGBTI+ em Portugal. Ao fazê-lo, evidenciou-se que a profissão se encontra num momento de encruzilhada histórica, no qual se impõe a necessidade de repensar categorias, instrumentos, estratégias e formas de intervenção, de modo a responder de forma crítica, ética e emancipatória às exigências colocadas pela sociedade contemporânea. quaisquer razões, seja orientação sexual, identidade homoafetivas, expressão de género e de característica sexual, constituem fatores preponderantes à intervenção dos profissionais de Serviço Social, visando enfrentar problemas sociais, vulnerabilização e criminalização desses sujeitos sociais.

A análise empírica desenvolvida ao longo da investigação permitiu-nos compreender, de forma situada e aprofundada, como se materializa a prática do Serviço Social junto à comunidade LGBTI+ em Portugal, a partir da experiência concreta de profissionais inseridos em contextos institucionais específicos. Os depoimentos recolhidos junto das assistentes sociais entrevistadas revelaram não apenas os procedimentos técnicos utilizados no quotidiano profissional, mas também os sentidos atribuídos à intervenção, as dificuldades enfrentadas e as estratégias mobilizadas para responder às múltiplas e complexas demandas apresentadas pelas pessoas da comunidade LGBTI+.

Desde logo, tornou-se evidente que as demandas que chegam ao Serviço Social neste campo são profundamente marcadas por experiências de violência, discriminação, exclusão familiar e institucional, precariedade socioeconómica e sofrimento psicossocial. Estas situações não se apresentam de forma isolada, mas articulam-se numa lógica cumulativa e interseccional, em que diferentes eixos de desigualdade se sobrepõem e potenciam mutuamente. Assim, as assistentes sociais são confrontadas com problemáticas que exigem respostas integradas, continuadas e, muitas vezes, urgentes, colocando exigências acrescidas à intervenção profissional.

Verificámos que, na prática, grande parte da intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ assume um carácter predominantemente reparador e mitigador de danos, centrando-se na resposta a situações de crise, emergência social e violação de direitos. Este dado não resulta de uma opção consciente dos profissionais no sentido de limitar a intervenção a uma lógica assistencialista, mas decorre, sobretudo,

das condições estruturais e institucionais em que a prática se desenvolve. A ausência de políticas públicas consistentes, a escassez de recursos disponíveis e a fragmentação das respostas sociais condicionam fortemente o alcance da intervenção, empurrando o Serviço Social para uma atuação frequentemente reativa, em detrimento de estratégias preventivas e emancipatórias.

Um dos aspetos mais relevantes evidenciados pela pesquisa empírica prende-se com a baixa inserção de assistentes sociais nas instituições que trabalham com a comunidade LGBTI+. Como se verificou na análise do campo empírico, apesar da existência de um número significativo de organizações que atuam na área da diversidade sexual e de género, apenas um número muito reduzido integra profissionais de Serviço Social nos seus quadros. Esta constatação revela uma dupla fragilidade: por um lado, a subvalorização do contributo específico do Serviço Social neste campo; por outro, a limitação objetiva da capacidade de intervenção profissional junto de uma população que vivencia situações de elevada vulnerabilidade social.

A elevada rotatividade profissional identificada nas instituições analisadas surge como outro elemento crítico que compromete a continuidade e a profundidade da intervenção. A substituição frequente de profissionais dificulta o acompanhamento prolongado dos utentes, fragiliza o estabelecimento de vínculos de confiança e impede a consolidação de práticas institucionalizadas e partilhadas. Para além disso, a rotatividade contribui para a reprodução de respostas fragmentadas e desarticuladas, afetando diretamente a qualidade do apoio prestado às pessoas LGBTI+.

No plano dos instrumentos técnico-operativos, os dados empíricos revelaram que as assistentes sociais recorrem, maioritariamente, a instrumentos generalistas do Serviço Social, pouco adaptados às especificidades da comunidade LGBTI+. Embora estes instrumentos permitam responder a uma parte das necessidades apresentadas, tornam-se insuficientes quando confrontados com questões diretamente relacionadas com a identidade de género, a orientação sexual e as características sexuais. Tal situação confirma a necessidade, já apontada no quadro teórico, de desenvolver e sistematizar referenciais e instrumentos específicos que apoiem uma intervenção mais ajustada e contextualizada.

A formação profissional emerge, neste contexto, como um dos constrangimentos mais recorrentes e significativos. As próprias assistentes sociais entrevistadas reconhecem a insuficiência da sua formação inicial no domínio das questões LGBTI+, o que influencia a segurança profissional, a capacidade de análise crítica e a qualidade

das respostas construídas. Esta lacuna formativa não deve ser entendida como responsabilidade individual dos profissionais, mas como reflexo de um modelo de formação em Serviço Social que ainda não integrou, de forma consistente e estruturada, o debate sobre diversidade sexual e de género como componente central da nova questão social.

Apesar destes limites, a investigação revelou também importantes elementos de potencialidade e resistência no interior da prática profissional. Observámos um forte compromisso ético das assistentes sociais com os princípios da dignidade humana, da não discriminação e da defesa dos direitos humanos. Mesmo em contextos institucionais adversos, os profissionais demonstram capacidade de mobilizar estratégias criativas, articular redes de apoio e construir respostas possíveis dentro dos constrangimentos existentes. Este posicionamento ético-político constitui um dos pilares fundamentais da intervenção do Serviço Social com a comunidade LGBTI+, mesmo quando as condições objetivas de trabalho são limitadas.

Importa ainda destacar a importância do trabalho em rede, frequentemente referido pelas entrevistadas como recurso central da intervenção. A articulação com serviços de saúde, justiça, educação, habitação e outras organizações da sociedade civil surge como estratégia essencial para garantir algum grau de proteção social às pessoas LGBTI+. Todavia, este trabalho em rede enfrenta também múltiplos obstáculos, nomeadamente a inexistência de respostas especializadas em determinados territórios, a falta de articulação efetiva entre serviços e as lacunas na formação dos diferentes profissionais envolvidos.

A análise empírica permitiu-nos, assim, compreender que a prática do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ se desenvolve num campo tensionado entre avanços normativos e persistentes mecanismos de exclusão social; entre o compromisso ético dos profissionais e os limites institucionais da intervenção; entre a exigência de respostas emancipadoras e a realidade de políticas sociais fragilizadas. Estas contradições não anulam a importância da intervenção do Serviço Social, mas evidenciam a necessidade de a fortalecer, qualificar e tornar visível no campo das políticas públicas e das respostas sociais à população LGBTI+.

Podemos perceber que a prática profissional do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ é simultaneamente marcada por fragilidades estruturais e por potencialidades transformadoras. Compreender esta ambivalência é fundamental para pensar os caminhos futuros da profissão, exigindo não apenas mudanças ao nível da

formação e dos instrumentos de intervenção, mas também uma reflexão crítica sobre o lugar do Serviço Social nas políticas sociais contemporâneas e no reconhecimento efetivo das pessoas LGBTI+ enquanto sujeitos plenos de direitos.

Conforme explicitado na introdução da presente tese, a investigação foi orientada pela seguinte pergunta de partida:

"Como se caracterizam e com que fundamentos técnico-científicos se realizam as práticas profissionais do Serviço Social com pessoas LGBTI+ em Portugal, atendendo às políticas vigentes, aos dispositivos institucionais e às condições reais de intervenção?"

A análise teórica e empírica desenvolvida ao longo dos diferentes capítulos permitiu-nos responder a esta questão de forma fundamentada, evidenciando que as práticas profissionais do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ em Portugal se caracterizam por uma intervenção ainda em construção, fortemente condicionada por referenciais teórico-metodológicos da modernidade, por constrangimentos institucionais significativos e por um contexto político marcado pela retração do Estado social e pela fragmentação das políticas públicas.

De forma transversal, os dados empíricos demonstram que os fundamentos técnico-científicos que sustentam a prática profissional são maioritariamente generalistas, pouco específicos para a abordagem das questões relacionadas com a orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Esta realidade resulta, em grande medida, da ausência de formação estruturada neste domínio e da inexistência de instrumentos técnico-operativos adequados às especificidades da população LGBTI+, conduzindo a práticas que, embora eticamente comprometidas, se mostram limitadas na sua capacidade transformadora.

A investigação permitiu igualmente verificar que existe uma descoincidência significativa entre o quadro normativo e legislativo de proteção dos direitos LGBTI+ e as condições reais de intervenção dos assistentes sociais. Apesar dos avanços formais no reconhecimento de direitos, a efetivação destes continua condicionada por fragilidades institucionais, escassez de recursos e baixa inserção de profissionais de Serviço Social nas instituições que atuam diretamente com esta população.

No que respeita ao objetivo geral da investigação — analisar as práticas institucionais do assistente social na intervenção junto de pessoas LGBTI+ em Portugal —, os resultados obtidos permitem afirmar que esta análise evidenciou tanto os limites estruturais da intervenção quanto as potencialidades existentes no seio da

profissão. Verificou-se que a prática profissional se desenvolve num campo contraditório, marcado pela tensão entre o compromisso ético com os direitos humanos e a justiça social e as limitações impostas pelas políticas sociais contemporâneas, orientadas por lógicas focalizadas e de carácter neoliberal.

A análise das práticas institucionais revelou que o Serviço Social atua, predominantemente, em contextos de elevada complexidade social, nos quais se acumulam situações de violência, discriminação, pobreza, rutura familiar e exclusão social. Estas condições exigem dos assistentes sociais uma intervenção que ultrapasse a dimensão meramente assistencial e que incorpore uma perspetiva crítica e emancipatória, ainda que tal se revele difícil face aos constrangimentos identificados.

Relativamente aos objetivos específicos, a investigação permitiu também responder de forma sistemática a cada um deles:

1) Descrever o contexto institucional e a rede de atenção dirigida à população LGBTI+

A análise do campo empírico demonstrou que, embora exista um número considerável de instituições que atuam junto da comunidade LGBTI+, a integração de profissionais de Serviço Social nesses contextos é reduzida. As respostas institucionais caracterizam-se por uma forte dependência de organizações da sociedade civil, com escasso apoio estrutural do Estado, o que condiciona a continuidade e a consistência da intervenção. A rede de atenção existente revela-se fragmentada, com lacunas significativas em determinados territórios e áreas de intervenção.

2) Identificar instrumentos, procedimentos e critérios utilizados pelas/os assistentes sociais

Os resultados mostram que os instrumentos e procedimentos utilizados são, em grande parte, os tradicionais do Serviço Social, não tendo sido desenvolvidos especificamente para a intervenção com a comunidade LGBTI+. Esta ausência de instrumentos adequados dificulta a leitura aprofundada das experiências identitárias e dos processos de discriminação vividos pelas pessoas LGBTI+, limitando a capacidade de intervenção preventiva e promotora de direitos.

3) Compreender perceções profissionais sobre desafios, barreiras e possibilidades de intervenção

As assistentes sociais entrevistadas identificaram como principais desafios a falta de formação específica, a escassez de recursos institucionais, a elevada rotatividade

profissional e a ausência de políticas públicas estruturadas. Contudo, destacaram também possibilidades de intervenção ancoradas no trabalho em rede, no compromisso ético da profissão e na capacidade de resistência e criatividade dos profissionais, mesmo em contextos adversos.

4) Relacionar os dados empíricos com o enquadramento teórico e a legislação vigente

A articulação entre os dados empíricos, o enquadramento teórico e a legislação permitiram evidenciar uma discrepância entre o reconhecimento formal de direitos e a sua concretização prática. A legislação existente constitui um avanço importante, mas revela-se insuficiente sem uma tradução efetiva em políticas públicas integradas, com investimento em recursos humanos qualificados e instrumentos de intervenção adequados.

Neste quadro, a investigação sustenta que a prática do Serviço Social com a comunidade LGBTI+ exige uma revisão profunda dos seus fundamentos teórico-metodológicos, no sentido de integrar contributos da pós-modernidade, da interseccionalidade e das teorias críticas da identidade. A emergência das pessoas LGBTI+ enquanto sujeitos de direitos interpela a profissão a superar leituras normativas e essencialistas, reconhecendo a pluralidade, a fluidez e a historicidade das identidades contemporâneas (Hall, 2006; Castells, 1999a).

Do ponto de vista ético-político, esta revisão implica reafirmar o compromisso do Serviço Social com a defesa intransigente dos direitos humanos, recusando práticas de neutralidade acrítica que podem reproduzir processos de exclusão e silenciamento. Intervir com a comunidade LGBTI+ implica posicionamento, reflexão crítica e capacidade de questionar estruturas institucionais e políticas que perpetuam desigualdades (Iamamoto, 2011; Faleiros, 2007).

A resposta à pergunta de partida e aos objetivos da investigação permitem perceber que o Serviço Social em Portugal dispõe de princípios éticos e políticos consistentes para intervir junto da comunidade LGBTI+, mas carece de condições estruturais, formação especializada e atualização teórico-metodológica que lhe permitam responder de forma plena às exigências colocadas pela sociedade contemporânea. No entanto, as demandas das pessoas da comunidade LGBTI+, são restringidas pelos próprios escopos de suas missões, objetivos e metas, revelando-se por processos de pulverização dos recursos das políticas sociais, em decorrência da focalização de suas ações em termos da intervenção social, o que repercute no

cotidiano da intervenção profissional, particularmente, dos assistente sociais, como mostraram os depoimentos dos profissionais e de autores como Gato (2011, 2022) e Ramalho (2022), ao refletirem sobre a necessidade de ações de promoção social visando o empoderamento desses utentes, em face do reconhecimento do seu papel em sociedade.

Os assistentes sociais nas suas práticas profissionais apresentaram as condicionantes, limitando uma postura multidimensional, capaz de traduzir a realidade profissional desse prática, como algo em construção, portanto, uma prática profissional em um campo novo e, por essa natureza, não se encontrar consolidada. A prática profissional neste campo revela-se, assim, um espaço simultaneamente de fragilidade e de potencial transformação, convocando a profissão a um movimento de reinvenção crítica.

Iamamoto (2021, p.149) reflete que a "intervenção do Serviço Social junto ao público LGBTI+, uma importante demanda da profissão na contemporaneidade e dentro dos marcos dos projetos sociopolíticos". Desta forma é preciso investir nesse novo campo de conhecimento, como se verificou nas análises dos depoimentos dos assistentes sociais, na medida em que suas práticas apontam desafios para o enfrentamento do cotidiano institucional.

A prática profissional dos assistentes sociais, precisa de incorporar ou reconfigurar os novos códigos e símbolos sociais na transição da modernidade para a pós-modernidade, sem perder de vista que a profissão tem sua especificidade sociotécnica impressa pela garantia de direitos de proteção e promoção do bem-estar social. A prática institucional, nesse contexto, também é tributária da emersão da própria comunidade LGBTI+. Encontra-se em processo de constituição, como um campo de conhecimentos e de ação interventiva junto às pessoas dessa comunidade específica, sob ambiente de desigualdades e exclusão social, em que conflitos e possibilidades fazem parte do diálogo civilizatório.

Nesse campo movediço os (as) assistentes sociais inserem-se com suas práticas profissionais com as pessoas da comunidade LGBTI+, sob uma identidade em busca de afirmação, em termos da garantia de direitos sociais, em uma sociedade moralmente heteroafetiva. Os assistentes sociais precisam entender às práticas de subsunção e apagamento das opções sexuais divergentes, gerando formas diferenciadas de preconceitos, discriminação e violência, uma vez que há um

interstício a ser percorrido para a sua integridade inclusiva na sociedade moderna em crise.

As pessoas da comunidade LGBTI+ na relação com os profissionais do Serviço Social, enquanto sujeitos políticos e sociais se deparam com barreiras no processo de organização de suas práticas profissionais, emergentes no âmbito da abertura democrática, que traz em seu arcabouço políticas sociais agregadoras na diversidade social, mas em um processo, por vezes, contraditório de aceitação e negação, em meio a relações sociais estabelecidas, mas que são incapazes "de questionar os sistemas estruturais geradores de desigualdades que alimentam o heterossexismo, a homo/transfobia ou o sexismo" (Ramalho, 2021, p. 125).

A intervenção do assistente social com as pessoas de género não normativo está impregnada de uma complexidade social que remonta a própria história de organização sob os valores da sociedade heteronormativa. Nesse contexto, esses profissionais têm pouca ou nenhuma experiência (social e profissional) nessa temática e a inexperiência nesse campo de intervenção, tem se caracterizado pelo que por Amaro (2008) considera como paradigma vigente, especificamente, do conservadorismo, mas do que na perspetiva crítica, que busca romper com as amarras da sociedade moderna em crise.

A compreensão do neoliberalismo, como determinante das políticas sociais de cunho focal, parece não encontrar eco nos espaços institucionais, tendo em vistas que são seus empregadores, em face da desresponsabilização do Estado, enquanto sujeito primeiro da garantia de direitos sociais, o que se repercute na restrição de direitos sociais e humanos, portanto, de promoção, proteção, visando a integração e a inclusão social.

Essas dificuldades são evidenciadas nos depoimentos sobre a descontinuidade dos serviços, tendo em vista que a maioria dos profissionais não conseguem encaminhar as situações relativas às demandas dos utentes da comunidade LGBTI+.

Num contexto de vulnerabilidades social, o papel dos assistentes sociais é interpelado por desafios quanto aos problemas sociais de diferentes dimensões, da discriminação de género, violências que estes utentes trazem como marca de uma vida, devido terem identidades distintas das instituições hegemônicas na sociedade, que impõem códigos ideológicos relativo à heteroafetividade e heteronormatividade, como modelos institucionais de enfrentamento das desigualdades de género, de identidades múltiplas das desigualdades sociais.

Através dos resultados destacamos alguns exemplos de boas práticas em instituições onde a intervenção social com a comunidade LGBTI+ é mais sólida. Nessas organizações, a colaboração entre assistentes sociais e outros profissionais (psicólogos, advogados, etc.) cria uma abordagem multidisciplinar que permite uma resposta mais completa às necessidades da comunidade. A articulação com ONG e redes de apoio também desempenha um papel fundamental na ampliação do suporte às pessoas LGBTI+ em situações de vulnerabilidade.

Esses resultados confirmam a necessidade de formação contínua para assistentes sociais, principalmente em temas relacionados à diversidade de género e à sexualidade. Além disso, apontam para a urgência de políticas públicas adequadas não só em termos de regulamentação dessas práticas, mas também de monitoramento e avaliação do impacto das ações sociais voltadas para essa comunidade, visando o reconhecimento e a valorização dos direitos da comunidade LGBTI+, os quais não podem estar dissociados de um esforço coletivo que envolva não apenas o Estado, mas a sociedade civil. Com base nas considerações chegou-se às seguintes conclusões:

1) Relativamente à formação profissional: é preciso realizar uma revisão dos pressupostos teóricos-metodológicos e técnico-operativos para adequação da prática profissional com as pessoas da comunidade LGBTI+, pois a compreensão desta identidade emersa da crise da modernidade, traz elementos e problemáticas de ordens objetivas e subjetivas, tendo em vista que as análises dos processos de formação, ainda se encontram arraigados em padrões heteroafetivos e heteronormativos, em mutação, pois embora seja uma temática/problemática abordada por diferentes áreas do conhecimento, o Serviço Social tem condições de se posicionar nesse debate, já que sua perspetiva engloba a garantia de direitos, em seus espaços de intervenção social, portanto, precisa incorporar, com urgência, as novas demandas sociais à profissão em suas complexidades como as vivenciadas pelas pessoas da comunidade LGBTI+, pois a homofobia e todas as formas de preconceito e/ou discriminação nas "pessoas com identidades LGBTI+ ou minorias sexuais e de género" (CIG, 2022, p.10), são situações de destituição de direitos sociais e humanitários. Nesse sentido, o Serviço Social precisa se envolver, de modo protagonista, no processo de construção de equipas interdisciplinares, multiprofissionais e transdisciplinar, com elementos agregadores de experiências e saberes que pudessem "trocar" sobre as pessoas da comunidade LGBTI+, na medida em que os profissionais do Serviço Social têm

realizado ações com essa comunidade, mas que fica, muitas vezes, restritas aos arquivos e acervos das ONG.

2) Ao nível da política pública de carácter social**:** verifica-se que o neoliberalismo corroeu as bases sociais de legitimação do Estado de Bem Estar ou Estado Providência e, com isso, o deslocamento de suas responsabilidades sociais, que passam a serem executas por Organizações Não Governamentais (ONG), que tem suas intervenções sociais focadas em seus interesses, objetivos e missões, não dando conta de problemas que não estão no escopo de suas esferas. Não podemos perder o foco da profissão de Serviço Social que veio se construindo na práxis (Iamamoto, 2021) e se organizando na relação direta com os movimentos políticos e organizativos da sociedade, como das próprias Organizações Não Governamentais, que são necessariamente da contemporaneidade, e na atualidade passam a desenvolver ações que antes eram de responsabilidade do Estado Providência, contribuindo como espaço de trabalho de profissionais de diferentes áreas da conhecimento, inclusive, dos assistentes sociais. No entanto, como dito anteriormente, suas ações são fragmentadas devido focalizarem sua missão, portanto, não respondendo ao todo dos fenómenos sociais.

Assim, embora as ONG vinculadas às ações voltadas a comunidade LGBTI+ tenham dinâmicas próprias que podem ser trabalhadas no âmbito da prática profissional, há maior responsabilidade, por exemplo, do investimento na informação, como forma de capacitação das comunidades se inscrevem na perspetiva institucional, enquanto sujeito político de atuação na sociedade, a fim de romper com as fraturas provocadas pela falta de conhecimento sobre essa comunidade. Esse investimento na informação pode desbloquear saberes ilhados e institucionalizados, práticas cristalizadas que tanto dificultam desenvolver ações em determinados espaços, particularmente, no contexto social do trabalho, por exemplo.

O direcionamento das políticas sociais, pouco contribui para amenizar as condições de desamparo social de pessoas e famílias, sendo importante levar em consideração que uma estratégia pode passar pelo fortalecimento das famílias em seus domicílios, desenvolvendo habilidades comunitárias que viessem ampliar as redes de atenção de apoio social, disponibilizando atenção contínua e ativa, desenvolvendo ações de promoção, proteção de forma integral e continua (politicas de Estado, não de governo) para a qualidade de vida das pessoas, permitindo que a abordagem para

LGBTI+ e suas famílias fossem trabalhadas de forma homogénea uma "ordem de género das sociedades"(Aboim *et al*, 2016, p 100).

Por sua vez, Ramalho (2019, p 141) reflete sobre as políticas e o direcionamento das ações para LGBTI+, como um "fenômeno real e constante que exige reflexão e análise crítica, como instrumentais capazes de entender o "(…) contexto social de origem, pelas poucas oportunidades de trabalho existentes e pelo estigma associado à homossexualidade". (Ramalho, 2019, p.141). Isto porque suas ações têm procurado corresponder aos aspetos das lutas sociais desses sujeitos sociais, o que muitas vezes não coaduna com as metodologias da prática profissional, como as do Serviço Social, que exigem espaços adequados à escuta desses utentes, a fim de não serem mais um ator social de opressão, na história de vida das pessoas da comunidade LGBTI+, que muitas vezes chegam em estado de opressão, desengano e o profissional saber lidar com esses problemas e, sistematizá-los, respondendo às demandas específicas e, ao mesmo tempo, valorizando esse espaço profissional.

3) Sobre a informação: a falta de campanhas informativas do estado e das demais instituições de apoio à comunidade LGBTI+, em divulgarem direitos quanto à existência de programas sociais vinculados às ONG, e que desenvolvem ações com a comunidade LGBTI+, como residências de apoio, vagas em desempregos, medicamentos (PrEP, um medicamento profilático que é prescrito pelo SNS-Serviço Nacional de Saúde, a pessoas com pré exposição à microrganismos infeciosos, como o caso específico do VIH). Isto é, informações úteis à sociedade LGBTI+. e à própria sociedade heterossexual.

A partir do percurso teórico e empírico desenvolvido ao longo desta investigação, consideramos que a presente tese oferece um contributo relevante para o campo científico do Serviço Social, particularmente no que respeita à análise da prática profissional junto da comunidade LGBTI+ em Portugal. Trata-se de um domínio ainda pouco explorado na produção académica nacional, apesar da sua crescente relevância social, política e institucional, o que reforça a pertinência do estudo realizado.

No plano científico, esta tese contribui para o alargamento do debate sobre a chamada "nova questão social", ao integrar de forma explícita as problemáticas associadas à orientação sexual, à identidade e expressão de género e às características sexuais como dimensões estruturantes das desigualdades sociais contemporâneas. Ao fazê-lo, o estudo rompe com leituras restritivas da questão social, excessivamente

centradas em determinantes económicos clássicos, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais complexa, interseccional e sensível às transformações societais.

A tese contribui igualmente para o aprofundamento da reflexão epistemológica no Serviço Social, ao problematizar os limites dos referenciais da modernidade e ao defender a incorporação crítica de contributos da pós-modernidade, das teorias da identidade e dos estudos de género e sexualidade. Esta articulação teórica permite fortalecer a capacidade analítica da profissão, oferecendo bases para uma leitura mais ajustada das experiências sociais das pessoas LGBTI+ enquanto sujeitos históricos, políticos e culturais.

Num plano mais específico, a investigação oferece uma sistematização, no contexto português, sobre a prática do Serviço Social em instituições que intervêm com a comunidade LGBTI+, trazendo dados empíricos que revelam tanto fragilidades estruturais como potencialidades profissionais. Esta sistematização constitui um contributo importante para futuras investigações, funcionando como ponto de partida para novos estudos comparativos, longitudinais ou com maior abrangência territorial.

No plano profissional, os resultados da investigação reforçam a necessidade de uma reconfiguração da prática do Serviço Social junto da comunidade LGBTI+. A análise evidenciou que, embora s assistentes sociais demonstrem um forte compromisso ético com os direitos humanos e a justiça social, a intervenção encontra-se condicionada por limitações institucionais, ausência de formação específica e escassez de instrumentos técnico-operativos adequados.

Neste sentido, a tese sustenta que a qualificação da prática profissional passa, necessariamente, pela integração sistemática das questões da diversidade sexual e de género na formação inicial e contínua em Serviço Social. Não se trata de acrescentar conteúdos marginais ou opcionais, mas de reconhecer estas temáticas como parte integrante das competências profissionais necessárias para intervir na sociedade contemporânea.

A investigação aponta também para a importância de reforçar o trabalho em rede e a articulação interinstitucional, não apenas como estratégia de resposta à falta de recursos, mas como princípio estruturante da intervenção social. O Serviço Social, enquanto profissão mediadora, desempenha um papel central na articulação entre sujeitos, instituições e políticas públicas, devendo assumir uma função ativa na construção de respostas integradas e centradas na garantia de direitos.

Os resultados do estudo têm igualmente implicações relevantes para o desenho e implementação das políticas públicas dirigidas à comunidade LGBTI+. A investigação evidencia que o reconhecimento formal de direitos, embora fundamental, é insuficiente se não for acompanhado por políticas públicas estruturadas, dotadas de recursos humanos qualificados e de enquadramentos institucionais consistentes.

A baixa inserção de assistentes sociais nas instituições que trabalham com a comunidade LGBTI+ revela uma fragilidade na implementação das políticas antidiscriminação e de promoção da igualdade, evidenciando a necessidade de reforçar o papel do Estado enquanto garantia de direitos sociais. Neste sentido, a tese sublinha a importância de políticas públicas que valorizem o Serviço Social enquanto profissão estratégica na operacionalização dos direitos reconhecidos no plano jurídico.

Do mesmo modo, torna-se evidente a necessidade de superar modelos de intervenção excessivamente focalizados e assistencialistas, avançando para políticas sociais de carácter mais universal, integradas e inclusivas, capazes de responder às múltiplas dimensões da exclusão vivenciada pelas pessoas LGBTI+.

Como toda investigação, esta tese apresenta algumas limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, o recorte territorial do estudo, centrado na cidade de Lisboa, limita a generalização dos resultados a outros contextos geográficos. Todavia, esta limitação decorre de uma realidade empírica significativa: a concentração de instituições que empregam assistentes sociais e oferecem serviços direcionados à comunidade LGBTI+ neste território.

Em segundo lugar, a reduzida dimensão do campo empírico, resultante da baixa presença de assistentes sociais nas instituições analisadas, condicionou o número de participantes na investigação. No entanto, esta limitação revelou-se, simultaneamente, um resultado relevante do estudo, ao evidenciar a fragilidade da inserção do Serviço Social neste campo de intervenção.

Por fim, importa assinalar que a investigação privilegiou a análise da prática profissional a partir da perspetiva dos assistentes sociais, não tendo integrado diretamente a voz das pessoas LGBTI+ enquanto utentes dos serviços. Este elemento constitui uma limitação, mas também uma oportunidade para investigações futuras.

A partir das conclusões alcançadas, identificam-se várias linhas de investigação futura que merecem ser aprofundadas. Destaca-se, desde logo, a necessidade de estudos que integrem a perspetiva das próprias pessoas LGBTI+, permitindo

compreender como estas avaliam a intervenção do Serviço Social e quais as suas expectativas face aos serviços sócio assistenciais.

Outras linhas de pesquisas possíveis incluem investigações comparativas entre diferentes territórios, estudos sobre a formação em Serviço Social no domínio da diversidade sexual e de género e análises sobre o impacto das políticas públicas LGBTI+ na prática profissional concreta. Estes estudos poderão contribuir para o fortalecimento do campo científico e para a qualificação da intervenção profissional.

Por fim dizer que esta tese sustenta que a prática do Serviço Social junto da comunidade LGBTI+ em Portugal se encontra num processo de construção e afirmação, marcado por tensões, limites e potencialidades. A emergência das pessoas LGBTI+ enquanto sujeitos de direitos constitui um desafio incontornável à profissão, exigindo uma revisão crítica dos seus fundamentos teórico-metodológicos, das suas práticas e do seu posicionamento ético-político.

A investigação aqui desenvolvida reafirma o Serviço Social como uma profissão central na promoção da cidadania, da igualdade e do reconhecimento das diferenças, convocando-o a assumir um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Ao dar visibilidade a este campo de intervenção, a tese pretende contribuir para o fortalecimento da profissão e para a efetivação dos direitos das pessoas da comunidade LGBTI+, reconhecendo-as como sujeitos plenos de dignidade, direitos e cidadania.

O fato da prática profissional se constituir como um campo novo para o Serviço Social, exige que novas pesquisas sejam desenvolvidas para aprofundar questões que possam trazer uma visão mais global, como ampliação do quadro de entrevistas à lideranças dos movimentos sociais da comunidade LGBTI+; com diretores de instituição de apoio e garantia de direitos; como profissionais de outras áreas de conhecimento que desenvolvem suas funções nas instituições de intervenção com a comunidade LGBTI+, particularmente, quando há equipas interdisciplinares e multifuncionais; entrevistas com utentes da comunidade LGBTI+, a fim de compor um espectro analítico que envolva diferentes dimensões, das lutas sociais à conquistas, formulação e execução da política social com ações a comunidade LGBTI+. Nos depoimentos colhidos nas entrevistas, verificou-se isolamento profissional de Serviço Social, reclamando a escassez de encontros e eventos sobre a discussão da diversidade na categoria profissional, e a falta de troca de experiências entre profissionais das instituições pesquisadas. Esse fator é mais um elemento que

traz a necessidade de se contribuir, com pesquisas, para um exercício profissional aquém dos preceitos constitucionais da política de assistência social, enquanto direito social e cidadania.

Essas considerações visam trazer novas possibilidades para a compreensão do campo e, por consequência, para a prática profissional dos assistentes sociais. Quiçá favorecer um repensar sobre esse campo específico de conhecimento em construção, a fim de desenhar um novo panorama para o Serviço Social enquanto trabalhador de base (Netto, 2011), isto é, no campo da oferta de serviços sócio assistenciais, por dentro das Organizações Não Governamentais, como espaços significativos da garantia de direitos (Brown, 2007; Fernandes, 2005; Montaño, 2002; Rodrigues, 2010).

No entanto, a pesquisa mostrou que os profissionais exercem suas práticas sob paradigmas descolados das mutações sociais que engendraram a identidade da comunidade LGBTI+, como dito anteriormente, e, portanto, as ações socio assistenciais se encontram no âmbito de projetos de interesses focados nas missões e objetivos das instituições que as desenvolvem, não contemplando a integralidade dos problemas dos utentes, o que trás limitações ao trabalho dos profissionais do Serviço Social, uma responsabilidade acrescida, visto estarem atentos às demandas imanentes à fragilidade humana e às vulnerabilidades sociais, que exige muitas vezes, ações para além dos projetos institucionais a que essas(esses) profissionais estão envolvidos, havendo ações pré-estabelecidas e projetadas ao nível macro da política (Faleiros, 2007, 2011, 2014).

Consideramos que a prática profissional do Serviço social encontra-se inserida em processos de interesses antagónicos que são regidas hegemonicamente por valores heteronormativos, o que exige mediações capazes de estabelecer sinergias entre as relações institucionais e os pressupostos éticos e deontológicos dos profissionais, em face do compromisso desenvolvimento de ações correspondentes às emergências e necessidades humanas e sociais (Faleiros, 2007, 2014), a fim de garantir que as ações da política social sejam capazes de proporcionar direitos e bem-estar social.

A prática profissional dos assistentes sociais traz traços históricos de manutenção do *status quo*, com característica que dá validade à profissão, quando exerce funções em diferentes espaços (públicos e privados), o que também vincula à execução das políticas sociais. O Serviço Social, nesse sentido, tem buscado se reinventar em face

das diferentes conjunturas e contextos sócio históricos ao longo da metamorfose social (Antunes, 1995).

Nesse espaço, a prática do Serviço Social voltado à comunidade LGBTI+ encontra-se sob as bases do estado mínimo, uma situação revelada, de modo claro, no universo de 14 (catorze) instituições em Portugal, que desenvolvem ações com a comunidade LGBTI+, apenas 2 (duas) empregam assistentes sociais em seus quadros.

O fato dos profissionais serem recém-formados e sem uma especialização quanto às demandas das pessoas da comunidade LGBTI+ mostra um vazio que conduz ao exercício da prática profissional de maneira paliativa, imediatista, "assumindo a aparência de uma forma não mercantil "de distribuição" de certos benefícios e serviços" (Sposati, 1997, p. 26), sem se dar conta das questões mais relevantes do fenômeno social que determina à problemática trabalhada.

Retomando o objetivo geral da tese sobre a análise das práticas do assistente social com a Comunidade LGBTI+, pode-se identificar a existência de uma rede de atenção voltada aos interesses individuais e coletivos dos LGBTI+, embora a realidade LGBTI+ em Portugal, se centre em Lisboa, inclusive, em termos das informações sobre as ações, programas e projetos sociais voltados à comunidade LGBTI+ em Portugal.

A fragilidade institucional é outra característica impressa no atendimento às demandas da comunidade LGBTI+, como se verifica no pequeno número de instituições que trabalham com a especificidade dos problemas demandados pelas pessoas dessa comunidade LGBTI+). O quadro profissional escasso e rotativo mostra a fragilidade de campo profissional em constituição.

Outra fragilidade está na estrutura institucional não adaptada para o atendimento individual e sigiloso, como se verificou em depoimentos de duas assistentes sociais, retratando a precariedade em relação às condições de trabalho, além da questão da falta de qualificação em termos de informações sobre serviços, leis e direitos específicos para LGBTI+.

O Estado criou um conjunto de estratégias para garantir direitos sexuais e de género não normativos, adotando a eficiência das ações para dentro do PAIOEC, no entanto, são ações que se encerram nas publicações das leis, mostrando a necessidade em avançar no campo de trabalho profissional, se buscando garantir a política social, reforçando os direitos sociais e humanos, o que representa o esforço em atuar

objetivamente e qualificadamente nas competências que a implantação das políticas públicas assumem, na prioridade em capacitar os segmentos historicamente excluídos.

A baixa densidade de ações de políticas sociais junto à comunidade LGBTI+ reflete a expansão das ações sociais de um campo de trabalho em construção, e, para isso, precisa garantir espaços junto às instituições, no que concerne a gestão ampla, em termos da própria formulação de parâmetros institucionais, que fortaleça a cidadania das pessoas e dos grupos sociais, para não haver a descontinuidade dos serviços, em face das dificuldades institucionais, com ações paliativas em meio a precarização impostas pelas políticas de cunho neoliberais, quando reduzem os recursos públicos para as políticas sociais.

As competências e atribuições para o exercício da prática profissional, na perspetiva do fortalecimento da cidadania, respaldadas no Manual que orienta a profissão e que requisitam dos profissionais de Serviço Social, competências gerais e fundamentais, para compreender o quadro social em que se situa sua intervenção, portanto, a apreensão crítica dos condicionantes da violência, dos preconceitos e discriminação em abordagens individuais e coletivas.

Salienta-se que a busca pela prática do Serviço Social junto às pessoas da comunidade LGBTI+ possibilitou a realização da análise do conjunto de questões relacionadas a essa intervenção, isto é, limites e desafios enfrentados no atendimento do Serviço Social, como compreensão sobre o fenómeno e o aprofundamento do assunto, reconhecendo a complexidade dessa prática profissional emergente no contexto da crise da identidade única da classe trabalhadora, sujeito político e sociológico do operariado.

No entanto, a intenção é que o debate não se esgote no questionamento sobre o Serviço Social e sua intervenção com as pessoas da comunidade LGBTI+, mas "por na roda" esse questionamento como um "pontapé" inicial para incentivar discussões sobre a questão do atendimento aos casos de violência homofóbica/transfóbica" (…), visando uma melhor compreensão do fenômeno na realidade" (Menezes, 2018, p. 190) e, inclusive, a construção do campo de intervenção, tendo em vista que o Serviço Social, enquanto profissão, é reconhecidamente garantidor de direitos sociais, no campo das políticas sociais de carácter protetivo e de promoção social.

Pensamos que o fato da amostra não ser significativa em termos numéricos não comprometeu o alcance dos objetivos propostos, tendo em vista que as entrevistadas

e as instituições que precisavam ser enfatizadas, para o entendimento da prática do Serviço Social, embora não houvesse saturação, foi por ser um Universo restrito.

Realçamos que os fatos inerentes ao processo, ora por parte das instituições, por dificuldade no contato, ou por causa da pandemia da COVID19, limitou em determinado período os contatos presenciais, e também pela demora da decisão da Comissão de Ética do ISCTE.

O pesquisador deve estar preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e com descobertas inesperadas, e, também, para reorientar seu estudo. É muito frequente que surjam novos problemas que não foram previstos no início da pesquisa e que se tornam mais relevantes do que as questões iniciais (Goldenberg, 2004, p. 35).

O conhecimento e reconhecimento desse campo profissional é essencial para que a prática profissional dos assistentes sociais possa alcançar os níveis do planeamento, portanto, a formulação e execução dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, com pressupostos e instrumentais operativos adequados às situações apresentadas ao exercício profissional.

Perante as limitações do campo de intervenção dos profissionais do Serviço Social, destaca-se exemplos de boas práticas em instituições onde a intervenção social com a comunidade LGBTI+ é eficaz. Nessas organizações, a colaboração entre assistentes sociais e outros profissionais (psicólogos, advogados, etc.) cria uma abordagem multidisciplinar que permite uma resposta mais completa às necessidades da comunidade LGBTI+. A articulação com ONG e redes de apoio desempenha um papel fundamental na ampliação do suporte às pessoas LGBTI+ em situações de vulnerabilidade.

Os resultados confirmam a necessidade de formação contínua aos assistentes sociais, principalmente, em temas relacionados à diversidade de género e à sexualidade. Além disso, apontam para a urgência de políticas públicas mais adequadas às ações sociais voltadas para essa comunidade. O reconhecimento e a valorização dos direitos da comunidade LGBTI+ não podem estar dissociados de um esforço coletivo que envolva não apenas o Estado, mas também as organizações da sociedade civil e as profissões, nomeadamente a de assistente social.

Referências Bibliográficas

Aboim, S. & Vasconcelos, P. (2016). Masculinidades e Diáspora: classe, racializações e feminização do Outro. Em Pauta, Rio de Janeiro _ 2o Semestre - n. 38, v. 14, p. 19 – 38. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aboim, S. & Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos. *Análise Social*, n.º 163, pp. 411-446.

Aboim, S. (2006a). Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. *Análise Social*, n.º180, pp. 801-825.

Aboim, S. (2006b*). Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa. ICS.

Albertini, R. Z. Costa, M. L. Miranda, R L. (2019). Narrativas Fora do Armário: A Identidade Sexual de Homens Gays Na Cidade. Revista Subjetividades, 19(2).

Albuquerque, A. (2006). *Terceiro Setor: História e gestão de organizações*. São Paulo. Sumus.

Almeida, A. N. (2003). Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis. In J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (Orgs), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa. ICS, pp. 50-93.

Almeida, S. J. (2010). Os homossexuais no Estado Novo. Porto: Sextante Editora.

Amaro, M. I. (2005). Do Estado-Providência ao Estado Regulador – Desafios Para a Cidadania. *CESSS*. Lisboa. FCH-UCP.

Andrade, L. N. de; Saleiro, S. P. (2020). Trans(I)Legalidade: Direitos Lgbti+ No Brasil e em Portugal. *Revista Cadernos de Gênero e Diversidade*. Editora Universidade Federal da Bahia.

Antunes, R. (1995). *Adeus ao Trabalho?* Campinas-SP. Editora da UNICAMP.

Assis, D. N. C. (2019). *Interseccionalidades*. Salvador. UFBA.

Barbosa, M. J. de S., Eid F. (2012). Política Pública De Transferência De Renda, Inclusão Produtiva E Economia Solidária: análise da experiência do Programa Bolsa Trabalho no Estado do Pará. *In*: *Universidade, Comunidade E Associativismo experiências de extensão, pesquisa e ensino na ITCPES da UFPA*. Belém: ICSA/UFPA.

Barbosa, M. J. de S., Sousa, R. F., Santos, M. H. L. dos. (2010). Demandas do Trabalho ao Assistente Social no Capitalismo Contemporâneo. *Revista Políticas Públicas*. São Luiz.

Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70.

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo. Edições 70.

Barroco, M. L. S. (2009). Ética: fundamentos sócios históricos. São Paulo: Cortez, 2009.

Bastos, L. C. & Santos, W. S dos (2013). A Entrevista na Pesquisa Qualitativa/Organizadores: Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. 208p.

Bastos, S. P. (1997), O Estado Novo e os seus Vadios, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Orgs). (2012). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes.

Baumann, Z. (1998). *Modernidade y Holocausto*. Rio de Janeiro. Zahar Editor.

Behring, E R; Boschetti, I. (2011). Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora. Col. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. II.

Behring, E. R. & Boschetti, I. (2006). Política Social: fundamentos e história: Ed Cortez. São Paulo.

Behring, E. R. (1998). *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo. Cortez Editora.

Behring, E. R. (2000). *Fundamentos da Política Social*. Rio de Janeiro. UERJ.

Behring, E. R. (2018) Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente in Boschetti, I.; Behring, E.; Serviço Social e as Relações Internacionais | Conselho Federal de Serviço Social 104. Lima, R.L. Marxismo, política social e direitos. São Paulo. Cortez Editora.

Behring, E. R. (2018). *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.* Cortez.

Behring. E R. (2009). *Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais*. Brasília. CFESS/ABEPSS.

Benevides, M V de M. (1998) Cidadania e Direitos Humanos. Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, http://www.iea.usp.br/artigos.

Bentley, P. (1960). Jane Addams. Paladin de la paz y de Ios nii1o. *Correio de lo Unesco*. Ano Xlll, n° 11. Nov.

Bento, M. da C. (2017). Serviço Social e municípios: os desafios da interculturalidade e da exopatia. *Intervenção social*. N. 49/50 (2017). pp. 25-41.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal. Porto Editora.

Bota, P. H. C. (2017). *Evolução e configuração atual do preconceito face a lésbicas e a gays: um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora. Escola de Ciências Sociais.

Bourdieu, P. (1996). Espaço Social e Espaço Simbólico. In, Razões *práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas. Parirus, p. 13-33.

Bowleg, L. (2013). Once you've blended the cake, you can't take the parts back to the main ingredients: Black gay and bisexual men's descriptions and experiences of intersectionality. *Sex. Roles*, 68, 754-767. doi.10.1007/s11199-012- 0152-4

Branco, F. & Amaro, I. (2011). As práticas do "Serviço Social activo" no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. *Revista Serviço Social e Sociedade Civi*l. n 108, p 656-679, out/dez. São Paulo. Cortez Ed.

Branco, F. (2009). A Profissão De Assistente Social Em Portugal. *Locus SOCI@L* 3. pp. 61 – 89

Branco, F. (2015). Itinerário das profissões sociais em Portugal, 1910-1962. *Análise Social*, 214, l (1.º).

Bravo, R.S. (1998). *Técnicas de Investigación Social – Teoría y Ejercicios*. Paraninfo.

Briggs, C. L. (2001). Interview. I, Duranti, A. (Orgs.). Key terms in language and culture. Malden/ Oxford : Blackwell, p. 132-135

Brown, W. (2007). *Les Habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris. Les Prairies Ordinaires.

Bruyne, P., Herman, J., & De Schoutheete, M. (1991). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Francisco Alves Editora.

Burgess, R. G. (1984). *The Social Organization of Schools*. Londres. B.T. Batsford.

Campos, E. B. (2003). Conselhos de políticas setoriais no ambiente municipal: estudo comparativo entre Ananindeua, Belém e Marituba. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belém: UFPA, 2007). Tese. Conferência Nacional de Assistência Social, 4. 2003, Brasília. Caderno de Textos. Brasília.

Campos, T. M. (2013). O Terceiro Setor em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas instituições particulares de Solidariedade Social da Região Norte- O caso da Misericórdia de Santo Tirso. Covilhã: Universidade da Beira Interior. (Tese de Mestrado).

Cardim, M. E. (2009), "Implementação de Políticas Públicas - Do Discurso às Práticas", Revista de Ciências Sociais e Políticas, 3: pp. 133-149

Cardoso, M. J. (2012). Acção Social nos Municípios portugueses – potencialidades e limitações. (Tese de Doutorado). Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Carvalho, M. C. B. (2015). *Gestão Social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos*. São Paulo. Ed Cortez.

Carvalho, M. I. & Pinto. C. (2015). Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. *Revista Serviço Social & Sociedade*.

Carvalho, M. I. (2014). A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 13(2), 325-336.

Cascais, A. F. (2006). Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos *Revista Crítica de Ciências Sociais* 76 |Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva.

Cascais, A. F. (2016). A homossexualidade nas malhas da lei no Portugal dos séculos XIX e XX. *International Journal of Iberian Studies*. Vol. 29, Nº 2, pp. 95- 112.

Castells, M. (1999a). *O Poder da Identidade*. São Paulo. Paz e Terra.

Castells, M. (1999b). *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. México. Siglo XXI Editores.

Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo. Cortez.

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (n.d.). CIG. https://www.cig.gov.pt/

CIG (2020). Guia de recursos e serviços associações e movimentos da sociedade civil L G B T I L G B T I. (n.d.). Retrieved April 9, 2025, from https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/12/recursos_ong_lgbti_24nov2020.pdf

Conde, M. F. (2004). O Movimento Homossexual Brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás.

Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanf Law Rev*, 43.

De Siqueira, E. (2011). A Crise Do Poder Estatal E A Reprodução Do Capitalismo. Organizações Rurais & amp; Agroindustriais, *[S. l.]*, v. 4, n. 2.

Delille, A. (1929). Le Sonsice Social dans les collectil'ites contempomines, Paris, Librairie Delagrave

Delille, A. (1939). Tmite de Serl'ice Social - problemes, modes c/'etudes, element. De solution, Paris. Librairie Delagrave.

Donida, L. O. Pottimeier, S. (2019). Discussões entrelaçadas: a sexualidade e a (des)construção de identidades e expressão de gênero. Temas em educação e Saúde. Araraquara. V15, n 2, p. 204-216.

Draibe, S. & Riesgo, M. (2006). Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. 30º Encontro Anual da ANPOCS GT19 - Políticas Públicas Sessão 1 - Reformas Institucionais e Políticas Sociais Caxambu, 24-28 de outubro.

Draibe, S. & Riesgo, M. (2011). Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago., p. 220-254.

Duarte, M. J. de O. [et al.]. (2023). Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. organizadores: Marco José de Oliveira Duarte ... [et al.]. – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ Selo Serviço Social.

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar em Revista, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 213-225.

Eid, F. (2004). Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? Artigo apresentado e publicado nos Anais do XI FIEALC – Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe, Osaka, Japão, setembro de 2003. Capítulo do livro: Educação e Sócio-Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades, 1, Cácares, UNEMAT Editora, v1, p. 156-172.

Esping-Andersen, G. (2000) Fundamentos sociales de las economías postindustriales. Barcelona, Ariel.

Faleiros, V de P. (2007). Saber profissional e poder institucional. 7. ed. São Paulo: Cortez,

Faleiros, V. de P. (2011). Estratégias em Serviço Social. 10. ed. São Paulo: Cortez.

Faleiros, V. de P. (2014). O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. Serviço, Social e Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez.

Farias, M. de O. (2010). Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. Revista de Psicologia da UNESP 9(1), Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis

Fernandes, R C. (2005). 3º setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Ferreira, J. (2014). Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais. *Cuadernos de Trabajo Social*, *27*(2), 329-341.

Ferreira, G. F. (2018). Donas de Rua, Vidas Lixadas: Insterseccionalidades e Marcadores Sociais nas Experiências de Travestis com o Crime e o Castigo. Porto Alegre. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS

Figueira, M. D. (2020). Identidade, Autoestima, Saúde Mental e Vinculação em Pessoas LGBT. (Tese de Mestrado). Psicologia Clínica e da Saúde. Covilhã. Universidade Beira Interior. Junho.

Filho, G. (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Salvador: Bahia Análise e Dados.

Fontana, L., Gomes. M. do A. A., Silva, S. S. (2020). (In)visibilidade da comunidade LGBTQIA+ na assistência social: proteção social a quem necessitar? *Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*. Volume 5, número 10, julho – dezembro.

Foucault, M. (2004a). O combate da castidade. Em M.B. De Motta (Org.), ética, sexualidade, política/Michel Foucault: Ditos e escritos V. (pp. 92-103). (E. Monteiro, & I.A.D. Barbosa, Trads.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1987). Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes. 288p.

Foucault, M. (1998). História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2004b). O triunfo social do prazer sexual: Uma conversação com Michel Foucault. Em M.B. De Motta (Org.), ética, sexualidade, política/Michel Foucault: Ditos e escritos V (pp. 119- 125). (E. Monteiro, & I.A.D. Barbosa, Trads.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2007). Homossexualidade: A Concepção De Michel Foucault Em Contraponto Ao Conhecimento Neurofisiológico Do Século XXI Encontro Revista de Psicologia Vol. XI, Nº. 16.

Foucault, M. (2013). Vigiar e punir: nascimento das prisões; tradução de Raquel Ramalhete. ed. Petrópolis, RJ: Vozes,

Foucault, M. (2015). O saber gay. Tradução de Eder Amaral e Silva e Heliana de Barros Conde Rodrigues. Ecopolítica, São Paulo, n. 11, p. 2-27, jan.-abr.

França Filho, G C. (2001). Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). Organizações e Sociedade, Salvador: EAUFBA, v.8, n.20, jan./abril

França Filho, G C. (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular, traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados, Salvador SEI, V. 12, n 1, p 9-19, junho.

França, I. L. (2006). Entre cercas e pontes: o movimento LGBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

Franco, M. L. P. B. (2008). *Análise de conteúdo*. Brasília. Líber Livro.

Fraser, N. (1997) "De la redistribución al reconocimiento? Dilemas entorno a la justiciaen una época post-socialista". En: Justitia Interrupta. Bogotá: Siglodel Hombre. Universidad de los Andes. p. 17-54.

Fraser, N. (2012). Luta de classes ou respeito às diferenças. *Igualdade, identidades e justiça social.(online) Le Monde Diplomatique. Disponível em: http://www. diplomatique. org. br/artigo. php*.

Freyre, G. (2002) [1966]. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record.

Fry, P. & Edward M. (1997*). O Que é Homossexualidade?* Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense São Paulo.

Gangnon, Y. (2010). The Case Study as Research Method: A Practical Handbook. Presses de l'Université du Québec.

Gato, A.P. (2013) - *Da assistência aos pobres aos cuidados de saúde primários: o papel da Enfermagem (1926-2000).* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade Nova.

Gato, J. (2022). Discriminação contra Pessoas LGBTI+: Uma Revisão de Literatura Nacional e Internacional. Estudo Nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – *CIG.* Capítulo 1. P. 9-45.

Gato, J., Carneiro, N. S., & Fontaine, A. M. (2011). Contributo para uma revisitação histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.1, n.1, jan./jun 1(1), 139-167.

Gil, A. C. (2008). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Ed Atlas S.A. São Paulo.

Goldenberg, M. (2004). *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8ª Edição, ed. Record, R.J • S.P

Gramsci, A. (1978) *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, civilização brasileira.

Granja, B. (2011). A Competência Reflexiva Processual em Serviço Social na Ação Profissional Junto às Populações. *Cadernos de Pesquisa* V.41 N.143 Maio/Ago-429

Guerra, Y. A. (2000). Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Revista *Serviço Social e Sociedade*. n. 62. São Paulo. Cortez Editora.

Guerra, Y. A. (2023). *O Serviço Social Ibero-Americano nas trilhas da resistência: crise do capital, expressões conservadoras e tendências contemporâneas*. 1.ª Ed. Ouro Preto. Editora UFOP.

Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro. Tempo Universitário.

Hall, S. (2003) *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte. Editora UFMG.

Hall, S. (2005). *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A.

Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*. Editorial: PUC-Rio. Rio de Janeiro.

Harvey, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo. Boitempo.

Held, D. (1999). *Global transformation: politics, economics and culture*. Cambridge, Polity.

Herek, G. M. (2004). Beyond "homophobia": Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality Research & Soial Policy*, 1(2), 6-24.

Herek, G. M. (2007). Confronting sexual stigma and prejudice: Theory and pratice. *Journal of Social Issues*, 63(4), 905-925.

Herek, G. M. (2010). Sexual orientation differences as deficits: Science and stigma in the history of American psychology. *Perspetives on Psychological Science*, 5(6), 693-699.

Iamamoto, M V. (2004). A Questão Social no Capitalismo. *Revista ABEPSS*, nº 3, RS.

Iamamoto, M. V. (2011) *Renovação e conservadorismo no serviço social*. Cortez Editora.

Iamamoto, M. V. (2012). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo. Cortez Editora.

Iamamoto, M. V. (2019) Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. http://orcid.org/0000-0002-4838-1290.

Iamamoto, M. V. (2021). O *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo. Cortez Editora

ISCTE (2016). Código de Conduta Ética na Investigação. *Despacho Reitoral 86/2016.* Lisboa.

Japiassu, H. (1976). *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro. Imago Editora.

Junqueira, R. (2007). Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, 1, 1-22.

Kvale, S., & Brinkmann, S. (2015). *InterViews: Learning the craft of qualitative research interviewing*. Los Angelis. Sage

Lemos, Tovar de. (1934), 1º Curso de Assistentes Sociais, Lisboa.

Lewgoy, A. M. B. & Maciel, A. L. S. (Orgs.). (2021). *Pós-graduação e produção de conhecimento em Serviço Social: conjuntura, tendências e desafios*. Uberlândia. Navegando Publicações.

Lima, A. M. (2014). Um recorte histórico sobre a política de direitos LGBT no Brasil e em Portugal. *Revista Científica Vozes dos Vales* . Nº 06, Ano III – 10/2014. Mato Grosso.

Lima. F. J. G. de. (2012) Cidadania No Brasil: O Despertar Da Sonolência. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 13, p. 29-42, junho.

Lopes, A. C. D. (2017). *A Democracia semidireta em Portugal – Condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português*. (Tese de Mestrado). Universidade de Lisboa.

Lourenço, M dos P. (2005). Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza. *Direcção Geral da Segurança Social.* https://www.seg-social.pt/

Louro, G.L. (1997). *A construção social das diferenças. Gênero, sexualidade e educação: uma perspetiva pós-estruturalista*. Petrópolis. Editora Vozes.

Louro, R. A. (2018). *Homossexualidade e resistência durante a ditadura portuguesa: estudos de caso*. (Tese de Mestrado). Dissertação de Mestrado em Antropologia Área de Especialização em Temas Contemporâneos.

Lüdke, M. (1984). Pesquisa Qualitativa e o Estudo da Escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 49, p. 43-44.

Madeira, L M. (2014). *Avaliação de Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.

Madeira, M. J. (2002). Helena Mouro e Dulce Simões (coords.). 2001. 100 anos de Serviço Social. Coimbra: Quarteto Editora. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, (2).

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. (1991). *Metodologia científica*. São Paulo. Editora Atlas.

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. (2007). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo. Editora Atlas.

Maroy, C. (1995). Prácticas e métodos de investigação em ciências sociais. Gradiva

Martins, A .M.de C. (2002). A Investigação em Serviço Social Perspectivas Actuais. In Actas do I Congresso Nacional de Serviço Social. Lisboa, APSS.

Martins, A. M. C. de C. (1993). Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português-Escola Normal Social de Coimbra, (Tese de Doutoramento). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Martins, A. M. de C. (1995). Génese, emergência e institucionalização do serviço social português: a escola normal social de Coimbra. *Intervenção social*, (11), 17-34.

Martins, L R. (2019). Payne e Faleiros: Dois olhares para o Serviço Social (Payne and Faleiros: two looks for Social Work). *Revista Serviço Social e Sociedade*.São Paulo, n. 134, p. 88-106.

Matos, M. P. S. R. (2020). Discurso religioso e heteronormatividade: uma análise da liturgia nupcial da Igreja Católica [recurso eletrônico] / Marcos Paulo Santa Rosa Matos -- Porto Alegre, RS: Editora Fi246p.

Menezes, M. (2018). *OS NÃO RECOMENDADOS - A Violência Contra a População LGBT em Sergipe*. Aracaju - Sergipe. Editora do Diário Oficial de Sergipe - EDISE.

Mesquita, M. l.; Ramos, S. R; Santos, S. M. M. (2001). Contribuições a crítica do preconceito no debate do Serviço Social In: Mustafá, Alexandra M. (org.) *Presença Ética* vol. 1-anuario filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife. UNIPRESS Gráfica e Editora do NE.

Minayo, M. C. de S. (2008). (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis/RJ. Vozes.

Montaño, C. (1999). "Das 'lógicas do Estado' às 'lógicas da sociedade civil'. Estado e 'terceiro setor' em questão". *Serviço Social & Sociedade*, nº 59. São Paulo, Cortez Editora.

Montaño, C. (2000). *De las lógicas de Estado a las lógicas de la sociedade civil y el mercado: crítica al "tercer sector" y el nuevo trato a la "cuestion social".* Cortez Editora. SP

Montaño, C. (2001). *"Terceiro Setor" e "Questão Social" na Reestruturação do Capital. O Canto da Sereia*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPG-ESS, UFRJ

Montaño, C. (2002). *Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo. Cortez Editora.

Montaño, C. (2004). O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". *Lutas Sociais*, (8), 53–64. São Paulo. Cortez Editora.

Montaño, C. (2015). *O Canto da Sereia: Uma crítica à ideologia e aos projetos do "Terceiro Setor"*. Cortez Editora. São Paulo.

Montaño, C. (2021). O Projeto Emancipatório Revolucionário e a Articulação das Lutas de Classe e Anti opressivas Particulares ("Identitárias"). Atas das X Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). São Luís do Maranhão.

Montaño, C. e Duriguetto, M. L. (2010). *Estado, classe e movimento social*. São Paulo. Cortez Editora.

Monteiro, M. A. (1995). A formação académica dos assistentes sociais: uma retrospetiva crítica da institucionalização do Serviço Social no «Estado Novo». *Revista Intervenção Social*.

Moraes, M.L.B. (2019). Stuart Hall: cultura, identidade e representação. *Revista Educar Mais*. RS. Volume 3/nº2/p167 a 172.

Morgado, M. (2010) *Autoridade e Democracia*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Morgan, D. L. (1988). *Focus Groups as Qualitative Research*. Newbury Park: NY. Anchor

Mott, L. (2000). *Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias sociais*. Comunicação apresentada no Seminário Gênero & Cidadania: tolerância e distribuição da justiça, Unicamp, IFCH/Pagu, 6 dez.

Mott, L. (2003) *Homossexualidade: mitos e verdades*. Salvador. Grupo Gay da Bahia.

Moura, M. H. F. (2006). *Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade industrial à sociedade do risco*. (Tese de Doutoramento). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto.

Mouro H., Carvalho, A. (1987). *Serviço Social no Estado Novo*. Ed. Centelha. Coimbra

Mouro, H. & Simões, D. (2001). (org). *100 anos de Serviço Social*. Coimbra: Quarteto.

Mouro, H. (2001). *Solidariedade e Mutualismo*. Coimbra. Quarteto Editora.

Mozzicafreddo, J. (2000). *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras. Celta.

Myers V. A. (2012). *Moving Diversity Forward: How to Go from Well-Meaning to Well-Doing*. Illustrated Edition American Bar Association.

Negreiros, M. A. & Martins, A. &, Henriquez, B. A. e Mc-Donough, J F. (1999). *Serviço Social. Profissão e Identidade. Que trajectória?* 45-63. Lisboa/S- Paulo. Veras.

Negreiros, M. A. (1995). *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social*. Lisboa. ISSSL, Departamento Editorial.

Negreiros, M. A., Andrade, M. e Queiroz. M. J. (1987). *A Construção do conhecimento do serviço social em Portugal-período 1974-1978 Lisboa*. ISSSL.

Negreiros. M. A. (1993). Estado e Profissões. *Revista Intervenção Social*. n. 0 8, p. 9-33.

Netto, J. P. (1995). *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. Cortez. São Paulo.

Netto, J. P. (1999). “FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras”. In LESBAUPIN, Ivo (org), O desmonte da nação. Balanço do Governo FHC. Petrópolis, Vozes Editora.

Netto, J. P. (2007). Capitalismo monopolista e Serviço Social. 6. ed. São Paulo: Cortez

Netto, J. P. (2010). Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15 ed. São Paulo: Cortez Editora.

Netto, J. P. (2011). Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular.

Netto, J.P (2001). Crisis del Socialismo y ofensiva neoliberal. Ed Cortez. SP.

Neves, D. M. (2014). Narrativas De Género E Da Intimidade: Três Gerações Em Análise. *Revista Saúde Reprodutiva, Sexualidade e Sociedade*. Nº 4, 2014 (33-44)

Nogueira, V. M. e Mioto, R. C. (2006). Sistematização, Planejamento e Avaliação dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*.

Novellino, M. S. F. (2004) Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. “Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu MG – Brasil, de 20- 24 de setembro. ENCE/IBGE

Observatório da Discriminação LGBTI+ | ILGA Portugal. (2020, November 14). https://ilga-portugal.pt/denunciar-a-discriminacao/observatorio/

Offe, C (1984a). Critérios de racionalidade e problema funcionais da ação político administrativa. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. p. 216-233.

Offe, C (1984b). Relações de troca e direção política. A atualidade do problema da legitimação. In, *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro. Tempo brasileiro. p.180-214.

Offe, C. (1991). Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. v. 2 P*erspectivas*. Rio de Janeiro. Tempo brasileiro.

Oliveira, A. (2004). Prostituição, exclusão e violência: estudo empírico da vitimação sobre prostitutas de rua. II congresso internacional de investigação e desenvolvimento sociocultural: actas.

Oliveira, R. M. (2009). Fronteiras Invisíveis: Gêneros, Questões identitárias e Relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil. *Revista Bagoas*, n. 4, p. 160-172.

Oliveira. T. de L. (2017). *Levantar bandeira e dar pinta Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João Pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. FFLCH – USP. BAGOAS n. 16. p. 318-351.

Paoletti, J. (2012). Pink and Blue: telling the boys from the gils in America. USA, Bloomington: Indiana University Press.

Patton, M. Q. (2015). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. CA. Sage.

Payne, M. (2002). *Teoria do trabalho social moderno.* Coimbra. Quarteto.

Pena, M. J. B. (2012). Da construção do conhecimento ao processo metodológico em Serviço Social. *Intervenção social*, (40), 77-94.

Plano de Ação da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 - Portugal + Igual. (2022, January 17). CIG. https://www.cig.gov.pt/2022/01/consulta-publica-relativa-a-revisao-dos-planos-de-acao-da-estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030-portugal-igual/

Ramalho, N. & Menezes, M. S. de (2022). O Enquadramento Jurídico dos Crimes de Ódio contra Pessoas LGBTI+ Estudo Nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – CIG. Capítulo 3. p. 165-233.

Ramalho, N. (2015). Competências e práticas afirmativas dos assistentes sociais com famílias e pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero. In, M. I. Carvalho (Org.), *Serviço Social com Famílias*. (pp. 125-140). Lisboa. Pactor

Ramalho, N. (2019). *"Virar Travesti": Trajetórias de Vida, Prostituição e Vulnerabilidade Social.* Tese de Doutoramento. Lisboa. ISCTE-IUL.

Ramalho, N. (2021). A formação em serviço social para a intervenção na diversidade de género e sexual:TS-n.1-122-131. *Revista Temas Sociais*, (1), 122-131.

Richmond, M. (1950) [1926]. Diagnóstico Social. Tradução de José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge.

Rios, R. (2009). Homofobia na perspetiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre o preconceito e discriminação. In R. Junqueira (Org.), Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas (pp. 52- 83). Brasília: Secad/MEC e UNESCO.

Rocha, H. B. Ferreira, P. M., Silva, T. P. Ramalho, V. B. (2013) Serviço Social Crítico: da Modernidade à Contemporaneidade. Critical Social work: from modernity to contemporaneity. Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social pp. 79-90

Rodrigues E. V (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, 2010, p. 191-230

Rodrigues, H. & L, C. C. (2018). Quando Ninguém Era Gay. Aventuras História – UOL *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*. Vol. XX, p.191-230

Rodrigues, L. N. de S. & Toschi, M. S. (2019). *A Importância do Nome Social para a Inclusão dos Transgênero na Sociedade Brasileira.* An Importance of Social Name for the Inclusion of Transgeneries in Brazilian Society. repositorio.aee.edu.br

Rodrigues, R. de C. C. (2012). De Daniele a Chrysóstomo: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

Roughgarden J. (2004). *Evolution's Rainbow: Diversity, Gender and Sexuality in Nature and People*. University of Califórnia Press.

Sader, E. (2001). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

Saffioti, H. I. B. (1976). A Mulher na Sociedade de classes: mito e realidade; prefácio [de] Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes. 384. *Coleção Sociologia Brasileira*. Volume 4.

Saleiro, S. P. & Ramalho, N. (2022). Discriminação e vitimização em função da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais e Necessidades das pessoas LGBTI+: Principais Conclusões e Recomendações para as Políticas Públicas. Estudo Nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – CIG. p. 235-250.

Saleiro, S. P. (2013). *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.

Saleiro, S. P. (2022). Discriminação em função da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais e Necessidades das Pessoas LGBTI+. Estudo Nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais – CIG. pp. 47-163.

Santos, B. de S. (1984). A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984). *Pensamiento Ibero americano,* 5, pp. 499-520.

Santos, B. de S. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Almedina. Coimbra.

Santos, M. A. R (2021). Interseccionalidade(S): um não lugar na formação em Serviço Social. (Tese de Doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina-Brasil

Santos, M. R dos (2018). Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Revista Estudos Feministas, Florianópolis, Curitiba, PR, Brasil.

Santos, M. R. dos (2005). "Design e cultura: os artefatos como mediadores de valores e práticas sociais". In: Queluz, Marilda Lopes Pinheiro (org.). Design & Cultura. Curitiba: Sol, p. 13-32.

Santos. A. C. (2006). Entre a academia e o ativismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. Revista Crítica de Ciências Sociais, 76, dezembro. pp. 91-108.

Santos. M. H. L. (2008). A Implantação Do Sistema Suas E As Novas Demandas Aos Assistentes Sociais No Estado Do Pará: Belém: (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Serviço Social. PPGSS-UFPa.

Sarmento, H. B. de M. (2005). Bioética, Direitos Sociais e Serviço Social. Belém: UNAMA-Universidade da Amazônia.

Schenato, V. C. (2011). A síntese entre objetividade e subjetividade mediada pela noção de habitus em Bourdieu. *Revista Perspectivas Sociais Pelotas*, Ano 1, N. 1, p. 31-46.

Scott, W. J. (1989). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press.

Silva, I. L. R. da. (2006) Redescobrindo o Pensamento Richmondiano: Diagnóstico Social. Em Debate 04. Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio.

Silva, M. O. S e. et AL (2011) Comunidade Solidária: contradições e debilidades do discurso. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.) A Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil Cortez Editora. São Paulo.

Silva, M. O. S. (2008). Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, M. O. S. Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Cortez. p. 89-178.

Silva, M. O. S. e; Yazbek, M. C; Giovani, G. de. (2006). A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda /– 2 ed. – São Paulo: Cortez Editora.

Simionatto, I. L. E. (2011). Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 215 - 226, ago./dez.

Souza, D. A. de. (2019). A Representação da Comunidade LGBTQ+ em Vídeos Publicitários. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações-Públicas (2º ciclo de estudos). Universidade Da Beira Interior Faculdade de Artes e Letras.

Souza, J. (2005) "Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira". Lua Nova, ago. n. 65, p. 43-69. Belo Horizonte–Rio de Janeiro: Ed. UFMG.

Souza, J. (2015). A Invisibilidade da Luta de Classes ou a Cegueira do Economicismo. Editora Cortez da UFMG.

Souza, J. de (2003). A Construção Social da Subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte–Rio de Janeiro: Ed. UFMG.

Sposati, A de O. (1997). Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 55, ano XVIII, p.09-38, nov.

Sposati, A de O. (2009). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, DF: MDS, UNESCO, 2009, p. 13-56.

Stevenson, W. J. (1981). Estatística aplicada à administração. In *Estatistica aplicada a administração* (pp. 495-495).

Thomas, G. (2011). *How to do your Case Study: A Guide for Students and Researchers*. SAGE Publications.

Vale de Almeida. M. (2010). O contexto LGBT+ em Portugal. In: NOGUEIRA, Conceição; Oliveira, J. M. (org). Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género em Portugal. Lisboa: CIG, 2010. p. 45-92.

Vasconcelos, P. (2004). Categorização, identidade e sexualidade: Notas sobre a dominação. Em A. P. Marques et al. (Orgs.), Formas identitárias e modernidade tardia (pp. 51-70). Braga: ICS & UM.

Vasconcelos, P. (2011). Capital social, solidariedade familiar e desigualdade social no Portugal contemporâneo. Lisboa. Tese de doutoramento em sociologia apresentada ao ISCTE-IUL.

Veiga, L. da Bronzo, C. Gomes, M. de F., Mendes, M. C. (2014). Os desafios de combinar universalismo e seletividade para o alcance da proteção social para populações vulneráveis. *In*: Atas do Congresso Internacional das Alas, XIX, 2013, Santiago do Chile.http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_daVeigaL_BronzoC_GomesM_MendesM.pdf>. Acesso em: 10 ago.

Vidal, M. (1985). *Homossexualidade: Ciência e Consciência*. São Paulo. Ed Loyola.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa. Edições Silabo.

Viscarret, J. J. (2009). Modelos y métodos de intervención en Trabajo Social. Madrid. Editora Alianza Editoria

Yazbek M C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun.

Yazbek, A. C. (2019). Soberania e Biopolítica: dos nexos entre poder soberano e biopoder no pensamento político de Michel Foucault e de seus usos na atualidade. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. *Rev. Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 31, n. 52, p. 118-140, jan./abr.

Yazbek, M C (1995). A Política Brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. *Cadernos ABONG3 / CNAS.*

Yazbek, M C (1997). Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social. *Cadernos ABONG*, Número 19, outubro.

Yazbek, M C. (2006). *Classes Subalternas e assistência social*. Ed Cortez. São Paulo.

Yazbek, M. C. (1984). Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. *Serviço Social e Sociedade* nº 14. São Paulo. Editora Cortez.

Yazbek, M. C. (2009). Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In, *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.

Yin, R. (1994) Case Study Research: Design and Methods. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Zanette, M. S. (2017). Qualitative research in the context of Education in Brazil. *Educar em Revista*. N. 65, p. 149-166, jul. /Set. Curitiba

Zimerman, A. (2020). Políticas LGBTI+/Organizado por Artur Zimerman-Santo André, SP: Universidade do ABC. 100 p. (Desigualdade Regional e as Políticas Públicas; v. 14)

Zizek, S. (2000). De História e Consciência de Classe A Dialética do Esclarecimento, e Volta. History and Class Consciousness to The Dialectic of Enlightenment... and back". New Germane Critique. 81: 107-123.

Websites Pesquisados

Recursos-ONG-LGBTI Recursos e Serviços de Instituições que tratam da situação LGBTI+.pdf. Acedido em 06/11/2020

http://hdl.handle.net/11067/3956. Acedido em 20/06/2020

https://safetobe.eu/pt/fact-checking/. Acedido em 10/01/2021

https://www.diarioonline.com.br/noticias/brasil/647154/passaportes-para-nao-binarios-comecam-a-ser-permitidos. Acedido em 04/04/2021.

https://www.eapn.pt/. Acedido em 20/03/2021

https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/Relatorio-Discriminacao-2017_17maio2018.pdf acedido em 20/03/2021

httpsbluevisionbraskem.com. desenvolvimento-humano-que-significa-a-sigla-LGBTIs. Acedido em 10/08/2021

httpsdigitais.net.br202005casa-sem-preconceito-acolhe-lgbtqi-em-situacao-de-ruainfografico-lgbt. acedido em 10/08/2021

https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf. Acesso em: 06 out.2019.

httpswww.institutoclaro.org. breducacaonossas-novidadesnoticiasinfografico-esclarece-sigla-lgbt-e-termos-ligados-a-orientacao-sexual. acessado em 10/08/2021

httpswww.mg.senac.brNoticiasPaginasUm-m%C3%AAs-para-conscientizar.aspx. acedido em 10/08/2021

http://metis.med.up.pt/index.php/Identidade_de_g%C3%A9nero_e_orienta%C3%A7%C3%A3o_sexual_na_adolesc%C3%AAncia. Ace em 21/11/2021

ANEXOS

Anexo 1 - Glossário

A género - Pessoa que não se identifica a si mesma com um género em particular, alguém sem género.

Aliado/a - É alguém que apoia a comunidade LGBTI.

Andrógeno/a - Pessoa que apresenta uma expressão de género que não é claramente masculina ou feminina.

Assexualidade - É uma orientação sexual que se caracteriza pela ausência de atração sexual. Independentemente disso, muitas pessoas assexuais estabelecem relações íntimas com outras e experienciam atração romântica.

Binário - Suposta ordenação sexual baseada em opostos. O pensamento binário questiona-se cada vez mais quando se trata de género e sexualidade.

Bissexual- Pessoa que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por pessoas do mesmo sexo ou por pessoas de sexo diferente.

Características sexuais: conjunto de atributos de natureza física que abrange as características sexuais primárias, como os órgãos genitais internos e externos, e as características sexuais secundárias, manifestas nomeadamente em massa muscular, distribuição capilar, estatura e tom de voz.

Cisgénero - é quando a identidade de gênero do indivíduo está de acordo com a identidade de gênero socialmente atribuída ao seu sexo.

Crossdresser - Oriundo do fetiche do homem de se vestir como mulher, o crossdresser usa roupas do gênero oposto ocasionalmente, mas não faz modificações permanentes.

Drag Queen/King: refere-se ao indivíduo que se monta de acordo com o gênero oposto para performances artísticas.

Expressão de Género: modo como cada pessoa exprime a sua identidade de género, envolvendo aspetos diversos como o comportamento, o vestuário, a expressão verbal e expressão corporal. Ao contrário da identidade de género, a expressão de género corresponde ao que pode ser observado do exterior.

Fluído/a: Sente atração por pessoas, seja romântica ou sexual que muda com o tempo.

Gay - Homem que sente atração sexual/afetiva por outros homens.

Género - atributos e expectativas socialmente associadas a ser-se do sexo feminino ou do sexo masculino, bem como às relações entre mulheres e homens. Na maioria das sociedades, existem diferenças e desigualdades entre mulheres e homens no que diz respeito às responsabilidades atribuídas, às atividades empreendidas, ao acesso aos recursos e ao controlo sobre os mesmos, bem como às oportunidades no acesso à tomada de decisão.

Hermafrodita - Tem um significado estreito e limitado no campo da ciência e pode trazer contradição na informação, já que se trata de pessoas que apresentam condição congénita de genitálias ambíguas, com órgãos sexuais bem ou não formados.

Heterossexual - pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas de sexo diferente do seu.

Homofobia - prática ou atitude negativa relativamente à homossexualidade ou a pessoas homossexuais, com base no preconceito.

Homossexual - pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo

Identidade de género - experiência interna e individual sentida por cada pessoa relativamente ao género com que se identifica, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído à nascença. Pode envolver, se livremente escolhido, a modificação da aparência ou do corpo por meios cirúrgicos, farmacológicos ou de outra natureza e outras expressões de género, incluindo o comportamento, o vestuário, a expressão verbal e corporal.

Interfobia - prática ou atitude negativa relativamente à intersexualidade ou a pessoas intersexo, com base no preconceito.

Intersexo - pessoa com características sexuais que incorporam aspetos da biologia masculina e da biologia feminina tal como estas são entendidas por normas sociais e médicas. Por ser muito abrangente, descreve ampla variação corporal com características sexuais que não se enquadram nas normatizações médicas e sociais.[29]

Lésbica - Mulher que sente atração sexual/afetiva por outras mulheres.

Não Binário - O não binário sente que seu gênero está além ou entre homem e mulher e pode defini-lo com outro nome e de maneira totalmente diferente.

Orientação Sexual - tem a ver com o desejo de se relacionar afetiva e/ou sexualmente com outros gêneros. Em um ciclo natural, essa descoberta acontece entre a infância e o início da adolescência, mas, por preconceito e discriminação, ela pode ser bloqueada e até mesmo negada.

Pansexual - atração sexual ou romântica por qualquer sexo ou identidade de gênero. o género de alguém é irrelevante para sentir atração.

Polissexual -Atração sexual por mais de um género, mas não necessariamente por todas as identidades de género.

[29] Para ONU, estas características estão relacionadas aos cromossomas, órgãos genitais, hormônios entre outros.

Queer – A palavra queer tem vários significados [30]- É uma forma de nomear a identidade de género e/ou orientação sexual. É frequentemente utilizada por pessoas que ainda estão a descobrir onde se encaixam exatamente dentro do espetro LGBTI+, como uma conceito "guarda-chuva", ou por pessoas que têm um posicionamento claro contra a heteronormatividade. Também é um movimento ativista político que parte da rejeição da norma cisgénero.

Sexualidade - está relacionada à genética binária em que o indivíduo nasceu: masculino, feminino e intersexual.

Transfobia - prática ou atitude negativa relativamente à transexualidade ou a pessoas trans, com base no preconceito.

Transexual/Transgénero - é o indivíduo que se opõe, que TRANSgride e TRANScende a ideologia heterocisnormativa imposta socialmente. Pessoas que assumem uma identidade oposta ao gênero que nasceu, que se sentem pertencentes ao gênero oposto do nascimento.

Travesti - pessoas que nasceram no gênero masculino, mas se entendem pertencentes ao gênero feminino, porém não reivindicam a identidade "Mulher".

[30] literalmente, a palavra significa estranho e sempre foi usada como ofensa a pessoas LGBTI+. No entanto, a comunidade LGBTI+ se apropriou do termo e hoje é uma forma de designar todos que não se encaixam na heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade

Anexo 2 - Consentimento Informado

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, O estudo tem por objetivo analisar a prática do Serviço Social com a Comunidade LGBTI+ em Portugal e fundamenta-se em três eixos: i) evolução e conquistas sociais na politização da realidade portuguesa; ii) Suporte Social, serviços sociais e as suas práticas e finalidades; iii) Mecanismo institucional e de rede de atuação na promoção dos direitos sociais O estudo é realizado por Maria Helena Loureiro Cachopo – mhlco1@iscte-iul.pt, orientada pela professora Doutora Helena Maria Belchior Rocha helena_rocha@iscte-iul.pt (orientadora), e poderá contactá-las caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário. A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em responder às perguntas técnicas que fundamentaram a recolhas de dados, por meio de entrevistas semi-diretivas. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo (caso existam, referir em que consistem e quais as medidas adotadas para minorar/controlar os seus efeitos). A participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar. Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que aceito nele participar. _____ (local), _____/____/_____ (data)

Nome:_____

_____ _

Assinatura:_____

_____ __ (SE NÃO FOR O PRÓPRIO A ASSINAR EM RAZÃO DA IDADE OU DE INCAPACIDADE, Cfr. artigos 7.º - "Participantes menores" - e 8.º - "Participantes maiores incapazes de prestar consentimento informado" - da Lei n.º 21/2014, de 16 de abril) (Se o menor tiver capacidade de compreensão deve também

assinar o documento, exprimindo o seu assentimento) Nome:_____ _____ _ Documento de Identificação n.º:_____ Data ou validade:____/___/_____ Representante legal:_____ (se for parente, indicar o grau de parentesco, tendo presente que a autorização deve ser assinada pelo representante legal, que poderá não ser um dos pais ou outro familiar) Assinatura:_____

Anexo 3 - formulário de pedido para a Comissão de Ética

Título do projeto:	**A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL COM A COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL/ SOCIAL**
Investigador/a proponente:	**Maria Helena Loureiro Cachopo**
Investigador/a responsável:	**Maria Helena Loureiro Cachopo**
Contactos (e-mail):	**mhlco1@iscte-iul.pt**
Escola:	**ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**
Departamento ou centro de investigação	**Cies-ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia**
Equipa de investigação:	**Orientadora: Helena Belchior Rocha**
Financiamento (se aplicável):	Click here to enter text.
Submissão:	Primeira submissão Re-submissão **X** Alteração ☐

Anexo 4 - Checklist para a Comissão de Ética

Indique se o estudo envolve algum dos seguintes elementos (assinale todos os que se aplicam):

Amostra proveniente de populações vulneráveis

Crianças e jovens com menos de 18 anos. ☐

Pessoas com dificuldades físicas ou psicológicas. ☐

Pessoas com relação de dependência em relação aos/às responsáveis pela investigação (e.g., superiores hierárquicos; assimetria de poder/estatuto) ou no ☐ contexto onde decorre a investigação (e.g., universidade; empresas).

Pessoas pertencentes a grupos minoritários em situação de vulnerabilidade e/ou em situação ilegal. ☐

Não há nenhum desses itens

Riscos significativos para os/as participantes

Recolha de informação sobre assuntos sensíveis para os/as participantes (e.g., experiências traumáticas; limitações físicas; sofrimento psicológico). ☐

Indução de estados de desconforto físico (e.g., tarefas físicas prolongadas ou muito repetitivas) ou psicológico (e.g., ansiedade; humilhação). ☐

Atribuição de rótulos ou categorias com consequências potencialmente negativas para o autoconceito (e.g., manipulação de competências percebidas; manipulação de situações de exclusão). ☐

Atividades invasivas (e.g., administração de substâncias; ingestão de alimentos). ☐

Recolha de tecidos humanos, sangue ou outros materiais biológicos. ☐

Não há nenhum desses itens

Indique se o estudo envolve tratamento de dados pessoais:[1]

Sim **X**

Não[2] ☐

SE INDICOU QUE O ESTUDO ENVOLVE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS,

INCLUA EM ANEXO O QUESTIONÁRIO SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Por dados pessoais entende-se qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte (e.g. registo de voz ou imagem), relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada direta ou indiretamente, por exemplo, através de um nome, um número de identificação, dados de localização, identificador eletrónicos (e.g. IP) ou de outros elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.
Se pretende que o seu estudo não envolva o tratamento de dados pessoais, isto é, recolha e trate exclusivamente dados anónimos, o momento do processo de anonimização é fundamental.

O facto de um estudo não reportar respostas individuais de participantes, não é por si só indicador de não haver tratamento de dados pessoais. Pode considerar-se que um estudo nunca trata dados pessoais apenas na condição de que o investigador não tenha acesso a nenhum suporte com registos de dados pessoais durante a recolha e posteriores tratamentos.

Se a anonimização dos dados ocorrer numa fase posterior à recolha de dados, por exemplo, quando o investigador remove informações de identificação pessoal de uma transcrição áudio de uma entrevista, ou quando transfere os dados pessoais recolhidos para outra base de dados, os dados brutos ainda são pessoais e deve indicar "sim" nesta questão, anexando ainda o questionário sobre tratamento de dados pessoais.

DESCRIÇÃO DO ESTUDO

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO E RELEVÂNCIA DO ESTUDO
A construção da tese sobre a prática do Serviço Social junto à comunidade LBGTI+, enquanto sujeitos individuais e coletivos, parte da conceção acerca da legislação que trata das possibilidades e orientações de Portugal, na sua conceção de estado providência, na garantia dos direitos sociais e que englobam normas de regulação para questões e problemáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero, expressão de género e características sexuais, procurando sustentar os argumentos que possibilitarão apreender os elementos ligados à natureza das ações e serviços prestados por profissionais do Serviço Social em Instituições que intervém junto à comunidade LGBTI+ a fim de problematizar questões relacionadas aos objetivos traçados pelos programas e projetos desenvolvidos no âmbito da estratégia nacional para a igualdade e a não discriminação no combate a homofobia.

OBJETIVOS/PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Objetivo Geral: Analisar as Práticas Institucionais do Serviço Social com a Comunidade LGBTI+
Objetivos específicos:
- Caracterizar a realidade LGBTI+ em Portugal.
- Identificar a Rede de Atenção voltada aos interesses individuais e coletivos dos LGBTI+
- Sistematizar as ações, programas e projetos sociais voltados a comunidade LGBTI+
- Categorizar a prática profissional do(a) Assistente Social com a população LGBTI+, com vista à elaboração de uma matriz de indicadores para a intervenção

MÉTODO
Método qualitativo, visando conhecer a realidade da intervenção dos Assistentes Sociais, Entrevistas, tendo como foco a intervenção e a prática profissional para a sociedade LGBTI+
Se são tratados dados pessoais, inclua informação sobre:
Os dados pessoais recolhidos, quem são os titulares dos dados e os tratamentos previstos;
São os profissionais de serviço social das instituições escolhidas.
Estado civil, Tempo de profissão, idade, sexo, tempo de serviço na instituição.
O fundamento jurídico para o tratamento, caso não seja o consentimento;
Será o consentimento
Quem é o responsável pelo tratamento, nos casos em que não é o Iscte ou há responsabilidade conjunta;
A própria pesquisadora que será responsável pelo tratamento dos dados.
Os procedimentos e os momentos ou os prazos previstos de pseudonimização e anonimização ou destruição, consoante os casos aplicáveis. Se existe anonimização, indique as medidas adotadas para reduzir o risco de reidentificação.
Assim que terminar a pesquisa, haverá o tratamento dos dados, usando-se a técnica de anonimização, com nomes fictícios para as falas, e a redução de riscos, ocorrerá por conta de que só a pesquisadora terá acesso aos dados a serem tratados, e que posteriormente serão destruídos,

INCLUA EM ANEXO OS MATERIAIS A UTILIZAR NO ÂMBITO DA RECOLHA DE DADOS

PARTICIPANTES

NÚMERO, IDADE E ORIGEM DOS/AS PARTICIPANTES
Três Instituições/Assistentes Sociais que estejam nessas instituições, Adultos(as), portugueses e outra origem, mas que trabalhem nas instituições citadas.

MÉTODO DE RECRUTAMENTO
Pré-definidas por estarem atuando nas Instituições escolhidas

CONSENTIMENTO INFORMADO E DEBRIEFING

OBTENÇÃO DO CONSENTIMENTO INFORMADO
Nas próprias Instituições no momento da negociação e explicação sobre a pesquisa.
Não há barreiras linguísticas uma vez que, as Instituições são portuguesas.

Indique o meio de obtenção do consentimento informado:
Formulário de consentimento informado do próprio do ISCTE
Documento no qual o/a participante assina o seu consentimento (e.g., estudo com **X** participação presencial)

Documento/texto que o/a participante lê antes de transmitir a sua intenção de participar
(e.g., estudo online, via videoconferência, etc.) ☐
Formulário de consentimento informado do próprio do ISCTE
Se o consentimento não é obtido presencialmente e há recolha de dados pessoais, explique por favor como regista a manifestação positiva e explícita do participante de forma a poder comprová-la. **Será. Presencialmente**

Explicação oral dada ao/à participante antes de transmitir a sua intenção de participar
☐
(e.g., quando a identificação pessoal possa implicar riscos para o/a participante)

Consentimento obtido através de terceiros que assegurem os direitos dos/as
☐ participantes, tais como os/as cuidadores/as principais ou representantes legais
Se *através de terceiros*, por favor descreva quem irá consentir, e como o consentimento será obtido [até 50 palavras]: Click here to enter text.
Outro meio ou Não Aplicável ☐
Se através de *outro meio* ou *Não Aplicável*, por favor descreva/justifique [até 50 palavras]: Click here to enter text.
ELEMENTOS DO CONSENTIMENTO INFORMADO
Assinale os elementos que incluiu no consentimento informado:

Identificação do estudo e do/s investigador/es responsável/eis	**X**
Descrição dos objetivos gerais do estudo, número sessões, tempo estimado e características gerais da participação	**X**
Natureza voluntária da colaboração, que inclui a possibilidade de interromper a participação em qualquer momento sem necessidade de justificação	**X**
Informação sobre eventuais riscos, desconfortos ou outros efeitos adversos associados à participação	**x**
Informação sobre eventuais benefícios associados ao estudo e/ou à participação	**X**
Informação sobre eventuais limites à confidencialidade, quando aplicável	**X**
Informação sobre incentivos à participação, quando aplicável	**X**
Dados de contacto caso o/a participante deseje fazer perguntas ou comentários sobre o estudo	**X**
Medidas previstas para lidar com eventuais consequências negativas para os/as participantes, quando aplicável	**X**
Caso o estudo envolva tratamento de dados pessoais, assinale ainda os elementos que incluiu no consentimento informado:	
Identificação do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa como Responsável pelo Tratamento, e/ou de outros Responsáveis pelo Tratamento se aplicável.	**X**
O fundamento legal para o tratamento (art.º. 6º, nº1, a) ou ar 9º, nº2, a) do RGPD)[31]	**X**
Os direitos que o participante titular de dados pode exercer junto do Responsável pelo Tratamento e a forma e contactos a quem se dirigir (direitos de acesso, retificação, de retirar o consentimento, e de apagamento)	**X**
O direito de apresentar reclamação à CNPD	**X**
O prazo de conservação dos dados pessoais (após o qual são destruídos ou anonimizados)	**X**
Caso haja tratamento de dados pessoais por terceiros (e.g. subcontratantes) ou uso posterior dos dados pessoais por outras equipas de investigação, informação sobre os fins do tratamento e a identificação dos terceiros	☐
Se for caso disso, o facto de haver transferências para um país terceiro ou organização internacional fora do Espaço Económico Europeu e a existência ou não de uma "decisão de adequação". Caso não exista "decisão de adequação", informações sobre as	☐

[31] O art 9º, nº2, a) aplica-se aos dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa; nos outros casos aplica-se o art. 6º, nº1, a).

transferências, dos riscos que daí podem decorrer para os participantes e de medidas adotadas para mitigar o risco.

Os contactos do Encarregado de Proteção de Dados Caso o tratamento de dados envolva potenciais riscos para os direitos e liberdades dos	☐
participantes, a importância e as consequências previstas de tal tratamento para os participantes	☐
Caso existam dados pessoais não recolhidos junto dos participantes, a origem dos dados pessoais e, eventualmente, se provêm de fontes acessíveis ao público Caso existam decisões automatizadas[32], incluindo a definição de perfis referida no art.º.	☐
22º, nº 1 e nº4 do RGPD, informações úteis relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o participante	☐
Caso inclua no consentimento informado outros elementos, assinale-os:	
Outros elementos	☐

Se incluiu *outros elementos*, por favor descreva [até 50 palavras]:
Click here to enter text.

PRESTAÇÃO DO *DEBRIEFING*

Indique o meio de prestação do *debriefing*:

Documento/texto apresentado ao/à participante no final da participação	**X**
Explicação oral dada ao/à participante no final da participação	☐
Outro meio ou Não Aplicável	☐

Se através de *outro meio* ou *Não Aplicável*, por favor descreva/justifique [até 50 palavras]: Click here to enter text.

ELEMENTOS DO *DEBRIEFING*

Assinale os elementos que incluiu no *debriefing*:

Agradecimento pela participação **X**
Informação mais específica sobre os objetivos, hipóteses, procedimentos e/ou
X contributos esperados da investigação do estudo, quando aplicável
Clarificação sobre *deception* na investigação, quando aplicável **X**
Dados de contacto caso o/a participante deseje fazer perguntas ou comentários sobre o estudo **X**
Meios de obter informação posterior sobre os resultados e conclusões do estudo **X**
Meios de obter informação sobre o tema de investigação, quando aplicável **X**
Medidas previstas para lidar com eventuais consequências negativas para os/as participantes, quando aplicável **X**
Outros elementos ☐

Se incluiu *outros elementos*, por favor descreva [até 50 palavras]: Click here to enter text.

Se desejar clarificar ou justificar algum aspeto relacionado com os elementos do consentimento informado e/ou do *debriefing*, por favor descreva. [até 100 palavras]

Click here to enter text.

INCLUA EM ANEXO OS DOCUMENTOS DE CONSENTIMENTO INFORMADO E DEBRIEFING
(Ao enviar a submissão, por favor anexe os documentos/textos de consentimento informado e debriefing ou, no caso de explicação oral, a transcrição do discurso direto)

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DOS PARTICIPANTES

AMOSTRA PROVENIENTE DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS
Se a amostra é constituída por:

[32] Decisões individuais automatizadas ocorrem quando são tomadas decisões sobre uma pessoa singular por meios tecnológicos e sem envolvimento humano. Podem ser efetuadas mesmo sem definição de perfis. Por exemplo, se a decisão de um banco em conceder um empréstimo bancário a uma pessoa singular for exclusivamente tomada por um algoritmo, sem intervenção humana. Se uma pessoa controlar a decisão final fornecida pelo algoritmo, com efetiva competência ou possibilidade de influenciar o resultado final, a decisão pode ser considerada não "exclusivamente" automatizada.

Crianças e jovens com menos de 18 anos;
Pessoas com dificuldades físicas ou psicológicas;
Pessoas com relação de desigualdade ou dependência em relação aos/às responsáveis da investigação, ou no contexto onde decorre a investigação;
Ou outras populações que possam ser consideradas vulneráveis (e.g., grupos minoritários em situação de vulnerabilidade e/ou em situação ilegal).

Indique as medidas previstas para assegurar que a participação é estritamente voluntária
(e.g., no caso de estudantes universitários/as em que a participação integre um componente curricular, devem ser dadas alternativas à participação para obtenção de créditos). [até 100 palavras]

Não existe participação de população vulnerável

RISCOS ASSOCIADOS À PARTICIPAÇÃO
Se existem riscos potencialmente significativos para os/as participantes, tais como:
Recolha de informação sobre assuntos sensíveis (e.g., experiências traumáticas; limitações físicas; sofrimento psicológico);
Indução de estados de desconforto físico (e.g., tarefas físicas prolongadas ou muito repetitivas) ou psicológico (e.g., ansiedade; humilhação);
Atribuição de rótulos ou categorias no contexto experimental com consequências potencialmente negativas para o autoconceito (e.g., manipulação de competências percebidas; manipulação de situações de exclusão);
Atividades invasivas (e.g., administração de substâncias);
Recolha de tecidos humanos, sangue ou outros materiais biológicos;
Ou outras atividades que se antecipe que possam implicar riscos significativos para os/as participantes.

Indique os procedimentos previstos para minimizar riscos e/ou monitorizar a segurança dos/as participantes. [até 100 palavras]

não existe risco
Indique as medidas previstas para lidar com eventuais consequências negativas para os/as participantes. [até 100 palavras]

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DE CONDUTA ÉTICA

Enquanto investigador/a responsável pelo estudo, declaro que:

Toda a informação prestada nesta submissão é verdadeira; Procurei antecipar todos os riscos que possam surgir associados à participação	**X**
no estudo, delinear estratégias para minimizar os riscos, e definir medidas para lidar com eventuais consequências negativas para os participantes;	**X**
Detenho (individualmente ou em equipa) as competências e os recursos necessários para concretizar o projeto tal como foi apresentado nesta submissão; A minha conduta e as minhas decisões em todas as matérias relacionadas com o	**X**
presente projeto terão em consideração as disposições do Código de Conduta Ética na Investigação – Iscte-Instituto Universitário de Lisboa.	**X**

Nome **Maria Helena Loureiro Cachopo**

Data **28/03/2023**

Assinatura

Anexo 5 – Parecer Final da Comissão de Ética

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

CONSELHO DE ÉTICA

PARECER FINAL 08/2024

Projeto "A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL COM A COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL/ SOCIAL"

O projeto *"A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL COM A COMUNIDADE LGBTI+ EM PORTUGAL/ SOCIAL"*, submetido por Maria Helena Loureiro Cachopo, foi apreciado pelo Conselho de Ética (CE) na reunião de 06 de junho de 2023. A apreciação do projeto suscitou, porém, algumas reservas, plasmadas nos Pareceres [Intercalares] 72/2023 e 08/2024, em relação às quais a investigadora proponente vem agora prestar os esclarecimentos adicionais, tidos por necessários e que satisfazem os requisitos éticos exigíveis.

Observação do CE: Ainda existe alguma confusão na informação submetida sobre a questão se está prevista ou não a recolha de dados pessoais. O consentimento informado declara que não. Ao contrário, no questionário de tratamento de dados pessoais a investigadora declara que sim. Se está prevista a recolha de dados pessoais, como declarado, o texto do consentimento informado está errado e incompleto. No entanto, baseado na informação disponibilizada pela investigadora, o CE assume que não está prevista recolha de dados pessoais.

Também existe alguma confusão sobre o conceito do "responsável pelo tratamento e dados pessoais", uma vez que no campo B1 do questionário de dados pessoais só devem ser indicados outros responsáveis fora do Iscte.

Em suma, assegurados que se encontram a natureza voluntária e anónima da participação, o consentimento livre e informado e a confidencialidade dos dados coligidos, entende o Conselho de Ética emitir parecer favorável à realização da investigação, sem prejuízo da ratificação deste parecer na próxima reunião e sob a condição que não serão recolhidos dados pessoais no estudo, incluindo registos de voz ou imagem ou outras informações que permitam a identificação dos participantes. Em caso contrário, a investigadora deve considerar este parecer um parecer intercalar e informar o CE.

Relator: Sven Waldzus (com Madalena Ramos)

Lisboa, 27 de março de 2024

O Vice-Presidente do Conselho, Professor Doutor Vitor Basto Fernandes

O Relator, Professor Sven Waldzus

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa 351 217 903 000
www.iscte.pt www.facebook.com/ISCTEIUL twitter.com/iscteiul www.linkedin.com/company/iscte-iul www.flickr.com/photos/iscteiul www.youtube.com/user/iultv

Anexo 6 - Modelo de Análise da Pesquisa

Fio Condutor para Análise	Categorias Analíticas Gerais/Abstratas e do Objeto Específico	Dimensões/Sujeitos Assistentes Sociais Gestores das IPss	SUB Dimensões Método, Técnica e Instrumento de Pesquisa	Indicadores/Variáveis
Questão de Partida: Como o Serviço Social intervêm junto à comunidade LGBTI+ ?	Identidade Social na Pós-modernidade Serviço Social LGBTI+ Intervenção Instituição Intersetorialidade	Construção do Perfil dos assistentes sócias que atuam junto à comunidade LGBTI+; 2. Perfil dos LGBTI+ elaborado com base de dados dos prontuários	1. Referências Biográficas. Método de Pesquisa. 3.Técnicas:(Entrevistas; Observação). 4. Instrumentos: Levantamento dos prontuários das pessoas LGBTI+	Idade; Sexo/Género Nacionalidade; Tempo de Licenciada Tempo que trabalha na instituição Estado civil; número de filhos; Profissão; Com quem vive; Tempo que trabalha como Assistente Social

Fio Condutor para Análise	Categorias Analíticas Gerais/Abstratas e do Objeto Específico	Dimensões/Sujeitos Assistentes Sociais Gestores das IPss	Sub Dimensões Método, Técnica e Instrumento de Pesquisa	Indicadores/Variáveis
Questão de Partida: Como o Serviço Social intervêm junto à comunidade LGBTI+ ?	Identidade Social na Pós-modernidade Serviço Social LGBTI+ Intervenção Instituição Intersetorialidade	Construção do Perfil dos assistentes sócias que atuam junto à comunidade LGBTI+; Perfil dos LGBTI+ elaborado com base de dados dos prontuários	Referências Biográficas. Método de Pesquisa. Técnicas:(Entrevistas; Observação). Instrumentos: Levantamento dos prontuários das pessoas LGBTI+	Idade; Sexo/Género Nacionalidade; Tempo de Licenciada Tempo que trabalha na instituição Estado civil; número de filhos; Profissão; Com quem vive; Tempo que trabalha como Assistente Social

Anexo 7 - Guião de Entrevista

1. Perfil Profissional e Enquadramento da Função

Pode descrever brevemente o seu percurso profissional e o seu papel atual na instituição? Há quanto tempo intervém com pessoas LGBTI+ no âmbito do Serviço Social? Como caracteriza o contexto institucional onde desenvolve esta prática (tipo de serviço, público, missão, recursos)?

2. Instrumentos e Processos de Intervenção

Que instrumentos utiliza habitualmente na intervenção (ex.: diagnóstico social, plano de intervenção, avaliação, acompanhamento)?

Pode descrever um processo típico de atendimento a uma pessoa LGBTI+ desde o primeiro contacto até ao encerramento/encaminhamento?

Quais são, na sua perspetiva, os aspetos mais eficazes e os mais desafiantes destes instrumentos?

3. Rede, Encaminhamentos e Articulação Interinstitucional

Com que serviços/entidades externas articula com maior frequência no acompanhamento de pessoas LGBTI+?

Pode dar exemplos de encaminhamentos ou processos de coordenação em rede que considere representativos?

Quais são os principais facilitadores e obstáculos na articulação da rede?

4. Ética, Anonimato e Consentimento

Que procedimentos adota para assegurar confidencialidade, anonimato e consentimento informado das pessoas LGBTI+ que acompanha?

Já enfrentou situações que exigiram proteção reforçada de sigilo, ambiguidades na participação ou dificuldades éticas? Como foram geridas?

De que modo a instituição apoia (ou não) a tomada de decisão ética nestes casos?

5. Competências e Necessidades Formativas

Que competências específicas considera essenciais para intervir com pessoas LGBTI+?

Que lacunas formativas identifica (a nível individual, da equipa ou da instituição)?

Que tipo de formação ou apoio técnico considera necessário para melhorar a intervenção?

6. Perceção sobre Políticas Públicas e Práticas Institucionais

Na sua experiência, como avalia a coerência entre políticas públicas (estratégias nacionais, planos setoriais, orientações técnicas) e as práticas reais no terreno?

Pode identificar descoincidências entre o enunciado político e os meios/condições disponíveis?

O que deveria mudar para alinhar melhor políticas, intervenção profissional e necessidades reais das pessoas LGBTI+?

7. Constrangimentos e Condições Organizacionais

Quais são os principais constrangimentos organizacionais (recursos, tempos, *caseload*, procedimentos, burocracia) que afetam a intervenção?

Que melhorias institucionais considera fundamentais para garantir maior qualidade na resposta às pessoas LGBTI+?

8. Outros

Há algum aspeto relacionado com a intervenção com pessoas LGBTI+ que considere relevante e que não tenha sido abordado?

Gostaria de acrescentar alguma reflexão final sobre a prática do Serviço Social nesta área?